Edmundo Juarez Filho

**História e alegoria em *São Bernardo*
de Graciliano Ramos**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de mestre em Letras.

Área: Literatura Brasileira.

Orientador: Luiz Dagobert de Aguirra
Roncari

São Paulo

-2006-

Edmundo Juarez Filho

**História e alegoria em *São Bernardo*
de Graciliano Ramos**

São Paulo

-2006-

Sumário

Resumo	4
Abstract.....	5
Agradecimentos	6
1. Introdução	7
2. Fortuna Crítica	40
3. Genealogia dos coronéis.....	71
4. Vida de cangaço.....	116
5. Revolução de 30	184
6. Estilo nos capítulos 19 e 39	224
Conclusão	250
Bibliografia.....	252

Resumo

O trabalho se propõe a uma leitura alternativa para a obra *São Bernardo* de Graciliano Ramos. Na fortuna crítica do autor alagoano não se criou um consenso se a revolução que eclode pouco após a morte de Madalena é ou não a Revolução de 30 e, principalmente, qual a função desta revolução na economia do romance. Na perspectiva aqui proposta o tema do livro passa a ser a Revolução de 30, alegoricamente articulada aos fatos ficcionais, na qual Paulo Honório, coronel industrialista, no final da década de 20, luta contra o movimento revolucionário em curso. A teoria do arrependimento e confissão é descartada: quem escreve os capítulos confessionais em realidade é Gondim, dos dois capítulos perdidos e expurgados. Paulo Honório também não será mais visto aqui como um *self-made-man*, mas um sim como um ser politicamente estruturado, fazendo parte de um partido defensor do modelo exportador, baseado na monocultura cafeeira. Assim a obra de Graciliano acaba por passar ao leitor uma visão político-econômica bastante ampla dos fatos que antecederam o período — e do próprio período — revolucionário de 1930-32. Este trabalho propõe, ainda, como forma bastante diferente de ver literatura, que a base do pensamento de Graciliano é o econômico e que literatura é, em última análise, um modo privilegiado de conhecimento cognitivo da história.

Palavras-chave: Graciliano Ramos, *São Bernardo*, cangaço, coronelismo, alegoria.

Abstract

This work proposes an alternative reading of Graciliano Ramos' *São Bernardo*. In the critical legacy on this author's work there is as yet no consensus to whether or not the revolution which breaks soon after Madalena's death is the Revolution of 1930 and, more important than this, to what function does this revolution have in the romance's economy. In the perspective here considered, the book's theme is the Revolution of 1930, allegorically articulated to the fictional facts, in which Paulo Honório, industrialist *coronel* of the 1920s, struggles against the ongoing revolutionary movement. Paulo Honório, hence, doesn't regret, and the romance loses its connotations of confession: who writes the "confessional" chapters is actually Gondim, they are the two lost and purged chapters. Paulo Honório is no longer seen here as a self-made-man, but as a politically structured being, integrating a party that defends the exporting model, based on the monoculture of coffee. Therefore, the romance suggests to the reader a very comprehensive politico-economical view of the revolutionary period of 1930-32 and the facts that preceded it. Finally, this reading here advanced draws us to propose, as a very distinct view of literature, that the basis of Graciliano's thought is economical and that literature is, in the last analysis, a privileged means for cognitive knowledge of history.

Key words: Graciliano Ramos, *São Bernardo*, *cangaço*, *coronel*, allegory

Agradecimentos

Agradeço inicialmente ao professor Roncari por ter me dado a oportunidade de escrever esta dissertação de mestrado, ao me aceitar como seu orientando,

Ao professor Jaime Ginzburg por me ter aceitado no PAE e por ter feito a sugestão que resultou no primeiro capítulo desta dissertação,

Aos integrantes da banca, por terem me apoiado para enfrentar as dificuldades que este trabalho me trouxe,

Aos amigos Gustavo e Márcia pela amizade, solidariedade, leitura e ajudas,

A Lúbia e Luz,

E ao CNPq pela concessão da bolsa que possibilitou a realização desta pesquisa.

Capítulo 1: Introdução

Este trabalho pretende propor uma nova perspectiva de leitura para a obra *São Bernardo*, do autor alagoano Graciliano Ramos. Basicamente, tentarei oferecer uma explicação diferente para a mudança de comportamento de Paulo Honório ao final do romance e do pano de fundo histórico que lhe serve de cenário. Escrito entre os anos de 1932 e 1934 — mesmo ano em que foi publicado —, este romance é considerado um marco da literatura brasileira pós-30, rivalizando até com *Macunaíma*, de Mário de Andrade, de 1928. Como veremos, da obra sobram alguns paradoxos (que tentaremos dirimir); do autor o espanto de uma personalidade incomum.

Há casos em que a obra não se pode separar da vida. Em Graciliano, por exemplo, não sabemos o que é superior: a obra do grande escritor ou a vida de um homem admiravelmente decente. (Vianna. 1987: p. 19-20)

Lucia Helena Vianna, que se utiliza da frase de Otto Maria Carpeaux, acaba por nortear a sua crítica de *São Bernardo* com este paradigma, afirmando ainda que vida e obra em Graciliano são “inseparáveis”. (Vianna. 1987 : p. 48). Essa “inseparabilidade” acabou por dirigir também a crítica da obra como um todo.

O romance foi escrito inicialmente entre março e maio de 1932 no campanário da igreja de Palmeira dos Índios. Diz-se que Graciliano desenvolveu o romance a partir de um conto não publicado, datado de 1924, intitulado “A carta”. Em maio do mesmo ano interrompe a escrita por causa de uma grave enfermidade. Lucia Helena escreve: “Regressa em agosto a Palmeira dos Índios para, na sacristia da matriz, ouvindo os sapos, a ventania e os bois de Sebastião Ramos, terminar *São Bernardo*”. (Vianna. 1987 : p. 30). Ao longo deste trabalho mostrarei o quanto essa interrupção foi fundamental para o romance e muito significativa para esta análise, pois uma de minhas conclusões será a de que Paulo Honório termina suas memórias a 9 de julho de 1932 e, portanto, para que isso fosse possível, a interrupção casual por motivo de doença do autor acabou influenciando — mesmo que não decisivamente — a escrita do romance, quanto a seus aspectos históricos.

Todos conhecemos o romance¹ (e creio que esse seria um roteiro aceito pela maior parte da crítica): narra, em primeira pessoa, a vida de Paulo Honório, de infância pobre, puxador de enxada — sem nome certo, sem data de nascimento precisa, sem pais — que cresce no agreste meio rural do Nordeste. Comete um crime aos 18 anos de idade e, após o

¹ Para as referências de *São Bernardo* utilizarei a 45ª edição da Editora Record, Rio de Janeiro-RJ, de 1985.

cumprimento da pena, ao sair da prisão — período durante o qual é alfabetizado por um sapateiro na bíblia dos crentes —, recebe um empréstimo, empréstimo esse que será o impulso inicial para sua ascensão. Escolhe o comércio e sai pelo sertão, fazendo negócios embrulhadíssimos, enriquecendo. Ao amealhar uma quantia que considerava suficiente para viver folgadoamente, volta a sua cidade natal — Viçosa, Alagoas — onde empreende seu grande sonho: o de comprar a fazenda São Bernardo, local onde, na infância, fora trabalhador alugado. Transforma a fazenda num moderno centro de exploração agrária. Depois de obter o poder econômico, ambiciona o poder político. Ao atingir o patamar mais alto, quando estava no ápice do poder político-econômico, resolve ter um herdeiro e, por esse motivo (?), se casa com Madalena. Três anos de muita briga e ciúme — do qual resultou o filho único, do qual não saberemos nem o nome. Madalena, não suportando os conflitos com o marido, se suicida. Paulo Honório se desespera e perde a vontade de trabalhar. Uma revolução abala os alicerces de seu poder. Os amigos o abandonam e, com dois anos de solidão, escreve suas memórias, narrando todos os fatos de sua vida, entendendo com isso sua maneira de agir.

Antes de discutir a obra propriamente dita, e antes de discutir o roteiro acima exposto, e a guisa de introdução, farei uma exposição — e não uma análise — dos textos não literários² de Graciliano, tomados aqui exclusivamente de *Linhas tortas* e *Viventes das Alagoas*, para mostrar alguns fatos que nortearão a minha dissertação. Esta decisão ajudará a explicar várias de minhas posições a partir de textos “literais” de Graciliano.

“A arte é uma técnica”, citado de Romain Rolland, é, não apenas recorrente nos textos de Graciliano, mas também o que parece ser a definição mais próxima do que pensa o autor alagoano sobre a literatura. O que corroboraria várias teorias, tanto de esquerda como de direita, sobre o processo criativo.

A frase vem da “polêmica” que Graciliano (aparentemente) travou com Mario de Andrade sobre a qualidade dos escritos: Graciliano parte do princípio, concordando com o autor de *Macunaíma*, que para se ser escritor deve-se saber escrever. Por trás da discussão está o problema do escritor remunerado:

² Estas páginas foram sugeridas pelo professor Jaime Ginzburg, como tarefa para meu estágio no PAE, no segundo semestre de 2005, e que acabaram como um capítulo introdutório para a minha dissertação.

Se eu soubesse bater sola e grudar palmilha, estaria colando, martelando. Como não me habituei a semelhante gênero de trabalho, redijo umas linhas, que dentro de poucas horas estarão sendo pagas, e irão se transformar num par de sapatos bastante necessários. (*Linhas tortas*. “Os sapateiros da literatura”. pp. 183-4)

Como se vê, essa técnica é associada direta — ou indiretamente — a trabalhos manuais que se pode (pelo menos do ponto de vista fisiocrático) considerar de baixo prestígio: o sapateiro e o trabalhador de fábrica. E mais: capitalisticamente falando, são apenas valor de troca. Coisa que Graciliano, ironicamente, diz não ser a posição de Mario de Andrade.

Evidentemente o sr. Mario de Andrade, homem de cultura e gosto, não iria aproximar um escritor de um operário. (*Linhas tortas*. “Os sapateiros da literatura”. p. 184)

A palavra “aproximar” está no lugar de “comparar”, como sinônimo de fazer uma comparação. Mas “aproximar”, colocar lado a lado, quer também dizer: a literatura de Mario de Andrade está distante do operário. Os dadaístas alemães se auto intitulavam *montadores*, no sentido fabril da palavra.

A crítica de Graciliano assume a condição de crítica não só à temática literária, mas também ao destino que os escritos devem ter. Daí:

Enquanto o autor de *Macunaíma* exige acatamento à tradição e à regra, o jovem contista de *Onda Raivosa* se mostra desabusado e rebelde: não chega a atacar a cultura, mas refere-se a ela com tristeza, julga-a remota e inacessível ao homem comum. (*Linhas tortas*. “Os tostões do sr. Mario de Andrade”. p. 185)

Como os textos são de 1937 para frente, vemos o quanto Graciliano queria distância de seus contemporâneos paulistas. E mais, ampara uma de minhas posições: a de que *São Bernardo* é um negativo de *Macunaíma*. Essa colocação, do escritor detentor de uma má técnica, ecoa claramente em outra frase do escrito anterior:

Afinal, que são os rapazes do *D. Casmurro*? Os sapateiros da literatura. Não se zanguem, é isto. Somos sapateiros, apenas. Quando, há alguns anos, desconhecidos, encolhidos e magros, descemos de nossas terras miseráveis, éramos retirantes, os flagelados da literatura. Tomamos o costume de arrastar os pés no asfalto, freqüentamos as livrarias e os jornais, arranjamos por aí ocupações precárias, e ficamos na tripeça, cosendo, batendo, grudando. (*Linhas tortas*. “Os sapateiros da literatura”. p. 184)

Graciliano completa ainda dizendo que a prosa que escreve “não se faria” se os sapatos não fossem necessários. Estamos à beira do trabalho (literatura) feito diretamente por dinheiro. E mais, que a cultura é a base de todo o edifício econômico: se sapatos não se fizessem necessários talvez ele não precisasse escrever. Conhecendo Graciliano, sabemos que esta afirmação está um degrau acima: que a arte, como técnica, é necessária numa sociedade técnica. A arte está — ou deveria estar — em sintonia com o tempo em que ela se faz. Mimese. O que nos colocaria numa discussão crítica com Walter Benjamin, em que não só a reprodução da arte está em jogo, mas a sua produção *para* série, assim como os

grandes quadros (em tamanho) foram concebidos para museus. Ou seja, a literatura deve ser escrita para os sapateiros. No caso de Graciliano, escrita *para* jornal, *para* publicação.

Mas o escritor também parece diretamente ligado a sua classe e estado social, ou seja, que o escritor não pode fugir à sua condição social, o que nos remeteria a Paulo Honório: será que ele conseguiu escrever um romance — biografia — que estivesse fora da sua condição social? E qual a sua condição social? E Graciliano? Segundo Carlos Alberto Abel, em trabalho fundamental para minha dissertação:

Colocou sua pena a serviço dos humildes, dos desprotegidos, da classe que não era a sua. (Abel. 1999 : p. 19)

Hermenegildo Bastos afirma, no entanto, que Graciliano “nutre simpatia pelos oprimidos sem, entretanto, poder estar efetivamente ao seu lado”. (Bastos. 1998 : p. 16).

Isso cria um problema da identidade, pois como Graciliano acaba por projetar-se como personagem, ele criaria um duplo e nisso “procura recompor a identidade, embora ela pareça irremediavelmente perdida”. (Bastos. 1998 : p. 16). O que acaba explicando um aparente paradoxo nas declarações do velho Graça: “Ele não é Luis da Silva ou Fabiano, mas estes são pedaços dele.” (Bastos. 1998 : p. 17).

Bastos, também a esse respeito, após longa e complicada discussão sobre a relação autodiegética, fala da relação autor-narrador-personagem. E conclui: “Graciliano vive a impossibilidade de estar efetivamente ao lado do dominado, embora como escritor deseje isso”. (Bastos. 1998 : p. 56).

Esses parágrafos têm para meu projeto o escopo de mostrar o quanto é difícil se rastrear o pensamento de Graciliano. E quanto seria infrutífero tentar entender sua obra a partir de pressupostos biográficos.

Antes de irmos em frente uma parada para a economia política: Quesnay³. Começo pela citação do economista francês, que é dado por alguns como o fundador da economia moderna, extraída do número 44 da coletânea *Economia*.

“Um sapateiro que vende um par de calçados”, escreve Quesnay, “vende não só a matéria-prima com a qual formou o par de calçados, mas também seu trabalho, cujo valor é determinado pelo de sua despesa em produtos ou mercadorias necessários à subsistência e manutenção de sua família e dele mesmo durante o tempo do trabalho empregado em fazer o par de calçados. Vemos que aí só há consumo, e não produção.” (Kuntz. 1984: p. 20)

O primeiro aspecto que chama a atenção é o fato de Graciliano trazer para a discussão não só o assunto econômico através de uma clara referência à economia fisiocrática, via Quesnay — e também a Marx, como veremos logo a seguir. Quesnay

³ Para estas passagens de economia, agradeço muito a colaboração e discussões com Gustavo Barros.

afirma que somente a agricultura é realmente produtiva, afirmação que é o alicerce do pensamento fisiocrático. Visto assim Paulo Honório é, do ponto de vista fisiocrático, o único ser produtivo de *São Bernardo*. Mas de alguma forma, o mais suscetível a pressão.

Rolf Kuntz introduz o trecho de Quesnay acima citado com a seguinte explicação:

Se apenas a agricultura é produtiva, que são os outros setores da economia? Quesnay divide a parte não-agrícola em dois seguimentos: os proprietários de um lado, e de outro, todos os demais agentes, como artesãos, comerciantes e transportadores. A este segundo grupo, que inclui a maioria das atividades que hoje chamamos produtivas, ele denomina *classe estéril*. Estéril é claro, não porque o seu trabalho seja inútil, mas porque, segundo o pensamento fisiocrático, nada produz além do que gasta. (Kuntz. 1984 : p. 20)

E páginas adiante sintetiza o a sua análise neste longo parágrafo:

As soluções podem ser insatisfatórias, mas deixam intocadas, afinal, a idéia de que a indústria não multiplica o produto gerado pela agricultura. Esta é a segunda afirmação importante contida naquela passagem sobre a condição do sapateiro. Nessa atividade, segundo Quesnay, só há consumo da matéria-prima usada no sapato e dos bens empregados para o sustento do artesão e de sua família. Não deixa de espantar, de um lado, que François Quesnay reconheça o acréscimo de valor ocorrido na matéria-prima e, de outro, considere só haver consumo nesse processo. É por este caminho que Smith constrói sua crítica à noção de esterilidade da indústria. Mesmo que os artífices, diz ele, só reproduzam o valor do seu consumo, dando continuidade ao capital que lhes permite o trabalho, eles de fato aumentam a renda da sociedade. (Kuntz. 1984 : p. 22)

Não é o caso aqui de se ficar discutindo os aspectos puramente econômicos, mesmo porque eu não teria competência para isso. E também por ser uma análise do texto de Graciliano e não de suas idéias econômicas. Se bem que creio que uma análise econômica das obras de Graciliano poderia esclarecer muitos pontos deste fantástico escritor.

Mas o ponto que quero tocar, e sempre partindo dos pressupostos colocados no papel, é que, se Graciliano, via Quesnay, associa sapateiro e escritor, e diz, direta ou indiretamente, que o sapateiro nada produz, que só faz consumo, então o escritor estaria neste mesmo patamar: o sapateiro pega a matéria-prima e a transforma em sapato, e se sustenta e a sua família, sem, no entanto, aumentar a riqueza da sociedade. Então o escritor pegaria a matéria-prima a transformaria em literatura e isso não aumentaria em nada a riqueza da sociedade, mas sustentaria a si (“e irão se transformar num par de sapatos bastante necessários”) e a sua família (o consuma dela). E tomaríamos, grande jogada de Graciliano, que sapateiro, industrial, agricultor, enfim, a sociedade, é a matéria-prima do escritor. Se pensarmos que História é o trabalho efetuado pelo homem, então o produto final da literatura seria a história.

Porém, se fôssemos em frente, e aplicássemos a idéia do sapateiro baseada em Adam Smith, teríamos que sim, que o sapateiro geraria um aumento da riqueza: o valor agregado pelo trabalho ao sapato aumentaria a riqueza da nação. Assim o sapateiro pegaria a matéria-prima e a transformaria em mais riqueza, sapatos, pois, sempre segundo Smith,

ele sustentaria a si e a uma outra pessoa com esse produto. O escritor igualmente (sempre tendo em vista a aproximação feita por Graciliano) pegaria sua matéria-prima (a sociedade) e a transformaria em literatura, aumentando a riqueza da nação. Então a literatura teria como matéria-prima principal a história da sociedade na qual ela está inserida. Não nos esqueçamos de que Paulo Honório sonha com os ganhos que sua literatura pode trazer. Ele ali está abandonando o básico da fisiocracia (agricultura) — reerguer São Bernardo para quê? — e colocando a literatura como produção — um milheiro vendido — e mais do que isso, como capital, assim como fora a escola, a igreja, o casamento. Sempre vendo o processo de agregar valor ou trabalho, não nos esqueçamos, primeiro desse milheiro acima citado e também da cena em que Paulo Honório faz as contas dos gastos do Padilha com cigarro: se enrolasse cigarro economizaria, ou seja, economizaria se desagregasse o valor (conforto) ao enrolar ele próprio o cigarro: se Paulo Honório escrever o livro sozinho, economizará ao final do processo.

Mas a quem sustenta o escritor que usa sua literatura como história? Se tomarmos literatura como processo cultural o escritor está ligado também à sociedade intelectual, portanto sua obra enriquece essa sociedade. Como Paulo Honório está ligado a um partido, e essa obra é construída e arquitetada dentro do partido, a obra que ele se propõe a escrever estará enriquecendo o partido. Estamos diante da obra ideológica. O poder de influenciar o pensamento dos outros é o maior capital: apoio político. Ou seja, *São Bernardo* apresenta um duplo: o *São Bernardo* de Paulo Honório acrescenta um tipo de riqueza à sociedade, o *São Bernardo* de Graciliano outro. Graciliano conta, em minha opinião, a História do Brasil e seus processos de poder e dominação, Paulo Honório conta a individualidade dessa história: ou seja, glamouriza o poder.

Outra proposta: uma das minhas teorias sobre o romance é a de que um tema muito importante que subjaz à narrativa é a educação: Paulo Honório aprende a ler com o Joaquim *sapateiro*, na bíblia dos crentes (uma clara alusão à ética protestante, que está na raiz do capitalismo): qual a matéria-prima do professor? A ignorância? Qual o valor que seu trabalho agrega? Paulo Honório, enquanto produto, enriquece a nação? Qual o produto do seu trabalho? Se o livro é uma alegoria histórica, como eu quero provar, qual o enriquecimento que essa alegoria (*São Bernardo*) traria, enquanto produto educativo?

Mas por trás de Paulo Honório está Graciliano. O seu capital é a história que ele recompõe nos dando uma interpretação dessa história.

Última proposta. Se lermos essas linhas de forma marxiana teremos então que o sapateiro (e o escritor-sapateiro) seria a base de toda a riqueza da nação. É quem agrega valor com o trabalho que acrescenta riqueza à nação. Ou seja, são os operários da literatura a verdadeira fonte de riqueza. Como seriam os operários da literatura explorados? Como se dá a mais-valia? Via ideologia transmitida nos escritos? E principalmente, os escritores sapateiros assumiriam a posição revolucionária dada por Marx à classe operária? Estaria Graciliano acusando Mario de Andrade de elite da literatura, patrão? E daria também, através dessa função revolucionária, um sentido ao artista: contrário, portanto, às proposições platônicas.

Colocar lado a lado Marx e um fisiocrata é bastante complexo. E isso sem citar diretamente nenhum dos dois, sendo que, se não tomarmos cuidado, não perceberemos se Graciliano toma algum partido ou se está criticando um dos lados. Ou ainda, associando os dois numa idéia sintetizadora.

E mais uma colocação sobre sapateiros, e bastante longa:

Imediatamente começam os fuzilamentos sumários de federados. Fuzila-se no teatro Châtelet, no Parc Monceau, na Escola Militar, no Panthéon, no Luxemburg, nas gares *de Lion e d'Est*, no Jardim das Plantas, em Montmartre, nas prisões de La Roquette e Mazas. Vinte mil soldados e simpatizantes da Comuna são mortos assim. Correspondentes do *Times* de Londres descrevem o odor pestilento na cidade e um veio vermelho que se arrasta e desenha formas caprichosas pelo Sena. Milhares de pessoas são internadas em campos de concentração, em Versalhes. A maioria delas é destinada às cortes marciais e finalmente à deportação em Nova Caledônia, uma ilha francesa da Melanésia. Thiers triunfara. O *Journal des Débats* resume a opinião dos triunfadores: “Nosso exército vingou o desastre de Sedan com uma vitória inestimável.” Ao general Gallifet, partidário dos fuzilamentos em massa, atribui-se-lhe esta frase: “Acabamos com qualquer possibilidade de insurreição na França por muitos anos.” E, se a frase não foi pronunciada, de qualquer forma essa foi a política e o comportamento do “partido da ordem”. Diz-se que Paris quase fica sem sapateiros, sem ferreiros, sem alfaiates, marceneiros, pedreiros... Os homens que tinham vestido o uniforme da Guarda Nacional. (Gonzaléz. 1981 : pp. 92-3)

Esse trecho, como fica claro, se refere à Comuna de Paris. E lá estão os sapateiros, revolucionários, fuzilados e necessários. E finalmente, uma última colocação sobre estes estranhos trabalhadores. Em Hobsbawm, de onde o trecho acima seguramente foi retirado, lemos ainda sobre nossos sapateiros:

And indeed the Commune was a *workers-* and if the word describes men and women 'halfway between "people" and "proletariat" ' rather than factory workers, it would also fit the activists of labour movements elsewhere at this period. The 36,000 arrested Communards were virtually a cross-section of popular laboring Paris: 8 per cent white-collar workers, 7 per cent servants, 10 per cent small shopkeepers and the like, but the rest overwhelmingly workers – from the building trades, the metal trades, general laboring, followed by the more traditional skilled crafts (furniture, luxury articles, printing, clothing), which also provided a

disproportionate number of the cadres; and of course the ever-radical shoemakers. But was the Commune a socialist revolution? (Hobsbawm. 1996 : p. 167-8)

Em suma, como diria Vandré:

De que o poder que cresce sobre a pobreza
E faz dos fracos, riqueza
Foi que me fez cantador.

Poder e arte.

Nesse ponto caímos também na questão da mimese. A arte deve estar em compasso com o mundo que descreve. Em “As mulheres do sr. Amando Fontes” Graciliano dá uma mostra dessa mimese. Ao afirmar que as prostitutas descritas no romance *Rua do Siriri*, são pessoas inverossímeis, pois estão mais para santas que para pessoas socialmente “decaídas”, constata, para demonstrar sua afirmação, que não há realismo nos diálogos desses seres.

Os srs. Jorge Amado e Lins do Rego, tratando delas, certamente não se deteriam em cenas escabrosas e inúteis, mas não deixariam de introduzir nos diálogos algumas expressões cabeludas, desses que produzem arrepios nas moças devotas e nos críticos velhos, receosos de comprometer a alma e a pureza da língua escrita. (*Linhas tortas*. “As mulheres do sr. Amando Fontes”. p. 112)

A verossimilhança está acima do tratamento temático. Desta forma, quando Graciliano fala que se deve tratar de temas sociais, fala também que esses temas devem corresponder a determinada realidade, que ele mesmo estabelece:

Um cidadão é capitalista. Muito bem. Ficamos sem saber de onde lhe veio o capital. E de que maneira o utiliza. Outro é agricultor. Não visita as plantações, ignoramos como se entende com os moradores se a safra lhe deu lucro. O terceiro é operário. Nunca o vemos na fábrica, sabemos que trabalha porque nos afirmam que isto acontece, mas os seus músculos nos aparecem ordinariamente em repouso. (*Linhas tortas*. “O fator econômico no romance brasileiro”. p. 246)

Dois aspectos aqui colocados me parecem relevantes: o primeiro é a falta de questionamento psicológico por parte de Graciliano. Ele não mostra interesse nas descrições que tomem cunho intimista (nem aqui nem em qualquer outro texto de que eu tenha conhecimento), mas cobra, isto sim (e sempre de 1937 em diante), as atitudes ou atividades que esses tipos têm na vida real. E este é o segundo aspecto. Graciliano tem sempre em vista o tipo social. Operário, capitalista, agricultor. E por coincidência, são as três “classes” dispostas no *O Capital* de Karl Marx. E mais, Graciliano fala quase que explicitamente em tipo: o capitalista, o operário...Tipos que, tentarei provar, povoam *São Bernardo*.

Para completar esse quadro temos que, nesta mesma crônica, Graciliano cita Balzac:

Talvez os amadores que falam tanto em Balzac e fingem imitá-lo não hajam percebido que este escritor em um só livro estuda a fabricação do papel, a imprensa de Paris, casas editoriais, teatros, restaurantes, oficinas

de impressão, etc. Levantada essa base econômica, é que principia a mover-se a sociedade balzaquiana, políticos, nobres, jornalistas, militares, negociantes, prostitutas e ladrões, tipos vivos que ainda me enchem a admiração. (*Linhas tortas*. “O fator econômico no romance brasileiro”. p. 247)

E para confirmar esse dado, no mesmo escrito Graciliano nos ensina:

Excetuando-se as primeiras obras de José Lins do Rego e as últimas de Jorge Amado, em que assistimos à decadência da família rural brasileira, queda motivada pela vitória da exploração gringa sobre os engenhos de bangüê e as fazendas de cacau, o que temos são criações mais ou menos arbitrárias, complicações psicológicas, à vezes um lirismo atordoante, espécie de morfina, poesia adocicada, música de palavras. (*Linhas tortas*. “O fator econômico no romance brasileiro”. p. 24.)

Será que o amor de Paulo Honório por Madalena, explicitado apenas no final do livro, está ligado ao fator econômico ou às “criações mais ou menos arbitrárias, complicações psicológicas, à vezes um lirismo atordoante, espécie de morfina, poesia adocicada, música de palavras”? E Balzac é um dos criadores do tipo na moderna literatura.

Abel transcreve um depoimento de Graciliano que considero fundamental. Começa dizendo que Graciliano

Elogia o contista [*Guimarães Rosa*] em pontos que destaca como a “vigilância na observação, que o leva a não desprezar minúcias, na aparência insignificantes, uma honestidade quase mórbida, ao reproduzir os fatos”.

Em um texto:

“Esse doloroso interesse de surpreender a realidade nos mais leves pormenores induz o autor a certa dissipação naturalista — movimentar, por exemplo, uma boiada com vinte adjetivos mais ou menos desconhecidos do leitor, alargar-se talvez um pouco nas descrições. Se é defeito, confesso, que o defeito me agrada.” (Abel. 1999 : p. 207)

Graciliano Ramos em 1947 se declara admirador do naturalismo. Essa admiração deve ser levada em conta quando se discute a mimese no autor.

No seu trabalho, Hermenegildo reiteradamente trata do problema da mimese. No capítulo 2 há uma longa passagem em que ele discute os conceitos de Paul Ricoeur. Vejo aí que não há solução para o problema. Mimese sempre existirá, e o problema de autonomia e comprometimento (forma como Bastos trata essa discussão) é, em minha opinião, insolúvel. Penso que ao leitor que se propõe criticar um texto literário tem de ter esta problemática em mente, e, mesmo assim, nunca conseguirá afastar suas opiniões do processo crítico. Mas também não pode esquecer que mais importante do que sua própria visão de literatura e de literariedade está a visão do autor. A não ser que acreditemos que o autor não tem competência intelectual para vislumbrar esse problema (e este certamente não é caso de Graciliano), temos que antes de tudo tentar entender qual a opinião do autor em relação a autonomia e mimese. E no caso de Graciliano, como vemos nessa introdução, suas idéias de literatura foram explicitamente expostas.

Hermenegildo também afirma que:

literatura não é fim em si mesma, nem se pode dizer que seja meio ou instrumento. Ela é, tudo indica, um método, o da verossimilhança, método de conhecimento da realidade. (Bastos. 1998 : p. 15)

Uma das propostas de Hermenegildo é de que em *Memórias do cárcere* toda a obra do autor está sendo tematizada. Penso, no entanto, em relação à técnica romanesca de Graciliano descrita por ele, exatamente o contrário:

Se o leitor de Graciliano estiver desprevenido e se deixar envolver, será tragado por efeito mimético poderoso. Se não, poderá relativizar o efeito e atentar para o propósito do autor de criar um mundo romanesco mágico como que indiferenciado da vida real. Os personagens são imagens do autor concreto ou de seus familiares, as ações narradas parecem sair da vida para o livro ou do livro para vida.” (Bastos. 1998 : p. 56)

Creio que se o leitor estiver desprevenido vai cair nesse mundo mágico (intimista?) e principalmente vai perder que Graciliano nunca perde de vista o mundo real: no nosso caso, a crítica perdoou um coronel assassino. Como o próprio crítico disse: literatura, pelo menos para Graciliano, é método de conhecimento da realidade. Verossimilhança; e não sei se um coronel arrependido é verossímil. Um banqueiro arrependido deixaria de cobrar juros e perderia o banco. Paulo Honório afirma no capítulo 23:

(...) E mestre Caetano, gemendo no catre, recebia todas as semanas um dinheirão de Madalena. Sim senhor, uma panqueca. Visitas, remédios de farmácia, galinhas.

—Não há nada como ser entrevado.

Necessitava é claro, mas se eu fosse sustentar os necessitados, arrasava-me. (SB. P.121)

E no capítulo 36 confirma esse pensamento:

Para ser franco, declaro que esses infelizes não me inspiram simpatia. (SB. p. 187)

Paulo Honório arrependido deixaria de ser coronel e distribuiria sua riqueza. Mas coronel ele não deixa de ser, em momento algum.

Bastos afirma também que “a obra de Graciliano sempre esteve distante de um realismo ingênuo que pretendesse copiar a realidade factual” e também que “são, sim, [*as obras de Graciliano*], a busca de significado da experiência”. (Bastos. 1998 : p. 93) Sem dúvida, não creio que Graciliano buscasse o retrato, mas a interpretação dos fatos. Ou ainda, a explicação dos fatos via uma visão de mundo, se se quiser, via ideologia, ou ainda, se se quiser, de uma filosofia da história. O que colocaria a experiência em segundo plano. Por isso, mesmo achando que Hermenegildo tem razão, acrescentaria que a obra de Graciliano traria a possibilidade de uma tentativa (talvez de uma proposta) de entendimento *racional* da experiência, o que, primeiro não diminuiria em nada o valor de sua obra e dois, não impediria outras interpretações como a de Bastos: não podemos nos esquecer que a relativização do realismo da obra de Graciliano que Bastos propõe faz parte de uma proposta teórica dos nossos tempos e que não é, obrigatoriamente, a que Graciliano pensava: o realismo de Graciliano é algo que ele desenvolveu em sintonia com seu tempo.

Se todo texto permite uma interpretação política, no caso das *Mc* isso se impõe. Estaremos diante, assim, em busca do sentido político do livro, entendendo por política não apenas a situação política que serviu de motivo à escrita do livro, mas também um modo de ser da obra literária, o modo de como ela se constrói como espaço para respostas e perguntas. Por que alguém escolhe a literatura como caminha de conhecimento e atuação? (Bastos. 1998 : p. 32)

É exatamente isso que me proporei aqui: tentar ver como *São Bernardo* foi construído, para que a situação política descrita possa ser revista e transformar o romance num campo de perguntas e respostas, tanto do fazer literário quanto do mundo factual.

Bastos afirma ainda que em *Mc* “trata-se de narrar acontecimentos vividos, sem se prender, entretanto ao aspecto documental” (Bastos. 1998 : p. 92). Essa proposta, creio, serve para *São Bernardo*. Trata-se de narrar fatos vividos sem, entretanto, ser documental: o livro é uma proposta *interpretativa*, e os fatos ali arrolados têm duas funções. A primeira, de balizar historicamente o assunto tratado, no caso, o coronelismo (por mais que balizamento histórico possa soar como heresia em tempos pós-modernos); a segunda, o próprio arrolar de determinados fatos é uma forma de contribuição da mensagem a ser transmitida. Selecionar também é dar entendimento.

Sobre *Memórias do cárcere* escreve:

A perda das notas, que antes era empecilho, agora determina a escrita do livro. A fidelidade é à literatura, é o método o único à disposição do autor, de conhecimento e testemunho da história. Mas já estamos antecipando a segunda questão, porque já estamos tratando da intenção e, em decorrência, da construção do texto. (Bastos. 1998 : p. 26)

Voltando. E quais seriam os temas pelos quais Graciliano tem preferência? O sertão parece ser o espaço preferido do autor de *Vidas Secas*. Não só por sua origem, ou mesmo pelo assunto mais recorrente de sua obra — fazenda, agreste, pequena cidade do interior e migrante na grande cidade — mas também pelo dito em alguns dos seus escritos não literários. Se olharmos atentamente para esses escritos, veremos que a cidade grande mal é tematizada, e quando o é, se o faz negativamente.

Em “A marcha para o campo”, Graciliano, que foi preso por manifestações antigetulistas, elogia o caudilho, quando este defende o desenvolvimento do interior.

Em discurso pronunciado no dia primeiro de janeiro deste ano o sr. Presidente da República se refere à necessidade de retomarem os brasileiros o caminho do oeste, aberto pelos desbravadores do sertão. Nenhuma palavra poderia ser mais oportuna. (*Linhas tortas*. “A marcha para o oeste”. p. 124)

Muito que discutir aqui. Primeiro, o fato de Graciliano se referir a Getúlio Vargas como Presidente, mesmo sendo ele eleito indiretamente em 1934. Não consegui descobrir em que ano este artigo foi escrito, mas ele está inserido entre vários outros, no livro *Linhas tortas*, a maioria deles não datada. Mas aqueles que estão datados são todos de 1937, ou posteriores. Será que Graciliano chamaria Getúlio Vargas de Presidente em 1937,

reconhecendo o estado de coisa? E sendo o referido 1 de janeiro o de 1937, Graciliano ainda se encontrava preso, pelo tempo do pronunciamento de Vargas. Estranho que ele escreva algo tão elogioso a Vargas, após o ocorrido com Olga Benário na cadeia com o seu testemunho. E só temos certeza de se tratar de Getúlio, páginas adiante, quando lemos:

Apontando as nossas deficiências, o sr. Getúlio Vargas mostra logo uma série de medidas que devem ser adotadas — e isto nos tranquiliza. O tom do discurso é em geral otimista. Ainda bem. (*Linhas tortas*. “A marcha para o oeste”. p. 126)

Há quem diga que Graciliano ensinava a Ricardo Ramos que o Rio Grande do Sul era terra de bandido.

O nome do escrito não nos deixa não pensar em Cassiano Ricardo e muitas das teorias de nacionalidade e nacionalismo da época. E muitas das propostas de desenvolvimento e mudança do Brasil. Graciliano se mostra aqui um defensor da assim chamada modernização do Brasil. Somente é necessário estabelecer em quais moldes: aqui, ou por causa da censura, ou por ainda não se considerar um, o socialismo não parece entrar em questão. E este é um ponto importante para mim: em que pese a famosa declaração de Graciliano para Ricardo — e sendo essa declaração um reforço para mim —, creio que o socialismo nunca foi uma solução para Graciliano, mesmo depois de ele ter se tornado um.

Ainda o que mais chama a atenção é o fato de Graciliano, mesmo que com reservas e um tanto sarcástico, elogiar e se identificar com as preocupações do ditador. Mas é no segundo parágrafo que algo de muito estranho ocorre:

Realmente o Brasil sofre de uma macrocefalia. Enquanto a capital se desenvolve enormemente para cima e para os lados, importando por avião e transatlântico os bens e os males da civilização, o campo definha, pacatamente rotineiro, longe da metrópole no espaço e no tempo. Faltam-lhe vias de comunicação — e certos lugares, verdadeiras ilhas no mundo atual, pouco diferem do que eram sob o domínio dos capitães-mores. (*Linhas tortas*. “A marcha para o oeste”. p. 124)

Tentarei demonstrar que *São Bernardo* é um livro contra o coronelismo exportador de produtos agrícolas e importador de cultura estrangeira. Parece que o nacionalismo de Graciliano é bastante arraigado e principalmente, parece muito contrário ao desenvolvimento capitalista *sediado na cidade*. E que, como veremos, é a base do coronelismo exportador: a cidade. Ou pelo menos seu destino. Não bastasse o crescimento para “cima e para os lados” — o que dá a idéia de amontoados e gordura —, ele executa um extraordinário trocadilho, ao dizer que a capital (o capital em realidade) importa os bens “de consumo” que são os males da civilização. A capital passa a ser o estrangeiro usurpador — o capital — e o Brasil, mal arranhado pelo estrangeiro, fica no interior. E o Brasil modernizado, a cidade, fica como barreira entre o capital e o interior. Se bem olhado,

Riobaldo fica no interior, cuidando da fazenda de um almirante que está na capital: depois de todo o processo civilizador empreendido por Zé Bebelo e Riobaldo, parece que o interior, também para Guimarães Rosa, fica — ou ficou, segundo o tempo em que Riobaldo narra — abandonado.

Esse anticapitalismo, que em muitos momentos se confunde com um apoio à oligarquia (mesmo que um tanto desconsertado tenho que aceitar que o nacionalismo também o empurra para um apoio a Getúlio), vai desaguar no socialismo. Digo isso, pois ele não é de modo algum contrário à modernização, já que no mesmo parágrafo complementa a sua idéia, afirmando que falta comunicação, ou seja, falta desenvolvimento ao interior.

Graciliano coloca a luta entre cidade e campo no Brasil como algo artificial, feita para justamente melhor explorar a sociedade nacional.

Fica a cidade, pois, assaltada pela frente e pela retaguarda. O estrangeiro que vem tentar fortuna tem, hoje como ontem, uma alma de conquistador: não se agüentou na sua terra, sobrou, mas trouxe de lá algumas panacéias e deseja experimentá-las. O indígena necessitado escuta-o como o selvagem escutava os primeiros civilizados que desembarcaram em caravelas. E como o cristianismo aqui e ali se deturpou em contato com as religiões dos pretos e dos índios, certas idéias exóticas, papagueadas por beatos de Antonio Conselheiro e do padre Cícero, ligeiramente modificados, logo se deformam e acanalham. (*Linhas tortas*. “A marcha para o oeste”. p. 125)

Esse parágrafo me parece assombroso, pois nele além de muito preconceito vemos uma diferença de fonte fundamental: não leio nesse parágrafo as idéias de Gilberto Freyre — como seria de se esperar, dada sua proximidade com o pensamento dos membros do Congresso de 1926, em minha opinião bem claras em *São Bernardo* —, sobre a melhora que a miscigenação trouxe, mas sim uma piora. Por outro lado, parece que são as idéias de Sérgio Buarque que ecoam nessas linhas, ao falar do caráter aventureiro do imigrante, da falta de identidade, do problema de integração e até um rançozinho (que talvez seja mais que rançozinho) de Oliveira Vianna, com o problema da mistura de raças. E que uma das características principais do Nordeste, a sua religiosidade, é vista de maneira negativa por Graciliano. Tão negativa como a origem dessa religiosidade. Parece que o brasileiro, aquele que deveria ser tematizado, o Fabiano, é dado aqui como um retrógrado: algo a ser combatido.

De qualquer forma esses parágrafos mostram o quanto Graciliano estava sintonizado com o seu tempo e preocupado, tematizando, com o desenrolar dos acontecimentos políticos. Será que seus romances não pertenceriam a este veio de

preocupações? Nos textos não literários de Graciliano não vejo nenhuma concessão a nada que não seja político e principalmente, política com forte inclinação naturalista. E ao econômico.

Outro aspecto do campo aventado por Graciliano é o cangaço. No livro *Viventes das Alagoas* temos um grande número de escritos sobre este tema. “O fator econômico no cangaço”, “Dois cangaços” além de “Corisco”, “Virgulino”, “Lampião”, “Antonio Silvino”, “Cabeças”, “Um desastre”, “Comandante de burros”, e “Transação de cigano”. Antes de entrar no assunto queria ressaltar que neste mesmo livro há um escrito de nome “Jogo do bicho, fator econômico” o que possibilitaria um estudo de uma trilogia de fatores econômicos: essa repetição mostra claramente qual a origem das preocupações de Graciliano. A psicologia parece passar muito longe da pena e das folhas em branco do autor.

Em *Linhas tortas* há mais um escrito que me interessará para o assunto cangaço: “A propósito da seca”. Começarei com ele. “A propósito da seca”, em minha opinião, basilar para esta discussão, apresenta o cerne do pensamento de Graciliano sobre o cangaço e suas origens. O trecho que transcrevo abaixo é um resumo de tudo que será discutido daqui por diante naquilo que concerne ao cangaço.

O tipo heróico do cangaceiro do século passado, espécie de Quixote que se rebelava contra a ordem para corrigir injustiças, por questões de honra ou desavença política, é uma figura que vai desaparecendo ou desapareceu completamente. O cangaceiro atual é uma criatura que luta para não morrer de fome. Aquele era um proprietário que, perseguido por vizinhos mais fortes, tomava armas e, com um pequeno grupo de parentes e aliados, resolvia eliminar o delegado, o juiz, todas as autoridades que favoreciam os seus inimigos; este é um sujeito sem melindres, que provavelmente não conserva a lembrança de ofensas recebidas e se alguma vez teve negócio com a polícia, e dormiu no tronco, acha o fato natural, “pois apanhar do governo não é desfeita”. O cangaço antigo, em que surgiam rasgos de cavalheirismo, certamente duvidoso, mas afinal aceitos sem dificuldades e propagados pelos trovadores brancos do interior, era um fenômeno de ordem social; o de hoje, bárbaro, monstruoso, é uma consequência da desorganização econômica. O primeiro deu Jesuíno Brilhante, o segundo produziu Lampião. (*Linhas tortas*. “A propósito de seca” p. 130)

O primeiro juízo que colocarei pode parecer desimportante, mas creio que ele se justifica: mesmo que relativizemos muito do que será lido de Graciliano daqui para frente, vemos que as afirmações de Graciliano estão, na melhor das hipóteses, no limiar de propostas e posições muito racistas. Assim Jesuíno Brilhante é, bem ou mal, dado como um bandido (?) melhor que Lampião. Parece um pouco com as comparações que se fazem entre o contraventor do jogo do bicho (de antigamente) e o traficante de drogas (de hoje), ou como o colocado em muitos escritos sobre a máfia, que ela “só” tratava com jogo ilegal, extorsão, prostituição, proteção — ou seja, se mantinha ética — e que só matava em casos

justificados como a traição — sendo isso verdade ou não — e que perdeu espaço para a violência da droga, essa nova violência “sem ética”. Porém, com o tempo passando, já ficam os traficantes também com seu lado bom e justiceiro. Sem dúvida parece haver uma grande diferença entre as atitudes de cangaceiros antigos e posteriores: ao que parece os antigos ainda mantinham determinados valores “éticos” que os posteriores não mais respeitavam. Ou melhor, aqueles que não foram atingidos pela violência de antigamente acham que ela era melhor que a de hoje, pois hoje são atingidos ou ameaçados pela nova violência. Realmente não sei se isso é comprovável. O próprio Graciliano também é reticente quanto a isto:

O cangaço antigo, em que surgiam rasgos de cavalheirismo, certamente duvidoso, mas afinal aceitos sem dificuldades e propagados pelos trovadores brancos do interior, era um fenômeno de ordem social (...) (*Linhas tortas*. “A propósito de seca” p. 130)

e

Os métodos antigos divergiam dos recentemente adotados. Em geral os malfeitores ocultavam suas truculências ou apresentavam-nas como fatos necessários e justos: enfeitados, romantizados pela imaginação popular, dedicavam-se a obras de reivindicação e vingança, eram uns heróis, quase uns apóstolos, na opinião dos matutos. Distribuíam punhados de moedas roubadas, queimavam regularmente as cercas, assolavam as fazendas dos amigos do Governo, coisas agradáveis à gente miúda, cobiçosa por necessidade e naturalmente oposicionista. (*Viventes das Alagoas*. “Dois cangaços”. p. 144)

Mais uma vez o fator da ignorância (trovadores brancos) é o pilar da manutenção do estado de atraso na mentalidade nordestina. E também os trovadores como mecanismo de dominação. Arte e dominação: a escrita dos poderosos. Daniel Defoe, além de escritor, foi espião e entre suas atribuições estava a de disseminar a ideologia dominante com seus panfletos (literários também), hoje objeto de estudo da literatura acadêmica, estudos esses que muitas vezes desvinculam totalmente esses escritos dos objetivos para os quais eles foram não só escritos, mas também *pagos*.

Graciliano apresenta dois motivos para essa diferença de atitude. A primeira seria a origem dessas pessoas (cangaço de origem social); pois seriam homens de boa família ao contrário dos cangaceiros a quem ele criticava: “Os cangaceiros atuais são de ordinário criaturas vindas de baixo, rebotalho social”. (*Viventes das Alagoas*. “Dois cangaços”. p. 144)

Casimiro Honório combatia só, os dois irmãos Moraes não tinham companheiros; Jesuíno Brilhante dispunha de uma dezena de homens — e os bandidos que atacaram Mossoró, no Rio Grande do Norte, em 1926, eram cerca de duzentos.

Entre aqueles e estes notaremos uma diferença de qualidade. Casimiro Honório, pessoa de consideração, proprietário, tinha imenso orgulho; os dois Moraes eram filhos do Padre Moraes, de Palmeira dos Índios; Jesuíno Brilhante ligara-se a uma boa família cearense, donde saiu o Capitão José Leite Brasil, que se encrencou em 1935 por causa dessa história de revolução. (*Viventes das Alagoas*. “Dois cangaços”. p. 144)

Casimiro Honório e Paulo Honório e Casimiro Lopes. Seguindo minha proposta, os dois são esse misto de rebotalho social com dignidade de ação. Mas Graciliano apresenta outro motivo, bem mais pragmático:

Resta, porém, saber se os outros, os antigos não praticavam ações como a dele [*Lampião, parêntesis meu*] e se não havia qualquer interesse em escondê-las. Talvez houvesse. Casimiro Honório, os Moraes, Jesuíno Brilhante e Antonio Silvino tinham alguma coisa que perder, terra ou fazenda, pelo menos um nome, valor tradicional. Não podiam mostrar-se de repente demolidores de instituições respeitáveis: precisavam mantê-las, apesar de réprobos, eram de alguma forma elementos de ordem, amigos da propriedade, de todos os atributos da propriedade. O que eles combatiam não era a propriedade em si, mas a propriedade de seus inimigos. Daí talvez surgissem conservadores, poetizados e aumentados na literatura branca do Nordeste. (*Viventes das Alagoas*. “Dois cangaços”. p. 145-6)

Linhas adiante Graciliano reafirma sua idéia estabelecida em *Linhas Tortas*: a da existência de dois cangaços

Concluo daí que o cangaço no Nordeste se apresenta sob dois aspectos, ou antes, que podemos observar lá dois cangaços: um de origem social, outro, mais sério, criado por dificuldades econômicas. (*Viventes das Alagoas*. “Dois cangaços”. p. 144)

Entendo que entre estes dois tipos de cangaço existem duas diferenças básicas: as suas capacidades de organização — ou seja, como o próprio Graciliano diz, os posteriores podiam montar grupos de até 200 homens, em contrapartida aos anteriores, onde agiam ou em pequenos bandos ou mesmo a dois ou sozinhos. Ter um grupo de 200 homens requer uma infraestrutura muito grande, uma logística que extrapola, em minha opinião, os objetivos inicialmente propostos pelos cangaceiros de “boa índole”. Além de estabelecer políticas (interna e externas) muito mais complexas.

Mas, mais do que isso, essa diferença decorre de um outro motivo. Por um lado as cidades, com o avanço das instituições republicanas — e os Estados também —, começaram a organizar polícias mais eficientes. E com mais poder de fogo. Como as cidades começaram a crescer e vários coronéis se mudaram para as cidades (entrando aí o fator tecnológico que propiciou ao coronel controlar sua fazenda de longe) — cidades maiores e mais protegidas —, atacar locais que realmente trouxessem lucro considerável exigia uma estrutura maior: não se ataca uma cidade sozinho ou a dois. O que fez os bandos de cangaceiros se tornarem tropas não foi a maldade crescente deles — nem sua origem, como vimos na opinião de Graciliano —, mas a necessidade prática que suas ações demandavam. E mesmo assim Viçosa (com Graciliano na cidade), Mossoró e outras resistiram aos cangaceiros de Lampião. E talvez por sua origem — começaram a ser recrutadas pessoas de camadas mais pobres, mais dispostas a tudo (?) —, não tinham mais nada a perder também. Ética normalmente está ligada a medo da perda. Porém os

cangaceiros de Lampião tinham sua ética e quem a descumprisse, pagava por isso. Só não era a ética de “antigamente”. Seria algo como condenar como aética uma mulher de hoje por seu comportamento sexual atual tendo como parâmetro o século XIX. Os cangaceiros de 1920 eram muito éticos, tomados os padrões de 1930, por exemplo. E provavelmente os cangaceiros de 30 eram mais éticos que muitos dos nossos traficantes.

Além do mais, a diferença de poder de fogo dos cangaceiros em relação aos sertanejos aumentou muito: duzentos homens bem armados era muito mais do que qualquer sertanejo poderia contrapor. E aí entra a segunda parte: Jesuíno Brilhante, e outros, precisava do apoio de pessoas comuns para suas ações (solitárias). E caso barbarizasse, sozinho ou com pequeno grupo de homens, com armamento não muito superior ao da população comum, provavelmente seria vítima de vingança de qualquer sertanejo. Além de serem suscetíveis a vingança de outro modo. Não podemos nos esquecer que é com o liberalismo republicano que os coronéis puderam e começaram a criar seus grupos de jagunços: quem tinha dinheiro para armar esses grupos podia se proteger e atacar: o cangaço é, em realidade, uma escalada armamentista.

Lampião por outro lado não precisava, obrigatoriamente, do apoio dos sertanejos. Ele podia reinar pelo medo, independente da opinião dos menores. E suas atitudes estavam calcadas na sua impunidade. Não apenas pela ineficiência dos poderes policiais para combater grupos daquela monta — ou pela conivência da polícia —, mas também pela impunidade que seu poder lhe conferia, por saber que dificilmente as pessoas a quem massacrava iriam ter condições de se organizar para se vingar. E também apareceu a figura do coiteiro, quase sempre associado a um coronel poderoso, que lhe permitia obter todo o suprimento de que necessitava e o que o desvinculava da opinião pública. Além também, é óbvio, do seu comércio com a polícia, de onde conseguia o melhor armamento e a melhor munição.

Defendo que Graciliano, mesmo que titubeante, (e me é muito difícil discordar do mestre alagoano) incorpora um argumento do tipo “a Primeira Guerra Mundial foi mais humana que a Segunda”: ambos foram bandidos e atuaram segundo suas possibilidades. Não creio que a diferença de atitude do banditismo esteja vinculada à ética, mas sim à capacidade e necessidade de ação. Justiceiros quase nunca são verdadeiramente justiceiros.

Voltarei mais adiante a esse assunto. Antes quero tocar em outro tema bastante importante. Vou defender a tese de que *São Bernardo* é uma alegoria histórica. Uma das restrições que se costuma fazer a esse tipo de abordagem é a de que o autor adquire um certo grau de onisciência histórica, que o autor, de uma certa forma, passa a deter ou detém uma verdade histórica. De certa forma é assim que penso. Isto porque o escritor que se propõe a executar uma alegoria histórica o faz, obrigatoriamente, de maneira consciente. Não se faz alegoria histórica com lapsos, cochilos, indecisões, omissões, fluxo de pensamento: a execução da alegoria histórica é obrigatoriamente racional e intencional.

Claro que o fato de se atuar racionalmente não exclui o aparecimento de cochilos, omissões, parcialismos, erros etc. Mas importante é que a alegoria histórica é intencional e só aparece se intencional; é a opinião histórica do autor está sendo levada a cabo.

Se o escritor for um homem com uma boa capacidade intelectual, obviamente sua escolha dos fatos que serão alegorizados recairá sobre aqueles que ele julgar os mais importantes para a história. Normalmente tratamos dos macros problemas históricos. Raramente se se refere a níveis muito específicos: na alegoria histórica, são os movimentos gerais da história que serão tratados, os seus fatos “relevantes”. Os fatos menores estarão na obra ou para exemplificar ou como médio da alegoria. E os atores da alegoria serão, sem sombra de dúvidas, os grandes atores históricos.

Ao tratar literariamente um determinado momento histórico, o escritor coloca em ação os atores principais desse momento e lhes dá voz. É nesse instante que o escritor adquire certa onisciência histórica: ao colocar uma obviedade quase tautológica — os atores principais da história, atuando historicamente; os atores históricos fazendo parte de uma narrativa da história que todos vivemos. E para que então esse narrar? Ao ser colocada de maneira aberta e evidente, podemos estabelecer relações e reconstruir a história que provavelmente por outros mecanismos não teríamos acesso: esta é minha posição, a literatura, com sua forma alegórica, nos permite redimensionar nosso entendimento histórico, já que ela nos obriga, ao interpretar a obra, reinterpretar a história. Ela leva a cabo a certeza de que quase sempre pensamos esteticamente, arquitetonicamente. Ou seja, a literatura (de cunho alegórico, naturalista, realista etc.) teria a função de nos contar interpretativamente a história que vivemos. E não de transcendê-la. Ou, como diria Marx: “os homens fazem a história, mas ignoram que a fazem”, frase introduzida por Braudel da

seguinte forma: “A história inconsciente é, claro está, a história das formas inconscientes do social.” (Braudel. 1972 : p. 39) Eu acrescentaria também do econômico.

Frases do tipo “é sendo contra a história que a estória conta a história” — usada por Guimarães Rosa —, são formas mais deglutíveis de se dizer que o tema principal de grande parte da grande literatura é a história e seus principais fatos, atores e movimentos.

Digo isto, pois, a opinião do autor não é necessariamente a melhor nem a mais adequada, nem mesmo a mais verdadeira. Mas a sua capacidade especial de trazer à baila, de maneira crua os eventos principais, é que lhe dá, via literatura, aquela onisciência. É sua capacidade de parodiar, imitar, condensar tudo em cenas. As opiniões de Graciliano sobre cangaço, que estou agora expondo, são em grande parte coincidentes com as dos estudiosos modernos e, portanto, condizente com o conhecimento *científico* atual, o que lhe dá certa equanimidade com a “verdade histórica”. Porém várias outras destoam desse saber contemporâneo, e várias opiniões de Graciliano, por incrível que pareça, chegam ao preconceito e podemos dizer que se não são racistas, se aproximam, aos ouvidos de hoje, perigosamente dele e estão longe da assim chamada “verdade histórica”, sempre tendo em vista o conhecimento científico de hoje. Mas a onisciência está lá, no sentido de que o texto literário se torna a estrutura vazia, presentificando essa estrutura no momento em que Graciliano nos traz sua versão da própria estrutura. Sem que haja um texto referente. A obra de arte passa a ser um texto base, sem nunca se desvincula de todos os outros textos que lhe dão suporte.

O termo alegoria, que vai ser utilizado ao longo desta dissertação é muito polêmico. Alegoria histórica mais polêmico ainda: sobre este tipo de análise recai uma crítica das mais interessantes: a de que, estabelecida a alegoria histórica, a obra perderia valor, pois seria “reduzida” a um artefato mimético, ao invés da profundidade exposta pela singularidade. Se conseguir provar que a obra em estudo possui esse caráter mimético, não será minha análise que a “reduzirá” a esse mimetismo, mas devemos remeter a Graciliano esse “ônus”, pois o mimetismo histórico não se faz **sem uma intencionalidade**. Alegoria, como disse, é um termo polêmico, pois sua definição, como na maioria das chamadas imagens literárias, inclui uma boa dose de interpretação e entendimento. Se, no entanto, houver desacordo quanto à utilização desse termo ou no que se refere ao seu significado último, podemos trocá-lo por metáfora, no sentido de microcosmo ou miniatura, sendo *São*

Bernardo um microcosmo da assim chamada modernização conservadora ocorrida na década de 20 que culminou com a Revolução de 30 e 32. E a modernização conservadora, levada a cabo na década de 1920, tem datas e sujeitos atuantes: os coronéis, o Partido Libertador, o café, 1926, 1927, 1930 entre outras. Desta forma leio *São Bernardo* como uma metáfora desses acontecimentos, com seus sujeitos históricos e suas datas. É assim que afirmo ter sido *São Bernardo* concebido.

Sobre esse aspecto ainda, fica a certeza de que a leitura de *São Bernardo* com esta orientação trará, obrigatoriamente, diferenças fundamentais em relação à maioria das leituras anteriores, pois na alegoria, por definição, não há confissão, já que não há sujeito em problematização: há uma figura histórica e suas ações já foram encerradas no momento da escrita. E, se há psicologização, essa psicologia seria a psicologia de um, se se pode falar nisso, tipo. Ou seja, mentalidade de grupo social. A singularidade que vejo no romance é a singularidade do coronelismo e sua visão de mundo. Ideologia.

Mas principalmente, na história não há luta de mocinhos contra bandidos e Madalena, não poderá ser tratada como esposa caridosa: ela terá que, assim como Paulo Honório, representar um papel político. Ao longo das décadas Madalena acabou sendo, mais abertamente ou não, associada aos pensamentos socialista ou comunista, ou mesmo à bondade cristã e à superioridade do intelectual sobre o capitalista. No meu trabalho, se olharmos alegoricamente, não há nada disso na política brasileira da década de 1920: o que há, como força de confrontação ao *status quo* do coronel, é o *trabalhismo*. Sei que choca, de socialismo a trabalhismo, mas esse será um dos canais aqui seguido: não há *love story* em Graciliano.

Aqui se faz necessária uma explicação terminológica. Campos Sales foi o iniciador de uma política monetária chamada de *funding loan*, e que fazia nossa moeda ser garantida em ouro. Esse processo de valorização e lastreamento da moeda acabou trazendo muitas dificuldades para a população e dividiu o discurso político: de um lado aqueles que aplaudiam essa política, de outro aqueles que viam nela apenas a criação de miséria. Algo parecido com o que acontece hoje.

Assim surgiram idéias contrárias não só à fórmula monetária, mas também à estrutura política que levava essa fórmula adiante. Ao todo poderoso Partido Republicano Paulista se opuseram ao longo das primeiras décadas da República, alguns partidos: o

primeiro deles foi o Partido Republicano Federal, comandado por Glicério, que tentou manter o Presidente preso aos ditames partidários. Fracassou.

Outros dois partidos, com mais sucesso, também se opuseram ao PRP: o primeiro deles foi o Partido Republicano Liberal, que em realidade, praticamente se resumia à figura de Rui Barbosa. Segundo Chacon, Rui Barbosa escorregou do conservadorismo inicial (tentando salvar sua constituição), para terminar num parlamentarismo, passando pelo liberalismo formal, e também por um discurso de conteúdo social, que alguns chamam de socialismo e outros de socialismo cristão. Mas eram discursos.

De início, Rui queria apegar-se à sua construção (*da Constituição baseada na representatividade democrática e no federalismo*), por amor ao formalismo liberal. Foi o período conservador. Depois, tentou dar-lhe consciência popular através da mobilização partidária, por intermédio do Partido Republicano Liberal. Por fim, começando a desiludir-se com o liberalismo, inclinou-se para um vago socialismo cristão, à la Cardeal Mercier, nem por isso menos generoso. Morreu próximo ao parlamentarismo. (Chacon. 1981 : pp. 82-3)

O maior rival dos paulistas foi, sem dúvidas, o Partido Republicano Conservador. Este foi o partido que impediu, em última instância a existência na prática tanto de um poder paulista absoluto — impedindo, em 1906, a eleição do quarto paulista consecutivo (Bernardino de Campos), em 1910 impondo Hermes da Fonseca e em 1919, obrigando os paulistas a ceder a vaga a Eptácio Pessoa, depois da morte de Rodrigues Alves — quanto da existência, na prática, da famosa política café-com-leite: depois de derrotados no processo eleitoral em 1906, os paulistas só voltaram a eleger um presidente em 1918, com Rodrigues Alves; debilitado, nem chegou a tomar posse. Ou seja, graças às manobras de Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e Assis Brasil, os paulistas ficaram afastados do poder presidencial por 20 anos. Nunca houve o tal revezamento no poder, entre paulistas e mineiros. E quando o revezamento poderia realmente funcionar, Washington Luis impôs Julio Prestes e derrubou a estrutura. E esse revezamento talvez seja o fato mais propalado da Primeira República.

Tendo Rui Barbosa e Glicério fracassado sobrou, como dissemos, e voltaremos a isto em capítulo vindouro, a Pinheiro Machado o papel de se opor ao PRP. Chacon explica:

Pressionados, pela agressividade retórica e estilo barroco e pelas reivindicações crescentes pré-socialistas de Rui Barbosa, Pinheiro Machado e o Partido Republicano Conservador tentavam contra-atacar, sem êxito, nos mesmos dois níveis. Faltavam-lhes erudição e autenticidade. (Chacon. 1981 : p. 82)

Após esses três discursos oposicionistas apareceu o quarto opositor: Nilo Peçanha e sua Reação Republicana. Chacon de novo com a palavra:

Idem ocorre à Reação Republicana de Nilo Peçanha, liberal radical na confessa linha de Guizot e Gambetta, apesar de parecer jacobino.
(...)

Nilo Peçanha percorre o país, do sul ao norte, levando uma mensagem pré-populista, radicalizando-se na medida da luta.

Retorna o ânimo do quase menino fluminense, de cor parda e origem humilde, filho de um padeiro, quando bradava folhas do seu jornalzinho *A República*:

(...)

Discurso mais que pré-populista, parasocialista, sob os aplausos da classe média ascendente, naquele princípio esperançoso de industrialização e urbanização. Na falta de grandes partidos socialista e comunista, reprimidos os sindicatos, tendo por si os vestígios anticlericais da maçonaria que assim irritava o episcopado católico, Nilo Peçanha podia desafiar como o candidato jacobino. Então ocupou o espaço. (Chacon. 1981 : pp. 98-99)

O voto secreto passou a ser o grande carro-chefe dos partidos oposicionistas.

Enquanto os partido operários se atinham a propostas econômicas. Já no discurso aliancista (1929-30) Chacon afirma:

Alguna coisa nova se filtra, tanto em algumas promessas dirigidas à classe operária, aludindo à aplicação da lei de férias, ao advento do salário mínimo, como nas afirmações acerca da necessidade de se resolver o problema siderúrgico, associadas menos ao desenvolvimento industrial que à segurança nacional. (Chacon. 1981 : pp. 98-99)

Boa parte dessas reivindicações foi posteriormente colocada em prática, tanto logo após o golpe de 30, quanto com a promulgação da CLT. Vários desses itens foram trazidos a partir da assimilação de conceitos adquiridos da fascista “Carta del Lavoro”. Para o tacanho coronelismo brasileiro, sugestões fascistas soavam como tentativas de golpe comunista.

E, finalmente, sobre o discurso varguista afirma Chacon:

Pois o discurso político varguista — dos tempos do positivismo castilhistas aos da Aliança Liberal e os parafascistas do Estado Novo e populista da fase final — sempre foi um discurso de paráfrases e hipóstases, típicas da conciliação clássica entre as classes dominantes brasileiras segundo o mostra ... (Chacon. 1981 : p. 108)

Mais à frente Chacon também afirma que o PTB foi sonhado por Getúlio em 1937, mas fracassou com os problemas que levaram o país ao Estado Novo. E como o vimos, vai chamar então, o discurso de Vargas sempre de populismo.

Decidi usar o termo trabalhismo neste momento, e às vezes ao longo do trabalho também, apesar de saber que ele é anacrônico aqui, por três motivos: primeiro pela associação direta que se faz hoje de Getúlio a essa palavra. Também, como veremos, a luta de Madalena na fazenda tem forte conotação trabalhista, no sentido de que suas propostas se alinham com o que se dará com a CLT e o futuro trabalhismo, posto em prática na década de 30, e, finalmente, porque não encontrei termo melhor. Creio que populismo também não seria o mais correto e nem é exato, pois havia outros discursos populistas. Mas utilizarei também, para esses casos “discurso aliancista” ou correlatos.

Como veremos, ainda se fala hoje em dia, que ainda vivemos na Era Vargas. Assim, mesmo sabendo que este termo é anacrônico na década de 20, gostaria que ele fosse mais ou menos explícito, mesmo que o tente evitar na maioria das vezes: fica claro, que o trabalhismo foi um discurso que se criou por necessidade de oposição e por algum projeto industrialista, mas nunca como conteúdo de mudanças radicais na sociedade. Foi uma adequação às transformações econômicas internas e às mudanças políticas externas: assim como Getúlio era muito sensível aos fatos do mundo no qual ele vivia, Madalena lia os telegramas estrangeiros.

Retomando, por alegoria tomo, então, apenas a sua definição genérica, transcrita de Orlando Fonseca: considera-se alegoria “toda concretização, por meio de imagens, figuras e pessoas, de idéias, qualidades ou entidades abstratas”. Ou entidades concretas, complementariam. Ou seja, “que cada um dos elementos alegóricos quer dizer alguma outra coisa além dele próprio e não aquilo que à primeira vista parece”. (Fonseca. 1997 : p. 19-20). Alegoria histórica será então quando o tipo que represente algo fora do texto e que estiver claramente marcado temporalmente e se referir a claros fatos políticos. Não será objetivo deste trabalho desenvolver a idéia de alegoria, portanto. Alegoria como representação da história política.

Ainda sobre alegoria, mesmo correndo o risco do enorme desvio que estou levando a cabo ficar ainda maior, gostaria ainda de citar Carlos Abel numa longa passagem em que ele, a partir de informações passadas por Graciliano a Ricardo e de Ricardo a Abel, nos revela a explicação dada por Graciliano a Ricardo de *Vidas secas*. A passagem de Abel começa identificando, via informações de Aurelio Buarque, retransmitida a Ricardo Ramos e deste para Abel, que Graciliano identificava o general Newton Cavalcanti ao soldado amarelo de *Vidas secas*.

Certa vez, em conversa, a propósito de *Vidas secas*, vem à baila a figura do soldado amarelo. O autor deu sobre ela um esclarecimento que julgava óbvio:

—É general Fulano.

E diante da surpresa do amigo:

—Mas você não percebeu? Está claro que é o general Fulano. (Abel. 1999 : p. 35)

Mais clara ainda é a longa passagem que transcreverei a seguir:

Fica menos clara ainda a ligação de Fabiano, sinha Vitória e o fascismo, a superioridade racial ariana e uma prevaricação da mulher.

Já não fica tão fácil, de um prisma histórico, localizar a mulata sinha Vitória e o alourado Fabiano, em plena ascensão do fascismo, com o mito da superioridade racial ariana, ela cafuza e inteligente a dirigir o marido branco e bruto. Mais que isso, o que poucos percebem, capaz de enganá-lo. (Como é que ia saber da cama de

couro de seu Tomás da bandoleira?) Indo por esses caminhos, chegamos à discussão dos dois meninos sobre a figura do pai, eles vendo um enorme Fabiano de maneiras diferentes. Aqui, pretendeu o autor fazer um paralelismo com a discussão entre católicos e protestantes, as suas divergências no modo de encarar a divindade.

Confesso: se não tivesse ouvido do próprio Graciliano, dificilmente chegaria a tal aproximação. (retirado da obra de Ricardo Ramos)

Quem trabalha com declarações dos autores acerca de sua vida e de sua obra sabe que os criadores são personagens de si mesmos. Criam em cima da criação, são concritivos. O que intentam nem sempre é concretizado no texto. E as explicações nem sempre explicam o escrito.

Para o mesmo soldado amarelo, duas interpretações. Não são conflitantes. Tanto o general quanto o soldado amarelo *representam* a mesma repressão. Quanto a Fabiano e sinha Vitória, tudo muda de figura. Difícil acompanharmos o raciocínio do demiurgo, principalmente em relação à ligação adulterina. Impossível aceitar a infidelidade conjugal de sinha Vitória. (grifo meu). (Abel. 1999 : p. 36-37)

Talvez Abel não saiba muito bem do que as mulheres são capazes. Mas mais importante que acreditar ou não na infidelidade de sinha Vitória ou na fala de Graciliano, o que fica claro e indiscutível aqui é o fato de Graciliano afirmar, e com todas as letras, que a alegoria é um fato literário que ele não descarta: sinha Vitória e Fabiano representam forças e atitudes sociais historicamente reconhecíveis e datáveis, assim como os filhos e o soldado amarelo, este último identificado com um personagem histórico específico. Assim como identifiquei Madalena com Getúlio Vargas. Se associarmos a isso a paixão bastante declarada de Graciliano por Balzac e sua admiração por Eça, dois autores que também fizeram alegoria histórica, e trabalharam com tipos, não deixa dúvida de que Graciliano poderia ter feito alegoria nos seus escritos.

Voltando ao cangaço, parece realmente haver duas fases para esse fenômeno histórico. Uma parte ligada a uma reação imediata dos coronéis que, com a República, ficaram sem acesso ao poder (as novas formas eleitorais da República eternizaram os mandões do fim do império — os conservadores — no poder) e com isso, as desavenças locais pendiam sempre para o lado daqueles que estavam no poder, sem que houvesse o tradicional rodízio do Império. Desta forma aqueles que se sentiam lesados não tinham a quem recorrer, nem a longo prazo, e a solução dos desafetos passava pela formação de bandos, como o descrito no texto de Graciliano, acima transcrito. E aqueles que mandavam não precisavam mais transigir, pois não ficariam mais na oposição, por causa da referida perpetuação.

Graciliano chama a esse tipo de cangaço de social. Interessante que o cangaço que ele associa aos poderosos é chamado de social. Ou seja, o cangaço social é resultado da

impossibilidade de pessoas de posses se defenderem dos outros mandões. Há, de alguma forma, um certo quê de ação de justiça.

O outro cangaço, que ele chama de econômico, vem da miséria. Mas por que será que a miséria, que havia antes de Lampião não criou outros Lampiões antes de Lampião? Graciliano não explica.

Graciliano também está correto ao afirmar que os bandos de cangaceiros variavam de número conforme as necessidades, que podiam recrutar e dar baixa a cangaceiros em vários locais, que os pequenos cangaceiros raramente eram incomodados pela polícia e que eles muitas vezes se tornavam dignos coronéis, após abandonar o cangaço etc. Riobaldo, e vários daqueles cangaceiros, é um ótimo exemplo.

Mas o ponto mais divergente das teorias de Graciliano sobre o cangaço, em relação às atuais, é sua afirmação de que o cangaço econômico é totalmente distante do coronel.

O cangaceiro hoje, infinitamente distante do coronel não conta com ele, nenhuma razão tem para confiar nele. (*Viventes das Alagoas*. “Dois cangaços”. p. 146)

Nos estudos contemporâneos diz-se que sem os grandes coronéis Lampião (e outros grandes cangaceiros) não teria existido. Há quem diga também que Lampião só se tornou o lendário Lampião após ser nomeado capitão e receber armas da polícia e a bênção de Padre Cícero, tudo para combater a Coluna Prestes. Ou seja, para que Lampião se tornasse aquele grande cangaceiro foi necessário o apoio **oficial** do governo. Desta forma podemos ver que as opiniões de Graciliano não são indiscutíveis e nem mesmo livres de parcialismos e mesmo de defeitos ideológicos.

E também creio que podemos, mesmo que de maneira nebulosa, propor um novo aspecto para a historiografia sobre o cangaço: a de que o assim chamado cangaço independente — o de Lampião —, aquele que não estaria diretamente ligado ao coronel, seria um cangaço diretamente ligado ao poder instituído, ao Estado.

Mas como veremos, ao colocar de maneira abrangente o problema do cangaço em *São Bernardo*, podemos ler um painel da problemática (ainda acima da opinião do autor). Aí também as lacunas deixadas pelo autor, devido à impossibilidade de uma visão absoluta da história por parte de qualquer um, mas não de uma visão privilegiada, fazem parte integrante da compreensão do problema. A alegoria nos permite, tirada dela a necessidade de verdade absoluta na sua resolução, ou seja, de uma chave hermenêutica reveladora, um sem número de leituras do tema, sendo essa leitura cada vez mais profunda, viciosa ou

vazia, conforme se empreenda essa leitura. Estaríamos diante da teoria da estrutura vazia da história, na qual o leitor passa a ser uma espécie de texto referencial do que vai exposto no romance, sem cair na cilada do leitor ideal, proposta pelos teóricos da escola de Konstanz.

Uma idéia exposta por Graciliano, e que é bastante atual, é a de que o cangaço seria fruto da miséria:

Lampião nasceu há muitos anos, em todos os Estados no Nordeste.

(...)

No começo da vida sofreu numerosas injustiças e suportou muito empurrão. Arrastou enxada, de sol a sol, ganhando dez tostões por dia, e o inspetor de quarteirão, quando se aborrecia dele, amarrava-o e entregava-o a uma tropa de cachimbos, que o conduzia à cadeia da vila. Ai ele agüentava uma surra de vergalho de boi e dormia com o pé no tronco. (*Viventes das Alagoas*. “Lampião”. p. 129)

A semelhança com a vida de Paulo Honório — e de Fabiano — é enorme. Assim, às injustiças juntou-se a necessidade material e Lampião se revoltou contra aquele estado de coisas:

O que transformou Lampião em besta fera foi a necessidade de viver. Enquanto possuía um bocado de farinha e rapadura, trabalhou. Mas quando viu o alçastrado morrer e em redor dos bebedouros secos o gado mastigando ossos, quando já não havia no mato raiz de imbu ou caroço de macunã, pôs o chapéu de couro, o patuá com orações da cabra preta, tomou o rifle e ganhou a capoeira. Lá está o bicho montado. (*Viventes das Alagoas*. “Lampião”. p. 130)

Sempre o econômico. Neste escrito, “Lampião”, o mais que complexo Graciliano escorregou em palavras, para descrever a Lampião, que dariam um processo inafiançável com condenação sumária:

Pela descrição publicada vemos perfeitamente que o salteador cafuzo é um herói de arribação bastante chinfrim. Zarolho, corcunda, chamboqueiro, dá má impressão. (*Viventes das Alagoas*. “Lampião”. p. 129)

E um incrível preconceito social:

Queima fazendas. E ama, apressado, um bando de mulheres. Horrível. Mas certas violências, que indignam criaturas civilizadas, não impressionam quem vive perto da natureza. Algumas amantes de Lampião se envergonham, realmente, e finam-se de cabeça baixa: outras porém ficam até satisfeitas com a preferência e com os anéis de miçanga que recebem. (*Viventes das Alagoas*. “Lampião”. p. 130)

pois

Não se contenta com incêndios e matança de gado: invade a casa do fazendeiro, rouba-lhe as filhas. E leva-as para a capoeira e entrega-as meses depois, estragadas, mediante resgate.

É verdade que também estraga moças da camada baixa, mas essas não se aviltam por isso: recebem com satisfação frascos de perfume, cordões de ouro, cortes de seda — e casam-se naturalmente, como se nenhum dano tivessem sofrido.

As moças brancas é que ficam irreparavelmente prejudicadas, inutilizam-se para sempre. (*Viventes das Alagoas*. “Dois cangaços”. p. 146)

E, contraditoriamente, a questão social, apesar de abordada de maneira dúbia, também parece extremamente positiva:

O que nos consola é a idéia de que no interior do Brasil existem bandidos como Lampião. Quando descobrirmos o Brasil, eles serão aproveitados.

E já agora nos trazem, em momentos de otimismo, a esperança de que não nos conservaremos sempre inúteis. Afinal somos da mesma raça. Ou das mesmas raças.

É possível, pois, que haja em nós, escondido, alguns vestígios da energia de Lampião. Talvez a energia esteja apenas adormecida, abafada pela verminose e pelos adjetivos que nos ensinam na escola. (*Viventes das Alagoas*. “Lampião”. p. 131)

Aqui raça pode ser lido de maneira não apenas biológica, mas como algo na linha de espírito de povo: porém o *raças* mantém uma certa ressonância no biológico. Mais uma vez a questão racista aflora, e, ao contrário do que vimos acima, parece ser outra vez Gilberto Freyre a teoria que norteia esses pensamentos. Em suma, tenho a impressão de que Graciliano oscila entre as teorias que defendem o sincretismo brasileiro, e as opiniões do progresso europeu e branqueamento. Essa dubiedade de opinião foi percebida por vários biógrafos do mestre alagoano inclusive pelo filho, Ricardo.

Porém em outro escrito, “Virgulino”, o tom é outro quando fala do maior dos cangaceiros. Ao comentar a notícia de que Lampião houvera morrido de tuberculose, o instinto de vingança, além de um leve insinuar sobre pena de morte, de Graciliano diz:

(...) seria fato bem triste que a punição dum indivíduo tão nocivo fosse realizada por uma doença. (*Viventes das Alagoas*. “Virgulino”. p. 135)

No entanto, ao comemorar que o Nordeste se havia livrado desse pesadelo, logo a idéia de ser o problema maior que o sujeito que o causa volta, e como num filme moderno de terror, Lampião volta a assombrar o sertão:

Repousamos algum tempo nesse engano, até que Lampião ressurgiu e prosseguiu suas façanhas. Inútil agredi-lo ou emprestar-lhe virtudes que ele não entende, ajudá-lo, fazê-lo combater os grandes, proteger os pequenos, casar donzelas comprometidas. Lampião não se corrigirá com isso: permanecerá mau de todo, insensível às balas, ao público e aos elogios, uma das raras coisas completas que existem nesse país. (*Viventes das Alagoas*. “Virgulino”. p. 136)

Talvez a questão do nome seja a solução dessa dualidade: quando Lampião, Virgulino é um assassino cafuzo de quem Graciliano se distancia e a quem segrega; mas quando Virgulino é Virgulino parece que Graciliano o vê como um desvalido filho do Nordeste, com quem se identifica.

Parece que a energia revolucionária que Graciliano vê em Virgulino está sempre acompanhada da visão de que Lampião nada mais é que o próprio sistema que o criou. Mesmo com todas as possibilidades que lhes foram oferecidas pelas circunstâncias, Lampião não passará jamais de um bandido, mesmo que suas façanhas nos façam sonhar com a ausência do poder que nos oprime: algo como o que hoje se diz da glamourização do crime. Assim como Paulo Honório nunca deixará de ser aquilo que ele é. Muito próximo do que Paulo Honório vai dizer de si mesmo no capítulo 36. Lampião nunca será Virgulino.

A fronteira entre o revoltado e o bandido se mostra na frase seguinte:

O zarolho se romantiza, enfeita-se com algumas qualidades que se atribuíam aos cangaceiros antigos, torna-se generoso, desmancha injustiças, castiga ou recompensa, enfim aparece inteiramente modificado. (*Viventes das Alagoas*. “Virgulino”. p. 135)

A frase de Marx cabe aqui como uma luva: primeiro tragédia, depois farsa.

Podemos ver nessas e noutras passagens o quanto uma certa “política cultural” influi nas interpretações do fenômeno cangaço, o quanto uma cultura oficial minimiza ou aumenta as conseqüências deste fato histórico. O mesmo fenômeno no Nordeste de mistificação e desmistificação do cangaço estava nas palavras de Graciliano sobre literatura: quando as prostitutas não falam como prostitutas, há uma política cultural nessa abordagem.

De quando em quando noticia-se a morte dele com espalhafato. Como se se noticiasse a morte da seca e da miséria. (*Viventes das Alagoas*. “Virgulino”. p. 136)

Aqui fica bem enfatizado o problema da origem do cangaço. Graciliano, em que pese ter uma certa visão naturalista ao afirmar que uma das causas da miséria é a enorme concentração demográfica de Alagoas — reiteradas vezes colocados nos seus escritos — em nenhum momento toca em reforma agrária ou qualquer solução marxista para o problema. Talvez por causa da censura, mas o grande escritor, pelo menos na minha visão, nem mesmo indiretamente, aventa essas soluções. A única vez que li, em algum lugar uma posição marxista para solucionar os problemas da miséria e desigualdade antes de *Memórias do Cárcere* foi no discurso de Padilha para Marciano negando o direito de propriedade. E Padilha é tratado como um pulha.

Complementando, é o naturalismo associado à discussão histórica — história palpável e não conceitual — que impede que Graciliano seja um retratista, um pitoresco etc. e se torne um escritor de porte universal.

E mais uma vez vemos um movimento que considero muito comum em *São Bernardo*, em particular, e na obra em geral, e que permanece nos comentários de Graciliano. A de que um determinado fato particular, amplamente divulgado, acaba por ocultar o verdadeiro motivo do fato: a de que são as condições sócio-econômicas que dão origem a fatos como Lampião. Lampião, por ser tão grande, oculta a estrutura que o criou e sustenta.

Lampião se conservará ruim. E não morrerá tão cedo. A vida no Nordeste se tornou demasiado áspera, em vão esperamos o desaparecimento das monstruosidades resumidas nele. (*Viventes das Alagoas*. “Virgulino”. p. 136)

Ou seja, Lampião oculta a estrutura que o criou. Ótimo lugar para ver essa possibilidade é no filme *Baile perfumado*.

Pode parecer ingenuidade minha, mas suponho que Graciliano não vê no Estado uma solução dos problemas do Brasil: ele espera que forças não institucionais venham para solucionar esses problemas. O que nos coloca a pergunta sobre suas opiniões sobre o Estado socialista.

Neste escrito, repete a idéia de que o “cangaço bom” acabou, que a estrutura do cangaço mudou e que o cangaceiro se distanciou do coronel:

Finaram-se os patriarcas sertanejos que vestiam algodão e couro cru, moravam em casas negras sem reboco, tinham necessidades reduzidas e soletravam mal. (*Viventes das Alagoas*. “Virgulino”. p. 137)

e

A luta se agravou, as relações entre fazendeiros e bandidos não poderiam ser hoje fáceis e amáveis como eram. (*Viventes das Alagoas*. “Virgulino”. p. 137)

A que luta ele se refere? A da sobrevivência, a de direitos iguais? Mas a economia será o mote final:

A usina tinha comido o engenho. E entre sujeitar-se ao gringo, que mandava na usina, e obedecer ao negro devoto do Padre Cícero, Corisco preferiu este. (*Viventes das Alagoas*. “Corisco”. p. 142)

Aí temos o nacionalismo de Graciliano. Usina (estrangeiro) x engenho (nacional).

Mas é em “Corisco” que o preconceito racial fica mais aflorado. Lampião é cafuzo, mulato, zarolho, vindo de baixo, analfabeto, sem tradição, sem nada a perder. Apesar de boa parte dessas acusações serem infundadas. Natural que se transformasse numa besta-fera. Mas, e Corisco?

Foi um pequeno monstro. Contudo, se as circunstâncias o ajudassem, ele seria hoje uma criatura normal e necessária. Branco e louro, com pai remediado e avô rico, senhor de vários engenhos, devia acabar, naturalmente, jogando gamão numa pequena cidade do Nordeste, à porta da farmácia, chateado por filhos brancos e louros. (*Viventes das Alagoas*. “Corisco”. p. 141)

Difícil de acreditar. Mas dois aspectos aqui ficam na superfície. Será que Graciliano identifica a violência com a necessidade dos ricos se defenderem da invasão estrangeira, no primeiro momento do cangaço, por ele identificado? Como uma espécie de guerrilha dos ricos? E mais interessante é a suspeita de que ao rico era dado se revoltar, mas não ao pobre, pois o rico se revolta mantendo a ética.

O racismo, falando de Corisco, continua:

Foi um desclassificado, um indivíduo que, principiando na ordem, na família, na religião, viu de repente isso tudo falhar. De nada lhe serviram os olhos azuis, a pele branca, as barbas do avô, longas e respeitáveis e as do pai, menores, mas ainda assim dignas de respeito. (*Viventes das Alagoas*. “Corisco”. p. 142)

Aqui vejo um movimento interessante. O caminho trilhado pelo desenvolvimento econômico levou elementos da classe alta branca (talvez até representativamente falando) também à miséria (Graciliano, Luis da Silva, Major Ribeiro também tiveram o mesmo percurso de Corisco), ou seja, a modernização (usina) acabou com uma tradição nordestina

(engenho) que por sua vez acabou com...o tacho de Margarida? Mas o que o engenho destruiu, não foi do conhecimento de Graciliano. Mesmo assim parece que a usina é que levou Corisco a se transformar num monstro.

Sua raça — de Corisco — poderia salvá-lo, mas não o salvou, e termina a exposição das idéias sobre Corisco, com uma posição difícil de entender em Graciliano:

Está morto, graças a Deus. O Nordeste livrou-se dessa figura sinistra. Um branco degenerado. Há por lá muitos brancos degenerados pela miséria. Temos indivíduos que estão muito em cima, outros que estão muito embaixo. Corisco estava no meio. E desceu, obrigaram-no a descer. Que acontecerá depois? (*Viventes das Alagoas*. “Corisco”. p. 142)

É um tanto conflitante com o exposto acima. O fato do Nordeste ter se livrado dele, pois assim como Lampião, Corisco não é um fato individual, mas fruto da conjuntura sócio-econômica. Mais parece que o velho Graça está feliz com a morte não do bandido, mas do péssimo exemplo que Corisco representava. Esse escrito tem que ser de 1940, ou próximo disto. Graciliano via aqui o andar da carruagem do governo nacional de maneira bastante diferente daquela de “Marcha para oeste”. Graciliano sempre oscilando entre pessimismo e otimismo.

Após a leitura feita, vejo que Graciliano estabelece algumas características para o cangaço. A miséria, sendo essa miséria explicada pela densidade demográfica e pela penetração da modernização. O outro motivo para a violência do banditismo, parece ser o foco de suas preocupações: que, por sua origem pobre, faz com que não tenham nada a perder. E sendo assim eles atacam a **propriedade** a dignidade da família e a tradição da estrutura.

À falta de bens, arriscam as suas vidas inúteis. E se essas vidas são inúteis, que podem eles poupar fora dela? (*Viventes das Alagoas*. “Dois cangaços”. p. 146)

e completa mais adiante

Não afirmo que o bandido proceda assim conscientemente. A verdade, porém, é que ele molesta, não apenas o adversário, mas o meio social em que vive, as instituições que o amparam. (*Viventes das Alagoas*. “Dois cangaços”. p. 147)

Chegamos, pois ao ponto: o segundo cangaço é pior do que o primeiro porque não respeita a propriedade: Graciliano, por volta de 1940 ainda estava muito longe de ser socialista.

Apenas para complementar, e voltando à literatura, Graciliano afirma que literatura se escreve com sangue. Seguindo Abel temos que Graciliano escreveu para sua irmã Marili Ramos:

Sua devoção, sua entrega à literatura, aparece numa carta (ct 102, 23 nov. 1949) à irmã Marili Ramos: “Arte é sangue, é carne. Além disso, não há nada. As nossas personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos.” (Abel. 1999 : pp. 251-2)

Mas aqui ele vai mais longe. Ao afirmar que existem os sapateiros da literatura e ao se colocar ao lado deles, Graciliano estabeleceu um paralelo entre sapateiros e escritores e mais, mesmo que parcialmente negada, uma paridade entre sovelas e facas com verbos e pronomes (verbo ação, pronomes sujeito, ação e sujeito). E no final do texto, ele acaba por nos dar uma definição de literatura extremamente revolucionária:

Enfim as sovelas furam e as facas pequenas cortam. São armas insignificantes, mas são armas. (*Linhas tortas*. “Os sapateiros da literatura”. p. 184)

Mais um dado fundamental para discutir o comunismo de Graciliano. No livro de Abel existem duas passagens que me parecem muito curiosas sobre este fato. Sempre na borda do folclore e da verdade, Abel nos descreve diversas cenas do Major Graça na cadeia. Uma delas, verdadeira ou não, extraída por Abel de *Memórias do cárcere*, nos mostra um Graciliano dialogando com um advogado bondoso (Sobral Pinto) que lhe traz a notícia de que não há processo contra ele. O diálogo que se segue é bastante interessante:

—Não há processo.

—Dê graças a Deus, replicou o homem sagaz espetando-me com o olhar duro de gavião. Por que é que o senhor está preso?

—Sei lá! Nunca me disseram.

—São uns idiotas. Dê graças a Deus. Se eu fosse chefe de polícia, o senhor estaria aqui regularmente, com processo.

—Muito bem. Onde é que o senhor ia achar matéria para isso, doutor?

—Nos seus romances, homem. Com as leis que fizeram por aí, os seus romances dariam para condená-lo. (Abel. 1999 : p. 48)

Como o próprio Abel notou, é muito curioso que Graciliano negue, mesmo na década de 50, que houvesse sido comunista ou simpatizante dos comunistas na década de 30. Se naquele tempo seria pouco inteligente se declarar comunista ou simpatizante, na segunda metade da década de 40 não haveria porque negá-lo. Mas curioso é se compararmos essa passagem acima descrita com outra, num diálogo entre Graciliano e Clara Ramos. Clara perguntara ao pai porque ele ingressara no PCB. A resposta é bem do Mestre:

Naturalmente porque sou comunista. É uma resposta besta, mas não tenho outra. Acho que deixei isso bem claro na minha vida e na minha escrita. (Abel. 1999 : p. 55)

A semelhança com o texto acima nos faz pensar que o aristocrático Graciliano se descobriu comunista nos seus escritos. Assim como Sobral Pinto.

Graciliano era um homem por demais complexo.

Por último deixo aqui uma pergunta, apenas para se destacar que temos que ter em vista a narrativa de primeira pessoa, predominante na obra do Mestre: a cena em que Paulo Honório convida Padilha para ser o mestre-escola em sua fazenda. Paulo Honório avisa Padilha que ele não poderá beber (sóbrio exemplo da intromissão de um coronel na vida privada de um empregado). E Padilha responde que esse aviso não é necessário, pois ele não bebe.

Padilha bebe ou não bebe?

Se tomarmos Paulo Honório como narrador envenenado, no sentido de que ele manipula a história que conta com claros objetivos de convencer o leitor de algo contrário ao que ele quer ocultar, podemos, a partir das teorias de Ian Watt e Wayne Booth tentar verificar como Graciliano constrói este narrador. Ele lembra o narrador de Machado, mas em minha opinião este narrador tem algo a mais: o componente econômico da obra de Graciliano impede qualquer visão pacifista de seus narradores: eles ainda estão na ativa e lutando por seus interesses.

.....

Para a execução desta empreitada não há uma metodologia específica. É um trabalho mais empírico que propriamente teórico. Porém a direção que se dará às conclusões e achados é que devem ser explicitadas. Cito a respeito Frederic Jameson:

Minhas observações serão dogmáticas porque dependem de uma pressuposição que não pode ser defendida de antemão, ou seja, a de que existe para qualquer artefato cultural a possibilidade de algo como uma análise “concreta”, ou, em outras palavras, uma interpretação que se liga à situação histórica tanto do próprio texto quanto de seu intérprete, de tal modo que ela seja finalmente capaz de se fundamentar ou se justificar. Tal acerto do círculo interpretativo ou hermenêutico (às vezes chamado de crítica dialética) será necessariamente diferente para cada texto, sendo, portanto impossível fornecer um modelo de operação como se costuma fazer com “métodos” em geral (não se trata portanto de um método). (Jameson. 1995: p. 118).

O livro *São Bernardo* está fortemente ligado a um processo crítico de décadas. Sei que minha proposta é altamente polêmica. Mas o que tento mostrar não é uma interpretação, pura e simplesmente, mas uma interpretação diante de “fatos” que vejo no romance: ao ver em *São Bernardo* uma cronologia histórica, uma vez comprovada esta cronologia, ela só pode estar lá se Graciliano a colocou conscientemente. E isto para mim configura o projeto de Graciliano para, pelo menos, este romance.

As relações entre literatura, história, documento, comprometimento, depoimento, testemunho, autonomia etc podem e devem sempre ser discutidas em qualquer obra e a qualquer tempo. Mas creio que se deve sempre respeitar a opinião do autor, tanto naquilo

que ele falou e escreveu sobre literatura como no seu principal depoimento: a estrutura de seus escritos literários. Se a estrutura está baseada numa historicidade, esse deve ser, em minha opinião, o ponto de partida para a análise. Nesse momento — não que o romance ou a literatura “se reduzam a isso” — em que tal romance tenha essa base, ele se transforma em instrumento de compreensão da história, caso o leitor assim o queira utilizar.

O capítulo 2, *Fortuna Crítica*, terá a função de discutir aquilo que já foi escrito sobre *São Bernardo*, pelo menos em parte, e tentar equacionar as duas perguntas que nortearão minha dissertação: a dupla articulação de Paulo Honório e a temporalidade histórica do romance.

O capítulo 3, *Genealogia dos Coronéis*, estabelece uma questão que eu considero crucial: a definição de Paulo Honório como coronel, e que o tempo do romance é o período revolucionário de 1930-1932. A isso demonstro que Graciliano historiou esse fenômeno, mostrando todo o percurso histórico do coronelismo.

No capítulo 4, *Vida de Cangaço*, mostro que Paulo Honório se transformou em coronel via cangaço e demonstro sua estratégia narrativa para impedir que entendamos os verdadeiros meios como ele atingiu o poder e também que possamos perceber um dos principais objetivos de sua narrativa: recuperar o poder perdido. Além de demonstrar a estruturação política da qual Paulo Honório faz parte.

O capítulo 5, *Revolução de 30*, mostra a cronologia historicamente ancorada, dando nova dimensões aos fatos e alegorizando o romance.

O capítulo 6 mostra um dos pontos mais polêmicos: a utilização do discurso literário pelos poderosos, para disfarçar e passar seus desejos de poder.

E fica aqui a pergunta: qual a vantagem da estruturação estética para a aquisição de conhecimento cognitivo?

Capítulo 2: Fortuna crítica

Antes de se analisar o romance, da minha perspectiva, é importante ver o ponto em que se encontra o estudo desta obra. Ao longo de décadas, como o dito, o comportamento de Paulo Honório vem chamando a atenção dos críticos e, mesmo em trabalhos muito recentes, este comportamento continua sendo tematizado. Assim um estudo sobre a fortuna crítica de *São Bernardo* é uma forma muito boa para se entender como a obra tem sido lida.

Retomando o capítulo anterior, temos que o romance narra, em primeira pessoa, a vida de Paulo Honório, de infância pobre, puxador de enxada — sem nome certo, sem data de nascimento precisa, sem pais — que cresce no agreste meio rural do Nordeste. Comete um crime aos 18 anos de idade e, após o cumprimento da pena, ao sair da prisão — período durante o qual é alfabetizado por um sapateiro na bíblia dos crentes —, recebe um empréstimo, empréstimo esse que será o impulso inicial para sua ascensão. Escolhe o comércio e sai pelo sertão, fazendo negócios embrulhadíssimos, enriquecendo. Ao amealhar uma quantia que considerava suficiente para viver folgadoamente, volta a sua cidade natal — Viçosa, Alagoas — onde empreende seu grande sonho: o de comprar a fazenda São Bernardo, local onde, na infância, fora trabalhador alugado. Transforma a fazenda num moderno centro de exploração agrária. Depois de obter o poder econômico, ambiciona o poder político. Ao atingir o patamar mais alto, quando estava no ápice do poder político-econômico, resolve ter um herdeiro e, por esse motivo (?), se casa com Madalena. Três anos de muita briga e ciúme — do qual resultou o filho único. Madalena, não suportando os conflitos com o marido, se suicida. Paulo Honório se desespera e perde a vontade de trabalhar. Uma revolução abala os alicerces de seu poder. Os amigos o abandonam e, com um ano de solidão, escreve suas memórias, narrando todos os fatos de sua vida, entendendo com isso sua maneira de agir.

E é justamente nesse ponto onde iniciarei minha análise: o conflito de Paulo Honório no final do livro. Esse conflito é alvo de várias interpretações e análises. O objetivo deste trabalho será o de reinterpretar esse momento, e essa reinterpretação estará immanentemente ligada ao momento histórico da escrita das memórias pelo fazendeiro, pois, na fortuna crítica de Graciliano sempre existiu uma dúvida: se a revolução que eclode ao final da narrativa é ou não a Revolução de 30. Ou melhor, atualmente não se tem mais

dúvida de que a revolução que eclode no final do livro é a Revolução de 30: mas se a coloca como algo sem importância para a análise do romance.

E tal é o espanto desse conflito de Paulo Honório que João Hernesto Weber, organizador e também um dos resenhadores do primeiro número especial da revista *Porto & Vírgula* — que abria uma nova linha editorial, no final da Primeira Administração Popular de Porto Alegre e coincidente com o centenário de Graciliano Ramos — nos leva inicialmente, não ao texto de Graciliano, mas sim à tradição de leitura que *São Bernardo* criou. Justifica essa afirmação por ser *São Bernardo*, apesar do excelente das obras críticas que derivam de seu estudo, uma leitura inesgotável.

O romance nos surpreende, a cada leitura, porque ele parece ser tudo isso que dele se diz, e, no entanto, dar a impressão de sempre subtrair-nos algo à leitura... Para o romance isso é mérito, para a crítica, não é demérito. (Weber. 1993: p. 63)

A tradição de leitura sãobernardina tem, segundo Weber, quatro expoentes: Carlos Nelson Coutinho, Antonio Candido, Rui Mourão e João Luis Lafetá que estão “ao lado de tantos outros ensaios sobre a reificação de Paulo Honório ou sobre o papel central desempenhado pelo texto de Graciliano no chamado “Romance de 30”” (Weber. 1993 : p. 63), e têm, por principal característica, a ênfase dada à formação do “burguês” Paulo Honório, ou seja, a sua “ascensão tem constituído o alvo preferencial da crítica” (Weber. 1993: p. 64). Porém o “abismo infundo” existente entre o Paulo Honório da quase totalidade do livro e o do capítulo final, sempre segundo o autor da resenha, é que nos traz essa sensação de que “algo não fecha” nas interpretações anteriores. Com essa passagem podemos ver que o paradoxo do comportamento de Paulo Honório é algo que deve ser olhado com atenção.

No entanto, antes de ir a esse ponto, lembro que o momento histórico e personalidade estão intrinsecamente ligados — já que Weber não toca na questão histórica. Então, antes de se avançar com o aspecto do comportamento de Paulo Honório, tratarei primeiramente do problema — tão complexo quanto o comportamento de Paulo Honório — do pano de fundo histórico do romance.

Nos parágrafos seguintes veremos que a discussão sobre o tempo em que transcorre a narrativa, apesar de pouco estudado, foi abordado por uma enorme quantidade de autores, de maneira a mais diversa possível. E se verifica, através dessas abordagens, que o aspecto histórico do romance é tão controverso quanto as atitudes do narrador.

Assim, se fizermos as clássicas perguntas para se analisar um romance — quem, onde, quando, o quê e por quê — veremos que o “quem” é um paradoxo; se o onde parece simples de se responder — Fazenda São Bernardo, em Viçosa, Alagoas, Brasil; o “quando” nos é dado como tão enigmático quanto o “quem”; o “por quê” não pode ser respondido nem mesmo pelo “quem”; o “o quê” é a vida do narrador, da qual, para se ser exato, temos de saber “quando” se passa e de “quem” (exatamente) se trata, ou melhor, a narrativa deveria nos responder o “quando” e o “quem”. E esta é a minha primeira resposta para essas perguntas: a narrativa se passa na Primeira República. O narrador é um grande fazendeiro deste período histórico: portanto o narrador é um coronel. O romance é a autobiografia (o que) de um coronel (quem) durante a Primeira República (quando), em Alagoas (onde). O por quê parece ser, segundo a fortuna crítica, sua vontade de rememoração de seu tempo de casado, a expiação de seus erros passados.

Com essa resposta outras perguntas devem ser respondidas: por que ele nos é mostrado com esse comportamento tão dispare? Segundo, se o *onde* da ação é claro, o *quando* — como dado exato — parece ser bastante problemático. Por que é tão difícil simplesmente se situar a obra em estudo como sendo contemporânea à Revolução de 30? Será que tomá-la quase que como crônica — pois sua criação por Graciliano seria praticamente simultânea aos fatos aos quais ela se relacionaria —, diminuiria a sua grandeza? Se ela se baseia em fatos reais, sua (neste momento) teórica mimese diminuiria seu valor? Por outro lado, o que se ganha datando-a como sendo referente a um momento específico e contemporâneo a sua escrita? Desta forma até o “o quê” se torna problemático: o que faz Paulo Honório, ou seja, o que afinal ele escreve? Apenas uma biografia? Ou seu escrito toma contornos políticos/revolucionários, dado o momento da escrita? E, por que ele escreve? Não nos esqueçamos de que essa pergunta é exaustivamente feita pelo próprio personagem. E sem resposta. E a essas perguntas soma-se mais uma: a quem ele escreve? Quem *deveria* ler o “começo declarando que...” do capítulo 3? Uma frase que normalmente está associada a depoimentos judiciais. Lucia Helena também pensa assim:

O modo abrupto com que o narrador se apresenta — “Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinquenta anos pelo São Pedro” — faz vê-lo como se estivesse depondo perante um juiz. A ênfase às referências numéricas denunciam a preocupação obsessiva com valores quantificáveis, de acordo com uma visão reificada do mundo. A objetividade com que conduz o relato chegava a ser brutal, como quando narra a morte de Madalena. Nenhuma digressão, só o essencial, nada mais. (Vianna. 1987: p. 97)

Gostaria que a afirmação de Lucia Helena ficasse gravada para os leitores deste mestrado: “a ênfase às referências numéricas denunciam a preocupação obsessiva com valores quantificáveis, de acordo com uma visão reificada do mundo”.

Para dar um pequeno subsídio a essa problematização, sabemos que Graciliano incorporou, em *Angústia*, fatos reais que foram concomitantes à escrita do romance. Remetemos aqui à figura de Luis da Silva, que carregava consigo a foto de Cirilo de Engrácia, quando de suas perseguições a Marina e Julião Tavares. Marco Antonio Rodrigues comenta:

Outra referência contemporânea ao cangaço relaciona-se a de um documento específico: a foto de Cirilo de Engrácia, chefe de um subgrupo de Lampião, morto e decapitado pela polícia a 5 de agosto de 1935, em Mata Grande, Alagoas. A data do fato e da foto coincide com o período final da redação de *Angústia*, o que indica que *as informações foram incorporadas de imediato* à narrativa. (Rodrigues. 2004 : p. 91)

Isto nos daria a possibilidade de imaginar que para Graciliano, escrever acrescentando fatos reais contemporâneos à escrita não seria nenhuma novidade. Quero afirmar que, se a escrita de *São Bernardo* acompanha os acontecimentos de 1930-32, isto não seria nenhum fato único na obra de Graciliano. E *Angústia* não fica diminuída com esse aspecto de crônica. Sei, no entanto, que há uma diferença entre acrescentar um fato real do momento da escrita na trama ficcional e o de estabelecer uma relação, enquanto projeto de construção ficcional, entre fatos ficcionais e reais no momento da escrita, algo como uma crônica em forma de ficção. De qualquer maneira, sabemos que o cangaceiro e sua morte tiveram uma importância grande na economia de *Angústia*. Luis da Silva enforca Julião como faziam os cangaceiros.

Voltando ao aspecto cronológico, um outro crítico do sul, Eunaldo Verdi, recenseou a fortuna crítica de Graciliano em seu livro *Graciliano Ramos e a Crítica Literária*. Já na introdução nos ensina a sua principal conclusão; o rastreio de três correntes principais de métodos de interpretação: “uma, que se contenta com a análise de seus elementos externos; outra, que restringe a análise aos elementos intrínsecos da obra (imanentista); e, finalmente, a terceira, que funde texto e contexto numa mesma unidade dialética e atinge o estético propriamente dito” (Verdi. 1989 : p. 18). Dos quatro críticos citados anteriormente por Weber, três são colocados por Verdi como críticos dialéticos: Antonio Candido (apontado por Verdi como o inaugurador da idéia de que o externo vira interno), João Luís Lafetá e Carlos Nelson Coutinho; e apenas Rui Mourão será dado como imanentista.

Olhando o índice de sua obra (Verdi. 1989 : sumário), vemos que, de maneira geral, Verdi exemplificará as análises imanentistas (não confundir com a teoria de imanência de Adorno) através das abordagens específicas de *Vidas Secas* e *São Bernardo* lhe possibilitará a exemplificação da chamada crítica dialética ou Estética. Pode-se concluir que, de alguma forma, *São Bernardo* “atrai” essa análise dialética pois, texto e contexto, mais que em outros lugares, parecem necessários para a compreensão dessa obra.

Rui Mourão, único autor que não está enquadrado nesse tipo de crítica, e sem querer entrar no mérito dessa afirmação, começa a sua análise justamente afirmando que o “contexto histórico é decisivo para a riqueza integral da obra.” (Mourão. 1969 : p. 171). E uma de suas preocupações primeiras ao analisar *São Bernardo* é o de, justamente, localizá-lo temporalmente. Para ele o pano de fundo de *São Bernardo* é a revolução armada de 1930, se bem que com restrição.

“Não há nenhuma indicação clara, porém não é difícil deduzir que a revolução que aparece ao se encerrar o romance, acarretando a derrota do partido até então dominante, apoiado no latifúndio, tenha sido inspirada no movimento armado de 30.” (Mourão. 1969 : p. 175)

José Carlos Garbuglio, ao comentar os textos de Rui Mourão em *Graciliano Ramos, Antologias e Estudos*, afirma que para Rui Mourão “o romance de Graciliano Ramos se colocaria no momento das transformações sofridas pelo país entre a República Velha e a Revolução de 30, com seguidas alterações de vida entre nós.” (Garbuglio. 1987: p. 461). O professor Garbuglio combate essa afirmação ao negar que o romance de Graciliano possa ser encarado como um mural, apesar de “certas vinculações com aquela realidade”, porque sua criação literária (de Graciliano) “transcende o contingente imposto por aquela relação e se projeta como arte para além do tempo circunscrito ali, inclusive na captura do virtual que se esconde nas dobras do momento.”(Garbuglio. 1987 : p. 461)

A afirmação de Garbuglio é diametralmente oposta à interpretação feita por Verdi dos escritos de Rui Mourão. Talvez seja a falta de concatenação entre esses dois pólos, texto e contexto, que ensejam leituras tão diversas do texto de Mourão. De toda maneira não me parece acertada a afirmação de Verdi de que o texto de Mourão se contente *apenas* com “a análise dos elementos intrínsecos da obra”, e tampouco creio que Garbuglio tenha razão em sua crítica. Mesmo que a obra de Graciliano seja vista como um mural, isso não nos impediria de buscar no texto o “virtual nas dobras do momento”.

Como exemplo, o fato de John Gledson ter analisado a obra de Machado de Assis a partir do ponto de vista da escravatura, que levará o professor Weber a afirmar que

Machado de Assis escreveu romances de “escavação da sociedade escravagista” (Weber. 1993 : p. 67), não nos impede de ter uma leitura “ampla” de Machado, passando desde os mais refinados recursos de estrutura frasal, o capítulo, o romance e seus leitores, psicologia e singularidade do personagem até os aspectos políticos mais específicos do Segundo Império. Talvez, o grande mérito da obra de John Gledson seja o fato de nos fazer ver (entre outros) o assunto político/histórico em Machado, e não apenas o sociológico/psicológico. História.

Outro que se coloca de maneira muito similar à de Mourão é Anselmo Pessoa Neto em sua tese *Paisagens do neo-realismo em Graciliano Ramos e Carlos de Oliveira*. O seu trabalho passou muito próximo de minhas conclusões. E, se por um lado fico feliz pelo fato desta pesquisa continuar original, por outro fica aqui o temor de que eu tenha enveredado por um caminho que não é correto. De qualquer forma o pesquisador comenta:

As preocupações de Graciliano Ramos parecem ir, em relação à literatura, no mesmo rumo das de Terry Eagleton a respeito da crítica. A alusão, por exemplo, à revolução de Outubro, aos lenços vermelhos, logo no início de *São Bernardo*, é ambígua. Alude-se à revolução Bolchevique? À revolução de 30? A uma revolução utilitária à economia interna do romance? Ou mais verdadeiramente, como mensagem colateral, ao fantasma da revolução que atemoriza os detentores do poder e do dinheiro? (Pessoa. 1999 : p. 45)

A afirmação de Rui Mourão de localizar o texto de Graciliano na fronteira entre República Velha e Segunda República é também contestada por Albert Dessau, de forma muito parecida com a de Anselmo Pessoa.

Está absolutamente explícito que a revolução está intrinsecamente relacionada com a vida de Paulo Honório, na estrutura do livro. Mas qual a relação existente entre sua função ficcional e o processo histórico concreto no Brasil? (Dessau. 1978: p. 150)⁴

E responde

Aparentemente nenhuma. Provavelmente Graciliano tenha sido tocado por uma profunda inquietude social no seu romance publicado antes da revolução de 35 e depois da revolução de 32.” (Dessau. 1978 : p.150)⁵ . (a tradução é minha)

⁴ Es ist offensichtlich, daß in der Struktur des Romans die Revolution ganz und gar auf das Leben Paulo Honório bezogen ist. Aber welche Beziehung besteht zwischen ihrer erzählerischen Funktion und den konkreten historischen Prozeß in Brasilien? Bezieht sich der Verfasser auf die Revolution von 1930?

⁵ Anscheinend nicht. Es ist wahrscheinlich, daß Ramos in seinem nach der Revolution von 1930 geschriebenen und vor den revolutionären Ereignissen von 1935 veröffentlichten Roman eine tiefgreifende gesellschaftliche Unruhe und Gärung umsetzt.” (...)Demzufolge ist die literarische Struktur des Romans auch nicht die einfache, direkte Widerspiegelung eines vor der Niederschrift des Buches vorgefallenen historischen Ereignisses. Im Gegenteil, die erzählte Handlung reflektiert in ihrer Struktur und innere Bewegung in der dialektischen Einheit von Vergangenheit, Gegenwart und Zukunft.

Ele parece se referir também às conclusões de Sonia Brayner, no seu *Graciliano Ramos em A literatura no Brasil*, optando por achar que não há uma referência direta aos acontecimentos históricos.

Vários autores têm essa mesma posição: a de não *querer* datar o romance, preferindo dar à revolução um caráter mais geral, talvez exemplar, que o do fato real e localizado. E com isso, manter viva uma possível alusão à Revolução Russa, de outubro de 1917.

Essa tentativa de se ver “revoluções” nos fatos do fim do romance tem sua razão de ser, por pensar que *São Bernardo* seja uma alegoria histórica. E que foi projetado como tal. E mais, que o projeto literário de Graciliano, pelo menos até *Angústia*, era o de fazer alegoria histórica. Se as informações sobre a gênese do romance estão corretas, o projeto original de *São Bernardo* remonta a 1924. Parto do princípio que, inicialmente, Graciliano tinha em mente fazer um livro sobre o fim do coronelismo. E um fim muito provável para essa estrutura política seria o período de 1917. Isso porque nesse ano temos a Revolução Russa, a morte de Delmiro Gouveia e a prisão de Antônio Silvino (prisão esta que tem duas datas: 1914 e 1918). A morte de Delmiro simbolizaria o fim dos grandes coronéis e a prisão de Silvino, o fim do braço armado dos coronéis, o cangaço (dependente ou “social”, segundo Graciliano). Além desses fatos, 1917 é o ano dos movimentos grevistas em São Paulo, com conquistas sociais que abalaram o poder absoluto dos coronéis. Somado a isso, em 1918, com o fim da Primeira Guerra, quatro grandes impérios ruíram (russo, austro-húngaro, alemão e otomano), diminuindo a sustentação política da oligarquia brasileira e aumentando a pressão por mudanças na estrutura da República Velha. Além disso, a maior potência do mundo passou a ser outra república: os Estados Unidos da América. E outra superpotência passou a ser um país comunista: a Rússia. E não podemos ainda nos esquecer que a partir de 1921 o Brasil passou a viver um clima de revolução permanente, com os levantes tenentistas, intervenções nos Estados da União, coluna Prestes, estado sítio etc. Estava em curso, no Brasil e na Europa, um movimento aburguesador da sociedade, trazendo consigo idéias de revolução socialista.

Como disse, vejo um projeto alegórico na obra de Graciliano e *Caetés*, na minha visão, também se encaixa nesse projeto. O motivo para a má-vontade por parte de Graciliano para com este livro é motivado, em minha opinião, por um erro: Graciliano

acreditou que em 1926, com a reforma constitucional, acordo de Taubaté etc e a entrada de Getúlio no governo — e com ele o embrião do discurso trabalhista ou de cunho social, discurso este associado ao comércio — o poder do coronel havia ruído. E também por ter definido mal o mandatário no Brasil: quem mandava (?) no Brasil não era um comerciante (Adrião) mas um coronel (Paulo Honório). Remeto ao meu primeiro capítulo e a Hermenegildo Bastos. Mas principalmente o componente econômico: se há interesse, o interesse não é de classe.

Voltando à minha argumentação, temos que o mesmo Anselmo Pessoa Neto, em aparente tom de crítica, afirma que Nádia Bumirgh não tem dúvida (Pessoa. 1999 : p. 45) de localizar o romance como sendo contemporâneo à Revolução de 30. Ele se refere a uma nota de rodapé onde Nadia afirma que a Revolução de Outubro foi um

Movimento político-militar que, em 3 de outubro de 1930, derrubou Washington Luís, acabou com a República Velha no Brasil e levou Getúlio Vargas ao poder. (Bumirgh. 1998 : p. 121-2)

Será essa a minha tese: a revolução aventada no capítulo 1 é a Revolução de 30. Mas Nádia parece não ter olhado a cronologia interna do romance com a devida atenção, pois mais a frente afirmará, também em nota de rodapé, comentando os fatos do capítulo 34:

Nessa passagem temos um dado curioso. A ação do romance acontece em 1930, mas o conservador Azevedo Gondim refere-se à Revolução de 1932, ano da escrita de *S. Bernardo*. Essa antecipação no tempo deve-se ao fato de Graciliano Ramos ser crítico em relação a Revolução(...) (Bumirgh. 1998 : p. 304)

Em minha opinião, Gondim se refere à esperança, que se concretizará, de uma reação paulista aos fatos revolucionários de 1930. Adiantando, o capítulo 34, seguindo minha cronologia, é a narrativa que vai de aproximadamente 3 de outubro de 1930 a 3 de novembro de 1930. Gondim fala:

Atirava-nos palavrões encorpados que no jornal lhe serviam para tudo. S. Paulo havia de se erguer, intrépido; em S. Paulo ardia o fogo sagrado; de S. Paulo, terra de bandeirantes, saíam novas bandeiras para a conquista da liberdade postergada. (SB. p. 176)

E São Paulo se ergueu, em 1930, três vezes, contra a revolução em curso (talvez daí as três repetições da palavra São Paulo na fala de Gondim. As três tentativas de se escrever o romance por parte de Paulo Honório).

Mas também concordo com Bumirgh: a Revolução de 32 realmente aconteceu posteriormente, o que dá à fala de Gondim (também), e naquele momento, um quê de antecipação. Antecipação por parte de Gondim, mas não de Graciliano, pois sabemos que quando Graciliano acabou o romance, a Revolução de 32 já havia eclodido e se encerrado. Madalena morre em janeiro/março de 1930, meses depois, em outubro, eclode a Revolução

de 1930 (período no qual acontecem as três tentativas de escrever o romance com os amigos) e, dois anos após a morte de Madalena, em 1932, Paulo Honório escreve suas memórias, contemporaneamente aos fatos revolucionários de 1932, como no caso da fotografia, acima aventado. Ou seja, esse meu argumento tenta apenas mostrar que Nádia talvez tenha se esquecido de continuar na cronologia: não se trata da Revolução de 30 pura e simplesmente, mas do momento revolucionário 30-32.

Erro parecido é cometido, em minha opinião, por Carlos Alberto Abel. Ao longo de seu estudo, citado anteriormente, Carlos Abel repete algumas vezes que os problemas de Paulo Honório são, sem dúvida, também causados pela morte de Madalena. Mas que também são causados pelas consequências que a Revolução de 30 trouxe para ele, um coronel. Assim podemos ler:

Com o desaparecimento de Madalena e a eclosão da Revolução de 1930, Paulo Honório vê seu mundo descaminhar de forma definitiva. (Abel. 1999 : p. 190)

e

Alteração da situação política por força da Revolução de 30; perda de Madalena. (Abel. 1999 : p. 266)

e

A solução é o que se segue ao suicídio de Madalena: Paulo Honório perde o entusiasmo pelos assuntos da fazenda; a partida de dona Glória e de seu Ribeiro; eclosão da Revolução de 1930; o sumiço de Padilha, que com padre Silvestre incorporam-se aos revolucionários. Paulo perde poder político, assiste à débâcle da avicultura, da horticultura e da pomicultura; os bancos fecharam-lhe as portas; abandonado pelos amigos, e aí, um belo dia, a resolução de escrever um livro, contando sua história. (Abel. 1999: p. 371)

O que o coloca como um defensor da tese de que a trama do romance está ligada ao fato político e histórico Revolução de 30. O importante, no entanto, é saber em que grau esse imbricamento se dá. Mesma posição apresentada por Zenir Reis:

No desenlace da história narrada naquele romance, são contíguas a morte de Madalena e a Revolução de 1930. O tempo da narração, contudo, é posterior, e a distância precisa vem explicitada na primeira frase do capítulo final: “Faz dois anos que Madalena morreu, dois anos difíceis.” (Reis. 2001 : p. 159)

Em que pese não concordar que a morte de Madalena seja motivo de tristeza para Paulo Honório, estou absolutamente de acordo de que os problemas de Paulo Honório são causados — senão exclusivamente — também pela Revolução de 30. Infelizmente, em que pese Abel afirmar que a Revolução de 30 é muito próxima à morte de Madalena, se esquece, em minha opinião, assim como Bumirgh e Zenir, de simplesmente levar adiante a cronologia e pensar que, se ela morre em 30, Paulo Honório escreve em 32, dois anos após a morte de Madalena. Ambos interrompem a *ordem cronológica* do romance com a morte da esposa e, se associam essa morte à Revolução de 30, não associam a escrita do romance à Revolução de 32.

Importante para minha argumentação ao longo desta dissertação é estabelecer a diferença entre minha proposição e a de Anselmo Pessoa. Acredito que o erro dele (partindo, óbvio, do meu ponto de vista) está bem claro nesta argumentação que se segue:

São Bernardo, lido de forma despretensiosa, pode, acredito, acabar deixando uma imagem relativamente positiva de Paulo Honório obstinado que matou e roubou mas que nos dois últimos capítulos, parece arrependido e presa do remorso. (Pessoa. 1999: p. 39)

que enseja a seguinte nota de rodapé:

Poderia corroborar com essa tese alguma indicação, no texto, que pudesse comprovar que os dois primeiros capítulos foram, de fato, escritos por último. Como, salvo engano, não existe essa marca, isto é, como não é possível afirmar que os dois primeiros capítulos de *São Bernardo* foram escritos depois dos dois últimos, só nos resta a hipótese, de resto bastante plausível (conhecendo-se o processo de composição de um texto), de que de fato o foram. Caso essa suposição fosse confirmada, seria possível uma afirmação ainda mais peremptória de que com o passar do tempo Paulo Honório recuperava a sua verve de capitalista empreendedor. (Pessoa. 1999: p. 58)

A que “dois últimos capítulos” se refere Anselmo? Aos 35 e 36? Ou aos 19 e 36? O que o capítulo 35 tem a ver com o capítulo 36?

Os dois últimos capítulos, o trigésimo quinto e o trigésimo sexto, nos trazem de volta ao presente da enunciação, estamos, por assim dizer, de frente ao Paulo Honório que nos contou a história de *São Bernardo*. Estamos a dois anos da morte de Madalena, o livro que estamos acabando de ler teria sido escrito em cerca de quatro meses. (Pessoa. 1999: p. 39)

E conclui, esbarrando no meu trabalho:

A estas contas de Paulo Honório poderíamos acrescentar: *São Bernardo* é composto de 36 capítulos; dois iniciais no tempo presente, isto é, nesses o tempo enunciado coincide com o tempo da enunciação; onze capítulos em que é narrado o enriquecimento de Paulo Honório, e em que o tempo do enunciado não coincide com o tempo da enunciação, isto é, o presente é somente do enunciado, pois o narrador já vivenciou os fatos que está narrando (afora os dois últimos, os demais conservarão esse mesmo tempo); dez capítulos que antecipam e dão as bases para o Paulo Honório ciumento; onze capítulos em que viceja o ciúme que causa a morte de Madalena; e os dois últimos que se ligam aos dois primeiros em relação ao tempo e a temática. A história central de *São Bernardo* se dá em cinco anos, por três anos Paulo Honório e Madalena ficam casados, o terceiro ano é o do ciúme doentio, dois anos após a morte de Madalena Paulo Honório resolve escrever *São Bernardo*. (Pessoa. 1999 : p. 59)

Esse mesmo esforço de cronologizar o romance empreendido por Anselmo — que demonstro aqui tão longamente por ser fundamental para mim, já que **todo** o meu trabalho se baseia numa cronologização da obra — também é empreendido por Ana Lucia Rabecchi:

Em *São Bernardo*, há um quadro temporal bem delimitado: a narrativa cobre cinquenta anos da vida do personagem, idade que tem no presente da escrita, mas o seu andamento no tempo sofre alterações. Há um período, que vai até os dezoito anos, que vem resumido porque parece ser o menos importante para suas memórias. Um segundo (se) estende até aos quarenta e cinco anos, e relata a aquisição de São Bernardo e os acontecimentos que giram em volta disso. Finalmente um terceiro período, dos quarenta e cinco aos cinquenta anos, que se ocupa dos acontecimentos que levaram à escrita do romance.

Há uma dupla focalização por diferentes tempos. O fazendeiro encara os fatos na perspectiva do presente dos acontecimentos. O escritor se encontra distanciado dois anos dos principais fatos dramáticos. (Rabecchi. 2002 : p. 101)

Em minha opinião ambas cronologias estão equivocadas: todas as cronologias empreendidas pelos críticos partiram da conclusão para o texto e não do texto para a cronologia.

No caso de Anselmo há, no entanto, um erro: para mim fica claro que os capítulos 1 e 2 foram escritos em primeiro lugar. Assim Paulo Honório não recupera a “sua verve capitalista com o tempo”, mas sim que, ao *reiniciar* a escrita de *São Bernardo*, **ele estava totalmente de posse dessa verve**. Ou, ele **nunca** perdeu sua verve. E temos de pensar que os dois “últimos” capítulos de *São Bernardo* no entender de Anselmo (que em realidade creio que ele se refere aos 19 e 36) *já* estavam escritos.

Se Anselmo tivesse pensado dessa forma não teria se desviado de seu curso da historiografia que, para mim, está colocada em *São Bernardo*. Ou melhor, se ele tivesse atentado para o fato de que o capítulo 35 é *posterior* ao 31, 32, 33 e 34 e que é anterior ao 36, ou ainda, que ele é do ano anterior ao 36, pois, começa com “entrei nesse ano” e não “entrei **neste** ano” *esse* erro teria sido evitado. Aliás, se Anselmo tivesse atentado para o fato de que o capítulo 34 é de apenas alguns meses após a morte de Madalena veria que, ali, a verve de Paulo Honório continuava a mesma.

Esse parêntese tem por objetivo outro fato claramente mostrado por Anselmo, mas que, a meu ver, foi por ele abandonado: o de que Paulo Honório mente. E por que Paulo Honório mente? A redenção de Paulo Honório, ou melhor, sua confissão, só pode ser confirmada, se se tiver certeza de sua sinceridade. Sem sinceridade não há confissão. Além de em nenhum momento Paulo Honório afirmar que roubou e matou (o que Anselmo afirma categoricamente que ele o fez) Anselmo o responde em dois tempos:

Paulo Honório é o representante desse mundo, ou melhor, podemos dizer que *ele é esse mundo*, assim como podemos dizer que João Valério é o mundo de *Caetés*, pois são narrativas na primeira pessoa e, portanto, apresentam *um* ponto de vista. (Pessoa. 1999 : p. 38)

e

Ao contrário do Paulo Honório diz de si mesmo, a sua sensibilidade é aguçadíssima. (Pessoa. 1999 : p. 39)
e complementa com uma ilação, com a qual concordo inteiramente:

De quem são os cinco filhos de Rosa e Marciano? O narrador-protagonista afirma que Marciano era um “molambo” e admite que mantinha relações sexuais com a Rosa. Mas pára aí, nenhuma palavra sobre a paternidade dos filhos de Rosa. (Pessoa. 1999: p. 39)

Se os filhos de Rosa são de Paulo Honório, que tipo de homem “recuperado via literatura” é esse, que não assume a paternidade deles, mas ao contrário, reafirma sua distância deles? Já vimos que para os seus empregados ele não liga. E também não quer bem ao seu próprio filho.

Ou seja, para Anselmo, além de Paulo Honório dirigir a narrativa, o que nos impede de lê-la como confissão pura e simples, também acusa Paulo Honório de omitir com clareza

seus atos e de não nos informar com exatidão de fatos que nos ficam óbvios. É esse Paulo Honório que leio em *São Bernardo*: um mentiroso.

As dúvidas de Anselmo Pessoa prosseguem.

Sem a releitura dos primeiros capítulos, pelo menos, do romance, a impressão que fica é de um Paulo Honório inseguro e fraco. Termina por parecer que a causa da ruína econômica foi a morte de Madalena e a prostração em que se viu o narrador depois dela. Apesar do dito e redito que os problemas advieram da reviravolta política, esse fato está tão imbricado, na narrativa, com a morte da mulher do protagonista que se baralham. A ruína econômica e moral seria uma espécie de expiação dos pecados do personagem principal. De fato as coisas não se confundem. Apesar de abatido moralmente, o Paulo Honório dos dois primeiros capítulos, os quais são narrados no mesmo tempo dos dois últimos (voltaremos a esse ponto), é um Paulo Honório exteriormente seguro e dono da situação: um homem que pensa e age em busca do lucro. As suas memórias não serão escritas para uma possível purgação dos seus crimes, pelo contrário, poderiam possibilitar ganho: “já via os volumes expostos, um milheiro vendido graças aos elogios que, agora com a morte do Costa Brito, eu meteria na esfomeada *Gazeta*, mediante lambujem.” (Pessoa. 1999 : p. 40)

Salvo equívoco de minha parte, Anselmo não voltou a esse ponto. Aqui estou de acordo com quase tudo o que ele afirma. Porém faltam algumas comprovações e alguns esclarecimentos: se Paulo Honório dos dois primeiros capítulos é um homem seguro, como explicar os “dois últimos” aventados por Anselmo? E o interesse pecuniário? Como coaduná-lo com uma suposta expiação de seus pecados? E principalmente: por que Anselmo pode afirmar que a morte de Madalena não tem nada a ver com os problemas econômicos, se, seguindo a narrativa, esses aspectos se baralham? Como distingui-los claramente?

Mas quando Anselmo entra no modelo brechtiano, creio que aí ele perde de vista o texto de Graciliano. Em que pese ainda afirmar que Paulo Honório é um coronel (mesmo que indiretamente) a sua análise desliza irremediavelmente para um perfil “humano” de Paulo Honório:

Graciliano Ramos frisa o aspecto humano de seu personagem o tempo todo, e isso, sem dúvida, corrobora com aquela impressão positiva mencionada no início: ele é um capitalista sanguinário e trabalhador alucinado; é um duro e se emociona com a velha Margarida, provoca o suicídio de Madalena e sofre verdadeiramente com a sua morte; explora o seu Ribeiro e faz, ao final, um acordo justo; odeia o tipo de dona Glória e lhe dá uma boa pensão; os seus trabalhadores, explorados até a medula, habitam em casas com luz elétrica. São contradições do capitalista Paulo Honório. Essas ações não se confundem com aquelas feitas para a publicidade, para o ganho publicitário, político ou, em última análise, econômico. São, digamos, defeitos verdadeiros de Paulo Honório. O que o faz imperfeito, em resumo humano. (Pessoa. 1999 : p. 50-1)

E a via histórico-política de Anselmo acaba aqui:

São dez capítulos, em suma, que retratam uma luta de visões, de opiniões, e que, ao mesmo tempo, preparam o leitor para o segundo *round*: a transfiguração de divergências que tinham como elemento de fundo a questão econômica para um problema de “alma”, o ciúme. (Pessoa. 1999 : p. 53)

Wander Melo Miranda é outro comentador (assim como Rui Mourão e Nádia Bumirgh) que coloca a revolução de 30 no meio da trama de *São Bernardo*. Sem entrar em

detalhes sobre sua afirmação, por ter esse crítico em vista mais os aspectos das estruturas autobiográficas de *São Bernardo*, vemos que Wander estabelece que

Nenhuma tentativa de soerguimento da arruinada São Bernardo é feita. Paulo Honório desinteressa-se até mesmo pela adaptação à nova ordem político-social, *estabelecida pela revolução de 30, sutilmente focalizada por ele no seu texto*. Esta, por ser apenas uma mudança no interior dos setores dominantes, permitiria a manutenção do poder de Paulo Honório, bastando para tanto uma acomodação de seus interesses anteriores, tornados irrelevantes, contudo, em virtude do revés sofrido pela sua visão-de-mundo após a aceitação (tardia) de tudo que Madalena significava. (o grifo é meu) (Miranda. 1987 : p. 59)

Wander não se estende para provar que a revolução em curso é a Revolução de 30 e muito menos (sendo correta sua afirmação) se espanta com seu aspecto de crônica. Mas tomo esse autor, pois, com ele posso, desde já, mostrar as opiniões que nortearão meu trabalho. Não concordo com o professor quando diz que Paulo Honório não tentou soerguer a fazenda: o livro, será mostrado, é a derradeira tentativa de “soerguimento” da fazenda (afirmação essa não de todo verdadeira). Não concordo que a revolução será sutilmente mostrada no texto: tentarei demonstrar que a Revolução de 30 *é parte integrante do tema do livro*. E, principalmente, o **tema** do livro — tentarei provar — é o **coronelismo**, sendo a Revolução de 30 a data mais importante para o coronelismo (do ponto de vista do pós-30): o seu fim. Também não concordo que a Revolução de 30 não trouxesse mudanças no cenário político: a Revolução de 30 é o fim, ou, pelo menos, um grande golpe, no poder dos coronéis: o trabalho tentará demonstrar justamente que Paulo Honório é um coronel e é a Revolução de 30 que o deixa prostrado, e não a morte de Madalena, pois é a revolução que solapa o seu poder. E não concordo que Madalena tudo representava: pelo menos não como mulher. Talvez, representasse muito, mas politicamente, lendo-se o livro alegoricamente.

Outro crítico que também descaracteriza a Revolução de 30, agora por problemas de teoria geral, é Erwin Torralbo Gimenez. Ele afirma que

São Bernardo configura, por isso, embora composto em 1934, os momentos que antecedem a Revolução de Outubro, cuja agitação redundou em mais um giro falso. (Gimenez. 2005 : p. 147)

Além do erro cronológico — *São Bernardo* foi composto em 1932 e publicado em 1934 —, creio que Erwin minimiza a Revolução de 30. Ela pode ter sido uma revolução burguesa, de acentuação da dominação, mas giro em falso ela não foi: ela acarretou profundas mudanças no Brasil, mesmo que a médio prazo e mesmo que com mudanças para pior ou as não desejadas, se se quiser falar assim. Para quem vivia na década 20 e 30 a Revolução de 30 significou muito e até hoje se fala da vigência da Era Vargas.

E Erwin separa completamente pano de fundo histórico e Paulo Honório:

Se a virada de 1930 pouco revolveu a política nacional, o transtorno íntimo muito alterou o coronel Paulo Honório: o movimento rebenta, trazendo contratempos ao proprietário, porém o apanha em completo alheamento o mundo exterior. (Gimenez. 2005 : p. 147)

Creio absolutamente verossímil a história de um coronel que se casa com uma mulher muito boa, mas que solapa seu poder dentro de seu território, e ao vê-la atuando, se redime. Também acho verossímil que este fato tenha ocorrido em 1930. E também que este coronel fique muito alheado dos fatos revolucionários que o cercam. Mas não acho verossímil que *Graciliano Ramos* simplesmente descreva a tristeza de um coronel por uma mulher que teve exclusivamente atitudes políticas nos três anos de casada, fique alheado aos fatos revolucionários de 1930-1932, sendo que foi *Graciliano Ramos* quem colocou a trama neste momento histórico: seria um alheamento, não de Paulo Honório, mas de Graciliano. E sabemos que Graciliano era extremamente ligado em política.

Erwin afirma ainda:

No fundo, Graciliano liga pouca importância à Revolução de 30 porque sabe que as revoluções, nos ciclos da história, irrompem para logo sofrer o mesmo refluxo que se abate sobre os idealismos, sempre minados pela ordem das coisas. (Gimenez. 2005 : p. 147)

Pode ser que ele tenha razão, mas duvido. Graciliano foi preso em 1930 e não creio que ele fosse assim tão cético. Além do mais, quase tudo que sabemos dele, de uma forma ou de outra, o vemos orbitando em torno do poder, da política etc. Vejo aqui um movimento muito comum nas críticas: trata-se não de discutir o inverossímil de um coronel assassino, descrito por *Graciliano Ramos*, alheado de fatos políticos por causa de uma mulher, e sim de procurar justificativas teóricas para tal afirmação.

Se dizer que Paulo Honório está numa torre (fazenda?) de marfim é já uma impenitência, dizer, então, que Graciliano escreveu *São Bernardo* de uma torre (de marfim?) de igreja, distante dos fatos que aconteciam e que ele acompanhava pelo rádio, me parece uma heresia.

Apenas para marcar melhor essa posição, temos que Madalena morre no capítulo 31 e que o capítulo 35 narra o ano seguinte à morte da normalista. Ora, nesse capítulo vemos Paulo Honório procurando créditos em bancos, escrevendo para o governador etc. Um ano após a morte de Madalena não só Paulo Honório *tentava* soerguer a fazenda como não demonstrava nenhum sintoma de melancolia, pelo menos não em seu estilo de escrever. E se quisermos, veremos um Paulo Honório, no capítulo 36, respondendo a carta de negócios com o tal homem dos porcos, em plena depressão mais profunda e nostálgica pela esposa. E para maior espanto, se pensarmos que o capítulo 35 deve ter sido escrito, por exemplo, na

mesma semana em que foi escrito o 36 (veremos, Paulo Honório escreve o romance em 4 meses), a diferença de tom entre esses dois capítulos é abismal.

Essa discussão é muito importante, pois é necessário se ter bem claro qual o contexto da obra, qual a sua relação com a realidade que a envolve — e que a preenche — para se poder trabalhar dialeticamente. E como se pode ver, não há consenso quanto à relação da trama do romance com o tempo histórico ao qual sua escrita é contemporânea.

Lucia Helena Vianna, já citada anteriormente, também estabelece paralelo entre fatos reais e fatos ficcionais. Apesar de colocar fatos bem distantes como Coluna Prestes, Revolução de 30 e Revolução de 32 (e aventa a Intentona de 35) como quase contemporâneos, a crítica esclarece, a respeito dos fatos narrados no capítulo 34, que neste meu trabalho tomo como referentes a outubro de 1930:

Contrários ao mandonismo das oligarquias estaduais e dos proprietários rurais, os que apoiaram a revolução defendiam um sistema de governo centrado nas mãos de um líder forte e majoritário, capaz de conter o ímpeto de autonomia das antigas províncias e atuais estados da federação brasileira. Este líder era Getúlio Vargas. O clima revolucionário daquele tempo pode ser reconhecido em *São Bernardo*, por meio das referências a episódios como o tenentismo e a Coluna Prestes. (Vianna. 1987: p. 25)

Mais uma vez, salvo equívoco de minha parte, não há no livro nenhuma alusão ao tenentismo e nem mesmo à Coluna Prestes. Poderíamos supor, em determinado momento da narrativa, que a referência a uma *volante* quebrada no descaroçador, poderia ser uma alusão aos *volantes* da polícia que circulavam no Nordeste, tanto contra a Coluna Prestes quanto contra os cangaceiros. Mas a Coluna Prestes teve seu êxito maior em 1925 e, segundo minha datação, 1925 estará no “salto de cinco anos” balizado pelo encontro com seu Ribeiro e a visita do governador. Ou seja, não há narração desse fato histórico. Pelo menos não diretamente. Ou que a patente de Padilha durante a Revolução de Outubro fosse uma alusão à participação dos tenentes naquele golpe. Mas em 30 o tenentismo, enquanto movimento, já estava praticamente extinto, e se se refere a eles não mais como tenentismo e sim como “os tenentes”.

E ainda, os trechos citados por Lucia Helena para essas conclusões são retirados do capítulo 34 de *São Bernardo*, trechos esses que, segundo a minha datação do romance, se referem única e exclusivamente à Revolução de 30.

Imediatamente após essa passagem, ela transcreve a fala de Gondim, no mesmo capítulo 34, mas agora, segundo a autora, a associa à Revolução de 32. Gostaria de deixar claro que segundo minha posição, a Revolução de 32 não entra em cena em *São Bernardo*.

Vou tentar provar que a narrativa de Paulo Honório se encerra em 9 de julho de 1932, o dia em que estoura a Revolução de 32.

São Bernardo foi escrito durante todo o ano de 1932 e guarda os ecos da Revolução Constitucionalista de São Paulo, que chegavam pelo rádio aos ouvidos do escritor. Este levante, rechaçado violentamente pelo governo central, pregava a redemocratização do país, com a convocação de Assembléia Constituinte. As elites paulistas pretendiam desse modo restaurar sua influência no processo político, em declínio desde 1930. (Vianna. 1987: p. 26)

Importante aqui é Lucia Helena afirmar que “as elites paulistas pretendiam desse modo restaurar sua influência no processo político, em declínio desde 1930”. As elites às quais ela se refere são aquelas ligadas ao café: ou seja, ela defende teses parecidas às minhas: a revolução de 30 expulsou os coronéis do poder e em 1932 esses mesmos coronéis tentaram retomar o poder pelas armas. Retomando: Madalena morre em 1930, em 1930 eclode a revolução (capítulo 34) e, dois anos após, Paulo Honório, coronel apeado do poder em 1930, escreve suas memórias. Será que ele está tão alheado assim do mundo, que nem liga quando seus pares estão em luta armada para retomar o poder? E o que é mais importante para nós e para a literatura: um coronel arrependido ou a Revolução de 1930 e 1932? E Graciliano, será que ele passou o ano de 1932 alheado de fatos históricos tão graves e ficou escrevendo as memórias sentimentais de coronel assassino? Sem relacioná-lo com a luta que abalava o país, e que esbarrou em Guerra Civil Espanhola?

Mas, infelizmente, mais uma vez constato aqui uma aversão a se datar os fatos. De qualquer forma, Lucia Vianna parece situar basicamente o romance como contemporâneo à Revolução de 30:

A burguesia rural nascente, em substituição ao poder senhorial dos que mandavam anteriormente, delineia para o leitor o espaço econômico-social, intimamente relacionado ao tempo histórico: véspera da Revolução de 30, marco de significativas mudanças para a sociedade brasileira. (Vianna. 1987 : p. 78)

Como veremos a seguir, Carlos Nelson Coutinho fez exatamente isso: alinhou período histórico e personalidade do narrador. Em que pese as discordâncias que tenho do crítico carioca, penso que este seja o verdadeiro caminho para se ter um quadro mais aproximado dos acontecimentos narrados.

Outro comentador que também não tem dúvida em datar o romance como sendo contemporâneo à Revolução de 30 é Osman Lins:

Ora, qualquer leitor já sabe, através das “casuais” alusões a Outubro e aos lenços vermelhos, a que revolução se refere Paulo Honório: 1930. Não só isto: inicia-se a caracterização do padre, conhecemos a sua filiação partidária e a sua intolerância política (característica, aliás, de um clima político que a sua exigência de “devassas rigorosas e castigos” tão claramente sugere). Indica-se, ainda, a época precisa em que Paulo Honório empreende a sua confissão — e, *a posteriori*, a cronologia aproximada dos eventos narrados. (Lins, in Brayner. 1978 : p. 191)

Osman Lins tem total razão em suas observações, mas comete o mesmo erro cronológico. Quando Paulo Honório fala “casualmente” sobre outubro e lenços vermelhos estamos no capítulo 1. O capítulo 1 foi escrito dois anos após a morte de Madalena. Ou seja, esse capítulo narra, tempos depois, os acontecimentos de quando, após a morte de Madalena e durante a Revolução de Outubro, ele, Paulo Honório, tentava, junto com os amigos, escrever um livro. Portanto Osman Lins, em minha opinião acertou na idéia, mas errou na execução: sabemos *a posteriori* que, durante a Revolução de 30, Paulo Honório tentou escrever, com a ajuda de amigos, um romance. A idéia gorou e tempos depois ele retomou a escrita, desta vez, sozinho, dois anos após a morte da esposa e narra, nesse segundo momento e como primeiro passo para sua biografia, que ano e meio antes havia tentado escrever um livro com a ajuda de amigos. Lins talvez tenha sido iludido pela opinião de Rui Mourão de que a escrita do livro por Paulo Honório tenha a duração de ano e meio. E aqui ocorre o verdadeiro erro de Mourão:

O capítulo XXXVI, produzindo uma elipse que fecha em seu bojo um período de mais de um ano, desenvolve-se inteiro ao nível da atualidade de Paulo Honório. (Mourão. 1969 : p. 101)

Esta colocação mais a idéia de confissão, levaram, em minha opinião, a erros gravíssimos na configuração cronológica do livro.

Lorençato, ao apresentar a forma de filmagem de *São Bernardo* por Leon Hirszman, também estabelece a data do período em que se passa a trama: final de 30.

O cineasta também respeita o período em que se passa a história, início da década de 30, e realiza um filme de época. (Lorençato. 1994 : p. 90)

Outro mestre que também situa a revolução que eclode ao final do romance como sendo a de 30 é Luis Gonçalves Bueno Camargo.

O que a escrita da história fará, é apenas confirmar que aquela brecha fora totalmente invadida. Já lhe era impossível atropelar o outro como se isso nada significasse. Ele joga inicialmente a culpa da decadência de S. Bernardo na Revolução de 30, que bagunçou tudo. (Camargo. 2003 : p. 672)

E em outra passagem ele vai mais fundo nessa afirmação:

É em *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, que se encontrará a expressão mais acabada dessa descrença na modernização, que vai junto com uma avaliação pouco otimista da Revolução de 30. (Camargo. 2003 : p. 63)

Ou seja, não somente a Revolução de 30 eclode durante a narrativa de Paulo Honório como também ela é o tema do romance de Graciliano. E mais: o autor alagoano criticaria o processo de modernização (também representado por essa revolução) via *São Bernardo*. E essa é minha tese: a Revolução de 30 é o tema do romance. E Graciliano, que foi preso por atividades antigetulistas, é contra a revolução, e o expressa em *São Bernardo*.

Carlos Nelson Coutinho afirma que *São Bernardo* é

uma das obras mais autenticamente realistas da literatura nacional. Ao penetrar nas determinações essenciais da nossa realidade, Graciliano reencontra a estrutura novelística clássica e a visão humanista que havia de ser o fundamento de sua práxis artística ulterior”. (Coutinho. 1967 : p. 151).

Além das razões biográficas que explicariam esse “salto”, a saber, entre a crônica de *Caetés* e a crônica social que são *São Bernardo* e *Angústia*, Coutinho aponta um outro fator, ligado diretamente à realidade brasileira:

Entre *Caetés* e *São Bernardo* se situa a Revolução de 30; apesar de suas notórias limitações, ela permitiu compreender com mais precisão as forças sociais em choque na realidade brasileira, revelando quão aparente e superficial era a solidez daquela sociedade estagnada e mesquinha e indicando as tendências renovadoras latentes e encobertas. Em estreita vinculação com estes movimentos de renovação, Graciliano passa a ter uma ação efetiva na vida social, não somente exercendo cargos públicos, como também assumindo uma prática frente aos problemas de seu tempo. (Coutinho. 1967 : p. 151)

Essa citação de Coutinho é muito importante, pois implica numa certa determinação do meio nas atitudes de Graciliano e, por conseguinte, na sua atuação artística, e mostra que a preocupação de Rui Mourão tem suas razões de ser. Se não liga o romance aos fatos históricos, liga o autor aos fatos históricos. E também nos possibilita colocar a questão histórica em outros parâmetros. Através da mudança de Graciliano via fatos históricos, podemos nos questionar da mudança de Paulo Honório via os mesmos fatos históricos. Ou seja, com Coutinho vemos uma posição muito diversa da até aqui colocada: Graciliano não ficaria alheio aos fatos políticos que ocorriam no final da década de 20 e, principalmente, sua literatura também não ficaria alheia a esses fatos.

Porém desde já digo que não concordo com a posição de Coutinho em relação ao romance *Caetés*, como falarei mais adiante.

Note-se, pois, que, apesar de o romance ser claramente engajado socialmente, é muito difícil ligar os acontecimentos narrados a fatos específicos da história brasileira. Essa clareza que o texto nos proporciona de que “se está discutindo a vida no Brasil, com muitas das implicações que isso acarreta” e o vazio do pano de fundo histórico é um contraste desnorteante. A crítica até aqui não conseguiu dar uma palavra final sobre o fundo histórico de *São Bernardo*: e, no entanto, a Revolução de 30 troa ao fundo, mas não há a explicitação de um só fato concreto que a coloque de maneira categórica no texto do romance.

Percebe-se que quanto mais moderno o trabalho sobre a obra de Graciliano, mais fica o interesse por sua cronologia e sua datação histórica. Ou seja, quanto mais psicológico o olhar do crítico, mais se perde a história de vista. Quanto mais histórica a análise, mais se põe em dúvida a sinceridade de Paulo Honório.

Carlos Nelson Coutinho tenta resolver este problema explicitando as características gerais da sociedade capitalista definindo assim a sociedade brasileira. O pensamento de Coutinho, apesar de complexo, é claro, possuindo um desenrolar bastante objetivo. O romance de Graciliano não possui nada em comum com um regionalismo estreito com o ranço de um “naturalismo sociológico” e nem descamba para uma “universalização abstrata e absoluta”. A força de seu narrar advém exatamente da utilização do regionalismo, da cor local, para atingir um universal concreto, da descrição “do destino de homens concretos, socialmente determinados, que vivem em uma realidade concreta.”(Coutinho. 1967: p. 156).

A partir desses pressupostos Coutinho define primeiramente a sociedade brasileira como uma “sociedade semicolonial” em crise. Contra o isolamento e a alienação causados pelo processo capitalista, contra a esterilidade da vida burguesa surge em alguns elementos dessa sociedade o inconformismo e a inquietude. Nessa luta nasce o herói problemático “que já não aceita passivamente o estancamento e o marasmo da sociedade anterior, do mundo convencional e vazio.”(Coutinho. 1967: p. 156)

Essa descrição permite a Coutinho estabelecer sua principal conclusão sobre Paulo Honório: ele é ao mesmo tempo herói problemático e membro do mundo convencional. Pela colocação de Coutinho vemos que tempo e personalidade estão intimamente ligados, mas também permanecemos diante da dualidade de Paulo Honório descrita acima por João Hernesto Weber. A grande lição de Coutinho é de nunca afastar o caráter do personagem do seu tempo: o início do capitalismo burguês no Brasil molda o caráter de Paulo Honório.

Por hora, o que mais nos interessa nessa análise, são as palavras de Coutinho para definir Paulo Honório. O que o move é o motor típico do capitalista.

movido por uma sede de lucro e de domínio que é própria do capitalista, Paulo Honório é — no essencial — um burguês típico, mas permanecem em sua mentalidade certos aspectos feudais. (Coutinho. 1967: p. 155)

É essa dupla articulação, “burguês” e “senhor feudal”, que o caracteriza como tipicamente brasileiro.

Mas precisamente por causa desta permanência de valores feudais, Paulo Honório é o representante típico da burguesia brasileira, de uma burguesia que se uniu organicamente à mesquinhez da sociedade semifeudal e que renunciou, talvez definitivamente, aos princípios democráticos e humanistas de seu período de ascensão revolucionária nos países hoje desenvolvidos. (Coutinho. 1967: p.155-6)

E na luta para alcançar os seus objetivos egoístas, poder e dinheiro, Paulo Honório esbarra em sua própria estrutura, a mesma estrutura que lhe permite este poder, impede o

seu desenvolvimento. É neste momento, ao ver que seus esforços são baldados, que Paulo Honório se transforma em herói problemático.

Aliás, o próprio Paulo Honório - que é o narrador fictício de *São Bernardo* - adquire, ao final, uma rigorosa consciência de sua condição e de sua problemática. (Coutinho. 1967 : p. 157)

Resumindo, Paulo Honório é, nas palavras de Coutinho, um típico burguês brasileiro, pois além de sua sede de poder e dinheiro (o que o caracteriza como capitalista) mantém em sua mentalidade traços “feudais” (o que o caracteriza como especificamente brasileiro) sendo por isso integrante do mundo convencional; mas por tipicamente brasileiro não consegue romper as amarras que o impedem de se desenvolver plenamente como burguês, sendo por isso, e contraditoriamente, um inquieto, um herói problemático que se reconhecerá ao final, como tal. Ou seja, para Coutinho, há uma mudança em Paulo Honório. Ou, retomando as palavras do próprio Coutinho:

O caráter excepcional de Paulo Honório, entre outras coisas, expressa-se na complexa integração dos valores feudais e dos valores capitalistas que formam a sua personalidade. Movido por uma sede de lucro e de domínio que é próprio do capitalista, Paulo Honório é — no essencial —, um burguês típico; mas permanecem em sua mentalidade certos aspectos feudais, como, por exemplo, o seu apego à vida rural e a sua incapacidade de ambientação na cidade. (Coutinho. 1967 : p. 155)

A presença do texto de Coutinho nesse momento da discussão torna impossível manter o homem distante de suas atividades. E suas atividades de seu tempo. Aqui entramos num divisor de águas. Paulo Honório como herói problemático muda de atitude após um grave revés em sua vida: a morte de Madalena.

A questão da presumível mudança de comportamento de Paulo Honório é, mais ou menos enfática em quase todos os autores que estudaram e escreveram sobre *São Bernardo*. Porém, adiantando mais uma vez a tese que proponho, sendo Paulo Honório o manda-chuva da cena política brasileira anterior à morte de Madalena e sendo essa cena política anterior à Revolução de 30, o manda-chuva da cena política brasileira anterior aos fatos da Revolução de 30 só podia ser um *coronel*. E o coronel pode ser, como tentarei demonstrar, exatamente o contrário do que Coutinho afirma: não um burguês em estrutura “feudal”, mas um “senhor feudal” (oligarca) com laivos de burguês (industrialista).

Como podemos ver, a atitude de Paulo Honório (o quem), não pode ser dissociado do quando e nem de suas **motivações** para agir (o por quê).

Digo que é impossível separar o homem de seu tempo, pois se Paulo Honório é um coronel, e mais uma vez adiantando, ele é também um tipo — no sentido balzaquiano? —, as suas atitudes não poderiam ser reduzidas a uma relação homem-mulher com Madalena:

esta relação também deverá ser politicamente balizada: assim, a Revolução de 30 — mais do que a morte da esposa — é que destrói Paulo Honório, historicamente falando. É a revolução que acabará com seu poder. E o que teremos de demonstrar é como a morte de Madalena e a Revolução estão unidas.

João Luís Lafetá em seu texto “O Mundo a Revelia”, chega a conclusões semelhantes às de Coutinho no que se refere à personalidade de Paulo Honório.

Se alinharmos todas as características examinadas — ação, energia, objetividade, dinamismo, capacidade transformadora e sentimento de propriedade — torna-se inevitável o surgimento de analogia entre o herói e a burguesia como classe. Já vimos, também de passagem, que Paulo Honório parece ser o emblema contraditório do capitalismo nascente em nosso país. (Lafetá. 1980 : p. 202)

Lafetá tem por objetivo provar que o motor do livro é o poder reificador de Paulo Honório. Ele tudo pode e tudo consegue, pois tudo reifica. E por tudo reificar tudo perde. Sua solidão, no final, é o resultado de sua vida reificadora.

E é exatamente quando seu poder, que tudo conseguiu e tudo destruiu, acaba, é que começa a vida:

A verdadeira busca começa onde termina a vida de Paulo Honório. A busca verdadeira, entenda-se, a procura dos verdadeiros e autênticos valores que deveriam reger as relações entre os homens. A vida terminou, o romance começa. (Lafetá. 1980: p. 210)

Paulo Honório solitário, sem poder sequer sobre si mesmo, resolve procurar esses valores através da rememoração de seu passado reificado e reificador.

Paulo Honório escreve seu livro e busca o sentido de sua vida. (Lafetá. 1980: p. 212)

É, apesar das diferenças de objetivos e critérios, um caminho idêntico ao do Paulo Honório traçado por Coutinho: um burguês, sua ascensão, sua queda e sua tentativa de redenção pela literatura, um conhecimento de si mesmo pela escrita. E por isso Lafetá admite uma mudança de atitude no comportamento de Paulo Honório e com uma conclusão sobre Paulo Honório muito parecida à do teórico carioca:

Aliás Paulo Honório — que é o narrador fictício de *São Bernardo* — adquire, no final uma rigorosa consciência de sua condição e de sua problemática. (Coutinho. 1967 : p. 157)

Lafetá é um dos poucos estudiosos que não tematiza o fundo histórico.

Deonísio da Silva, chegou a conclusões muito mais explícitas sobre essa tentativa de redenção ou expiação pela literatura.

“Temos aí a inauguração de uma nova forma de viver, que vai pautar-se por uma recusa à reificação e uma procura de humanização.” (Silva 1979 : p. 87)

e, concluindo

“A passagem da reificação à humanização pareceu-me, então, o traço mais vigoroso deste romance e seduziu-me sobremaneira o modo como se dá esta passagem que só é possível por meio do ato de escrever (...) São Bernardo é pois, mais do que tudo o que aqui dele se disse, o elogio da literatura como instrumento de humanização e de recusa à reificação imposta pela desordem do mundo.” (Silva. 1979: p. 93)

Em um recente trabalho de doutorado, Rogério Silva Pereira, propondo “focar o romance como sendo construído como uma autobiografia ficcionalizada e também como uma confissão também ficcionalizada, entrevendo, assim, algumas consequências dessas categorias na configuração do romance” (Pereira. 2004 : p. 115) chega a conclusões absolutamente contundentes em relação a mudança de comportamento de Paulo Honório.

Rogério desiste de fazer um quadro histórico do Brasil a partir de *São Bernardo* no momento em que afirma:

Se ao menos se tratasse de memorialismo, isto é, se ao menos fosse o conjunto das memórias de um homem que, como Paulo Honório, viveu no momento de transição da República Velha para o Estado Novo, com seus elementos da política e da economia, etc. Mas não. É vida privada tornada pública, eis a autobiografia de Honório. Seu livro não tem qualquer apelo eleitoral. (Pereira. 2004 : p.125)

Estamos diante de uma proposta memorialista pura. Em que pese o cunho histórico-político de *São Bernardo* ter sido situado — com alguma imprecisão histórica, no entanto — este aspecto histórico não nos remete à história do Brasil, mas à vida privada de um homem. A história fica completamente enterrada no parágrafo seguinte:

Ali sequer o autor explicita o contexto histórico. A título de exemplo, tomemos a menção da Revolução de 1930. Esse marco da historiografia tradicional é mencionado de passagem e de modo ambíguo apenas como “revolução de outubro”, sinal claro da pouca dimensão dada ao mundo externo pelo narrador. Honório, assim, parece querer antes de tudo que o público o leia. Ser comprado parece ser secundário. (Pereira. 2004 : p. 125).

Talvez por não ter dado a devida atenção à Revolução de Outubro que muda a vida de Paulo Honório; talvez por querer, como projeto maior de seu trabalho, atacar a historiografia tradicional; talvez ainda por não se aperceber que por trás de Paulo Honório está Graciliano Ramos (como ele mesmo propôs separar) — Rogério definirá esse narrador como sendo um capitalista-coronel-escritor (apesar de reiteradamente usar o termo burguês, e até burguês arquetípico). E por não dar a devida importância a esses fatos conclui que Paulo Honório não se vangloria dos seus feitos: mas ao contrário, se *arrepende*. E mais, sua narrativa tem por escopo tornar-se culpado diante do público a quem ele se dirige. Sobre o personagem afirma:

Parece que o alienado Honório, ao deixar de ser somente coronel-capitalista e se tornar coronel-capitalista-escritor, mostra-se ao leitor como síntese utópica e símbolo da desalienação. Como se dá esse processo? (Pereira. 2004 : p. 137)

O destino final de Paulo Honório é a humanização: “ele acata a intelectual, a escritora, a caridosa Madalena” (Pereira. 2004 : p. 141), ou em outras palavras, “só o discurso humaniza” (Pereira. 2004 : p. 142), já que o discurso era prerrogativa da esposa. Ou ainda: “a da humanização da sociedade feita pela aceitação do intelectual” (Pereira. 2004 : p. 144). A sua última palavra sobre a nova atitude de Paulo Honório é de que ele

representaria uma abertura de diálogo entre poder e dominados, fruto da “consciência culpada” de Honório. (Pereira. 2004 : p. 146). Em uma palavra: o trabalho de confissão de Paulo Honório o humaniza. (Pereira. 2004 : p. 146).

Portanto, mais abertamente que em qualquer outro texto, essa tese de doutorado vê na mudança de comportamento de Paulo Honório, não só uma redenção pessoal do fazendeiro, mas uma busca de redenção da sociedade via “instituição da vida pública”. (Pereira. 2004 : p. 148). Mas reitero a posição que defendo: Rogério Pereira, não se atém ao fundo histórico e não se detém no tipo coronel, que Paulo Honório tão bem representa: talvez por isso parta para o biografismo.

De uma maneira geral, podemos ver nos trabalhos aqui estudados que, quanto mais o crítico se afasta da questão histórica, mais ele adentra na crítica da confissão. E, nos mais recentes, mais se tem como dado que a revolução que eclode ao final do romance é a Revolução de 30, mas a utilizam apenas para desmerecer a história dentro do romance.

Mas para mim é importante a análise de Rogério Pereira, pois nela, bem ou mal, aparece a palavra coronel. E isso é importante. Paulo Honório não é burguês. Ele é coronel.

Letícia Malard também se utiliza desta terminologia para definir Paulo Honório: coronel. E mais, fala em coronel criminoso:

No princípio da década de 30, num autor de exagerada autocritica, a literariedade do regional nordestino aparece, ainda medrosa, por conta de um coronel criminoso e pouco instruído, que não tem pretensões a escritor nem sabe para que escreve. (Malard. 1976 : p. 45)

Lucia Helena Vianna alterna as terminologias: ora trata Paulo Honório como coronel, ora como burguês, ora como burguês rural.

Voltando ao texto de Rui Mourão, em suas conclusões, encontramos a afirmação sobre *São Bernardo* que:

Já em *São Bernardo*, é o panorama dos campos que vamos descortinar. Paulo Honório é a encarnação do grande proprietário de terras vivendo de desmandos, na gloriosa impunidade de quem tem o mundo a seu favor. O romancista mostra como todo o mecanismo da organização social funcionava em seu benefício e indica em que medida o progresso material da época - que introduziu novas técnicas em nosso processo de produção, a ponto de imprimir “aparências de fisionomia moderna a um quadro cujo fundo, no entanto, era essencialmente colonial nas suas manifestações específicas” — redundava apenas em mais um elemento de dominação na mão dos poderosos. Focalizando a ascensão e o declínio daquele “coronel” sem tradição, que se fez por obra da tenacidade, deixando atrás de si uma legenda de audácia e pilhagem, o autor pôde levar a efeito a desmontagem completa da estrutura imperante no sertão nordestino. (Mourão. 1969: p. 175)

A diferença entre essas conclusões e as anteriores é, pois, fundamental: em vez de burguês temos *coronel*, em vez de busca de sentido da vida temos *declínio*. E isso é de suma importância para esta dissertação: estabelecer que Paulo Honório é um coronel em declínio *devido* à Revolução de 30.

Coutinho, com toda sua acuidade de crítico, acertou na mosca ao tentar descrever Paulo Honório sem nunca perder de vista a estrutura social do Brasil. Porém creio que cometeu um erro: o romance foi publicado em 34 e, portanto, referindo-se a fatos passados como o romance se referia, só poderia estar tematizando ou o Império ou a Primeira República. No entanto, está claro que o que se passa se passa na Primeira República — já que há a figura do “governador” etc e não há imperador —; a estrutura política dominante nesse período da nossa história era o coronelismo, tanto que esse período é chamado de a República dos Coronéis. Creio que esse foi o erro de Coutinho: se ele tivesse se referido a Paulo Honório como coronel, teria chegado a conclusões bem diversas sobre o comportamento dele no final do livro, daquelas que ele, Coutinho, chegou.

Continuando, não sabemos exatamente porque Rui Mourão usou a expressão “coronel sem tradição”, pois boa parte dos coronéis — senão a maioria deles — ou todos? — não tinha “tradição”. Talvez por isso também Rui Mourão não tenha usado este pressuposto como ponto de partida para o estudo de *São Bernardo* em suas *Estruturas*, pois apesar das afirmações acima transcritas, no texto propriamente dito em que analisa *São Bernardo*, conclui que

Considerando que, para ele, não há mais solução, porque se lhe fosse possível recomençar “aconteceria exatamente o que aconteceu”, uma vez que não conseguiria modificar-se, Paulo Honório não se dá conta de que neste mesmo instante está recomençando tudo de novo e já se encontra profundamente modificado. Nasce outra vez, agora edificando a sua vida exclusivamente sobre valores morais e espirituais. Começa a existir humanamente e sente, em toda a extensão, o dramático que se encerra nesse fato simples - existir humanamente - com plena consciência das suas limitações e das suas grandezas. (Mourão. 1969: p. 102-3)

Mais uma vez o paradoxo da mudança de atitude de Paulo Honório toma as conclusões finais. Aqui, em minha opinião, faltou a referida concatenação entre texto e contexto acima aventada nos escritos do crítico mineiro. Grosso modo, minha proposta é, em última análise, uma fusão dos achados de Coutinho com os de Mourão.

Como vimos, três dos quatro autores citados no início desta introdução (Lafetá, Mourão, Coutinho) dão clara mostra dessa dualidade de Paulo Honório, o que ensejará ao professor Weber falar de “abismo infundo”. Talvez seja uma posição ingênua de minha parte, mas a impressão que todas essas análises me dão é de que, por um lado, quando atua egoisticamente, Paulo Honório é dado como representante de classe, mas quando tomado como escritor abandona sua classe e se transforma em indivíduo. Como se a literatura fosse algo humanizador, ou que somente humanizados são escritores.

A biografia de vários escritores nos dá uma dimensão bem diversa do escritor bem comportado e humano.

Remeto aqui ao livro de Fernando Martínez Laínez *Escritores e Espiões*, por exemplo, para mostrar o quanto escritores podem ser pessoas absolutamente ligadas ao poder, para não dizer maus-caracteres. E para quem quiser, a algumas biografias de Machado de Assis. Graciliano, por exemplo, andava com um canivete no bolso, saía com mulheres casadas, tinha clara preferência por um filho, era machista etc.

É esse tratamento, a saber — herói problemático e membro do mundo convencional — que dá a Weber a impressão de que algo não fecha no livro. Como “representante de classe” a atitude de Paulo Honório não tem exemplo na história, ou seja, uma classe dominante que, de uma hora para outra, se arrepende de seus atos por problemas particulares, e se transforma em escritor ou busca de uma vida baseada em valores que ela diz cultivar, afirma serem os verdadeiros, mas não os segue. Portanto, Paulo Honório fazendeiro, seja ele burguês ou coronel, é representante de classe, Paulo Honório rememorador é indivíduo, herói problemático.

Dar à obra de Graciliano o cunho utópico que Rogério Pereira quis me parece bastante temerário, e dar a Paulo Honório o discurso humanizador me parece igualmente uma novela de baixa qualidade, além de, não nos esqueçamos, dar esta capacidade justamente a um coronel dos mais violentos. Por que o discurso humanizador não foi dado a Marciano ou Rosa? E sim ao todo-poderoso patrão-coronel? Que continua coronel-patrão no momento da escrita. Fora o aspecto utópico aventado por Rogério, que tipo de mensagem perpassa pela redenção de um coronel assassino? E mais, por que a crítica aceitou, tão acriticamente, a redenção de um tipo histórico tão detestado e que, como tipo, nunca se redimiu?

Por esses motivos, o professor Weber estabelece a tese de que a incompletude das leituras, ou pelo menos, a sensação de incompletude, vem do fato de o romance apresentar uma complexidade estrutural inusitada: “por um lado ele é uma “epopéia ‘positiva’ (a ingenuidade incontestada de Paulo Honório), por outro lado como tragédia, a danação de Paulo Honório.” É essa dualidade que permite a leitura do romance de formas diferenciadas: “como uma epopéia positiva, como um romance clássico, como um exercício de reificação e degradação, ou como, inclusive, um romance de “tese”, em que a demonstração do

“teorema” proposto ocorre pelo choque, ao final, entre epopéia positiva e a noção de degradação (leitura relativamente simples de se encontrar sem que, necessariamente, se explicitem os seus termos)”. (Weber. 1993: p. 65) .

O que proponho: se em vez de tomarmos Paulo Honório como burguês, como querem Coutinho e Lafetá, o tomarmos por coronel, como o descreveu Mourão, teremos uma relação mais congruente entre texto e contexto: Paulo Honório, coronel, seria uma figura diretamente ligada ao período narrado no romance, a Primeira República ou República dos Coronéis. E na descrição de sua vida e de suas atitudes teríamos um exemplo da forma de agir e de se estruturar dos coronéis. E desde o princípio saberíamos que a tristeza de Paulo Honório por Madalena não é um modo normal de agir dos coronéis.

Portanto a primeira missão deste trabalho é a de demonstrar como o romance nos permite ler Paulo Honório como um coronel. Apesar de, por incrível que pareça, essa palavra não aparecer nenhuma vez no romance. A seguir poderemos propor o paradoxo de Paulo Honório ao final do livro, não como saudade de Madalena, mas como perda de poder por conta da Revolução de 30. O que é, historicamente, totalmente factível.

O indivíduo Paulo Honório já foi suficientemente estudado. Sua psicologia, sua singularidade, seu amor pela esposa, sua situação após a perda do ente amado. Em que pese achar essas interpretações incorretas, elas podem ser sustentadas e já foram bastante trabalhadas, como pude mostrar nesta resenha da fortuna crítica do livro em estudo.

Ao indivíduo, no entanto, sobreponho uma figuração: Paulo Honório, demonstrarei no próximo capítulo, é uma figuração de um coronel, a saber, Delmiro Gouveia. Mas Paulo Honório é muito mais que uma figuração ou um biografismo de um coronel, mesmo que especial, individual. Paulo Honório extrapola o puro exemplo. Delmiro Gouveia é trazido a tona, pois ele é um exemplo (dado por Maria Isaura Queiroz como um “coronel ímpar”) especial do último tipo de coronel, o coronel industrialista. Não podemos nos esquecer que o coronel é uma definição sociológica que atravessa 40 anos de história, portanto tem de sofrer modificações. Ou seja, Paulo Honório é tipo quando pensamos em coronel da década de 20 do século passado. Mas também é tipo em relação aos coronéis, pois a atuação social-eleitoral dos coronéis nesses 40 anos é “muito parecida”. Paulo Honório extrapola assim em muito a biografia de Delmiro, ele se torna um tipo, no sentido de Weber, ao conseguir reunir em si várias das características principais de um ente sociológico: o coronel

industrialista da década de 20, fartamente descrito na nossa historiografia. Mas no momento em que as ações desse coronel, que tomo agora como tipo, coincidem com fatos históricos, esse tipo avança a fronteira do puro modelo sociológico e chega à alegoria histórica. Esse é o percurso que tentarei seguir ao longo da dissertação.

Através dessa pequena resenha podemos ver que os dois principais problemas de *São Bernardo* — a mudança de comportamento de Paulo Honório e o pano de fundo histórico do romance — são os dois lados de uma mesma moeda.

Não cabe aqui, nesse projeto, discutir se a Revolução de 30 acabou ou não com o poder dos coronéis (para Maria de Lourdes Janotti, por exemplo, a Revolução de 30 não acabou com esse poder, porém, para outros, ela foi uma Revolução contra os coronéis etc entre eles Francisco Weffort que, em recente palestra na FFLCH-USP, afirmou que a Revolução de 30 modificou inteiramente o Brasil): mas ela veio para, no mínimo, reduzir bastante esse poder: se, no período dos coronéis, estes tinham o poder de até castigar fisicamente os seus empregados, designar o delegado, mandar soltar e prender, controlar a mesa eleitoral, voto de cabresto, voto de bico de pena, de manter tropas armadas em suas fazendas, com a Revolução, por exemplo, a criação do Ministério do Trabalho apareceu para mediar os termos empregatícios, havendo uma substancial diminuição do poder *legal* dos coronéis, independentemente de suas atitudes terem mudado ou não. E não nos esqueçamos que nos depoimentos de todos aqueles que participaram da Revolução de 30, o fito da Revolução é sempre o de acabar com o trabalho escravo.

Em *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, podemos ler claramente essa mudança de correlação de forças, tendo os trabalhadores o direito de contestar as decisões do fazendeiro. Fora outras mudanças, como no que tange aos votos, instituições públicas, policiamento, justiça, armamento etc, que também abalaram a estrutura coronelista: estaríamos quase que diante de uma posição weberiana: a revolução alterou mais o *status* dos coronéis do que sua posição econômica, por mais estranho que isso soe. Seguindo as palavras de Catelli:

O Estado passava a atuar no sentido de cobrir as demandas trabalhistas e proteger os fazendeiros, criando mecanismos paternalistas de controle e regulação de força de trabalho. O Estado começava a atribuir-se o papel de solapar conflitos sociais, absorvendo-os e resguardando o interesse dos fazendeiros — função essa reconhecida também, posteriormente, na república varguista. (Catelli. 1992 : p. 31)

A Revolução de 30 foi uma revolução *contra* o coronelismo como instituição (ou como diria De Decca, contra o fantasma da oligarquia), independentemente de quanto avanço ela tenha, no fim das contas, trazido.

Nesse ponto trago a baila um trecho de uma muito interessante dissertação de mestrado, que trata da FIESP e CIESP etc. Para mim, sua contribuição neste ponto da argumentação vem de um dos seus pressupostos:

A interpretação mais difundida e aceita das mudanças pelos quais o Brasil passou nos últimos vinte anos remete à noção de esgotamento de um ciclo histórico, grosso modo, iniciado na década de 30 e finalizado ao longo dos anos 80 e 90 do século passado que se convencionou chamar de período desenvolvimentista (também chamado de era Vargas.) (Toledo. 2005: p. 4)

Ou seja, nem é tanto assim o problema do que acabou em 30 — o coronelismo —, mas do que começou: hoje, creio, ninguém trataria o coronelismo como um fenômeno decisivo no Brasil: o industrialismo citadino é de longe o grande motor dos acontecimentos nacionais. E Graciliano sabia exatamente o que estava acontecendo. A Revolução de 30, mais do que destruir um passado, iniciou um novo ciclo econômico, e que, como os outros ciclos, manteve sob suas asas os ciclos anteriores: assim como Paulo Honório subjugou os outros coronéis, Paulo Honório será subjugado pela nova força ascendente, e se manterá por ela dominado, como seu Ribeiro ficou sob seu poder. Os coronéis hoje são submetidos pelo poder industrial, que parece estar sendo totalmente submetido ao poder financeiro, como insinua Toledo.

Em que pese esse autor achar que o ciclo desenvolvimentista iniciado na década de 30 ainda não ter terminado: ele defende que a Era Vargas ainda está em pleno vigor.

Chacon, por exemplo, não tem dúvida em afirmar que em 30 acabou o sistema coronelista:

A industrialização e urbanização de São Paulo, partindo da capital, rachariam o monolitismo. (Chacon. 1981: p. 100)

e

Antigos problemas da República Velha, demasiado comodista no seu oligarquismo, indiferente às nascentes ameaças sociais da industrialização e da urbanização ao patrimonialismo rural. (Chacon. 1981: p. 102)

e

O pardo Luis Gama foi aliado, em favor da corrente Campos Sales dentro do Partido Republicano Paulista, por isto mesmo dominando oligarquicamente, de modo direto ou indireto, até 1930. (Chacon. 1981: p. 58)

Assim, demonstrando que Paulo Honório é um coronel (figuração, tipo e alegoria histórica) e que a trama é contemporânea à Revolução de 30, a mudança de comportamento de Paulo Honório no final do livro pode ser explicada não somente pelos acontecimentos de sua vida particular — morte de Madalena —, mas também — e única e exclusivamente em

minha proposta — pelos acontecimentos políticos: tomando a revolução que eclode no final do livro, como sendo a Revolução de 30, podemos explicar que a mudança de atitude de Paulo Honório se dá *porque seu poder absoluto está chegando ao fim*. A segunda missão é buscar no romance indícios ou fatos que nos permitam ler o livro não apenas como sendo uma **crônica** da Revolução de 30, mas de todo o período revolucionário que vai de 1930 a 1932. E quem sabe, com De Decca e Vesentini, uma crônica do momento revolucionário que iria de 1928 a 1932. Ou, como creio ser a visão de Graciliano, de 1926 a 1932.

Zenir Campos Reis, buscando qual a opinião de Graciliano Ramos em relação à Revolução de 30, também se refere a uma sub-reptícia proximidade entre a história e estória.

No desenlace da história narrada naquele romance, são contíguas a morte de Madalena e a Revolução de 1930. O tempo da narração, contudo, é posterior, e a distância precisa vem explicitada na primeira frase do capítulo final: “Faz dois anos que Madalena morreu, dois anos difíceis”. (Reis. 2004 : p. 159)

Talvez, por causa da contigüidade, e pela temeridade de tratar o livro como crônica, pois contrariaria um projeto de confissão, nenhum crítico tenha pesquisado a fundo qual o grau de importância da Revolução de 30 na economia do romance, motivada pela aparente distância/proximidade entre a narrativa e o narrado, como disse Zenir Reis. Porém, o fato de o livro continuar por mais quase dois anos após a revolução (que presumivelmente é a de 30 e narrada nos capítulos 33 e 34) simplesmente faz com que todo o período de *escrita* do romance (*a escrita de Paulo Honório, não obrigatoriamente a de Graciliano*) se passe durante o verdadeiro movimento revolucionário: do golpe de outubro de 30 até a eclosão da Revolução Constitucionalista a 9 de julho de 1932. É após a eclosão da Revolução de 30 que Paulo Honório, *com a ajuda de amigos*, tenta escrever o livro. Mas ele interrompe a escrita após três tentativas (capítulo 34, descrito nos capítulos 1 e 2). E é antes da Revolução de 32 que ele o acaba. Ou seja, Paulo Honório escreveria suas memórias em outubro de 30 e de março a julho de 32 e Graciliano entre 32 e 34.

Resumindo, o trabalho pretende demonstrar que Paulo Honório é um tipo literário que representa o coronel — extrapolando o puro tipo e chegando à alegoria histórica o que nos daria a possibilidade de ler no romance uma discussão dos processos que levaram o sistema coronelista ao colapso em 1930 com a Revolução de Vargas, dando com isso uma nova interpretação para o comportamento de Paulo Honório no final do livro e, finalmente, a leitura alegorizada de *São Bernardo* levanta a suspeita de que Graciliano leu Machado de Assis de maneira similar à de John Gledson, ou seja, alegoricamente. E como veremos,

pode ter lido Eça de Queirós de maneira alegórica, como Rabecchi o leu. Se Rabecchi e outros estudiosos leram Eça como autor alegórico, por que não Graciliano? E se Graciliano leu Eça como alegórico, por que não escrever *São Bernardo* como alegoria? E por que Eça não é desmerecido por ser alegórico e Graciliano o seria?

A partir dessa possibilidade, poderíamos estudar as teorias do romance, em suas diversas correntes, partindo de um narrador diretamente interessado no desenlace dos acontecimentos: não um narrador em busca da verdade, mas um narrador buscando construir uma verdade factual.

E seguindo a linha proposta por John Gledson para o seu estudo da obra de Machado de Assis:

A maior parte das discordâncias sobre *Dom Casmurro* provém do debate acerca das relações entre narrador e autor. Meu ponto de vista talvez seja radical, mas creio que o romance exige tal radicalismo. É característico do uso que Machado faz do narrador em primeira pessoa, seja ele Brás Cubas, o conselheiro Aires, ou o padre de *Casa Velha*, que Machado está, de fato, bem distante do ponto de vista deles: o fato de serem, em graus diversos, convincentes e simpáticos como personagens é parte essencial desse distanciamento — foram intencionalmente concebidos para agradar o leitor, aliciá-lo no sentido de aceitar o ponto de vista do narrador. Em grande medida o fazem não simplesmente com argumentos sutis ou apresentando os fatos de modo convincente: a arma fundamental de que dispõem é o preconceito social. (Gledson. 1991 : p. 8)

E que arma mais eficaz de um coronel se tornar agradável que a de se tornar escritor: e que preconceito mais profundo esse nosso de achar que alguém que escreve suas memórias está realmente querendo se redimir? Quantas biografias não são nada mais que chantagens? Quantas vezes não vemos algum manda-chuva famoso, que, ao ser derrubado de seu pedestal, ameaça com suas memórias?

Ao se estudar Paulo Honório, não como indivíduo, mas como representante de classe, e como tal detentor do poder político (e levando em conta o momento histórico dessa narrativa) — e agora também do literário, com o poder de narrador, que a todos os outros narradores expurgou — temos de olhar as informações que nos são passadas no texto com muita desconfiança: a quem Paulo Honório quer convencer de sua transformação ou não transformação? Com que intuito? A quem o livro é endereçado? A velha pergunta (tantas vezes repetidas pelo próprio Paulo Honório), fica aqui reiterada, mas redimensionada: por que Paulo Honório escreve?

E como proposta de entendimento geral, leríamos uma das frases decisivas para a famosa teoria de mudança de comportamento e redenção de Paulo Honório não como — ou não apenas como — uma frase do tipo de *spleen*, um tanto *démodé* e principalmente distoante do fazendeiro, mas como uma declaração real de seu verdadeiro estado político:

Se eu povoasse os currais, teria boas safras, depositaria dinheiro nos bancos, compraria mais terra e construiria novos currais. Para quê? Nada disso me traria satisfação. (SB. p. 216)

Podemos ler, com todos os outros críticos que vimos até aqui, que Paulo Honório está emocionalmente arrasado e fazendo *mea culpa por causa da morte da esposa, a boa Madalena*. Mas podemos ler de outra forma: que Paulo Honório não teria satisfação alguma em **simplesmente** povoar os currais (ele se refere a curral de gado ou eleitoral?, pois ele perdeu boa parte do seu eleitorado que fugiu da fazenda, e os trabalhadores que lhe restaram são uns cambembes), que, se ele, Paulo Honório, povoasse os currais, no pós-30, ele seria **apenas** um fazendeiro rico, muito rico, com mais terra talvez, com mais dinheiro talvez, como ele mesmo afirma ser possível. Mas coronel ele não seria mais. O coronel, institucional, acabou (se voltou ou se se redimensionou é outro problema. Dentro da perspectiva de 1930, era o fim): o que não lhe traz satisfação não é o trabalhar, mas sim o trabalhar sem seu verdadeiro lucro: o poder econômico que gera o lucro do poder político. O poder direto conferido ao coronel. O poder personalista. E isso se explicaria, pois o que Paulo Honório perdeu no pós-30 não foi “apenas” o poder econômico, mas o poder político (Madalena?) que lhe era *reservado constitucionalmente*. Ele não perdeu dinheiro, ele perdeu crédito, capital, no sentido schumpeteriano do termo. Ele perdeu o voto de cabresto e o voto de bico de pena. Ele perdeu o poder direto sobre o trabalhador, de castigar o empregado fisicamente, de dispor dele. Agora as relações de trabalho serão mediadas por um poder central, burocrático e impessoal. Esse poder lhe era tão caro que os coronéis arriscaram tudo em 1932.

A proposta deste trabalho, portanto, partirá da necessidade de se cotejar historiografia e ficção e assim poder construir, nos moldes propostos por Coutinho, uma imagem nova de Paulo Honório.

Capítulo 3: Genealogia dos coronéis

Como vimos na introdução, a discussão sobre se os acontecimentos ocorridos no final do livro são ou não associáveis à Revolução de 30 ainda está aberta. Autores que se concentraram especificamente sobre o assunto parecem tender a negar essa possibilidade. Porém, vários autores, mesmo sem se aterem atentamente a essa discussão, parecem não ter dúvidas de que o que se passa nos capítulos finais do romance só pode se relacionar à referida revolução, ou pelo menos admitem essa possibilidade. Suas afirmações, apesar de categóricas, são, no entanto, fruto apenas de inferência: a proximidade dos fatos ficcionais — e da redação do romance — com os fatos históricos, os lenços vermelhos e o mês de outubro parecem ser, muitas vezes, provas suficientemente contundentes para se afirmar que os dois níveis (factual e ficcional) sejam correlatos.

O presente trabalho parte do princípio de que o ocorrido no final do livro está diretamente relacionado aos fatos reais, alegoricamente articulados a eles. Porém, desde já se coloca que uma prova cabal e categórica para tal afirmação, pelo menos até esta altura destes estudos, não pode ser apresentada. Isso se deve a vários fatores, que tentarei deslindar ao longo desta dissertação. No entanto, creio que o principal fator seja a necessidade que Graciliano nos impõe de que o livro seja desvendado a partir da *interpretação* do texto, e não da pura descoberta de fatos nele escondidos. Para se chegar ao ponto que proponho, não haverá, portanto, uma ponte segura que estabelecerá contato entre realidade e ficção, mas sim o perigoso salto da interpretação. Espero que esse processo seja, no entanto, tão claro e eloquente que, ao final do trabalho, não restem dúvidas das afirmações aqui articuladas.

O meu objetivo teórico por assim dizer é o de tentar demonstrar que a literatura é um campo privilegiado do conhecimento cognitivo; que através de um texto literário (seja lá o que isso queira dizer) se pode ter acesso de maneira muito mais fácil, eloquente e completa a uma teoria da história que através dos assim chamados textos científicos, ou, repetindo Hermenegildo Bastos, “ela (literatura) é, tudo indica, um método, o da verossimilhança, método de conhecimento da realidade”. (Bastos. 1998 : p. 15) Poderia ter utilizado para essa empreitada outras obras, onde a relação entre fato real e fato ficcional está (mais) claramente estabelecida ou articulada, ou é (mais) facilmente comprovada.

Escolhi *São Bernardo* de Graciliano pois, além de crer que é uma obra ainda em aberto, é justamente o fato de exigir uma interpretação — e não um achado — que faz dessa obra um exemplo daquilo que vejo em algumas obras literárias: uma filosofia da história sendo exposta via estrutura estética.

Sendo assim, não creio necessário repassar todas as afirmações de que os fatos narrados no final do livro são referentes aos fatos históricos ocorridos no Brasil no final dos anos 20 e começo dos anos 30 do século passado. Mas alguns dados que embasam essa afirmação são didaticamente bastante úteis nesse momento. Lembro que 19 capítulos do livro foram escritos entre janeiro e maio de 1932 — sendo interrompidos por alguns meses devido a uma grave doença de Graciliano — e terminado ainda em 1932. A publicação de *São Bernardo* data do ano de 1934 e, entre 1932 e 1934, a redação final recebeu muitas modificações, inclusive a famosa tradução para o brasileiro. Retomando um fato já abordado, o romance parece que já fora concebido em 1924, no conto não publicado “A carta”, o que, se provarmos ser *São Bernardo* um projeto alegórico, seria, primeiramente, um ótimo argumento para encaixar *Caetés* nesse mesmo quadro, e também reforça a idéia de que o livro trata de coronéis, já que em 1924 não restaria dúvida nenhuma de que Paulo Honório fosse um coronel.

Como veremos, esse fato nos proporcionará inclusive uma interessante interpretação: a de que os fatos reais (Revolução de 30 e 32) atropelaram, em dois momentos distintos, a criação de *São Bernardo* e, acabaram por distorcê-lo: há uma falha estrutural no romance por conta desses atropelos. A narrativa mais parece um prolongamento de fatos já terminados.

O romance claramente se refere a fatos passados (e não a fatos presentes, pois se trata de uma biografia) e também não extrapola os limites cronológicos de sua publicação, ou seja, não fala do futuro. Assim, “revolução bolchevique”, “telefone”, “carro”, “governador”⁶, “fascismo”, “escola normal” são “verbetes” usados no livro e nos impõem que o momento histórico do livro não pode ser outro que o da Primeira República. Principalmente, a total ausência de qualquer referência a “imperador” ou “império” —

⁶ O professor Roncari chamou minha atenção para o fato de que Paulo Honório errou ao falar de governador durante sua narrativa: ou seja, em 1932 Paulo Honório chama ao então Presidente da Estado de governador, já aceitando, por assim dizer, as mudanças impostas pela Revolução: de Presidente de Estado para governador, Paulo Honório tacitamente aceita o centralismo proposto pela Revolução de 1930.

apenas no capítulo 36 quando Paulo Honório, fazendo o balanço de sua vida acaba por ser referir ao “no tempo do império”, o que mais uma vez nos remete a uma confrontação entre tempos do império (escravidão/“vassalagem”) e tempos modernos (república/trabalho livre) — nos impõe que o livro se refira *única e exclusivamente à Primeira República*. Veremos isso mais atentamente no decorrer do trabalho, mas a quase total ausência das palavras “república” e “império” parece poder ser interpretada de maneira muito parecida com a de Machado de Assis no caso da tabuleta do barbeiro, em que tanto fazia império ou república.

De alguma forma a ausência de diferenciação nos leva a interpretar Graciliano como alguém que não via grandes diferenças entre a Primeira República (uma república oligárquica) e o Império. Somente essas afirmações já são dados suficientemente fortes para confirmar a suspeita de que o que ocorre no final do livro, ou melhor, que o pano de fundo histórico do *momento da escrita por Paulo Honório* de suas memórias, é o momento revolucionário de 30-32. Estabelecer a relação entre estrutura do romance e esses fatos, será a meta deste capítulo.

Como disse, se se quer uma relação entre fatos reais e ficção é preciso ter em mente sempre qual o grau de paridade entre esses dois planos de discurso: se a obra se refere apenas ao fato Revolução de 30 ou se a história do romance é uma narrativa que acompanha a História do país até a Revolução de 30, sendo ela — Revolução de 30 —, como penso, **tema do romance, sendo o romance uma visão ou uma interpretação do fato**, estabelecendo assim uma interpretação — baseada numa teoria política — da história via métodos estéticos.

A Revolução de 30, sendo ela uma revolução filofascista, é uma revolução burguesa (assim como o fascismo italiano, o salazarismo, o franquismo e o nazismo alemão, fora os 11 golpes filofascistas ocorridos na América Latina entre 30 e 32 listados por Boris Fausto), o que também lhe daria um caráter de peça de um movimento internacional, e não puramente uma revolução nacional, decidida exclusivamente por conjunturas internas, (a crise do café, por exemplo) e também foi uma revolução que veio em grande parte, atuar em duas frentes. Creio que o livro de Paulo Sérgio Pinheiro mostra bem esses aspectos.

Por um lado, veio ao encontro dos anseios abertamente colocados ao longo da década de 20 de “republicanizar a república”, pois a República desse período, uma república oligárquica (que na especificidade brasileira, passou para a história com o nome

de coronelismo) não atingia os ideais republicanos que nortearam sua proclamação, ou seja, foi uma revolução antioligárquica.

Por outro lado, contra o comunismo. Em que pese ser o comunismo na década de 20 ainda incipiente, apesar da crescente pressão que o BOC fazia (em janeiro de 1927 o Partido Comunista tentou uma ampla união das esquerdas), o fantasma russo (bem mostrado no romance), as repúblicas de conselhos que pululavam na Europa e, principalmente, o crescimento dos movimentos sindicais, fora Prestes, o discurso social da oposição e mais as necessidades das novas potências estrangeiras de fazer do Brasil um país consumidor/produzidor de bens industrializados — já visto como um perigo ao liberalismo nacional — e da nova visão de regulação das relações de trabalho — deviam assustar bastante os coronéis. Os quatro anos de estado de sítio do governo Arthur Bernardes mostram bem esse estado de coisa, afora as várias revoltas (22, 24, 26), coluna Prestes etc.

E a revolução que eclode no final do romance parece aventar essas duas possibilidades.

Também é de conhecimento geral que Paulo Honório é o manda-chuva, que é ele quem dita as regras no livro (se bem que um dos objetivos neste trabalho é de mostrar justamente o contrário). E quem ditava as regras na Primeira República eram os coronéis, sendo assim fundamental provar que Paulo Honório é um coronel. E sendo um coronel, a Revolução de 30 veio contra o coronel Paulo Honório. O que explica, ou ajudaria a explicar, o seu estado letárgico no final do livro: se por um lado, pode-se dizer que ele fica num estado de passividade porque Madalena morrera e que ele descobre que ela era boa e que a amava (apesar de que outras atitudes suas — em relação ao filho, por exemplo —, sejam conflitantes com essa “mudança”), podemos, a partir desta proposta de interpretação, tentar entender essa “nova” atitude como sendo fruto de sua perda de poder em função da revolução que se desenrolava a sua volta.

Tratá-lo como um homem, coincidentemente coronel — ou burguês ou capitalista etc — que entrou em crise é o que a tradição crítica fez até aqui. Mas para tal, para se ser coerente, tem-se que tratá-lo sempre da mesma forma: para que Paulo Honório seja apenas **um** ser, por acaso coronel, que entra em crise, temos que descartar por inteiro as inúmeras referências a seu contexto **expostas no livro**. Não podemos tomá-lo como representante específico de classe, ou seja, como tipo. Se a cronologia que vou propor for verdadeira,

então teríamos também de abandoná-la, para se ver Paulo Honório arrependido. Ou seja, para se ver um Paulo Honório humanizado ao final do romance, teríamos que simplesmente abandonar o conteúdo histórico exposto conscientemente ao longo do romance. Ou seja, teríamos que supor que o mesmo Graciliano, que estudou tão a fundo a nossa história e tinha preocupações tão materiais, simplesmente abandonou a história e, escutando pelo rádio o desenrolar da Revolução de 32 na sacristia da igreja, transformou um romance histórico em romance de amor de Paulo Honório por Madalena, o coronel assassino. E mais, se minha análise estiver correta, a Revolução de 1932 é a guerra entre Paulo Honório e Madalena. Como poderia ele ao mesmo tempo amar e estar em guerra com Madalena?

Apenas para dar uma opinião bastante polêmica e criar um clima de anarquismo a esta argumentação, remeto ao romance *Madame Pommery*, de Hilário Tácito. Nesse romance, cheio de intenções políticas, históricas e morais, os coronéis são tratados como bonecos nas mãos da eficiente prostituta Madame Pommery. Madame Pommery resolve abandonar a sua “pensão familiar” (forma como ela tratava o seu bordel) muito provavelmente em 1919 (para provar essa data seriam necessárias muitas explicações que não exporei aqui), mesmo ano que dato a compra de São Bernardo por Paulo Honório. 1919 é uma data importante: o Brasil retoma sua vida política após a Primeira Guerra Mundial, com a crise da morte de Rodrigues Alves e assumindo Epitácio Pessoa, um presidente que é acusado de sabotar a fórmula coronelista do café (seu sobrinho, com seu apoio, será um dos estopins da Revolução de 30) e de reorganizar uma possível monarquização do Brasil e também, abertamente acusado por Arthur Bernardes, de ter tentado inviabilizar o mandato do mineiro criador de porcos que morava em Viçosa-MG e de também ter contribuído para a crise militar — questão das cartas falsas — e de ter apoiado Nilo Peçanha contra Arthur Bernardes na campanha de 1922, a Reação Republicana e seu discurso aliancista.

Outro fato muito interessante entre os dois livros, é que o narrador de *Madame Pommery* repete à exaustão que ela é uma figura real. Mas como não existe, só nos resta imaginar que a personagem seja uma alegoria. E mais, o narrador se gaba, com muita frequência, que narrou fatos reais sem ter tido a necessidade, em momento algum, não apenas de não citar nomes reais, mas também a de não ter dado datas.

Neste ponto, creio que dei um passo para frente, pois consegui eliminar todas as datas, sem exceção de nenhuma; e quanto a nomes de pessoas, tive grande cuidado em só escolher os que fossem de todo indispensáveis à inteligência dos fatos, nem poderiam continuar no olvido (...) (Hilário Tácito. (José Maria Toledo Malta). p. 124)

Este é o procedimento que vejo na composição de *São Bernardo*. No entanto, como disse, Tácito espalha pelo texto várias informações que nos permitem datar o romance. Que é o mesmo processo que imputo ao autor alagoano. Ou seja, apesar de não mostrar, a forma como Hilário Tácito expõe sua obra nos permite manter diante dos olhos “a inteligência dos fatos”. Se, por ventura, Graciliano leu *Madame Pommery*, abriria a possibilidade de que Graciliano haveria tomado conhecimento da possibilidade de fazer história via Machado e de fazer história sem datas via o exemplo de Hilário Tácito, ou outro autor qualquer é claro. Mas como Hilário Tácito deve ter reparado na dificuldade de ver a história em seu romance, foi “obrigado” a nos dizer o que havia feito. Fraqueza estética? Graciliano tem uma frase mais interessante: ocultar com artifícios aquilo que deveria estar claro. E creio, deveria estar claro: começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos, *sou um coronel, assassino, a Revolução de 30 é contra os meus interesses políticos e econômicos...* Uma biografia que começa ocultando fatos que são evidentes, deve ser lida com desconfiança.

E finalmente, a pensão familiar é dada como escola onde todos aprendem. A “escola” começa, no entanto, com uma fatura de 6 contos de réis, extorquida pela meretriz de um coronel. Interessante que esse é um desses coronéis que migraram para a cidade. Um fato muito importante para a história do Brasil. Assim como, tempos depois, o mesmo coronel, ao ser expulso da “escola”, acabará por pagar mais 6 contos à esperta negociante. A escola de Madalena também começa com 6 contos de réis, promissória que Paulo Honório só pagará muitos anos depois de assiná-la, depois da morte da esposa, depois da Revolução. Curioso é que Graciliano percebeu um erro entre a primeira e a segunda edição de *São Bernardo*: na primeira edição Paulo Honório paga 3 contos de réis, e na segunda, Paulo Honório paga 6 contos de réis. Esse erro (e apenas mais duas outras modificações) foi corrigido de próprio punho por Graciliano, o que nos revela que 6 contos não é um número aleatório e que o erro chamou a atenção de Graciliano. O fato de Graciliano ter feito apenas três modificações entre a primeira e segunda edições mostra o quanto este “6” é relevante. Qual a diferença entre 6 e 3?. Infelizmente não consegui saber se Graciliano leu esse romance, mas acho pouco provável que não o tenha lido. Mas como disse essa é apenas uma provocação.

Ampliando o que vinha sendo dito, o presente capítulo terá outra missão: a de tentar demonstrar que o livro *São Bernardo* pode ser lido como um fantástico estudo do coronelismo. Tentarei demonstrar que estamos diante de uma genealogia dos coronéis.

Ainda, as atitudes de Paulo Honório, no início do seu mandato em São Bernardo é muito parecido com as atitudes de Epitácio Pessoa, com melhorias no Nordeste; depois a constante luta entre ele e seus vizinhos parece aventar as relações em estado de sítio de Arthur Bernardes; e finalmente a pacificação de sua gestão com a entrada de Madalena para mediar as relações trabalhistas, lembram Washington Luis. Assim, o coronel máximo da década de 20 é sempre o Presidente da República. E o que é São Bernardo?

Posto isso, temos que é depois da morte de Mendonça que começa a prosperidade de Paulo Honório. Seu espírito empreendedor é fabuloso e suas obras de modernização de uma região estagnada extrapolam as fronteiras de sua fazenda. Além das construções em sua propriedade, começa a invadir, não só territorialmente, mas através de obras, as terras dos vizinhos.

Enquanto estive esburacando S. Bernardo, tudo andou bem; mas quando vareei quatro ou cinco propriedades; caiu-me em cima uma chuva de maribondos. (SB. p.43)

Essa passagem mostra que as alterações nas formas de produção efetuadas por Paulo Honório incomodavam os vizinhos. Para tal, necessitava não só dinheiro e coragem, mas apoio político. Buscava esse apoio não somente através de pessoas influentes, mas também através da imprensa. O trecho seguinte elucida bem esse problema:

Para levar os meus produtos ao mercado, comeci uma estrada de rodagem. Azevedo Gondim compôs sobre ela dois artigos, chamou-me patriota, citou Ford e Delmiro Gouveia. Costa Brito também publicou uma nota na Gazeta, elogiando-me e elogiando o chefe político local. Em consequência mordeu-me cem mil-réis. (SB. p. 42-43)

Como se vê, Paulo Honório primeiro tentou a aceitação de suas obras de maneira “democrática”, fazendo propaganda nos jornais, mas quando suas obras atingiram os vizinhos, então começou a enfrentar resistência. A violência, de parte a parte domina esses parágrafos. E já aqui mostra uma modificação na imagem do coronel todo-poderoso: ele buscava apoio na opinião pública via jornais e propaganda: as modificações republicanas em curso. Ele não controlava mais a situação puramente pela violência, a política tomava, em parte e paulatinamente, o lugar das armas.

Apenas como curiosidade, e em que pese tratem de épocas bastante distintas, a relação entre coronel e imprensa foi retratada por Vilaça da seguinte forma:

Cresceram assim aqueles quatro coronéis em visibilidade, estatura, dimensão. Isto porém, se deu através de meios que fugiam a seus controles. Que os falsificavam e caricaturaram, tanto quanto os divulgavam e valorizavam. Ou seja, eles deixavam de ser os protagonistas de suas próprias histórias. (Vilaça. 2003 : p. 29)

Transcrevi esses dois trechos de *São Bernardo* para estabelecer dois pontos: primeiro, que Paulo Honório é um homem diferente dos outros, por seu estilo empreendedor. Segundo, pela citação de Delmiro Gouveia. Quem é Delmiro Gouveia?

Na edição *Grandes Personagens do Brasil* se encontra um capítulo dedicado a Delmiro Gouveia. Recorro a essa fonte pelo fato de ser uma forma popular de conhecer o pioneiro pernambucano; como a sua memória será transmitida para um conhecimento normal. Além disso, para a minha argumentação, possíveis erros ou omissões ou até mesmo parcialismo que distorcem ou maqueiam os acontecimentos não são decisivos: importante é que através desse texto, além de se saber como Delmiro Gouveia entrou para a história, se pode traçar um paralelo entre ele e Paulo Honório.

Mais do que as máquinas, as marretas haviam acabado de destruir a tentativa pioneira de implantar uma grande indústria no Nordeste. Alguns meses depois eclodiria a Revolução de 30, e o Brasil passaria por grandes transformações. (GPNH. 1970 : vol. 4. p. 854)

Assim começa a resenha sobre Delmiro Gouveia. Importante em sua ascensão, me parece, são dois fatos: o de haver-se aliado à oposição em Pernambuco e, em quase todas as suas transações, haver-se ligado a capital americano, e não a inglês. Durante o seu primeiro período lutou, ao lado dos americanos, contra empresas francesa, sueca, inglesa e italiana. Teria sido ele apenas um testa-de-ferro nos princípios da entrada americana no Brasil? Aceito o paralelo entre ambos, pode estar aí a explicação para o fato de Paulo Honório sempre falar em Dólar e não em Libras Esterlinas, como era de praxe na época. Mas esse não é o ponto.

Além de vários traços que unem os dois personagens, Paulo Honório e Delmiro, infância pobre, enriquecimento pelo comércio, compra de uma fazenda transformando-a num moderno centro, desequilíbrio do poder político local, existem alguns episódios que são bem marcantes. Cito um, talvez demasiadamente longo, mas pelo espanto que por necessidade científica.

Quando dos seus problemas com a prefeitura de Recife sobre o Mercado do Derby, Delmiro Gouveia vai ao Rio de Janeiro entender-se com o vice-presidente da República, Rosa e Silva. Também pernambucano, fazia parte da situação recifense, à qual se opunha Delmiro.

Este (Rosa e Silva) elogia o prefeito do Recife, ameaça lançar impostos sobre o Mercado e condiciona a pacificação à exigência de apoio político efetivo por parte de Delmiro e de alguns de seus amigos, que até então hostilizavam o governo, notadamente Gonçalves Marcos Baltazar Pereira. (*GPNH*. 1970 : vol. 4. p. 853)

Tudo parecia bem. Delmiro aceitou e telegrafou para Recife anunciando as exigências e o acordo. Porém, recebeu a notícia de que um bandoleiro (de codinome Sabe-Tudo) havia sido contratado e já se dirigia ao Rio para matá-lo. O herói real encontrou o vice-presidente na rua e “irritado, ainda conseguiu lhe dar umas boas bengaladas.” (*GPNH*. 1970 : vol. 4. p. 853) Esta cena, grotesca, de um homem, mesmo que importante, espancar o vice-presidente da República a céu aberto nas ruas da capital, lembra por demais as bengaladas dadas por Paulo Honório em Costa Brito, e confirma o enorme poder desses homens, pois Delmiro não enfrentou nenhum problema sério por isso.

O texto define o coronel como “um grande proprietário rural, que detinha o controle político da região onde se localizavam suas terras e estabelecia alianças políticas com os grupos que dominavam o poder no âmbito estadual. Seu poderio media-se pelo número de pessoas que mantivesse sob sua tutela — ou seja, de quantos votos fosse detentor — e também do número de capangas que pudesse armar”. (*GPNH*. 1970 : vol. 4. p. 857)

Essa definição está de acordo, de maneira geral, com o que veremos sobre os coronéis e, especificando a atuação de Delmiro, o texto afirma que ele, “nesse sentido, era bem um “coronel””. Mas ao contrário dos outros coronéis, Delmiro se arrojava a novos empreendimentos, tentava utilizar recursos obtidos na agricultura para atividades industriais”. (*GPNH*. 1970 : vol. 4. p. 857) Ou seja, a diferença entre Delmiro e os outros coronéis não está na sua atuação política e na sua utilização do sistema político, mas sim na sua atuação na área econômica, na sua maneira e visão de conseguir o poder político (controle e quantidade de votos). Se bem que estes fatos não são tão especiais assim, pois em São Paulo, industrialização e baronato do café se confundem por longo tempo.

Maria Lourdes Janotti afirma sobre Delmiro Gouveia que

Simboliza, entretanto, a tentativa de modernização e de industrialização que, necessariamente, a longo prazo, trará alterações na sociedade arcaica. (Janotti. 1981: p. 79)

A descrição do império de Delmiro nos ensina que sua fazenda possuía escolas, policiamento, luz elétrica, água, bons modos, combate ao álcool. Todos esses benefícios nos lembram as melhorias das quais se vangloria Paulo Honório, quando de suas descrições de São Bernardo. O açude de Paulo Honório que gera energia elétrica é Paulo Afonso de Delmiro. A visita do governador.

Não quero de maneira nenhuma propor um biografismo e nem mesmo uma personificação pura e simples por parte de Graciliano, mas um paralelismo. O tema do romance não é Delmiro Gouveia, mas o coronelismo e a Revolução de 30. Graciliano Ramos ao descrever as condições sócio-econômicas e políticas do Nordeste (e do Brasil) da Primeira República, não poderia deixar de referir-se ao coronelismo. Mas, e isso me parece o mais importante, não se baseou no coronel tradicional monolítico e estagnado, mas no coronel dinâmico, nesse homem que, como Coutinho afirma, é um “burguês” em “estrutura feudal”, que se baseia nessa estrutura para atingir um desenvolvimento industrial, e que, por ser industrialista, lançou as bases de sua própria queda. Mas mais importante: baseou-se no coronel típico da década de 20. A personificação aqui proposta nos faz subir um degrau: ao invés de um sujeito agora temos um sujeito ficcional baseado numa pessoa real. E também por ser esse último tipo de coronel, o coronel que mandava no Brasil quando da Revolução de 30.

Podemos repetir a definição acima transcrita: um grande proprietário rural, que detinha o controle político da região onde se localizavam suas terras e estabelecia alianças políticas com os grupos que dominavam o poder no âmbito estadual. Seu poderio media-se pelo número de pessoas que mantivesse sob sua tutela — ou seja, de quantos votos fosse detentor — e também do número de capangas que pudesse armar. Essa proposta norteará minha argumentação. Se o coronel explora sua fazenda com indústria ou arado e mula não importa. O que importa é que ele controla o poder **legal** através do controle dos votos e das armas. Ele *detém* o poder, e não é delegado, via voto, a exercer o poder. As formas de exploração econômica do trabalho são apenas os mecanismos para conseguir dinheiro para poder armar seus capangas e controlar o curral eleitoral sob seu domínio, além de pequenos gastos com subornos, propinas etc. E quem sabe algum melhoramento, necessário à manutenção do seu poder. Ou propaganda no jornal.

O que é o coronel? Acima da imagem mitológica o coronelismo é, na definição de Maria Isaura Pereira de Queiroz, uma “forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a Primeira República, e cujas raízes remontam ao Império.”(Queiroz. 1997 : p. 155)

Isso porque, durante o Império, “havia uma série de exigências de idade e de fortuna para que o indivíduo fosse considerado eleitor; a qualificação era dada por “mesa” ou por

“conselhos”, compostos por pessoas influentes que tinham assim poderes para eliminar das listas a quem quisessem.” (Queiroz. 1997 : p. 162)

Reduzido o poder da Guarda Nacional, de onde deriva o nome de coronel e com a reforma do sistema eleitoral na Constituição de 1891, não acabou nem o nome nem a estrutura dos coronéis. A República mudou as exigências para se adquirir o título de eleitor, passando o direito a todos os cidadãos alfabetizados; a mesa que atestava os títulos continuou na mão dos coronéis, assim como o posto de prefeito e delegado. Além do mais, o número de alfabetizados no campo era muito pequeno e, sem um grande plano de alfabetização e educação, muitos dos desejos de muitos dos republicanos não podiam ser cumpridos. A República, com suas reformas, só conseguiu reforçar a estrutura do mandonismo.

O panorama político foi, em realidade, apenas reinterpretado, em vez de ser o voto “um bem de troca que se negociava entre eleitores e candidatos pertencentes quase todos aos níveis sócio-econômicos mais elevados” (Queiroz. 1997 : p. 161) (na Monarquia), passou a ser apenas uma barganha, onde o “momento da eleição não era o momento da escolha dos mais capacitados, e sim um voto porque já recebeu um benefício, ou porque espera recebê-lo”. (Queiroz. 1997 : p. 161)

Jean Blondel distingue três formas de coronelismo. A primeira se caracteriza pelo mando pessoal, com controle do eleitorado através de cabos eleitorais; a segunda em que um chefe político controla um grupo de indivíduos (coronéis) que controlam o eleitorado (neste caso o chefe político não tem certeza absoluta do resultado da eleição) e a terceira através de uma família, sem um chefe marcante, porém unida, dando a este tipo de coronelismo uma forma “mais aristocrática que monárquica”. (Queiroz. 1997 : p. 158)

Um segundo aspecto muito importante aqui é a organização dos coronéis. Em uma região poderia haver apenas um chefe político, o que resultava num domínio total, ou a presença de dois ou mais coronéis, o que acarretava lutas pelo domínio político local. São nessas regiões que se configuraram as hoje folclóricas guerras eleitorais.

Também importante é o fato de o coronelismo estruturar-se, em nível nacional, em forma piramidal. “Existiam, então, no Brasil coronéis de vários graus, desde o pequeno coronel não dominando senão uns 200 eleitores, até o grande coronel, o mandão nacional com outros níveis de coronéis abaixo dele.” (Queiroz. 1997 : p. 159). A dominação indireta,

ou seja, um coronel dominando outros coronéis é a mais freqüente; a dominação direta parece ser apenas o caso do último coronel.

Com essa descrição Maria Isaura pode afirmar que “a multiplicidade dos coronéis é, assim, o aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil, na Primeira República, traço que se prende diretamente à estrutura sócio-econômica tradicional do país, fundamentada em grupos de parentela que são ao mesmo tempo grupos de parentesco de sangue com suas alianças, e grupos de associados econômico-políticos.” (Queiroz. 1997 : p. 159)

Queremos demonstrar que Paulo Honório extrapola suas próprias fronteiras, passando a vê-lo, com isso, como um conglomerado de citações. Ele é o coronel mandachuva nacional e o coronel que só controla os votos de seus trabalhadores, que ele é o coronel puramente agrário e o industrialista. Desta forma, as vilas operárias, que não eram uma constante no Nordeste, eram muito comuns em São Paulo, tanto na capital como no interior (nas fazendas de café, por exemplo). Através da figura de Paulo Honório, todos os tipos de coronéis, e todas as propostas desenvolvimentistas da década de 20 são aventados.

Voltando, a parentela, “formada por um grande número de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio), ou de alianças (uniões matrimoniais)”, (Queiroz. 1997 : p. 164) estruturava-se por uma forte solidariedade nos aspectos de parentesco, político e econômico, “mostrando que a sociedade na qual estava implantada era de estrutura sócio-econômica e política ainda pouco diferenciada em seus setores de atividade.” (Queiroz. 1997 : p. 167)

Porém uma definição mais específica de coronel é dada por Costa Porto: “o prestígio dos coronéis lhes advém da capacidade de fazer favores.” (Queiroz. 1997 : p. 171). Para se fazer favores é necessário influência, ou seja, dinheiro. E no Brasil, o acesso a fortuna se dá ou pelo casamento, ou pela herança ou pelo comércio. Na década de 20 começou o negócio industrial ligado à fazenda.

É este aspecto da argumentação o mais importante para meus fins. Maria Isaura afirma que “mais importante ainda que o próprio casamento, a posse de fortuna — para o qual o comércio parece ter concorrido talvez mais do que qualquer outra atividade econômica — foi fator que pesou fortemente na ascensão sócio-política dos indivíduos em todos os períodos da história brasileira.” (Queiroz. 1997 : p. 173)

Para exemplificar esse aspecto, Maria Isaura se utiliza justamente da figura de Delmiro Gouveia. A principal conclusão da professora é a constatação, através de sua biografia, da “importância dos bens de fortuna na aquisição de posição sócio-econômica e de influência política, fator superior ainda à integração numa parentela”. (Queiroz. 1997 : p. 175)

Mesmo porque, de sua fortuna, poderia, através de casamento, “entrar numa parentela e reforçar sua estrutura de mando”. (Queiroz. 1997 : p. 177)

Concluindo com a pesquisadora “a fortuna era a base real de todo este edifício, fosse ela oriunda simplesmente do comércio de mercadorias de qualquer tipo, ou proviesse de grandes plantações, ou da criação de gado, ou de lavras variadas”. (Queiroz. 1997 : p. 176) Ela apenas se esqueceu de aventar os roubos, assaltos, tráfico etc, talvez a maior fonte de riqueza do país. Delmiro era amigo de Lampião, seqüestrador, mandava matar, sonegava impostos, adulterava produtos, subornava, entre outras iniquidades. E como veremos, grande parte dos cangaceiros, após enriquecer com roubos, arrastões, assaltos, assassinatos e extorsão mediante seqüestro (essa talvez a maior fonte de renda dos cangaceiros, depois do comércio de armas e munição, como hoje, quando os seqüestros dão mais lucro e são menos perigosos que assalto a banco), se tornavam fazendeiros respeitáveis e grandes coronéis. Boa parte dos grandes cangaceiros era oriunda de “dignas” famílias.

A atuação de Delmiro na região desequilibrava de tal modo a balança política, que foi assassinado. A professora ensina que “a história do coronel Delmiro Gouveia evidencia a importância dos bens de fortuna na aquisição de posição sócio-econômica e de influência política, confirmando ser esta forma mais importante que estar-se integrado numa parentela. Sua fortuna lhe permitiu prescindir desta, tanto na ascensão social quanto na manutenção de sua posição econômico-político.” (Queiroz. 1997 : p. 175)

Esses dois aspectos, a ascensão pelo comércio e a descrição da estrutura coronelista, mostram que Rui Mourão não tem razão em desdenhar Paulo Honório por ser ele um coronel sem tradição, ou pelo menos, que esse fato não tem nada de especial. Pelo contrário, Paulo Honório pode ser visto como paralelo da biografia de um coronel ímpar na história do Brasil.

E também é um coronel oriundo dos bens de fortuna e não por parentela ou casamento. Ou seja, em realidade, é o tipo mais comum de coronel, e em realidade a origem da maioria dos coronéis.

Nesse ponto quero mais uma vez esclarecer que ao falar de coronelismo, Graciliano fez, num primeiro momento, uma personificação; partiu de Delmiro Gouveia para construir Paulo Honório. Isto porque a atuação de Paulo Honório como coronel se deu na década de 20, década marcada por uma forte industrialização. E Delmiro e suas atitudes ecoam na história do Brasil, não como algo essencial, mas como exemplo. Mas, ao extrapolar a “pura” personificação, ao dar traços a Paulo Honório que Delmiro não possuía ou que não podia possuir, Paulo Honório passa a ser tipo, um conglomerado de caracteres que o faz um representante de um tipo social, um representante de classe. Arriscaria dizer que o coronel da última década do século XIX é sociologicamente idêntico ao coronel da década de 20 do século XX, mas sua atuação econômica é radicalmente diferente.

Com Delmiro se aponta uma tentativa de mudança no Nordeste, uma mudança que dificilmente seria rejeitada a priori: a industrialização e a modernização, através de tecnologia avançada, dos meios de produção. Porém essas mudanças não trouxeram nenhuma melhoria no campo das liberdades pessoais e apenas duvidosas melhorias na qualidade de vida dos habitantes da região e, se alteraram a balança política, não alterou a sua estrutura: o que se vê é que, a industrialização, em si, não alterou, obrigatoriamente, as relações de poder na região, pelo contrário, o que se viu foi que, através de seu projeto de modernização, Delmiro se tornou um supercoronel. Essa situação entrou para nossa história com o nome de modernização conservadora.

E mais uma vez afirmamos, foi a aplicação dos lucros do comércio do café pelos barões do café na indústria, banco e atividades comerciais, que solapou a estrutura oligárquica.

Confirmando assim as palavras de Coutinho, esse coronel é um “burguês” não revolucionário, não no sentido de revolução libertária, mas no sentido de romper uma estrutura fundando uma nova organização social e política, sem entrar no mérito de ser a estrutura burguesa, no todo, melhor ou não que a aristocrática, não estava ali para romper com a estrutura reinante, mas apenas utilizando-se de outros métodos (industrialização,

tecnologia) para atingir esse poder. E com isso reestruturando a sociedade que ele queria dominar. E com a reestruturação, perdendo seu poder.

Essa perspectiva poderia abrir uma discussão para se saber se o “atraso nordestino” (e/ou brasileiro) era causado por uma mentalidade tacanha ou se por se saber que a industrialização e modernização trariam mudanças na estrutura do poder. Apenas como exemplo, Lampião se vingava duramente de todos aqueles que compravam carros, e manteve uma guerra particular contra os trilhos das estradas de ferro. Isso não representa obrigatoriamente, apenas, uma mentalidade retrógrada, mas pode revelar uma clara consciência de como manter seu poder e estrutura de mando. Recordando, Lampião foi transportador de Delmiro, e Delmiro não tentou levar trem até sua fazenda por um bom tempo. Depois, quando sentiu necessidade, levou os trilhos até Pedra, e não foi combatido por isso. Mas sem nos esquecermos que, sempre que necessário, Lampião se utilizou de caminhões e estradas de ferro para si. E que um dos seus trunfos sempre foi ter a tecnologia do armamento em seu poder: ele sempre possuiu as melhores armas e as melhores munições. A tecnologia deve estar a serviço do poder e não para sua destruição.

Seguindo essa linha de raciocínio, temos que através da vila operária que construiu em torno de seus empreendimentos agroindustriais, Delmiro assegurou os dois pilares da estrutura coronelista: votos (as escolas lhe permitiam um aumento substancial no número de votos que controlava) e dinheiro, em uma palavra, a sua capacidade de fazer e pedir favores e armar capangas.

Telma de Barros Correia escreve:

Tal como fazendeiros com seus empregados e agregados, Delmiro mantinha em Pedra um grupo de operários inteiramente sob sua dependência e controle. Era o patrão, o dono da “cidade” e sua autoridade única, exigindo obediência e não hesitando em usar da força para obtê-la. Como fazendeiros e coronéis, tinha em Pedra uma guarda armada que dava respaldo às suas ações diante de empregados e desafetos. Da mesma forma que os coronéis, buscou ampliar seu poder político, apoiando-se em uma ampla rede de relacionamentos individuais com políticos, funcionários públicos, comerciantes e fornecedores. Tais relacionamentos eram perpassados por trocas de favor, aconselhamentos e arbitragens de conflitos. Também como os coronéis, esmerava-se na hospitalidade. Sua casa em Pedra tinha uma ala para os constantes hóspedes, que incluíam futuros empregados da fábrica, políticos, jornalistas e amigos.

Na trajetória de Delmiro, não se revela qualquer incompatibilidade entre as práticas do capitalista ousado e bem sucedido e as do coronel inserido em uma trama de relações pessoais balizada pela contraprestação de favor e por noções de lealdade e confiança pessoal. Ao contrário, tal trama foi um instrumento fundamental na organização de seus vários empreendimentos. O exemplo de Delmiro desmente radicalmente oposições estabelecidas entre coronelismo e racionalidade capitalista por parte de estudiosos e de industriais, como Jorge Street, que declarou em 1913. *“O futuro do país está na fábrica e na industrialização da agricultura. Ela vai acabar com o coronelato político e econômico.”* (Correia. 1995. p. 291)

Creio que o que Telma não levou em conta é que a fábrica, mesmo que num primeiro momento pudesse servir ao coronel, a médio ou longo prazo, solaparia essa estrutura de manda-chuva absoluto da “cidade”. Numa fábrica há elementos que não se subordinam a longo prazo ao coronel, como técnicos, engenheiros, advogados etc e como vimos acima, jornalistas. Algo como o mostrado por Guimarães Rosa no que se refere ao vaqueiro, trabalhador especializado que devia ser tratado com distinção, sem mexer na “valia” dele. A indústria acaba por necessitar de um mercado consumidor, e o que consumir, se não for produto essencial (agrícola, por exemplo), não pode ser imposto e principalmente, só se consome com dinheiro. Além do mais, a indústria acaba por manter um número muito maior e mais complexo de mercadorias em circulação, o que acaba por inviabilizar o controle da situação sem uma burocracia.

Aqui temos uma perspectiva que será defendida ao longo deste trabalho: fica apenas a dúvida, se este era um problema de “mentalidade” do pré-industrialista brasileiro, ou fruto de uma conjuntura estrutural que extrapola(va) as fronteiras do país: o início do império de Delmiro está ligado ao capital americano que começa a entrar no país, o seu fim está ligado ao monopólio inglês que ainda dominava o país.

Espero haver estabelecido de forma convincente que a figura de Paulo Honório não está, de forma alguma, ligada ao burguês urbano. Ele é um coronel, um coronel capitalista, industrialista, tão comum no Brasil da Primeira República. Mas existem outros coronéis na história.

Após a morte de Mendonça um novo personagem entra em cena, o seu Ribeiro.

Por esse tempo encontrei em Maceió, chupando uma barata na *Gazeta do Brito*, um velho alto, magro, curvado, amarelo, de suíças, chamado Ribeiro. (SB. p. 35)

Seu Ribeiro é um personagem interessante. Dado por Coutinho como “um saudosista impotente da classe média rural” é visto por Rui Mourão de maneira bem mais complexa:

Como se vê, o que o proprietário de S. Bernardo reprovava em seu Ribeiro é o método: o homem não andara depressa. O major mostrara-se sempre justo, correto, bem intencionado mas, para Paulo Honório, tudo isso constituía apenas o método de apropriação do velho fazendeiro: agira daquela forma para ser considerado, para ser o mandão, o dono da terra, para ter a população inteira da vila trabalhando nas suas colheitas. (Mourão. 1969 : p. 85)

Ou seja, seu Ribeiro é um tipo de mandonismo anterior ao de Paulo Honório. O título de major — aliás, bastante irônico — nos remete imediatamente à Guarda Nacional, que é a origem das relações coronelistas.

Seu Ribeiro chama a atenção de Rui Mourão não só por seu passado, mas pela forma como nos é apresentado por Paulo Honório:

o relato de sucessos encadeados e progressivos que se vinha desenvolvendo desde o início do romance se desafoga numa pausa repentina. (Mourão. 1969 : p. 84).

O outro personagem que recebe esse tratamento é Margarida. Sua participação no livro é reduzida, mas sua importância histórica é enorme. Podemos compará-la com seu Ribeiro através de uma analogia formal. Outra vez, Rui Mourão com a palavra.

Em comparação com a forma já desenvolvida anteriormente, Graciliano faz uma pausa narrativa. (Mourão. 1969 : p. 84)

Rui Mourão se refere aos capítulos 7, onde Paulo Honório nos apresenta seu Ribeiro, e 10 onde, ao dialogar com Margarida, acaba por contar-nos sua vida. Somente esse paralelismo formal, creio, já seria suficiente para estabelecer uma profunda relação entre os dois.

Quem é Margarida? Para Rui Mourão, “Margarida não significava mais do que uma coisa, um objeto que lhe provocava determinadas emoções e por isso merecia ser conservado” (Mourão. 1969 : p. 89)

Lamento, no entanto, ter de discordar desse crítico, sem o qual este trabalho seria impossível. A linha de raciocínio aqui é a de que, se ela e seu Ribeiro recebem o mesmo tratamento formal, é porque entre eles há uma equidade estrutural. Como vimos, o coronelismo é uma espécie de continuação do poder da Guarda Nacional de onde deriva o nome e a estrutura eleitoral e de dominação pelo latifúndio do coronelismo. Se seu Ribeiro é uma forma de dominação do Segundo Império, Margarida é a representação dessa dominação no Primeiro Império e Regência.

No capítulo 3, nos é dito que Margarida está com 100 anos. Se no momento em que Paulo Honório escreve esse capítulo estamos, como afirmo, em março de 1932, e sendo ela representante da Guarda Nacional, não seria de se espantar que seu nascimento coincida com a fundação da Guarda, ou seja, nos anos 1831 e 1832, quando foram publicados os decretos de sua criação.

Sendo essas análises corretas, conseguimos com isso balizar o livro historicamente. Margarida nasceu em 1831/32, no fim do livro conta um século, portanto estamos nos anos 1931/32. Se seu Ribeiro representa forças passadistas, que agora só podem ser guarda-livros, Margarida representa forças ainda mais retrógradas e passadistas: o tempo da

Regência, ou melhor, o tempo do tráfico negreiro. E os termos deste balizamento mostram, portanto, que o tema do romance é o coronelismo.

Sendo preta, velha, doceira, precisando do tacho e do fogo não é difícil associá-la ao açúcar e sua aristocracia. Margarida nos é mostrada em quatro momentos distintos da narrativa: cronologicamente, sua primeira aparição é no dia seguinte à visita do governador, que dataremos como sendo de janeiro ou março de 1926, quando Gondim diz tê-la localizado perto de Pão de Açúcar (Jacaré dos Homens). O segundo momento é em algum momento entre a visita do governador e o casamento, no capítulo 10, portanto, estabelecido agora, entre janeiro de 1926 e janeiro de 1927. O terceiro momento é no capítulo 3 quando Paulo Honório afirma que ela tem um século, que localizo como sendo de março de 1932. Essa Margarida é contemporânea à Margarida que aparece curvada em dois no paredão do açude, no capítulo 1. Ainda no capítulo 3 vamos saber que foi ela quem criou Paulo Honório e no capítulo 36 — e também no capítulo 22 — que Paulo Honório vendia os doces que ela fazia. E finalmente, a importantíssima participação do capítulo 23, analisada mais à frente. Essas são praticamente todas as aparições de Margarida. E mostra o processo de inversão da apresentação dos personagens, uma estratégia que toma uma profunda significação para a leitura.

Margarida representaria a aristocracia açucareira. Negra, velha, doceira seu mundo é o tacho para queimar açúcar. Dele não sai. Mostrei também que se pode chegar a essa conclusão por uma isonomia formal, já que a narrativa é interrompida para apresentar tanto seu Ribeiro como Margarida. No caso de Margarida é mais grave: não só a narrativa é interrompida, mas também a ação da história está paralisada por um “feriado de mentira” — quem sabe o primeiro de maio? Mas podemos tomá-lo como uma advertência de Paulo Honório. Localizando-se esta parte da narrativa em 1926, este dia, que só serve para gazetear (Gazeta, de Costa Brito?, já na oposição a Paulo Honório), pode muito bem se tratar de uma greve. Sabemos que na década de 20 iniciaram-se greves não só do proletariado — ou seja, nas fábricas da cidade — como também em fazendas, com os colonos italianos protestando contra as condições de trabalho impostas pelos barões do café. Com a formação dos partidos operários, a confrontação entre capital e mão-de-obra começa a tomar rumos cada vez mais radicais. Mas de qualquer forma, esse feriado de mentira demonstra uma nova situação: Paulo Honório não controla mais — pelo menos não

totalmente — as relações trabalhistas e por tabela seus trabalhadores. Por algum motivo, o coronel não pode mais impedir que seus trabalhadores tenham feriados, nem mesmo os de mentira. Por isso, entre outros fatos, ponho em dúvida a condição de mandão absoluto de Paulo Honório.

Porém, Margarida representar a aristocracia açucareira não é toda a verdade. Ela é também o que restou dessa aristocracia, ou seja, sua mão-de-obra (visto assim seu Ribeiro também é o que restou do seu tempo: a mão-de-obra). Margarida é a mão-de-obra que foi abandonada à sua própria sorte. Empobrecidas, essas pessoas viviam em um estado de miséria absoluta e só quando podiam migrar para uma fazenda mais produtiva é que talvez pudessem ter condições de vida um pouco melhores. O que temos em *São Bernardo, a partir da visão do proprietário (Paulo Honório)* é a compra e venda de seres humanos. Dizendo de sua gratidão, Paulo Honório compra uma leva de trabalhadores para sua fazenda. O mercado de escravos não acabou com o fim da escravidão. A mão-de-obra continuou sendo vista como mercadoria, e a troca de Margarida por “clichês” me parece muito mais um negócio de compra de trabalhadores — talvez por coisas menos inocentes que clichês — do que o pagamento de uma dívida pessoal e de gratidão.

Em que pese **Paulo Honório** nos afirmar que foi Margarida quem escolheu a sua nova morada; as condições em que vivia na fazenda eram muito parecidas com as de escravos em senzalas. A conversa com *mãe* Margarida tomaria contornos de um cinismo e sarcasmo sem igual: a do patrão com o tipo de trabalhador que nada exigia do patrão e não parava de trabalhar nem nos feriados, mesmo que os de mentira.

Outro fato muito importante aqui é a questão que Paulo Honório levanta sobre sua origem. Ele afirma que na certidão de batismo não estão os seus pais. Isso é verossímil. Vou fazer uma ilação, que, mesmo que pouco embasada, pode contribuir para se pensar em Paulo Honório como um narrador consciente de que deve ocultar fatos de sua vida.

Quando Paulo Honório briga com Madalena na igreja, na véspera da morte da esposa, o que motiva essa discussão é uma folha de papel achada no jardim (quem teria sido o lago em *São Bernardo*? Sabemos que Gondim acabou por quase obrigá-lo a casar, no momento do pedido. Mas e se Madalena deixou “voar” a folha de propósito para forçar a situação?): Paulo Honório supôs que se tratava de carta de amor — carta para homem em

realidade — o que resulta na derradeira discussão do casal. Como muito bem salientou Arnaldo Lorençato, na sua já citada tese, essa cena nos remete a *Otelo*. Ele explica:

A carta a um homem tem a força do lenço que Iago inventa que Desdemona entregou ao amante. (Lorençato. 1995: p. 112)

A referência a *Otelo*, que juntada a todas as outras formas de referências que Graciliano faz, nos permite abrir uma discussão bastante original das teorias de Bakhtin: supor que Paulo Honório seria negro, via citação. E se negro, talvez o *mãe Margarida* não fosse uma expressão assim tão carinhosa, ou como quer Mourão, que Paulo Honório “fazia o possível para se sentir filho da velha”. (Mourão. 1969 : p. 88), mas apenas uma verdade. E se Margarida for sua mãe, teríamos uma prova cabal de que Paulo Honório tenta ocultar fatos de sua vida. A maternidade também pode ser alegorizada, já que, sendo ambos representações de estruturas coronelistas — fenomenologia do coronelismo? — eles acabam por ser *parentes*.

Mas mais importante que essa suposta filiação é que Graciliano, com um movimento magistral, tenta demonstrar que o coronelismo, mesmo o industrialista e o mais avançado, não consegue evitar que suas raízes sejam apagadas: o tempo do Império, da Guarda Nacional, do açúcar. O negro. **A escravidão**. A base do coronelismo é a escravidão, ou, o trabalho falsamente remunerado e a falsa cidadania na fazenda. Mas também mostra — e basta uma rápida olhada nas relações do café com o sistema financeiro — o coronel como um escravo (negro) do sistema financeiro internacional, sempre em busca do capital, da dependência absoluta de financiamento externo para o café e das manobras para valorizar esse produto e desvalorizar a moeda. E mais, diversas vezes Paulo Honório diz que trabalha como negro no eito.

É bom arejar. A vida inteira neste buraco, trabalhando como negro. (SB. p. 162)

Escravo do poder financeiro? Paulo Honório, depois de mais de uma década de trabalho duro na fazenda, ainda vai estar dependente dos bancos e de Pereira⁷, no final do livro. Além de dar ao texto de Graciliano a densidade dramática de uma peça teatral, com suas intrigas de parentesco extremadas e a flor da pele, incesto, e revelações surpreendentes. Farei mais tarde outra ilação: Paulo Honório poderia ser o pai de Madalena.

⁷ Gustavo Barros bem me alertou para o fato de os Pereiras serem grandes empreendedores financeiros na virada do século XVII para o XVIII e, por suas atitudes temerárias, foram derrotados pelos Rothschilds. Ou seja, o nome Pereira também não foi escolhido ao acaso.

E mais, mostrar que o círculo do poder é limitado à distância de famílias. Talvez uma única família.

Transcrevo agora mais um longo trecho da tese de doutorado de Telma de Barros Correia. Apesar de demasiado longo, ele me é muito valioso pois, além de extremamente esclarecedor e de poder corroborar a minha linha de raciocínio, existe uma grande probabilidade de que as citações utilizadas por Telma tenham sido lidas por Graciliano. As partes da autora estarão em texto normal e as suas citações colocarei em itálico:

Os moradores de Pão de Açúcar em 1859 — então um lugarejo nas margens de São Francisco, próxima a Pedra — foram descritos por Robert Avé-Lallemant de forma extremamente pejorativa:

“Realmente não se pode fazer idéia da indolência dessa gente! Moram como porcos, como porcos vivem e são indolentes como porcos. E essa preguiça faz-se tanto mais sentir por negar-lhes a Natureza tudo o que é preciso para o conforto da vida. Alhures a necessidade torna o homem inventivo; no São Francisco faz o povo preguiçoso, estúpido e sóbrio até a fome. Preferem morrer na necessidade e sob a vexatória carência, a suportar a terrível e vergonhosa catástrofe: o trabalho. Por isso a maioria dessa gente pode dizer-se realmente mendigos e poucos resistentes (...) Graças a essa horrível fraqueza e indolência do povo, não se vê nos arredores de Pão de Açúcar o mais leve indício de lavoura. O deserto começa exatamente onde a cidade acaba (...) Onde quer que se vá, onde quer que se fique, por toda a parte o mesmo quadro sombrio de desolação, por toda a parte firma-se a convicção de que ali terra e povo nunca serão nada.

A descrição feita pelo autor do homem do campo não é menos negativa:

leva o vaqueiro do sertão uma vida tão precária, solitária, miserável, cuja rude forma exterior negligência também a vida íntima ou espiritual. Além do seu gado, das suas moléstias e acidentes, nada emociona essa raça de homens...

À pecha de indolente e despretencioso, soma-se, freqüentemente, a de rude e fanático. A violência era outra característica atribuída ao homem do sertão. À terra inóspita e desolada, correspondia a imagem de seus habitantes como seres embrutecidos no corpo e com a mente voltada para o misticismo. Eram como massas inertes, imersas no passado, presas às tradições, que viravam as costas ao progresso e eram esquecidos por este. Plínio Cavalcanti mostrava o sertanejo pobre como indivíduo que, abandonado pelo resto do País, estaria entregue ao jugo de fanáticos. (Correia. 1995. p. 419-20)

Importante é que os trechos em itálico, que deram à autora as conclusões acima transcritas, poderiam muito bem ter sido lidas por Graciliano, como disse, pois Avé-Lallemant as escreveu em 1865. E incrivelmente, a descrição de Margarida fica extremamente próxima do que era a opinião corrente sobre as pessoas da região, incluindo aí o nome da cidade. Adiantando, o negócio com o homem dos porcos, que deu origem ao reinício da escrita do livro, poderia ser um negócio de homens armados para a revolução que se avizinhava? Porcos são pessoas... Ou como diria Paulo Honório:

Bichos. As criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos, como o Padilha, bichos do mato como o Casimiro Lopes, e muitos bichos para o serviço do campo, bois mansos. Os currais que se escoram uns aos outros, lá embaixo, tinha (sic) lâmpadas elétricas. E os bezerrinhos mais taludos soletravam a cartilha e aprendiam de cor os mandamentos da lei de Deus.

Bichos. Alguns mudaram de espécie e estão no exército, voltando à esquerda, voltando à direita, fazendo sentinela. Outros buscaram pastos diferentes. (SB. p. 182)

Como o dito no capítulo anterior, repovoar o curral não é bem repovoar com o animal boi, mas com o animal homem, boi manso. Será que as sentinelas que esses animais fazem são a mesma sentinela que Paulo Honório fez ao esfaquear João Fagundes? E os mais taludos, como ele mesmo, tomam lugar especial na fazenda?

Outro aspecto que deve ser bem fixado. A Guarda Nacional parece acompanhar o desenrolar do processo escravista no Império. A cada nova dificuldade de se importar negros da África para a lavoura, uma nova Guarda era formada a fim de manter a ordem, e a cada nova ordem, uma nova estrutura eleitoral. A partir de 1831-2, com o fim do tráfico negreiro já estabelecido para 1850, a Guarda Nacional foi a mantenedora da ordem. Escravos não eram seres dóceis, os quilombos e as sublevações mostram bem isto. E as camadas livres da população, também oprimidas pelo sistema, se insurgiam igualmente. Balaiada, Praiera, Farrapos, Sabinada etc. mostram o quanto o governo extremamente opressivo ensejava revoltas. E a repressão era feita justamente pela estrutura policial (Guarda Nacional) formada pelos dominadores, os ricos, que podiam comprar uma patente. Além de um de seus mais relevantes papéis: o de recuperar escravos fugidos.

Seu Ribeiro é um dos poucos personagens que recebe uma idade: quando do seu encontro com Paulo Honório contava 70 anos de idade. Se supusermos que ele nasceu em 19 de setembro, teríamos que seu Ribeiro completaria 70 anos em 19 de setembro de 1920 e que os dois se encontraram em 1920/21, como também demonstrei depois ser bastante factível com o andamento cronológico do livro. 19 de setembro 1850 é a data da primeira reforma da Guarda Nacional. Em *História Geral da Civilização Brasileira* encontramos:

Tem início (com a lei de 19 de setembro de 1950) o processo de afirmação do caráter aristocrático de seus quadros dirigentes e a sua transformação gradativa em milícia eleiçoeira, aspecto pelo qual até hoje é associada. (HGCB. 1997: p. 281-2)

E se Graciliano lhe deu uma idade, assim como a Madalena e Margarida, essas idades têm de ter alguma função, e as coincidências com as datas de fatos reais da história nacional são enormes.

Seu Ribeiro é, pois, a forma de mandonismo do Segundo Império, uma forma ultrapassada que não se adaptou aos novos tempos. Durante o Segundo Império, a Guerra Civil americana, concomitante com a Guerra do Paraguai, causou um surto no setor

algodoeiro. Seu Ribeiro, com seus cabelos grisalhos/algodão e representante desse período, seria uma alegoria desse setor.

Suas posições, sua maneira de agir lembram muito a de uma aristocracia decadente que, mesmo se opondo à oligarquia cafeeira, nunca pleiteou grandes mudanças. Sua oposição sempre foi marcada pela tentativa de ampliar o seu poder, contra o monopólio cafeeiro, mas não para dismantlar essa estrutura. Durante a conversa sobre revolução, seu Ribeiro é contrário a qualquer tipo de mudança, pois todas são ruins.

Ironia enorme é o fato dessa aristocracia ter se convertido em guarda-livros, primeiro de um jornal, depois da fazenda de um oligarca da exportação. Seu Ribeiro é guarda-livros da mesma forma como João Valério era em *Caetés*. Ambos oligarcas falidos. Ambos guarda-livros de um novo tipo de empreendedor descrito como um brutamente casado com uma linda loira.

A Guarda Nacional foi a responsável pela segurança nacional, participou como primeira instituição oficial na integração racial (daí os brancos e negros não se sabiam como tal, ou branqueamento), coerção eleitoral, arrecadação de divisas para o estado, policiamento etc. Durante muito tempo, ela podia quase tudo. Assim como o Major.

Parte da nossa urbanização se deu pela migração de elementos da aristocracia decadente para a cidade. Daí seu Ribeiro ter terminado como guarda-livros, seu filho jogar futebol, depois foi para o exército (tenente?), a filha estava na fábrica. (Há um consenso de que industrialismo, classe média e exército derrubaram o coronelismo).

O filho de seu Ribeiro teria sido um tenente, do nosso tenentismo? Aí se vê a agudez do olho de Graciliano, ao verificar um dado social dessa monta: a aristocracia decadente começou a formar uma classe média, ou média baixa, nas cidades. E, apesar da dificuldade desse tema, parece ser exatamente essa a conclusão dos sociólogos para o assunto. Luís da Silva, de *Angústia*, parece ser algo muito próximo a essa descrição também. Outro oligarca decaído. Esse parece ser realmente um tema muito importante de Graciliano.

Assim como vimos com Margarida, a narrativa tem uma parada para a apresentação de seu Ribeiro. Em 1850, com as modificações nas leis eleitorais e no comércio de escravos, há também uma reforma na Guarda Nacional. Vimos que — também baseados

em Rui Mourão — seu Ribeiro representava um mandonismo anterior ao de Paulo Honório e que, por seus cabelos brancos, representaria a fase algodoeira.

E é através dessa argumentação que finalmente posso explicar categoricamente que o encontro de seu Ribeiro com Paulo Honório só poderia ocorrer entre setembro de 1920 e setembro de 1921: por ser representante da segunda fase da Guarda Nacional ele contaria 70 anos nesse período.

Um fato muito curioso sobre seu Ribeiro pode relacionar história e ficção. Quando da proclamação da República, foi enviado ao imperador a mensagem dos novos governantes militares em que este era instado a deixar o país em 24 horas. O homem encarregado de entregar esta mensagem foi o **Major Solon Sampaio Ribeiro**. Este major foi um dos articuladores do movimento republicano e um dos responsáveis pelos boatos que acarretaram a prisão do Imperador. Solon de solitário, como seu Ribeiro. E Sampaio, daquele a quem Paulo Honório extorquiu 36 contos⁸: seria o dr. Sampaio um coronel da antiga, que começava a ser esvaziado pelos novos coronéis? Os nomes são muito coincidentes. De uma certa forma, o major Ribeiro era o coronel antigo que Paulo Honório roubou para prosperar: sua estrutura derrubou a estrutura dos majores Ribeiros e depois a absorveu como mão-de-obra para os seus empreendimentos: muito schumpeteriano esse movimento. E não só seu Ribeiro: Padilha, Margarida e até mesmo Mendonça (pensando nas herdeiras): todos os coronéis e seus modelos de dominação vão sucumbindo à estrutura piramidal de organização do coronelismo.

Desta forma seu Ribeiro teria sido extorquido (como representante de um tipo de coronel) por Paulo Honório poucos anos antes de ingressar na fazenda via jornal: ou seja, esse novo tipo de coronel iniciou sua caminhada para assumir o comando das ações poucos anos antes da entrada de seu Ribeiro na fazenda. Esta argumentação está de acordo com o que lemos na história, pois muito comumente o enriquecimento de determinada camada social se dá com o empobrecimento — e saque — das anteriores, que não conseguiram se adaptar. O mesmo ocorrerá com Paulo Honório. Ele será, provavelmente, saqueado e absorvido: Luis da Silva?

Como vimos, umas das forças que apoiou Getúlio Vargas foi justamente a oligarquia dissidente, que, no entanto não estava disposta a fazer grandes mudanças no

⁸ Grande ilação: 36 contos extorquidos ao Sampaio, 36 capítulos (contos de réis) de *São Bernardo*.

quadro político. Por isso seu Ribeiro abandona a fazenda. Para apoiar as conspirações e se sentir traído por ela, não ver restaurado seu poder regional e terminar nos bancos e nos cafês. As oligarquias dissidentes acabaram sua vida nos *bancos* do café que o baronato do café criou ao longo das décadas de dominação.

E mais uma coisa: levando em conta a ida de Seu Ribeiro para a fazenda em 1921, temos que sua ida se dá muito próximo da dissolução da Guarda Nacional em 1922.

Para também dar um argumento às teorias de biografia, devemos lembrar que várias coincidências unem Graciliano e Ribeiro. Mas uma é bastante interessante: Graciliano era chamado de Major. Ele também um oligarca empobrecido.

Restam, no entanto, outros coronéis.

Mendonça é o tipo de coronel anterior a Paulo Honório. Violento, dominador, resolvendo seus casos com armas e dominando pela pobreza (aquela questão da mentalidade?):

-Maré vazante. Agora ganham os preguiçosos. Quem devia estar vivo era o velho Mendonça, que deixava a propriedade coberta de capoeira e o engenho de fogo morto. Trabalhar para formiga! É cruzar os braços. E cruzei os braços. (SB. p. 179)

Este cruzar os braços de Paulo Honório, no ano de 1931 (segundo minha cronologia, referente ao capítulo 35), seria uma greve patronal? Poderia uma greve patronal explicar, pelo menos em parte, a crise econômica daquele período?

Mendonça, porém já estava tendo de enfrentar as mudanças que vinham ocorrendo na República. Como o visto, o mandonismo republicano tem suas origens no Império e as mudanças que a República trouxe não alteraram substancialmente o quadro monárquico. Isso provocou o desejo em muitos republicanos de primeira hora de republicanizar a República. A luta nas primeiras décadas do século passado foram justamente nesse sentido. Lentamente, mas certo, foram introduzidas mudanças na estrutura sócio-política do país que começaram a solapar o poder coronelista.

Nesse sentido, o ano de 1916 é muito importante para a estrutura coronelista tradicional. Três acontecimentos parecem ser decisivos para o início da decadência coronelista. Primeiro a passagem do alistamento eleitoral das mãos da câmara municipal para o judiciário. Segundo a eleição para prefeito. E terceiro o início de uma campanha de alfabetização e reestruturação do ensino, o que, pelas leis da época, aumentaria a base de eleitores, diminuindo o controle sobre o voto. O país começava a se institucionalizar, diminuindo o poder personalizado na figura do coronel.

E havia ainda os gaúchos, do Partido Republicano Conservador, exigindo o voto secreto. Como diz Chacon:

As reivindicações de plebiscito, para julgar um presidencialismo, ao ver dos positivistas gaúchos uma conquista histórica e não o produto de um golpe militar, e de voto secreto, exasperavam a oligarquia patrimonialista e seu clientelista estamento. (Chacon. 1981 : p. 99)

Ou

Sempre insistindo no voto secreto, para horror da oligarquia. (Chacon. 1981 : p. 100)

Sendo a base do coronelismo a posse do controle do alistamento eleitoral, possível não apenas pelo controle da mesa, mas também pelo reduzido número de alfabetizados, principalmente no campo, se pode supor que essas medidas não afetaram imediatamente o poder dos coronéis, mas seguramente estava anunciada a luta contra essa estrutura, luta que se bem longa e talvez ainda não total, reduziu de maneira expressiva o poder dos coronéis no sistema de poder nacional. Novas formas de controlar os votos estavam sendo desenvolvidas.

A estrutura oligárquica passou a ter que conviver com forças que não estavam mais totalmente dependentes e/ou ligadas à estrutura local.

Já nos anos 1910 do século passado, e com a Primeira Guerra Mundial, o desenvolvimento industrial no sul do país e a conseqüente urbanização dessa região — com o natural aumento demográfico —, começou a corroer a fórmula básica do coronelismo do tipo representado por Mendonça.

Outro coronel é Salustiano Padilha. Após a proclamação da República o Nordeste se viu abandonado à própria sorte, sem nenhum motor econômico. O domínio do café era absoluto em todo o país. Com açúcar e algodão decadentes e a venda de escravos proibida, não restou ao Nordeste nenhuma nova fonte de renda, nenhum novo ciclo para trazer-lhe prosperidade. A dominação pela força de Mendonça parece ter como oposição/opção a de Salustiano Padilha que, como solução para a estagnação, envia o filho para Recife, para estudar direito. Porém ambas soluções parecem dar em nada, segundo Graciliano. Sem machismo, Mendonça não tem solução de continuidade, pois não tem filhos homens, Salustiano não vai ver o filho bacharel e este, em futuro próximo, vai perder a fazenda, talvez por ter tido contato com posições socialistas. Ambos, Mendonça e Luis Padilha, serão derrotados pelo novo coronel que entra em cena e que dominará o Nordeste (e o Brasil): o coronel agroindustrial.

Os anos que vão de 1868 a 1871 foram decisivos no Império, com a Guerra do Paraguai, o golpe de Estado, a fundação do Partido Republicano e a promulgação da Lei do Ventre Livre e que segundo John Gledson é importantíssima para a obra de Machado, não são aventados, pelo menos até onde eu tenha percebido, por Graciliano. Talvez Mendonça/Salustiano sejam o resultado dessas mudanças. Eles são coronéis gêmeos, vivendo no mesmo espaço/tempo sócio-econômico.

Aqui gostaria de indicar uma das proposições que tomará grandes dimensões com o correr da explanação: é a relação entre *São Bernardo* e *A bagaceira*, de José Américo de Almeida. Vejo enormes semelhanças entre ambas as obras, e colocarei esses paralelos ao longo deste trabalho. Gostaria de salientar também a semelhança de situação entre Lúcio, filho de um coronel durão, Dagoberto, e Luís Padilha. Ambos vão para o Recife estudar. O romantismo que cegava a Lúcio (seria uma referência aos românticos revolucionários?) e o idealismo político de Padilha.

Dagoberto é o senhor típico, mandão, cultivando a terra da mesma forma que os que o antecederam naquela propriedade o fizeram, indiferentes à pobreza que o cerca, capaz de se alegrar com a seca que faz os preços dos gêneros subirem e, portanto, aumenta os lucros. Lúcio ao contrário, pensa em racionalizar a produção e vê com simpatia e uma boa dose de piedade a pobreza que vive na fazenda. (Camargo. 2004: p. 87)

O problema é que essa racionalização da produção exige uma mudança estrutural nas formas trabalhistas. E é essa mudança que faz de Lúcio, um híbrido entre o pai e o seu sucessor, fracassar na sua empreitada. Assim Camargo completa:

Eis onde é mais fácil identificar o entrelugar ideológico entre ficção naturalista e o romance social dos anos 30 que *A bagaceira* ocupa. Nem a mera exploração da miséria da seca, da qual maus governantes e maus produtores se aproveitam, que se via no naturalismo, nem a visão de que o modelo econômico vigente estava em decadência e sua solução dependia de alternativas que só poderiam ser radicais. Em duas palavras, já se pensa em termos de reformismo como saída para os problemas sociais no Brasil, mas ainda não se tem a perspectiva da revolução, da mudança completa. A decadência desse tipo de propriedade não parece ter relação com o esgotamento de uma forma específica de exploração econômica, mas com a imobilidade da elite, frente aos velhos valores. (Camargo. 2004: p. 89)

A obra de Camargo é excelente e estou de acordo com a forma como ele trata o problema. Mas me permitiria uma ressalva. O que traz a “decadência” da fazenda — apesar de a fazenda não estar decadente, ela está muito produtiva, apenas a correlação de forças é diferente do tempo de Dagoberto —; o que ela enfrenta é uma crise social, por assim dizer. Não é a imobilidade, mas a tentativa/necessidade de mudança. Quando coronéis do tipo Lúcio (e Lúcio é um coronel) tentam racionalizar a produção, mexem com a estrutura do mandonismo. Lúcio pode até se apiedar, mas de algum modo, continua refratário às mudanças na fazenda. Talvez ele lucre até mais. Mas entre ele e os trabalhadores agora existem leis que lhe escapam ao controle. Os trabalhadores têm o direito de exigir

explicações sobre a estadia de novos retirantes: seria isso possível antes da racionalização, no tempo de Dagoberto? Quando os retirantes chegam (Soledade) nenhum trabalhador contesta Dagoberto.

E se Luis Padilha “perde” a fazenda, Lúcio termina o romance acuado pelos próprios trabalhadores. Veremos isso mais tarde, mas Lúcio, assim como Padilha, parece perder o controle absoluto que havia antes por parte de seus pais, em que pese terem empreendido mudanças que “humanizavam” as relações de trabalho, além dos direitos adquiridos pelos trabalhadores. E na minha cronologia, Padilha vai perder a fazenda, “ocupada pela negrada e pelo mato”, em 1918/19, e Lúcio perde o controle da fazenda em 1915, datado no livro. Ou seja, a situação de “descontrole” parece percorrer um período muito longo antes da revolução de 30. A modificação das relações de produção, aumentando o poder financeiro dos coronéis via indústria, parece ter reequilibrado sua capacidade de mandar. E mandar é, manter os trabalhadores na fazenda. E controlar o voto deles.

Uma das missões de Paulo Honório será a de “restaurar a disciplina”.

Mas há outro ponto importante. Tentarei demonstrar que é muito provável que Paulo Honório tenha comprado a fazenda em princípios de 1919. Não é absolutamente exato, mas é quase certa essa data. No entanto, se Graciliano nos deixa pistas suficientes para que tenhamos quase certeza absoluta da data da compra de São Bernardo, não há nenhuma indicação da data da volta de Paulo Honório para Viçosa. É possível que Paulo Honório tenha voltado no ano de 1919 mesmo e comprado a fazenda poucos meses após sua volta. Mas é possível que Paulo Honório tenha voltado muito antes, talvez em 1917, colocando sua volta como contemporânea à morte de Delmiro e da Revolução Russa.

Dentro de nossa interpretação, Paulo Honório voltará a Viçosa por ordem de Pereira, para “salvar” a situação em que se encontrava São Bernardo. Mas há a possibilidade de que ele tenha voltado em 1915. Essa data, pouco provável em relação ao andamento da obra do escritor alagoano, traria a *São Bernardo* a possibilidade de ser uma espécie de continuação de *A bagaceira*, já que essa obra acaba em 1915. Paulo Honório, por assim dizer, compraria a fazenda de Lúcio. As transformações, tanto da forma de produção como das relações de trabalho, fizeram com que Lúcio (Luis?) perdesse o controle da situação.

A tese de José Américo parece ser a de que as novas formas de relação capitalista aniquilavam o setor agrário. Podemos ver que a situação final de *A bagaceira* se parece muito com a situação em que Paulo Honório encontra Luis Padilha. Não nos esqueçamos que José Américo era radicalmente a favor da modernização burguesa, tendo lutado ao lado de João Pessoa (chefe de polícia, um escritor) e principalmente, apoiado Getúlio desde o princípio. E de ter sido proposto como candidato situacionista para as eleições de 1938.

Os trabalhadores parecem ter trocado o pertencimento pelo direito de cidadão. Afirmando isso, pois na cena do rompimento do açude (em *A bagaceira*), aquele povo quase amorfo acaba, quase que por livre e espontânea vontade, salvando o açude com os próprios corpos, quase que se afogando coletivamente. Porém, quando do incêndio no canavial, muitos anos depois, os trabalhadores não se moveram, pois não era mais um problema deles. Apenas os poucos trabalhadores da velha guarda se empenham em salvar o canavial. Não quero tomar partido, mas parece ser essa a mensagem de José Américo: o direito civil rompeu com uma estrutura social de pertencimento: o sistema burguês pelo oligarca.

Voltando ao coronelismo, como teoria, e sempre seguindo a isonomia formal de Rui Mourão, constato que a narrativa que se inicia nos capítulos 1 e 2 é “interrompida” para que Paulo Honório se auto-apresente. Como se qualquer aparição de um coronel interrompesse a ação. O mesmo se pode dizer da entrada em cena de Mendonça: uma das descrições mais tensas da nossa literatura. As duas tropas, frente a frente, paralisadas e a um passo do combate. Esta teoria manteria a isonomia formal de todos os coronéis: Paulo Honório, Mendonça, Ribeiro e Margarida. Porém, poderíamos estender essa isonomia a Madalena. Paulo Honório volta do trabalho, senta e “pára de trabalhar”, e então a conversa de Gondim, Nogueira e Padilha “apresenta” Madalena, pelos peitos e pelas pernas. E também pela beleza e educação. Parece haver uma oposição entre trabalho (ação) e conversa (apresentação). Mostrar que Madalena (Vargas também era um coronel?) também é um coronel será um dos maiores desafios desse trabalho.

Resumindo, a leitura que proponho nos dá a possibilidade de ler em *São Bernardo* uma genealogia do sistema coronelista no Nordeste (e do Brasil?) desde a independência até a Revolução de 30. Da aristocracia açucareira (Margarida), passando pelo apogeu algodoeiro (Major Ribeiro) e pelo abandono dos primeiros anos da Primeira República (Salustiano Padilha, Mendonça) e um possível flerte com o socialismo (Luis Padilha) até a

fase cafeeira-exportadora-industrialista da década de 20 (Paulo Honório), e quem sabe o coronelismo da década de 30: o caudilhismo (Madalena). E através da genealogia do coronelismo consigo balizar historicamente o romance.

Outros três aspectos podem ser aqui aventados: o primeiro, se a proposta de uma industrialização rural foi realmente colocada em prática, e que resultados traria? Segundo, e muito interessante: a Guarda Nacional veio a reboque de mudanças na ordem trabalhista. A cada pressão inglesa, o Brasil era obrigado a alterar sua estrutura escravista. Assim vemos que o trinômio repressão policial, controle eleitoral e estrutura da força de trabalho andam de mãos dadas. Mais tarde, o processo de educação participará desse embate. E, terceiro, se uma camada de proprietários realmente flertou com posições socialistas como pressão ao avanço burguês.

Importante salientar que lendo *São Bernardo* de maneira alegórica, podemos ter uma visão que abarca os mais diferentes setores da história do Brasil, e por trás desse painel uma teoria da história, e para quem quiser, uma série de perfis psicológicos ligados diretamente ao agir social. Mais que psicologia individual, visão de mundo, visão de classe, ideologia.

Mais como espanto, apesar das evidências acima citadas e da certeza de que pelo menos grande parte da história se passa na década de vinte é incrível que a palavra “coronel” não apareça nenhuma vez, mostrando que a interpretação do *quem* age e do *quando* age é importantíssima para se decifrar o romance.

Aceita essa genealogia do mandonismo posso finalmente estabelecer uma cronologia global do romance, associada à proposta no capítulo anterior:

1831/32 - nasce Margarida. Criação da Guarda Nacional.

Informações agrupadas nos capítulos 3 e 10.

1850 (19 de setembro) - nasce seu Ribeiro. Reforma da Guarda Nacional.

Informações obtidas no capítulo 7.

1881 - nasce Paulo Honório.

Narrado no capítulo 3.

1881-1886 - anos sem memória da infância de Paulo Honório

Narrado no capítulo 3.

1886-1899 ou 1900 - vida de puxador de enxada

Narrado no capítulo 3.

1899/1900 - esfaqueamento de João Fagundes

Narrado no capítulo 3.

1903/1904 - sai da cadeia e inicia sua vida cigano

Narrado no capítulo 3.

1918 - volta a Viçosa

Narrado no capítulo 4.

1919 (janeiro ou março) - compra de São Bernardo

Narrado no capítulo 4. (a ser comprovado)

1919/1920 - dois primeiros anos de proprietário, anos difíceis da administração

Narrado no capítulo 5/6.

1921 (janeiro ou março) - morte de Mendonça

Narrado no capítulo 6.

1921 (janeiro ou março) - encontro com seu Ribeiro

Narrado no capítulo 7.

1926 (janeiro/março) - salto de cinco anos: visita do governador

Narrado no capítulo 8.

1926 - 1927 - Margarida/Madalena, decisão de casar

Narrado nos capítulos 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16.

1927 - casamento

Narrado no capítulo 17.

1927(1929?) - brigas e nascimento do filho

Narrado nos capítulos 18, 20, 21, 22, 23.

1929 - 1930 - início dos ciúmes até morte de Madalena

Narrado nos capítulos 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31.

1930 - morte de Madalena e Revolução

Narrado nos capítulos 31, 32, 33, 34.

1931 - crise

Narrada no capítulo 35.

**1932 - escritura do livro (de março a julho) Margarida completa cem anos -
Narrado nos capítulos 1, 2, 19 e 36.**

Antes de ir em frente gostaria de colocar mais alguns pontos muito problemáticos que esta proposta traz. Paulo Honório não narra em absoluto o ano de 1928. Nenhuma frase sobre esse ano é escrita, sempre seguindo a cronologia acima proposta. Se tomarmos as teorias de De Decca e Vesentini de que o ano de 1928 foi fundamental para a Revolução de 30 por causa dos problemas com o BOC e os movimentos sindicais e Partido Comunista, teríamos uma diferença de visão bastante produtiva: entre o que o romance nos passa e o que alguns historiadores defenderam.

Desde já afirmo que não sei responder se a ausência do ano de 1928 no romance é por causa das posições de Graciliano em relação à história do Brasil ou se por causa da visão de Paulo Honório traz sobre os fatos. Mas tenho certeza que os fatos expostos pelos dois historiadores não passaram despercebidos por Graciliano. E nessa época Graciliano tinha posições anticomunistas bastante fortes.

De qualquer forma creio que a primeira opção é mais defensável, pois, após a visita do governador - narrado no capítulo 9 - começa o empenho de Paulo Honório em se casar, empenho esse que durará um ano. Até que finalmente se casa com Madalena. Tomando Madalena como uma representante do “discurso pré-trabalhista”, podemos ver que a decisão de Paulo Honório de se casar com Madalena corresponderia à atitude de Washington Luis de trazer para o governo Getúlio Vargas: o de aliar-se a uma estrutura que pudesse controlar os crescentes problemas da assim chamada “questão social”. E isso explicaria, via alegoria, o motivo pelo qual o ano de 1928 não foi narrado: Getúlio entrou no governo em março de 1927 e se retirou em 1928 para governar o Rio Grande do Sul, e só voltou ao cenário nacional em 1929, quando anunciou sua decisão de concorrer à Presidência da República.

Esse período de busca de uma mulher para lhe dar um herdeiro seria então o período que vai de janeiro de 1926 até janeiro de 1927, quando finalmente se casa. Nesse período se dá a reforma constitucional de 1926, que, por um lado, ampliava o poder central e propiciava maior governabilidade ao Presidente e, por outro, corroía a fórmula federativa do coronelismo. As contradições do coronelismo se autocorroendo.

Esse período - 1926/1927 - é também o período narrativo de *Caetés*. Assim, creio que, salvo erro ou novas informações, posso vislumbrar que para Graciliano, o destino da Primeira República começou a ser selado em 1926 (e aqui teríamos a teoria da história que falei acima) - com a entrada “dos defensores de reformas trabalhistas” no governo -, e não em 1928, já que, *Caetés*, claramente discute os acontecimentos políticos daquele ano. Ou, se se quiser ser bem radical, o fim do coronelismo começou com a entrada do coronel tipo Paulo Honório ao final da Primeira Guerra Mundial: ele revolucionou de tal forma as relações sociais que em uma década derrubou a estrutura.

1926 é o ano da reforma constitucional, que enfraqueceu definitivamente o poder dos coronéis, pois centralizou o país - como veremos, Paulo Honório também centraliza em São Bernardo - mas permitiu a posse pacífica de Washington Luis e o fim do estado de sítio com o qual Arthur Bernardes foi obrigado a governar todo o seu quadriênio. Se fizermos um paralelismo, Paulo Honório vivia em guerra com seus vizinhos, até que, após decidir se casar com Madalena, parece ter conseguido alguma paz com eles, inclusive suas presenças na fazenda pelo tempo da visita do governador. Tudo isso fruto das mudanças colocadas em curso há alguns anos.

Penso também, apesar de não querê-lo afirmar categoricamente, que Graciliano foi contra a Revolução de 30 - chegou a ser preso por manifestações contrárias a ela - e me parece que, de certa forma, Graciliano escreveu (com *São Bernardo*) em 1932 um livro contra Vargas, o que não nos obriga a pensar que ele era a favor da oligarquia, visto a forma como ele descreve os coronéis. As preocupações de Zenir Reis são extremamente fundadas: as posições de Graciliano são muito difíceis de ser rastreadas, pelo menos via *São Bernardo*. Em minha opinião, a posição de Graciliano era contrária à da oligarquia cafeeira, em parte pelo industrialismo que a acompanhava - e as transformações sociais que ela acarretava -, em parte por bairrismo. Mas creio que era mais contrário ainda ao processo industrialista, pois em 1932 ficou ao lado dos paulistas.

A posição exposta em *A bagaceira* na comparação da atitude dos empregados, quando do perigo do açude arrebentar e do incêndio no canavial é bem, me parece, a posição de Graciliano: o industrialismo destruiu uma comunidade. Passou a haver direitos legais e não uma responsabilidade recíproca. Porém há a liberdade individual e não há mais o manda-chuva que tudo decidia, inclusive a vida e a morte. É um tema complexo e deixo o

assunto em aberto.

Então desde já mostro que não só penso que *São Bernardo* é um romance alegórico, como também proponho que a **obra** de Graciliano tenha um projeto alegórico que a sustenta e que creio ser fruto de suas leituras de Machado de Assis, três posições altamente controversas. Em que pese Graciliano estabelecer a relação história/literatura de maneira bem diversa da de Machado.

Sobre esse aspecto um adendo. Se for verdade que *São Bernardo* foi esboçado em 1924, para mim fica claro que algumas incongruências estruturais, e talvez algumas opiniões destoantes de minhas teses, fiquem explicadas. Provavelmente, Graciliano deveria vislumbrar o fim da estrutura coronelista. E talvez tenha visto uma belíssima analogia estética para exemplificar esse fim: em 1917 o fim do coronelismo poderia ser simbolizado por vários fatos: a Revolução Russa e os movimentos sindicais em São Paulo e a morte de Delmiro Gouveia. Além da prisão de Antonio Silvino em 1918 e a ruína dos grandes impérios europeus. Mas o coronelismo sobreviveu a esses fatos e o coronel Delmiro-Paulo ainda viveu até 30, reelaborado. E se ele foi esboçado em 1924 de maneira alegórica, *Caetés* que foi escrito inicialmente em 1926 estaria no mesmo diapasão. Por isso a afirmação de que a obra de Graciliano, como um todo, é alegórica.

O que quero argumentar aqui é que Graciliano pensou em escrever um romance sobre o coronelismo, mas esse romance terminaria em 1917-18. Em minha opinião ele percebeu o equívoco, ao notar que o coronelismo não era uma circunstância, mas uma estrutura. Por isso os fatos históricos parecem um tanto distorcidos no romance. E é essa posição que vejo em *Caetés*. Para mim Graciliano achou que Luisa (uma Madalena *avant la lettre*) teria tomado o poder em 1926. Que Adrião, um comerciante manda-chuva, e não um coronel, foi enganado por ela etc. Eu insinuaria, por exemplo, que a carta que denuncia o romance de Valério com Luisa foi escrita pela própria Luisa, para forçar uma solução da situação. Ela é extremamente “descuidada” em público, quase que se autodenunciando em vários momentos, e são todos estes os momentos descritos na tal carta: parece que para Graciliano, carta é algo que força uma situação. E em que pese seu choro no final do romance, ela não parece que vai morrer romanticamente por Valério. E acabou rica. E Valério seu sócio. Sem nada ter feito por ela! Mas o coronelismo sobreviveu a 1926. Assim como Floro Bartolomeu (outra sombra que parece delinear o perfil de Paulo Honório)

sobreviveu ao golpe dos comerciantes e industriais de Fortaleza em 1923. E depois derrotou-os com seus cangaceiros.

Creio que com a problematização descrita até aqui, é possível abrir uma nova perspectiva de leitura para se estudar a obra do autor alagoano. Com esses parâmetros, podemos reinterpretar Paulo Honório, não mais olhando-o como alguém acabado/problemático, mas como alguém acabando/com problemas: a teoria é igual a de Rui Mourão: Paulo Honório está “apenas” decadente. Ou usando Schumpeter: seu ciclo está sendo atropelado pela nova organização dos meios de produção: a industrialização citadina. Assim como Paulo Honório atropelou o de Mendonça/Padilha. E Ribeiro atropelou Margarida. Porém, ao contrário da opinião do mestre mineiro, lutando para salvar seu poder que lhe foge pelo andar da revolução em curso. Assim, lê-lo não como burguês, mas como coronel, nos proporciona um novo enfoque, especialmente tendo-se em vista o fundo histórico que o acompanha: o momento revolucionário 30-32.

Um dos aspectos mais fundamentais das consequências da Revolução de 30 é a mudança das relações de trabalho, que culminaria, anos depois, com a promulgação da CLT. Em 1931 foi criada a legislação trabalhista. Com isso as relações coronelistas de trabalho não acabaram de forma alguma, mas passaram à ilegalidade, pondo em xeque o poder dos coronéis. No entanto vale lembrar que a propriedade de Paulo Honório, em que pese problemas com vizinhos, aliás, bem normais, nunca esteve em jogo. Qualquer testemunho dos revolucionários da época é claro e direto: a Revolução veio para acabar com o trabalho escravo e não com a propriedade.

Vista assim, a narrativa de *São Bernardo* ganharia contornos políticos bastante diferentes dos até aqui descritos: Paulo Honório não está arrependido, mas tentando desesperadamente se reerguer e lutar contra as mudanças políticas que se avizinhavam. E estarrecidamente sua ferramenta de luta é a literatura, como metáfora de revolução, ou melhor, literatura como instrumento de difusão ideológica da classe dominante e de instigadora ao levante: em uma palavra, literatura como conspiração. Ou ainda, verbos e substantivos como armas de dominação: uma paridade entre sovelas e facas com verbos e pronomes (verbo ação, pronomes sujeito, ação e sujeito).

Discordando da idéia apresentada anteriormente por Wander Melo Miranda, leio o livro como uma luta para que Paulo Honório se readéque à situação que surge: ou melhor, o

livro é desafio, um confronto com a nova situação. É a revolução de 1932 em andamento. O café reage contra Vargas e Paulo Honório, reiteradamente diz: fumo cachimbo, tomo café.

O próprio Paulo Honório, citando Madalena, sabe da verdadeira função do romance: “Ocultar com artifícios o que deve ser evidente”. Aqui pode estar a chave do entendimento de Paulo Honório: ele se utiliza do romance, como se utilizou das pessoas, ele por assim dizer, reifica o romance. A literatura é um capital, assim como o foram a igreja e a escola, como vimos no capítulo anterior seguindo Anselmo Pessoa, que também vê as coisas dessa maneira, pelo menos no que tange a esse problema.

E Paulo Honório sonha com o lucro que esse capital novo pode lhe render, como ele mesmo afirma no **capítulo 1**. E sonha com ele em 1932. Proponho que o romance, aos olhos de Paulo Honório, teria a função de mostrar sua valentia e capacidade empreendedora, e que ele assumiu uma missão que outros não assumiram e está disposto a lutar pelo passado e pela obra que realizou.

São Bernardo, lido de uma forma despreziosa, pode, acredito, acabar deixando uma imagem relativamente positiva de Paulo Honório obstinado que matou e roubou mas que, nos dois últimos capítulos, parece arrependido e presa do remorso. (Pessoa. 1987: p. 39)

Apesar de achar que Paulo Honório nunca perdeu sua verve, esta idéia condiz com o que defendo aqui: seria injusto Paulo Honório sair como herói e ainda grande escritor.

Porém, do ponto de vista de Graciliano, o livro, sendo ele a autobiografia de Paulo Honório, nas suas entrelinhas, passa a ser uma confissão de crimes e iniquidades do próprio Paulo Honório. Confissões essas que, no entanto, não têm a função de mostrar arrependimento ou expiação, mas a de ameaçar, mostrando do que ele foi capaz, sendo isso a mostra do que ele será capaz de fazer. E com a ambigüidade literária, essas iniquidades não precisam ser expressas explicitamente. Assim todos sabemos que mandou matar Mendonça, mas ele não o confessa *explicitamente*; todos sabemos que Madalena se suicidou, mas a palavra suicídio não aparece no romance; que a outra pessoa que também o chamou de assassino - Costa Brito - também morre, uma limpa como no caso de Mendonça, para usar as palavras de Paulo Honório.

Graciliano mesmo diz que Paulo Honório é uma “homenagem” a alguns “coronéis assassinos e ladrões que eu conheço.” Essa declaração poderia levar a crer que o romance seria contra os coronéis também. Mas essa é uma declaração moralista e não institucional: quero dizer, se ele escreve contra coronéis ladrões e assassinos, não está, obrigatoriamente, combatendo o coronelismo.

Já aventei esse assunto e voltarei a ele outras vezes, mas em vários momentos de crise - brigas com Madalena, escrita do livro etc - Paulo Honório toma café, com pouco açúcar. Creio que Graciliano escreve contra o coronelismo do café, exportador etc. Vislumbro não só um certo nacionalismo, como também um bairrismo: Paulo Honório é o coronel que a monocultura do café criou: um exportador, internacional, industrialista, vinculado a São Paulo, escravo do sistema financeiro internacional. Enquanto o coronel do engenho fica reduzido a ser um pobre cangaceiro lutando contra a invasão estrangeira da usina (fábrica?), como vimos. E mais, essa forma de coronelismo abriu a porta para a penetração estrangeira no país: o caso engenho/usina visto na introdução.

Basicamente, o que quero dizer é que a Revolução de 30 - assim como pensa Maria de Lourdes - não acabou com o coronelismo. Mas ela solapou seu *status* e legitimidade. O coronel passou a ter que se reportar a instâncias novas de poder, que ele não controlava inteiramente e, principalmente, diretamente. A minha opinião é muito parecida com a de Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque em *Coronel, Coronéis*.

Antes de discutir as idéias desse excelente livro, gostaria de transcrever um trecho, que talvez demasiado longo e, em que pese se referir a fatos cronologicamente muito distantes dos do narrado em *São Bernardo*, são espantosas as semelhanças entre aquilo que foi descrito pelos dois sociólogos e o que Graciliano “criou” em seu romance, anos antes:

Para sobreviver como poder econômico em estrutura produtiva que se diversifica, de senhor de terras passa a comerciante e até mesmo a empreendedor industrial um tanto schumpeteriano em seu arrojo, falseando o seu status econômico original e sua linhagem. Para alargar a base eleitoral - fonte de sua nova força, decorrente do poder externo do Estado, mas que ele incorpora -, abre escolas e fabrica eleitores, origem de um processo incipiente de politização que fatalmente lhe substituirá no mando. E chega mesmo ao ponto de, para conseguir manipular os escassos núcleos urbanos de opinião que se formam, e para alargar o espaço de sua influência, encomendar folhetos populares que lhe exaltem a glória; utilizar boletins de cabala política; patrocinar o aparecimento dos curiosamente servis jornais interioranos (...). (Vilaça. 2003 : p. 43-44)

e

Mas a influência do coronel como presença econômica não se limitava a suas fazendas e a seus moradores: sempre lhes ultrapassou os limites, espalhando-se para as fazendas próximas, para os povoados, as vilas, as cidades. Os fazendeiros vizinhos de menos posses, porventura mais tímidos em saber exigir e dominar, tendiam a submeter-se a seu arbítrio, a ser simples extensões de seu domínio. (Vilaça. 2003 : p. 54)

A primeira prova de que a Revolução de 30 não acabou com os coronéis é que esse referido livro narra a vida de coronéis até 1964, ou seja, que sobreviveram por muito tempo à Revolução de 30. Mas esse livro apresenta teses em relação ao declínio dos coronéis muito parecidas por aquelas até aqui defendidas. A argumentação de *Coronel, coronéis* tem por base que o coronelismo era uma forma de dominação patriarcal, com raízes na Guarda Nacional. E que na atuação dos coronéis, dos mais habilidosos, tornou-se “assim, os

veículos de transformações que terminaram por destruir as próprias bases de sua sustentação.” (Vilaça. 2003 : p. 27); ou, ao ultrapassar seus próprios limites, os coronéis do agreste e do Sertão foram cavando, inadvertidamente, suas próprias sepulturas. (Vilaça. 2003 : p. 29). Há inclusive uma proposta de entendimento para o cangaceiro Luis da Silva de *Angústia*:

“Se o coronel do interior se apropria do Estado, cooptando-o e sendo por ele cooptado, pessoalmente exercendo seus múltiplos poderes, na revivescência metropolitana não só o substitui como desafia e confronta, abertamente, as autoridades públicas. Ela cria a sua própria ordem, à margem da lei, apoiada em inexorável escalada do crime” (Vilaça. 2003 : p. 34)

Um adendo sobre *Angústia*. Luis da Silva, um oligarca decaído formando um classe média baixa, intelectual na cidade, próximo dos comunistas e dos agiotas mas distante dos proletários, se apaixona por Marina (povo) e tenta comprá-la com seus poucos recursos (*fazendas* para o enxoval). É derrotado pelo burguês de carro, careca e gordo. Por isso o enforca como os cangaceiros o faziam. Como o livro se passa em 1935 (sabemos disso por causa de Cirilo de Engrácia) e sabendo que a ação transcorre no espaço de um ano (e que o livro estava pronto em 1936), podemos concluir que muito provavelmente Intentona e enforcamento se dão ao mesmo tempo.

Porém, aparentemente o coronelismo tem sua base real numa certa subserviência histórica da população:

Com efeito, a visão que, naquelas terras, muitas pessoas (sobretudo as mais idosas) ainda têm da natureza, da vida social e de si mesmas não é a do homem ocidental moderno, confiante em seus próprios poderes: no da razão decifradora da realidade; no da ciência e da técnica, geradoras de progresso - em suma, na capacidade de criar suas próprias histórias, enfrentando, com autonomia, as incertezas inerentes ao futuro. Habitam suas mentes, confuso e conflituoso amálgama, formas de percepção e de compreensão míticas, tradicionais e modernas do mundo. Elas comumente dão lugar a passividade e conformismo ante os desafios da natureza e da vida; a aderência a antigos padrões de relacionamento social; a consciência e resignação ante velhos e resistentes paradigmas de sujeição política. (Vilaça. 2003 : p. 32)

e

O que nos interessa é referi-la e apontá-la como justificando muito da aceitação do que há de autocrático nos poderes social e político exercidos pelo coronel; de todo um sistema de decisões autoritárias, de uma hierarquia social inquestionável porque passivamente aceita. (Vilaça. 2003 : p. 56)

Assim como o major Ribeiro, como Salustiano Padilha, como Mendonça, como Luis Padilha, Paulo Honório também não andou rápido o suficiente. E nem poderia. Todo ciclo antigo é atropelado pelo novo. Como podemos ver nas posições de Vilaça, que só sobreviveram os coronéis que de uma certa forma se adaptaram aos novos tempos, matando-se de uma certa forma.

(...) na fase de trânsito social analisado nesse livro, porém, ele torna-se, contraditoriamente, autor de progressos, promotor de mudanças na estrutura e até em seu *status* econômico. Mudanças de tal ordem, que provocaram reversões e fraturas no sistema de forças em que ele sempre se apoiou e sem o qual ele iria, cedo

ou tarde, acabar sucumbindo. (Vilaça. 2003 : p. 52)

No entanto, a atitude dos coronéis em relação à penetração capitalista em seus domínios é variada. Seguramente, aqueles que se transformaram em comerciantes, banqueiros, industriais e se mudaram para a cidade, não se tornaram pacientes, mas agentes dessa transformação. Porém aqueles que tentaram permanecer em “seu mundo”, tiveram a oportunidade de se deixar absorver pelo Estado que contra eles caminhava:

É o apogeu então obtido o resultado de quem conseguiu. Por algum tempo, mantendo seguras as estruturas do feudalismo matuto em que tradicionalmente se baseou, mover-se à frente do processo de seu rompimento para assegurar a permanência do comando. De quem capitaliza para si, ainda que efêmeramente, o prestígio dos governos a invadir seus domínios; o poder da polícia; e até outras formas mais libertas de permeabilização social, modernização econômica e democratização, tais como a imprensa, o rádio, o crédito, o processo eleitoral. (Vilaça. 2003 : p. 41-42).

e

Contudo, sendo em geral muito inteligentes e perspicazes, anteciparam-se às mudanças e inovações que, no período examinado neste livro, ameaçaram seus mundos: apropriando-se delas, liderando-as. Tornaram-se, assim, os veículos de transformações que terminaram por destruir as próprias bases de sua sustentação. (Vilaça. 2003 : p. 27)

Visto dessa forma podemos fazer a Paulo Honório a mesma crítica por ele feita a seu Ribeiro. A de que ele não se adequou, a tempo, aos novos tempos, que ele não andou depressa o bastante. Ou melhor, uma estrutura não se adéqua jamais, ela acaba ou se subordina ou se metamorfoseia. Podemos dizer que Paulo Honório, assim como seu Ribeiro, não soube manobrar para conseguir permanecer no poder, enquanto as mudanças à sua volta se desenrolavam inexoravelmente e a sua revelia ou por causa de suas atitudes inovadoras.

Uns poucos coronéis chegaram até a tornar-se legendários, como é o caso de Delmiro Gouveia, empreendedor, um tanto matutamente schumpeteriano, dos sertões; e alguns outros, como é o caso contemporâneo de Veremundo Soares, se definiram como verdadeiros capitães-de-indústria sertanejos, não mais com fazendas-currais mas com granjas-modelo - e com fábricas, casa comerciais, até maternidades. (Vilaça. 2003 : p. 52)

Um grande parêntesis.

Segundo Lorençato a obra de Graciliano é claramente marcada por seu cunho naturalista realista do século XIX:

Em detrimento de estar adaptando uma obra clássica, com raízes na literatura realista e naturalista do século XIX, e adotar conceitos lukacsianos de uma estética realista, ele (*Leon Hirszman*) abole qualquer tipo de naturalismo na *mis-en-scène*. (Lorençato. 1994 : p. 74)

e

O fascínio que *São Bernardo* exerce sobre os intelectuais e cineastas de esquerda prende-se também a seu alinhamento com o romance naturalista do século XIX. O livro é permeado por uma atmosfera encontrada na obra de Tolstoi e Dostoievski, autores preferidos de Ramos. (Lorençato. 1994 : p. 87)

A tese de Lorençato é de que Hirszman fez bem em evitar as teorias lukacsianas na filmagem de *São Bernardo*. Mas esse não é o ponto da discussão aqui. Sabemos que entre

os escritores mais lidos por Graciliano está Eça de Queirós. Para comprovar essa tese remeto à tese de Ana Lúcia Gomes da Silva Rabecchi, anteriormente citada. A tese em questão tenta mostrar dois pontos: um, a influência que a geração portuguesa de 70 (século XIX) teve sobre a geração de 30 (século XX) no Brasil, exemplificando essa influência nos dois romances do título da tese. Ana Lúcia escreve:

Sem forçar em demasia uma comparação, há em Graciliano um veio semelhante ao de Eça. Ambos são escritores engajados e movidos pelas aspirações de uma literatura de intervenção social.. (Rabecchi. 2002 : p. 28)

Mais adiante toma declarações do próprio Graciliano:

Em *Linhas tortas*, Graciliano declara-se seu admirador: “Eça é grande em tudo - na forma própria, única, estupendamente original de dizer as coisas; na maneira de descrever a sociedade, estudando de preferência os seus lados grotescos, ridicularizando-a, caricaturando-a (...)” (Rabecchi. 2002 : p. 29)

Ana Lúcia também se vale da declaração de Wilson Martins de que o final de *Caetés* seria eciano (Rabecchi. 2002 : p. 30) e conclui essa aproximação afirmando:

Portanto, vemos entre as duas personalidades um esquema similar de pensamento: o comprometimento da ficção por uma extensa rede de relações sócio-históricas. (Rabecchi. 2002 : p. 31)

Sobre o naturalismo, Carlos Abel nos dá ótimos argumentos. Falando de Rosa, por exemplo, ele cita Graciliano:

Elogia o contista em pontos que destaca como a “vigilância na observação, que o leva a não desprezar minúcias, na aparência insignificantes, uma honestidade quase mórbida, ao reproduzir os fatos”. (...)

Esse doloroso interesse de surpreender a realidade nos mais leves pormenores induz o autor a certa dissipação naturalista- movimentar, por exemplo, uma boiada com vinte adjetivos mais ou menos desconhecidos do leitor, alargar-se talvez um pouco nas descrições. Se é defeito, confesso, que o defeito me agrada. (Abel. 1999 : p. 207)

Citando Ricardo Ramos:

Ricardo Ramos, em *Graciliano: retrato fragmentado*, dá-nos informações importantíssimas acerca das leituras do pai ilustre: com dezoito anos, quando de sua primeira entrevista, privilegiou a prosa de Aluisio Azevedo e disse haver “predominado sobre o que escreve, em termos de influência, “o realismo nu de Adolpho Caminha.” (Abel. 1999 : pp. 161-2)

E ainda citando Richard Amazara, sem referência bibliográfica, transcreve:

Luis da Silva é um exemplo de determinismo naturalista, assim como Paulo Honório. (Abel. 1999 : p. 183).

Não cabe aqui me alongar sobre isso, mas seria muito fácil mostrar o quanto Adolpho Caminha é alegórico: Maria do Carmo nasce em 1870-71, junto com a fundação do Partido Republicano, migra com a grande seca de 1877, entra na escola normal e durante a Proclamação da República consegue sua verdadeira independência, pois sempre foi tratada como escrava durante o livro. Uma espécie de escrava Isaura. Processo republicano via escola, pois ela é uma normalista.

Creio que a posição de Ana Lúcia estaria perfeita se não fosse por um detalhe: por que será que Graciliano, tão admirador da obra de Eça (e provavelmente arguto leitor), com

boa capacidade crítica, capaz de “incorporar pretensos defeitos estilísticos” (Rabecchi. 2002 : p. 30); por que Graciliano não incorporou também de Eça a sua colocação histórico/alegórica, defendida por Ana Lúcia na referida tese? Por que Eça faz alegoria histórica e Graciliano fica quase que resumido a um autor psicológico? Nas conclusões, Ana Lúcia coloca sobre Gonçalo:

Nesta perspectiva, o mascaramento oculta as deformações tanto do personagem como da Nação, o que na classe aristocrática se justifica, encobre os seus erros e a sua apatia (...) (Rabecchi. 2002 : p. 114)

pois:

Situação esta vivida não só por Gonçalo, mas por Portugal. Daí a alegoria representada pelo português e seu país, vista pelo personagem João Gouveia, parece traduzir exatamente as idéias de Eça:

-Pois eu tenho estudado muito o nosso amigo Gonçalo Mendes. E sabem vocês, sabe o senhor Padre Soeiro, quem ele me lembra?

-Quem?

-Portugal. (Rabecchi. 2002 : p. 25)

Por que então para Paulo Honório temos “apenas” o seu cunho psicológico?

Com isso, vai refletindo sobre os valores éticos, de bem e de mal, de certo e de errado, abandonando as regras pelas quais até então se pautara. (Rabecchi. 2002 : p. 17)

ou

O personagem Paulo Honório, da obra *São Bernardo*, é descrito, por unanimidade, pelos críticos, como um homem desprovido de sentimentos humanos, prático, interesseiro, calculista, rude, bruto como ele mesmo se autodenomina, enfim, “um coronel desalmado do interior deste nosso Brasil”, como diz Abel (199:252). Mediado sempre pelo materialismo, no afã de “ser” aquilo que possui, a consciência humana de Paulo Honório foi se atrofiando à realidade sensível a sua volta e tornando-se um aleijão que ele nos descreve como “o coração miúdo e uma boca enorme, dedos enormes”. (SB. p. 190) (Rabecchi. 2002 : p. 28)

ou ainda como “Paulo Honório faz um balanço da vida” (Rabecchi. 2002 : p. 116)

ou “Em *São Bernardo* presente e passado se misturam num delírio de Paulo Honório, que tenta juntar os cacos a fim de fazer uma síntese de si mesmo.” (Rabecchi. 2002 : p. 117)

E Ana Lúcia fecha a comparação dizendo:

Ao contrário do personagem Gonçalo, que intenta representar o coletivo, há no personagem Paulo Honório a reafirmação constante do indivíduo. (Rabecchi. 2002 : p. 122)

Ou seja, Graciliano seria naturalista somente até a página 2. Ou então faremos de Graciliano algo realmente monstruoso: um naturalismo psicológico, vida agreste, alma agreste. E mesmo com Ana Lúcia datando, *categoricamente*, o romance de Graciliano:

Paulo Honório encarna em suas idéias e percurso os sinais de transformações sociais que se instalam no sertão nordestino. Intimamente ligado ao espaço econômico-social da burguesia rural, sua propriedade representa o tempo histórico, véspera da Revolução de 30, marco de significativas mudanças para a sociedade brasileira, e que vai aparecer como pano de fundo, desestabilizando a economia como um todo e contribuindo para a triste sorte da decadência de São Bernardo: “O mundo que me cercava ia-se tornando um horrível estrupício. E o outro, o grande, era uma balbúrdia, uma confusão dos demônios, estrupício muito maior” (SB. p. 177) (Rabecchi. 2002 : p. 104)

Voltando. Lorençato a certa altura de sua dissertação afirma que

Em passagem do livro que não está no filme chega a instalar luz nas casas dos colonos e pensa até introduzir serviço de telefonia para os empregados. Por causa dessa circunstância, o crítico literário Luiz da Costa Lima

define Paulo Honório como não propriamente mau, é tão só um excelente proprietário. (Lorençato. 1994 : p. 108)

Essa passagem destacada por Lorençato do livro nos remete a *A cidade e as serras* de Eça.

O Silvério já sustentava com espanto, e redobrado respeito, que o sr. D. Jacinto em breve disporia de mais votos nas **eleições** que o dr. Alípio. E eu mesmo me impressionei quando o Melchior me contou que o João Torrado, um velho singular daqueles sítios, de grandes barbas brancas, ervanário, vagamente alveitar, um pouco adivinho, morador misterioso de uma cova no alto da serra, por toda a serra afirmava que aquele bom senhor era el-rei D. Sebastião, que voltara! (*A cidade e as serras*. p. 201-202)

Ao fazer essas melhorias o até então monarquista Jacinto se diz agora socialista (tese que defendo, que em parte, idéias socialistas foram veiculadas pela aristocracia para combater o capitalismo burguês) e está fazendo essas melhorias para conseguir votos para a futura eleição, desequilibrando as relações de poder na região. E também mostra a necessidade dos senhores de terras de fazer melhorias em suas propriedades, não só para conseguir votos, mas para manter seus trabalhadores ali. A concorrência com o capitalismo e suas inovações tecnológicas. Divertido no caso da comparação é a ida para o socialismo, de um aristocrata, para *manter* a estrutura agrária. E se tomarmos que Jacinto era um tremendo entusiasta dos avanços tecnológicos em Paris... ele se transforma em sua própria sepultura.

E é através desse exemplo que retomo minha opinião: é possível que vários coronéis tenham conseguido sobreviver à penetração burguesa via Estado em seus domínios. Isso dependeria da força dessa penetração, do interesse econômico que o domínio oferecia, da força político-econômica do coronel etc. Mas Paulo Honório não é “um” coronel: ele é um tipo, um representante de um grupo social, ele é a alegoria do coronelismo que desabou em 1930. E os coronéis, enquanto classe, enquanto atividade econômica baseada numa relação direta com homens e coisas, estava fadada ao desaparecimento. Pelo menos enquanto legalidade e poder político nacional.

Esses poderes pessoais de polícia e de juiz, é claro que se atenuam com a penetração do Estado como autoridade em seus domínios. No entanto, na maior parte dos casos, continua o coronel-político a exercê-los, se bem que despersonalizados, através de delegados e de juizes que indica aos governos - e que remove, quando lhes desagradam.

Mas na fase do seu mando exclusivo, o coronel é chefe, juiz, delegado. Essa é aliás, a idéia mais geral que dele se faz, não de todo desvinculada da realidade. Esse o protótipo que vale fixar, sem as atenuações que as presenças do Estado e do moderno foram progressivamente impondo. É o coronel quem decide sobre homens e coisas. Sua vontade são sentenças. E o humanitarismo que pode revelar adensa a aura e alastra a fama de sua bondade. (Vilaça. 2003 : p. 58)

Talvez, com a penetração burguesa, a palavra-chave para o que ocorre com o poder do coronel seja mesmo essa: despersonalização do poder. Podemos ver que o coronel

desaparece com a impessoalidade da conformação do poder. Não interessa que seus indivíduos tenham sobrevivido e até enriquecido mais, ou até mesmo aumentado seu poder pessoal: o importante é que agora havia uma nova relação entre poder e pessoa poderosa. O coronel dependia de votos e que não eram mais diretamente - e totalmente - controlados por ele.

A propósito, é interessante observar como o processo eleitoral seguiu, neste aspecto, muito de perto, as modificações estruturais por que passou o hábitat econômico do coronel: o voto de cabresto passa a ser voto mercadoria ao mesmo tempo em que as formas semifeudais de domínio vão cedendo lugar a estruturas mais complexas: com o crescimento das cidades, da atividade comercial e uma mais ampla circulação de bens, de pessoas e idéias. Há uma gradativa impessoalidade nas relações econômicas e políticas que a densificação da trama social vai impondo.

O voto mercadoria operou o declínio político do coronel. Valendo um preço, ele se impessoalizou; passou a ser trocado pelo maior valor. E onde foram surgindo uma burguesia comercial ou um industrial que se opunham às formas de dominação tradicional - ou onde apareceu, a disputar voto, o “capitalista”, candidato das capitais ou das usinas de açúcar - começou a fraturar-se a unicidade do sistema político que o coronel antes presidia soberana e indisputadamente. Incapaz de competir em poder de compra com a burguesia, ou não justificando investimento em empresa que, antes, sem qualquer mercantilidade, lhe era seguramente mais eficiente, mas que agora vê corrompida sua destinação monolítica, o coronel recua. Começa a perder terreno. Cede ante a emergência de nova classe. Se a fraude eleitoral persiste com a compra e venda generalizada de voto e com as negociatas políticas, sofre contudo, definitivas modificações. A fraude-coação segue-se a fraude-compra. Faz-se necessário sanear a primeira, para que a última frutifique em terreno propício. Esse processo de clarificação do mercado se faz, paradoxalmente, com o patrocínio da Justiça. (Vilaça. 2003 : p. 63-64)

A luta entre Julião e Luis da Silva está nessa frase. A relação de obtenção do voto mudou. Se tomarmos um coronel, que como dito acima, era capaz de ser um capitão-de-indústria, do tipo Delmiro Gouveia ou Veremundo Soares, mesmo assim seu modelo de dominação não poderia ser de âmbito nacional. Enquanto “classe” o coronelismo estava condenado.

(...) O processo de diferenciação social de que participam os senhores mais afortunados, os comerciantes, os pequenos industriais - e padres, bacharéis, médicos e outros letrados ligados, de algum modo, à expansão que seus serviços começaram a ter nas comunas interioranas. (Vilaça. 2003 : p. 54-55)

Seguindo esse raciocínio temos que Vitor Nunes Leal data em 1937 o fim do coronelismo, mas curiosamente, mostrando seu renascimento. Vemos em sua fantástica análise sobre o fenômeno coronelismo, que o coronel se sustenta no poder regional, ou municipal. A eletividade da câmara municipal, a partir de 1828, parece ter fundado o “coronelismo”, ou o poder local. Mas o verdadeiro jogo está nas constantes alterações da autonomia municipal, seja ela quando regida pelo governo central, pelo governo do estado (o que é o caso da reforma constitucional de 1926, ou seja, a centralização ocorrida em 1926 ajudou a derrubar o coronel) ou pelo próprio município, sem ingerência externa. Quanto mais autônomo é o município, mais forte é o coronel, parece ser a conclusão. Isto porque quanto mais autônomo é o município, mais controle absoluto tem o chefe político

local, como no caso da polícia, da justiça, demarcação de terras, escola, hospitais etc. E quanto mais a gestão municipal é regida por leis federais ou estaduais, mais fraco fica o coronel, pois ele passa a ter menos controle sobre os votos e também fica impossibilitado de fazer favores com o dinheiro público. Por isso Vitor Nunes Leal afirma:

A morte aparente dos “coronéis” no Estado Novo não se deve, pois, aos prefeitos nomeados, mas à abolição do regime representativo em nossa terra. Convocai o povo para as urnas, como sucedeu em 1945, e o coronelismo ressurgirá das próprias cinzas, porque a seiva que o alimenta é a estrutura agrária do país. (Leal. 1978 : p. 134)

O coronelismo acaba com o Estado Novo, pois é com o fim do voto que o verdadeiro poder dos coronéis entra em xeque: o de controlar os votos. Apenas que, na sua volta em 1945, o voto do campo não tinha o mesmo peso que o voto da cidade.

Indo mais além das fronteiras que me proponho, digo que talvez, se abandonarmos a idéia de confissão (seja de Paulo Honório e/ou Graciliano) podemos trazer para essa discussão o argumento de Carlos Alberto dos Santos Abel, mas que não implica que interpretamos igualmente esta citação. Utilizando-se de uma opinião de Engels, Abel afirma:

O poeta não tem de dar a solução dos conflitos sociais, apresenta-os. Graciliano e Engels concordam na teoria e na prática do texto literário. O Major Graça mergulha nos problemas sociais, políticos e econômicos, mas, em nenhum momento, tem a pretensão de solucionar os conflitos que surgem dos seus escritos. E, ainda mais: as teses gracilianas surgem do drama vivido pelos personagens, não sendo nunca explicitamente formuladas. (Abel. 1999 : p. 22)

Voltando à crítica de que Paulo Honório não se adequou aos novos tempos, ela seria válida se o tomássemos como indivíduo: porém tomando-o como tipo, ele não teria escapatória. Sua forma de atuação política estava condenada. Vemos no livro que Madalena, à custa de aumento de ordenado, remédios, vestidos rasgados, aposentadoria e alguns direitos trabalhistas, vai conquistando a todos na fazenda. Eram as propostas de cunho social de origem citadina e industrial (o discurso prototrabalhista) em ação: compra do voto-mercadoria.

Vitor Nunes Leal dirá:

“Muito longe estão os ‘coronéis’ de hoje e de ontem - que tão repetidamente têm de apelar para o braço do delegado de polícia - daqueles rebeldes e poderosos senhores rurais, de certo período colonial, que eram o governo e a lei de seus domínios. O poder que uns e outros ostentam, embora possa apresentar aspectos exteriores semelhantes, é expressão, num caso, da força de um sistema escravista e patriarcal em seu apogeu e, no outro, da fragilidade de um sistema rural decadente, baseado na pobreza ignorante do trabalhador da roça e sujeitos aos azares do mercado internacional de matérias-primas e de gêneros alimentícios que não podemos controlar.” E mais à frente, completa: “sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria” (Gimenez. 2005 : pp. 123-4)

Se pudesse arriscar, diria que mestre Graça adoraria que mundo fosse o mundo de Guimarães Rosa, mas infelizmente ele só conseguia ver o mundo de Graciliano Ramos.

Para finalizar esse capítulo, quero dizer que, no momento em que as ações de Paulo Honório - e Madalena também - coincidem com datas históricas, o processo que apresentei até aqui, que dá Paulo Honório como singularidade - na medida em que tem reações que são só dele - passando a ser uma figuração - na medida em que é calcado na figura de Delmiro Gouveia e outros supercoronéis - e chegando a tipo - na medida em que ultrapassa a figuração e passa a agir como um modelo de um ente sociológico, o coronel - alcança a alegoria histórica. Isto porque o coronelismo representado em *São Bernardo* não é o puro conceito sociológico: ele está historicizado. Ou como diria Gledson, não é realismo social. O coronel muda através das décadas, saindo da exploração da cana-de-açúcar via trabalho escravo até o violento explorador com métodos industriais de uma mão-de-obra teoricamente assalariada. Concluindo, não se trata de dar forma estética a um conceito sociológico, mas de historicizar as ações do tipo sociológico, teorizando a história. Interpretação via artifício estético da realidade e que deve, por sua vez, ser reinterpretado. Assim no momento em que em fins de janeiro de 1927 Paulo Honório se casa com Madalena, não é apenas a união de um ser com outro (de um fazendeiro com uma professora normal), tampouco o de um coronel e uma professora, mas do coronelismo com a oposição que defendia mudanças nas relações sociais, que desembocará na CLT e Trabalhismo, esse casamento configura, no meu entender, o acordo entre Washington Luís e Vargas. E isso configura uma alegoria histórica.

Capítulo 4: Vida de cangaço

Coloco aqui, mais uma vez, o esquema cronológico que tentará ser comprovado ao longo deste capítulo.

1831/32 — nasce Margarida. Criação da Guarda Nacional. **Informações agrupadas nos capítulos 3 e 10.**

1850 (19 de setembro) — nasce seu Ribeiro. **Reforma da Guarda Nacional. Informações obtidas no capítulo 7.**

1881 — nasce Paulo Honório. **Narrado no capítulo 3.**

1881-1886 — anos sem memória da infância de Paulo Honório — **Narrado no capítulo 3.**

1886-1899 ou 1900 — vida de puxador de enxada — **Narrado no capítulo 3.**

1899/1900 — esfaqueamento de João Fagundes — **Narrado no capítulo 3.**

1903/1904 — sai da cadeia e inicia sua vida de cigano — **Narrado no capítulo 3.**

1918 — volta a Viçosa — **Narrado no capítulo 4.**

1919 (janeiro ou março) — compra de São Bernardo — **Narrado no capítulo 4.**

Estando correta a demonstração exposta no capítulo anterior, temos então que Paulo Honório é um coronel. Por tentar identificar um personagem que afirmo representar um tipo histórico brasileiro, determinei o período de sua existência, suas origens históricas, sua estrutura legal e social e, até mesmo, econômica. E também, pude demonstrar que o ciclo deste tipo histórico se encerra em 1930-32.

A forma de Graciliano escrever, extremamente elíptica, cheia de inversões e de ocultamentos e elucidações fora de lugar — um verdadeiro campo minado —, dificulta uma reconstituição dos fatos ficcionais relacionados aos fatos históricos de maneira linear, sem que o leitor tenha que passar no escuro em alguns momentos. Fatos ocorridos no capítulo 4, por exemplo, só podem ser entendidos (dentro de minha concepção) em toda sua plenitude depois de associados a fatos do capítulo 9. As idas e vindas ao longo do texto, necessárias para se reconstituir a trama do ponto de vista que pretendo mostrar, acabam por tornar a exposição um tanto enfadonha, admito. Portanto tentarei evitar estas idas e vindas e levarei a cabo a narrativa cronologicamente, apesar das maiores dificuldades para o entendimento.

A maior dificuldade para este tipo de leitura, no entanto, é a de não se poder perder de vista que Paulo Honório não se confessa, mas sim, estabelece uma estratégia de narrativa: “ocultar com artifícios o que deve ser evidente”, como diria Madalena, frase por ele incorporada. E esta interpretação — que ele tem uma estratégia narrativa —, espero estar “comprovada” ao final de minha leitura. Mas é necessário que o leitor deste trabalho não perca esta minha intenção de vista: quero mostrar que Paulo Honório “mente”, ou em termos literários, ele é um narrador não confiável, ou envenenado, na expressão de Roberto Schwarz.

O fito principal deste capítulo é o de demonstrar que a vida de cigano é uma vida de cangaço. Isto porque coronel e cangaceiro parecem ser os dois lados de uma moeda social falsamente valorizada. Salvo distração de minha parte, vimos que o termo “coronel” só aparece disfarçado pelo termo “major”. E na minha interpretação a palavra cangaço só aparece “anagramaticamente” disfarçada: **vida de cigano**. Se provar este fato, poderei também mostrar que Paulo Honório não é um sujeito isolado que se eleva acima de sua classe, mas um homem politicamente estruturado *desde sempre*.

E é o assunto do cangaço que faz minha argumentação — em relação a Paulo Honório — tomar forma mais clara. Digo que posso mostrar Paulo Honório de maneira diferente, pois, lendo a vida de cigano como sendo uma vida de cangaço, ou espécie de cangaço, poderei redimensionar a narrativa de Paulo Honório já que, se ele foi um cangaceiro, seguramente estaria ligado a um coronel, pois **todos** os cangaceiros viviam da proteção de coronéis. Ou seja, se a vida de cigano é uma vida de cangaceiro, teremos demonstrado que Paulo Honório não ficou “independente” após receber o empréstimo de Pereira. Isto trará conseqüências muito frutíferas para minha análise.

Para tal terei de demonstrar primeiramente que Paulo Honório maqueia sua infância. Apesar do narrador falar quase tudo que deveríamos (e, principalmente, *quereríamos*) saber sobre ele, não só a sua forma de narrar, mas também a ordem do narrar dos fatos, como também — e principalmente — a omissão de elos de ligação entre os referidos fatos narrados (que foram interpretadas como sendo resultado da ineficiência narrativa de Paulo Honório, mas que tomo como sendo a expressão muito bem acabada de estratégia narrativa) distorcem e acabam por ocultar significados importantes tanto no que concerne à causa dos fatos como para as conseqüências desses fatos. Em segundo lugar tentarei demonstrar

possuir Paulo Honório uma estratégia narrativa no que concerne à sua vida política, já que, para mim, *praticamente toda a sua vida* é ligada a um partido político (inclusive sua infância).

Segundo minha visão, interpreto que ao receber o empréstimo de Pereira, entrou (ou já havia entrado quando se tornou vendedor de doce) numa estrutura política, que a vida de cigano seria o braço comercial/armado dessa estrutura — e consequência de sua entrada na estrutura, que a compra de São Bernardo foi articulada por todos os membros dessa estrutura: Pereira, João Nogueira, Gondim, Silvestre. Provado isso, terei um argumento suficientemente forte para afirmar que não se trata, no romance, de uma confissão, mas sim da estruturação de uma biografia, com fins políticos claros e objetivos: a saber, os fatos que levaram à Revolução de 30, narrados durante a conspiração para a Revolução de 32.

Neste capítulo, portanto, descreverei a vida de Paulo Honório desde o seu nascimento até a compra de São Bernardo, sempre seguindo minha ótica. Resumo então a biografia desse período como acredito ser a “verdadeira”, a que ele tenta nos mostrar, ocultando.

Nascido pobre, sem pais conhecidos (?), ele será criado por uma negra doceira e um velho cego, os restos da estrutura açucareira. Aprende a trabalhar na enxada e, principalmente, a sua educação lhe dá o tino de comerciante: será vendedor de doces e guia de cego. Muito provavelmente com uma capacidade intelectual acima da média, Paulo Honório se destaca também por seu porte físico. Por esses motivos foi cooptado, entrando assim para o bando armado (jagunços) de Salustiano Padilha que, acredito, ser membro do grupo de Pereira, já então chefe político. A sentinela da qual participou — quando esfaqueou João Fagundes — seria provavelmente uma luta de coronéis; foi protegido na prisão onde é alfabetizado e, ao sair, recebe o empréstimo e o título de eleitor das mãos do chefe político local. Com esse capital inicial — dinheiro, apoio político e título de eleitor (cidadania) —, como tantos outros, foi para o sertão, onde se tornou cangaceiro ou jagunço ou comerciante sempre ligado a Pereira e a Salustiano. Ao adquirir fortuna nesse “negócio” (cangaço, armas engatilhadas), Paulo Honório — ainda pertencente à estrutura de Pereira, aquele que lhe deu o primeiro empurrão e que ainda era o financiador de São Bernardo, agora sob a batuta de Luis Padilha —, foi chamado de volta por esse chefe para tomar as rédeas da fazenda.

Essa forma de ver a ascensão de Paulo Honório nos permite vislumbrar o que chamaria de teoria da estrutura política: Paulo Honório não é um infeliz abandonado, mas está amparado/cooptado pela estrutura do mandonismo e a ela pertencente.

Tomando essa interpretação, que apesar de não ser explícita no texto é bastante plausível, temos que pelo tempo do ato digno de nota (esfaqueamento de João Fagundes, no capítulo 3), haveria uma estrutura política que poderia ser diagramada da seguinte forma:

Pereira

Salustiano Padilha x Mendonça (?)

Luis Padilha

Paulo Honório (trabalhadores)

Quero, neste momento, com esse organograma, apenas mostrar que, mais que uma biografia, existe uma descrição de uma situação política, da qual Paulo Honório é membro integrante e ativo.

Cronologicamente, o romance começa, pois, onde começa o coronelismo: com o nascimento de Margarida em 1831/2, ano da fundação da Guarda Nacional, instituição que foi a origem não só da estrutura como do nome desse fenômeno político nacional, o coronelismo. Com a reforma da Guarda Nacional de 1850, temos uma segunda fase dessa estrutura, encarnada na figura de seu Ribeiro, ou major Ribeiro. Quando do nascimento de Paulo Honório dois outros tipos de coronel disputavam a primazia: Mendonça, sem filhos homens e Salustiano Padilha, com filho homem que traz idéias que destruirão sua estrutura social.

É neste meio e nesta estrutura que nasce Paulo Honório em 1881, segundo minha cronologia. Apenas para mais uma rápida demonstração, temos que no capítulo 3 Paulo Honório afirma ter Margarida “um século” (SB. p. 13) pouco após afirmar, no mesmo capítulo, que ele Paulo Honório está com 50 anos.

E essa data, 1881, não foi, em absoluto, escolhida aleatoriamente (com minha argumentação espero descartar também qualquer possibilidade de acaso). Vários acontecimentos tiveram lugar nesse ano: a lei Saraiva, a Hospedaria dos Imigrantes, a reforma do ensino etc.

Como já foi dito no capítulo 2, há uma íntima relação do trinômio lei eleitoral, formação da força de trabalho e estrutura coercitiva que parece reger a história do Brasil. O Brasil colônia/império teve um papel de exportador de produtos agrícolas no mapa mundial, papel esse que perdurou, hegemonicamente, até a Revolução de 30. A famosa vocação agrícola. Primeiro foi a cana-de-açúcar. Depois veio o café. A esses produtos se associam outros ciclos — mais curtos — como o fumo, o cacau, o algodão e a borracha. O ouro, em que pese sua importância e de não ser um produto agrícola, parece não ter alterado muito a estrutura social brasileira caracterizada pela monocultura. E fora nosso diamante, tão omitido em nossa História, e citado n’*O Capital* de Karl Marx.

Para se ser um exportador de produtos agrícolas é necessário muita terra, uma classe de fazendeiros oligarcas e um campesinato barato. Terra e oligarquia o Brasil tinha. Durante mais de três séculos os escravos, importados à África, constituíram essa mão-de-obra barata. Esse tipo de exploração do trabalho trazia algumas vantagens. Mesmo sendo a importação de escravos relativamente cara e de estabelecer um vínculo de endividamento com os negociantes, a escravidão não onerava as importações, pois essa grande massa de pessoas — as produtivas — não formava um mercado consumidor. A segunda — e mais importante — que, sendo escravos, e em que pese poderem fugir e até guerrear com os dominadores, ou adoecer e morrer — um dos sérios problemas da escravidão, pois quando os escravos fugiam (ou morriam) a perda do investimento era total — além de o escravo ser um capital imobilizado —, não formavam uma classe social que pudesse contestar o poder estabelecido. Nunca se tornavam cidadãos, a não ser com autorização, a alforria. E mesmo assim cidadão em termos. Desta forma o poder podia se perpetuar sem grandes sobressaltos. Visto assim, se por um lado o escravo era um “risco” econômico, por outro era uma garantia social.

Esse quadro começa a mudar com a Independência. Já nos primórdios do Primeiro Reinado, começava a pressão inglesa pelo fim da escravidão. Em 1830 foi firmado o acordo para que o tráfico negreiro fosse extinto em 1850. A perspectiva do fim do trabalho escravo

estava clara num horizonte, se bem que, ainda distante, certo. O fim do trabalho escravo não significava apenas um possível encarecimento dos produtos agrícolas. Significava também que, ao pagar salário a um grupo de pessoas livres — única forma de substituir o escravo nas lavouras —, estas pessoas não só poderiam formar um mercado consumidor interno — e consumidor, significava também consumidor de produtos industrializados — mas também, por serem livres, deslocar-se até uma cidade e lá vender sua mão-de-obra. Pagar salário a um cidadão livre significa capitalismo. Trabalhadores livres significavam, portanto, mão-de-obra e mercado para a indústria e seus produtos, além de serem um grupo votante que não pode ser dominado apenas pela força bruta: há que se ter uma política mais complexa de dominação. Estava com isso aberta a perspectiva do início de uma produção concorrente ao agrário: o processo de industrialização no Brasil, o Terceiro Estado. E como subproduto, com a criação de um parque industrial, não só idéias republicanas — associadas à burguesia — mas também socialistas, fatalmente entrariam no país, vindas com a formação do proletariado. *Parque Industrial* de Patrícia Galvão pinta um retrato excepcional dessa situação, já na década de 20. A estrutura oligárquica brasileira estava ameaçada. Pois agora não seriam escravos, mas possíveis cidadãos, que poderiam votar e se organizar quem para eles iria trabalhar.

Talvez por esses motivos tenham os grandes proprietários brasileiros protelado de tal forma o processo abolicionista e a troca de trabalho escravo por camponeses pagos: entre o projeto para o fim do tráfico negreiro e a abolição completa se passaram quase 60 anos. E se tomarmos esse ciclo como sendo “finalizado” em 1930, então transcorreu um século. A negra Margarida continuava ajoelhada ao lado do seu tacho na década de 1920. Hoje o tacho queima algo apenas parecido com o açúcar, manufatura do algodão, pois no Bom Retiro, bairro no centro de São Paulo, em 2006, ainda há trabalho escravo.⁹

A resposta ao processo aburguesador da sociedade brasileira veio na forma de leis eleitorais restritoras da participação da população. Para se ser votante, ou melhor, para se ter direitos políticos, portanto cidadão — ente político —, foram criados empecilhos, sendo necessário o preenchimento de condições sócio-econômicas que tiravam completamente grandes parcelas da sociedade do processo decisório. E, para coibir qualquer insurreição

⁹ Essa informação me foi dada por Carlos Freire da Silva que escreve um mestrado na Sociologia-USP sobre trabalho informal e rede de subcontratação no circuito de confecção em São Paulo.

contra o estado de coisas, foi criada a Guarda Nacional em 1831/2. A cada nova mudança nas condições internacionais para a constituição da força de trabalho (escravo), novas leis eleitorais eram promulgadas e quase sempre acompanhadas de mudanças no sistema coercitivo: por exemplo, como vimos acima, com a abolição do tráfico negreiro em 1850, uma reforma na Guarda Nacional veio a reboque no mesmo ano.

Em 1881, data que nos interessa aqui mais proximamente, por ser minha proposta como data de nascimento de Paulo Honório, vários fatos ocorreram. Primeiro, este é o ano em que foi proibida a compra e venda de escravos entre as províncias. Assim, com o fim do tráfico negreiro em 1850, a queda de preço do açúcar no mercado internacional e início do ciclo do café — e como este tipo de lavoura requeria grande quantidade de mão-de-obra — criou-se as condições para que os escravos que ficaram ociosos no Nordeste fossem vendidos para o Sul, compensando, em parte, com esse comércio, as perdas dos grandes proprietários nordestinos com suas lavouras decadentes e substituindo as importações proibidas. Em *Brasil: do café à indústria* lemos:

Em fins dessa década (1870), o tráfico interprovincial já havia sido abandonado. Em 1881 ele seria efetivamente proibido. (Cattelli. 1992 : p. 32)

O fluxo migratório de trabalho livre vindo da Europa só foi possível com a promulgação da lei Sinimbu que regulamentava a utilização do trabalho assalariado nacional, permitindo assim a imigração. Ou seja, a importação de colonos europeus implicou em mudanças nas regulamentações internas do trabalho. Apesar de aprovada em 1879, seus efeitos no processo migratório só se fizeram sentir em 1881, quando começa a funcionar a Hospedaria dos Imigrantes. O mesmo autor afirma em outra passagem que

Nesse contexto, a partir da década de 1880 teria início a construção do cenário do que se chama “grande fluxo migratório para o Brasil”, bem como a transição para o mercado livre. (Catelli. 1992 : p. 26)

Para substituir os escravos vindos do Nordeste, neste mesmo ano (1881), deu-se início ao processo de importação em massa de colonos europeus assalariados. O fim da escravidão estava anunciado. E em outra passagem:

A história da Hospedaria dos Imigrantes começa em 1881. Estudando-a podemos ver como se organiza o fluxo migratório e o processo de inserção do imigrante na realidade brasileira. (Catelli. 1992 : p. 35)

Seguindo meu raciocínio, à mudança na forma de estruturar a força de trabalho — do escravo para o colono europeu — novas leis eleitorais deveriam ser estabelecidas. A 9 de janeiro de 1881 foi promulgada a lei Saraiva. Essa lei permitia que votassem acatólicos e naturalizados, mas suas restrições sócio-econômicas eram de tal monta, que a consequência foi a formação de um dos menores eleitorados do mundo. Lemos em *HGCB*:

Até a revisão de 1887, o número dos eleitores no Brasil somava um total aproximado de 200.000, isto é 1,5 por cento da população. É um dos menores eleitorados que se conhecem e a situação não mudará apreciavelmente nos 40 anos que se seguirem à queda do regime. (HGCB. 1973: p. 242).

Importante: está escrito que “a situação não se alterará *apreciavelmente* nos 40 anos que se seguem”. Mesmo tendo havido a reforma eleitoral republicana de 1891, que mudava o voto censitário para o do alfabetizado, o tamanho do eleitorado não se alterou.

Nessa linha, podemos ver que a lei Saraiva veio para impedir que forças “estranhas” ao processo político nacional desequilibrassem a balança de poder. E pelo lido acima, em que pesem as modificações na lei eleitoral de 1891 — mudança de condições econômicas para o critério educacional (alfabetização), *mas* aceito pela mesa + voto de cabresto — a força excludente de nossas leis eleitorais não mudou. Houve, com essa mudança, apenas uma pequena oscilação do eleitorado, aumentando a participação cidadina. Essa extremamente restritora lei será a base do mandonismo da Primeira República. Essa é a proposta que defendo aqui: o coronelismo, como vimos amplamente na análise do texto de Maria Isaura, se baseava, entre outras pilastras, no domínio completo do sistema eleitoral, **excluindo** a grande maioria dos cidadãos da participação política, inclusive dos adversários políticos. Voto de cabresto e voto de bico de pena, quando o voto era facultado a uma pessoa qualquer, controle da mesa, decisão sobre as listas etc. Ao analisar a Primeira República e seus coronéis, Graciliano Ramos deve ter feito esta análise: a base da Primeira República está no seu sistema eleitoral, e este sistema eleitoral foi criado em 1881 e modificado — para manter tudo na mesma — em 1891. Ou seja, não foi a Proclamação da República que criou o coronelismo, mas sim um grupo de leis promulgadas ainda no Império. Se Paulo Honório é um tipo que representa o coronelismo, seu nascimento se dá com a promulgação da Lei Saraiva e o início efetivo do trabalho assalariado: capitalismo em base oligarca.

Citando Gledson:

A República nascerá, então, da oligarquia. E, neste caso (como na famosa cena da tabuleta, em *Esau e Jacó*), a mudança de regime será, simplesmente, uma mudança de rótulo: antes e depois, a oligarquia governará. Mas as coisas não são assim tão simples: há um processo em marcha. Algo (a Monarquia) “está saindo dos eixos” e isso terá de assumir a forma de uma República; e o que terá isso a ver com a primeira parte da crônica? (...) a cada uma das formas de dominação oligárquica — escravidão e mercado de trabalho — corresponderá uma forma diferente de regime oligárquico), a Monarquia ou a República. (...) Não se trata, é claro, de uma defesa da escravidão, ou de uma aceitação dos argumentos dos senhores de escravos quanto à propriedade, porque só ironicamente poderia Machado adotar esses pontos de vista. Trata-se, em vez disso, de uma rejeição do ingênuo entusiasmo abolicionista. (Gledson. 1986 : p. 128)

Ou

Ninguém pode deixar de ver com que mistura de indiferença e desespero Machado viu o inevitável advento de uma República branca, dominada por uma oligarquia “federal” — isto é, com base local, nos Estados — ainda apoiada numa versão da escravidão. (Gledson. 1986 : p. 128)

Vários aspectos da promulgação dessa Lei se parecem muito com a forma como Paulo Honório narra seu nascimento. As discussões da Lei Saraiva tomaram quase todo o ano de 1880. Promulgada a 9 de janeiro de 1881, sua execução só foi regulamentada, no entanto, a 12 de março, quando foram marcadas novas eleições para o dia 15 de agosto. Mas apenas no dia 30 de junho (um dia após o 29 de junho, dia do nascimento estabelecido de Paulo Honório) foi editado o decreto de dissolução “sem que se configurasse ameaça à salvação da Pátria”, segundo o que lemos em *História da Civilização Brasileira*. (HGCB. 1973. p. 243). Reconheço que este trecho do HGCB é quase tão enigmático quanto uma poesia simbolista.

Como dissemos, um grupo de trabalhadores não escravos, a médio prazo, seria não apenas um mercado consumidor em potencial. Seria também uma massa de pessoas que, por serem livres, poderiam sair da fazenda onde trabalhavam e se mudar para a cidade e aí vender sua força de trabalho para um novo tipo de empreendedor, o industrial. Além do mais, essas pessoas, mais cedo ou mais tarde, se tornariam cidadãos. Para evitar que esses colonos europeus deixassem a fazenda, algumas medidas eram tomadas, desde o endividamento artificial dos colonos até a coerção e, como o acima descrito, através de manobras legais (ou ilegais), seu alijamento do processo decisório. Mesmo assim, o processo de migração para os centros urbanos estava consolidado: lá, as indústrias começavam a reclamar sua parcela de mão-de-obra. E não devemos nos esquecer que nos primórdios da industrialização, grande fazendeiro e industrial se confundiam. Podemos supor que a transição do imigrante do campo para a cidade foi orquestrada por uma única fonte de interesse, mesmo que contraditório em si. Ou seja, foi a própria contradição interna do sistema que o fez ruir.

O oligarca deixa de ser apenas fazendeiro, mas nas palavras de Catelli, transforma-se também em banqueiro, comerciante e industrial. Se por um lado ele assume várias posturas nos modos de produção, inclusive abandonando a fazenda e se mudando para a cidade (aqueles mais habilidosos na expressão de Vilaça) — por outro lado ele não abre mão do poder absoluto, tanto no que concerne aos problemas da mão-de-obra como também do poder de Estado. Porém, paralelos a essa transformação, os problemas da assim chamada questão social vão fugindo ao controle dos coronéis, e as relações de trabalho não

podem mais ser simplesmente resolvidas pelo coronel. Ou seja, o coronel que se mudou para a cidade e se adequou aos novos tempos destruiu os Paulo Honórios que fincaram os pés na tradição do campo: a “pseudo(?)” nostalgia de Paulo Honório no final do romance mostra isso, em que pese Paulo Honório oferecer a Madalena, no final do romance, uma solução de adequação: passar férias no Rio de Janeiro. Ou teria Paulo Honório oferecido um lugar no governo federal? Sem esquecer, no entanto, de sua cidade preferida: São Paulo.

Esse quadro vai se agudizando até que a Revolução de 30 tira dos coronéis esse poder e passa a dar ao Estado o papel de mediador dos problemas do trabalho, do sistema eleitoral. O trabalho de Catelli, seguidamente citado nestas passagens, tem uma posição que vem ao encontro da minha. A Revolução de 30 não veio como um corte abrupto do processo político nacional. Foi um corte, mas um corte que já vinha se delineando ao longo de toda a década de 20, pelo menos. Como dizem vários comentadores do assunto: foi uma ruptura. Com a introdução do trabalho remunerado, principalmente o citadino, o conflito entre capital e mão-de-obra começou a fugir ao controle dos oligarcas e seus antigos métodos: tronco e polícia. Havia a necessidade de uma intermediação para esses conflitos, e ela veio com a criação do Ministério do Trabalho em 1931. Se bem sucedido é outro problema. Desta forma, Catelli tem como tese que a Revolução de 30 foi um marco, mas um marco que apenas consolidou um movimento que já vinha de muito; o de colocar o Estado como mediador dos conflitos entre mão-de-obra e patronato:

O padrão de intervenção do Estado na sociedade e na economia não é só um fenômeno do pós-30; é algo que se gesta e que deve ser entendido a partir da história política, econômica e social do século XIX brasileiro. (Catelli. 1992 : p. 60)

Desta forma, se os acontecimentos de 1881 vieram lançar as bases da criação do estado oligárquico brasileiro, que perdurou da proclamação da República até a Revolução de 30, também lançou as bases de sua destruição. Ou, nas palavras de Catelli:

A cafeicultura paulista do século XIX foi o motor da economia nacional até pelo menos 1929. No entanto o que procuramos demonstrar é que a cafeicultura paulista traz consigo, a partir da década de 1880, o processo de industrialização brasileiro. (Catelli. 1992 : p. 61)

Uma das restrições da reforma eleitoral de 1891 foi a necessidade do eleitor ser alfabetizado. Com essa exigência se conseguiu manter longe das urnas toda a população negra, deixada abandonada à própria sorte — tão bem descrita por Machado de Assis —, e dos estrangeiros, que não sabiam português.

A essas imposições veio a ambição de um vasto programa de alfabetização. Mais uma vez o ano de 1881 é importante para minha argumentação.

Repetindo mais uma vez as conclusões do capítulo anterior, Paulo Honório completou 50 anos em 1931, nasceu, portanto, em 1881. E 1881 é o ano em que, no Hotel Glória, se realizam as primeiras reuniões para se fundar um plano nacional de educação. Isto porque, como vimos, a lei eleitoral só contemplava a 1,5% da população o direito ao voto. Com a Proclamação da República esse quadro não só não se alterou, como se agravou, como foi visto anteriormente. Uma campanha de larga escala para se alfabetizar a população se fazia necessária.

E esse é o ano em que Rui Barbosa, no Ministério Martinho Campos, formula a reforma geral do ensino, quando nomeado, em julho, relator para o referido projeto. (Chiacchio. 1949 : p. 17).

Como veremos ao longo do trabalho, a questão do ensino é fundamental para o desenvolvimento de Paulo Honório e tema básico do romance. Toda a trama do romance, bem visto, se dá pela cobrança que o governador faz a Paulo Honório por uma escola em São Bernardo. Sem essa cobrança, não haveria Madalena. Ou se não houvesse Madalena não haveria a cobrança? Essa data de nascimento se torna cada vez mais adequada para *esta interpretação* do livro.

Lourenço Filho faz um longo panegírio sobre a participação de Rui Barbosa na educação:

Salvo pequena participação que deu a um curso noturno para analfabetos, quando estudante, em São Paulo, [Rui Barbosa] jamais exerceu o magistério, também não desempenhou cargos de administração, não foi inspetor de ensino ou diretor de escola. Seus escritos sobre educação, todos no limitado prazo de um lustro, precisamente o que meditou de 1881 a 1886, tiveram caráter episódico(...) (Lourenço. 1954 : p. 72)

e afirma que sua atuação nesta área foi relativamente curta, porém de grandes proporções, pois foi quem

(...) sem dúvida no Brasil, o primeiro a tratar da pedagogia como problema integral de cultura, isto é problema filosófico, social, político e técnico, a um só tempo. (Lourenço. 1954 : p. 14)

Além de arrolar uma série de nomes importantes da área do ensino influenciados pelos famosos pareceres de Rui Barbosa em 1882 e 1883 na Câmara. O autor restringe o tempo de atuação de Rui Barbosa na área entre 1881 a 1886, ano em que traduz e publica *Lição de Coisas* que é também a data em que foi nomeado relator do projeto de reforma do ensino.

Esses fatos se sucederam, no entanto, dentro de um processo, pois já havia algum tempo estava em marcha uma série de mudanças.

Na verdade, o movimento de idéias pela melhoria técnica do ensino havia crescido desde alguns anos e, para isso, decisivamente, haviam concorrido os cursos de conferências pedagógicas na Escola Glória, a reforma Leôncio de Carvalho, a criação da Escola Normal, os pareceres de Rui, os trabalhos da Exposição Pedagógica de 1883, a ação de alguns colégios particulares. (Lourenço. 1954 : p. 72)

Como curiosidade o nome Glória é o da tia e educadora de Madalena. Posso ver na incerteza da data de nascimento a incerteza dos fatos do desenvolvimento das reformas da educação, assim como a falta de padrinhos que se responsabilizem pela criação em 1880 da reforma da Escola Normal.

Esta talvez seja, portanto, outra das razões pela qual Paulo Honório teria nascido em 1881. A alfabetização será um dos principais temas de discussão na Primeira República.

A educação acompanha toda a vida de Paulo Honório. Foi com seu saber ler e escrever que se tornou eleitor e recebeu crédito; que foi sabendo aritmética que soube se defender dos abusos dos agiotas; que foi o saber jurídico do João Nogueira que o ajudou a defender seus interesses; que o saber bem escrever de Gondim e Costa Brito o ajudou nas campanhas políticas; que o saber de Madalena se tornou um veneno para ele; que o saber ler de seus empregados se tornou um problema. Assim a escola devia existir, mas não para ensinar, mas apenas para criar eleitores: mais do que qualquer outro no romance, Paulo Honório sabia da força da educação.

Não se resolvem as questões sociais com modernização das formas produtivas (normalmente elas só agravam a exploração), mas com educação e cidadania. Como Graciliano foi inspetor de ensino poderia esta ser uma idéia que ele defendesse?

E motivo também para ter acabado em 1930/2. Esse período é o de transição entre regime escravocrata, onde o proprietário tudo podia, apoiado na Guarda Nacional e nas leis eleitorais, e o início das regulamentações de Estado. Entre esses dois períodos temos o que chamamos de coronelismo, onde já com trabalho livre, as relações permaneciam as de uma semi-escravidão.

Em 1930-1 é criado o Ministério da Educação.

Além de todos os fatos acima transcritos, sabemos que a partir de 1881 uma nova força aparece para atuar no cenário social do Brasil: o Exército. Ele vem substituir a Guarda Nacional — curiosamente extinta somente em 1922, pondo fim à reserva legal de poder militar oficial dos coronéis, ano do início do estado de sítio permanente em que o Brasil

viveu — no controle coercitivo no plano nacional, enquanto as polícias atuavam no plano regional. É a secularização e o aburguesamento da força coercitiva, além de ser uma válvula de entrada para as idéias positivistas e tecnocráticas:

Já em 1881, generais do Império escravista compareciam a reuniões abolicionistas, e muitos oficiais participavam ativamente da agitação que culminou com a emancipação. Imigração e conscrição estavam estritamente associadas à Abolição, pois os militares aspiravam a um exército de conscritos livres e instruídos, em lugar de escravo coagido e analfabeto. (HGCB. 1997 : p 254 tomo II vol.4)

E será o exército que derrubará o Império, e sabemos o quanto essa nova força coercitiva atuou no Brasil por mais de um século. O que completaria o trinômio: lei eleitoral, força coercitiva, arranjo das formas trabalhistas.

Espero ter demonstrado que, se quisermos ver na idade de Paulo Honório uma baliza histórica que se referiria ao coronelismo, temos que 1881-1930/32 é algo bastante emblemático, sendo 1881 ainda mais interessante que o mero símbolo 1889-91 já que com o 1881 se contemplaria todo o processo republicanizador.

E ainda colocaria em xeque o 1870, pois o verdadeiro processo republicano não teria, assim, começado com a fundação do Partido Republicano, mas com a promulgação de determinadas leis, início de determinados processos, utilização de certas instituições. A não ser que se pense que Salustiano Padilha seja um representante desta data, 1870. 1870 seria o início do fim do Império e 1881 o início da República.

Ou mais instigante ainda: que Luis Padilha seja o representante deste momento histórico. Se Padilha for uns 10 anos mais velho que Paulo Honório o teríamos como nascido nesse período. O republicanismo de meninos advogados.

E que não é à-toa que Paulo Honório repete 5 vezes que tem 50 anos. Graciliano *amava* cortar seus textos (Carpeaux afirma que ele cortaria o mundo se pudesse), e nada obriga Paulo Honório a ter 50 anos: ou Graciliano colocou um dado repetidas vezes de maneira absolutamente supérflua, ou devemos olhar para esse dado com atenção.

Essas duas datas realmente parecem balizar a vida do coronelismo: por um lado em 1881 foram lançadas as bases do estado oligárquico, consolidados em 1889-91, ou seja, trabalho livre assalariado e do direito teórico de cidadania — direito este que nunca se realizou —, e por outro 1930/32, período do momento revolucionário que veio para modificar o estado de coisa oligárquico. E mais, teríamos que o coronelismo foi “criado” ainda no Império, e que talvez tenha sido essa mesma nova força política — que criou o sistema coronelista — a responsável pelo fim do Império. O que corroboraria minhas

teorias anteriormente aventadas sobre o major Ribeiro. Ao derrubar o Império o major Ribeiro derrubou a si mesmo. Todas as modificações que ele viu foram ruins.

Oxalá tenha demonstrado, com essas longas páginas, o significado (alegórico) da idade/data de nascimento de Paulo Honório.

A biografia de Paulo Honório começa com sua famosa frase-declaração:

Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinquenta anos pelo São Pedro. (SB. p. 12)

Como disse, a leitura de *São Bernardo* é um campo minado. Seguindo essa idéia, alguns dados, ditos de passagem, acabam se perdendo no meio da tristeza dos fatos narrados de sua infância. Primeiramente, ele declara se chamar Paulo Honório, ter nascido no São Pedro e ter 89 quilos. Muito curiosa, para este trabalho, que pretende ver no romance uma alegoria histórico-política, esta declaração.

O nome de Paulo Honório já por si só é muito elucidativo. Paulo, que desde *Esau e Jacó* de Machado de Assis, está associado à República — o que, se confirmada essa versão, nos levaria a crer que Graciliano viu uma alegoria histórica em Machado —, sendo Pedro a Monarquia, Paulo a República; Pedro médico e Paulo advogado; Pedro fica no Rio e Paulo vai para São Paulo. E Paulo Honório é o “burguês em estrutura ‘feudal’” de Coutinho: de nome Paulo e nascido no São Pedro. Ou seja, o capitalismo da Primeira República que se mantém na estrutura “escravocrata” da Monarquia. Foi esta percepção que fez da obra de Coutinho um clássico das análises de Graciliano.

Recordemos a frase de Balzac.

Aquele homem (o liberal Du Bousquier), abrupto, ativo, de maneiras efusivas, fala brusca e rude, pele, cabelos e olhos escuros, terrível na aparência, na realidade tão impotente quanto uma insurreição, podia muito bem representar a República. O outro (o cavalheiro de Valois), terno e polido, elegante, cuidadosamente vestido, alcançando seus objetivos pelos métodos lentos, mas infalíveis da diplomacia, e exibindo um extremo bom-gosto, oferecia a própria imagem da antiga aristocracia cortesã. (Jameson. 1995 : p. 164)

Balzac (Honoré(?) — Honório) é um dos criadores do assim chamado tipo literário, que será definido em sua forma moderna por Max Weber. E o próprio ser monárquico-plebeu foi encarnado por Balzac. Defendo que Graciliano se utilizou desse expediente, o de dar aos seus personagens a função de tipo social. Tomando Paulo Honório como um tipo literário (além da personificação anteriormente demonstrada), estaremos mais perto de provar que a argumentação de sua função alegórica é passível de sustentação.

Se trazer Machado, via John Gledson, talvez não pareça muito apropriado — pela enorme resistência que a análise do crítico inglês ainda recebe —, a declaração aberta de Balzac não deixa dúvidas para ligar Paulo à República.

O peso de Paulo Honório também é significativo para a economia deste trabalho. 89 está associado à República, pois 89 é ano da proclamação da República, mas não de uma República qualquer, e muito menos a ideal. Mas sim a proclamação da Primeira República, da República Velha, ou melhor, da República dos Coronéis. Peso, para Paulo Honório, é a República.

Paulo Honório *começa* a biografia declarando que é Republicano, que republicano da Primeira República, que é um coronel — pois “escolheu” *convencionar* a data de nascimento no São Pedro —, e que se mantém fiel às suas estruturas, contra as mudanças em curso, já que, como disse, ele escreve em 1932. E esta frase, mais parece uma frase dita a um policial. Como se ele estivesse depondo: “começo declarando que...” Ou talvez uma frase conspiratória. E talvez por isso ela esteja cifrada. 89 quilos é muita coincidência e repetida duas vezes, com anos de distância. A tristeza por Madalena não o fez emagrecer. Nesta sua declaração, todos os princípios da Primeira República estão colocados: nascimento, 1881; proclamação, 1889 e base teórica: Paulo e Pedro. E fim: 1930-32.

Depois de relativizar essas informações acima analisadas, vem a segunda leva de informações sobre sua vida:

Se tentasse contar-lhes a minha meninice, precisava mentir. (SB. p.12)

Como veremos, Paulo Honório não só precisaria mentir, como mentiu. Se contasse sua “verdadeira” infância, ele não teria pregado a mentira que pregou.

Sobre este aspecto, se minha proposta de situar o nascimento de Paulo Honório em 1881 estiver correta, encontramos subsídios para algumas discussões interessantes. Se ele realmente começou a trabalhar com 5 anos de idade, puxando enxada em troca de salário, podemos concluir que ele começou a trabalhar assalariadamente em 1886, o que mostra que a abolição já vinha, realmente, a reboque dos fatos político-econômicos. Ele foi assalariado ainda no tempo da escravidão. E teria começado a trabalhar justamente no ano da lei do Sexagenário. Além da incrível coincidência com os fatos aventados sobre Rui Barbosa e a educação, pois o narrado parece indicar que a “educação” de Paulo Honório começa com o seu trabalhar.

Poderia também aqui buscar vários aspectos de formação de personalidade. Os primeiros 5 anos de vida são muito importantes para a formação do sujeito. Até que ponto o comportamento de Paulo Honório poderia ser compreendido por esta simples afirmação: a de que não se lembra de nada desse período. Um estudo sobre essa possibilidade seria muito frutífero. Mas para esse trabalho não será esse o caminho seguido.

O que me importa aqui é o aspecto histórico da obra. E 1886 é a data da libertação dos sexagenários. Se o preto cego, de quem Paulo Honório foi guia, pode ter sido libertado nesta data — fato que Paulo Honório elude completamente — poderíamos supor que a partir desta data é que ele se torna um ser economicamente ativo: via preto cego e não Salustiano Padilha. E se o preto cego for seu pai, fica mais intrincada ainda a história. A libertação dos escravos deixou-os cegos, indefesos e o início da exploração se dá no âmbito familiar. Essa é apenas uma suposição, seguindo uma linha que será repetidamente aqui defendida: a de que para Paulo Honório as ações são *todas elas* (inclusive a morte de Madalena) mensuradas por seu significado econômico e/ou político.

A partir de agora, com as informações que reuni sobre sua infância, posso exemplificar a estratégia narrativa de Paulo Honório. Se lermos as críticas que se fazem sobre *São Bernardo*, quase todas tomam Paulo Honório como um infeliz puxador de enxada, um trabalhador de aluguel. Mas ele não era apenas isso. Ele era vendedor de doce.

Todo esse período, do nascimento até os 18 anos, no entanto, é narrado por Paulo Honório em um parágrafo e mais uma frase do parágrafo seguinte, no capítulo 3. Todo o período que vai de 1886, quando começa a lembrar de si mesmo, e 1889 ou 1900, quando esfaqueia João Fagundes, é resumido em uma frase

Até os dezoito anos gastei muita enxada ganhando cinco tostões por doze horas de serviço. (SB. p. 13)

É esta frase que fica em nossas mentes, durante toda a leitura do livro. Se pensarmos então em uma segunda leitura do romance, estaremos ainda mais atrelados a ela, associando a já referida humilhação diante de Mendonça, quando este chama Paulo Honório de trabalhador alugado diante de suas filhas, ou quando ele o reafirma para Madalena etc. Porém, e isso é muito importante para minha análise, é apenas uma estratégia de Paulo Honório/Graciliano Ramos. Em realidade, Paulo Honório não é *apenas* um trabalhador alugado. Ele é muito mais do que isso. Como vemos no capítulo 36

Coloquei-me acima da minha classe, creio que me elevei bastante. Como lhes disse, fui guia de cego, vendedor de doce e trabalhador alugado. (SB. p. 182)

Devo deixar bem claro: Paulo Honório era um vendedor de doces, ou seja, ele teve a mais comum das formações de riquezas do Brasil. O vendedor de esquina, o camelô, o comerciante de pequeno porte (se pensarmos nas maiores fortunas do Brasil atual, veremos que algumas delas foram iniciadas vendendo muamba na rua). E também como vimos, o comércio é uma das principais formas para se tornar um coronel.

É interessante que Paulo Honório diz que foi vendedor de doce, *como lhes disse*, apesar de nunca nos haver dito tal coisa. Apenas em uma passagem, quando conversava com Madalena, aventa a essa faceta de sua infância:

—Sei lá como principiei! Quando dei por mim, era guia de cego. Depois vendi as cocadas da velha Margarida. Já lhe contei.

—Já. Lutou muito. (SB. p. 115)

Por que Paulo Honório não nos fala que foi vendedor de doces no capítulo três? E salvo equívoco, em que pese Madalena confirmar, não consegui descobrir em que parte do romance Paulo Honório já havia declarado a Madalena que havia sido vendedor de cocada. (a não que se refira às conversas que teve com Madalena antes do casamento — cap. 15-16 — onde afirma ter contado pedaços da vida dele. p. 89) E mais, entra em contradição com o “primeiro ato digno de referência”, que, levado a cabo o dito a Madalena, passa a ser o de “ter se tornado vendedor” onde tudo começou e não, como afirma no capítulo 3, quando esfaqueou. Em minha opinião, essa contradição mostra a insinceridade de Paulo Honório, tentando mais arquitetar uma imagem do que realmente se confessar.

Seu primeiro ato digno de nota foi ter vendido cocada. Ou talvez ter sido guia de cego, se bem que acho que esses dois fatos foram, senão concomitantes, muito próximos um do outro. E ele sabe disso. E ele nos diz isso. E por isso *se diz* tão agradecido à mãe Margarida. Ele monta uma imagem. Talvez, quando vendia cocada, risse e cantasse. Mas ele não pode falar abertamente isso, pois mancharia a infelicidade do pobre menino puxador de enxada que ele quer passar em primeiro plano.

E, além de trabalhador alugado foi vendedor de doce e guia de cego. Não nos esqueçamos dos grandes cegos da literatura nacional, como o cego de *Grande sertão*, ou de *Legião estrangeira* etc. E por onde anda o cego? Talvez um vendedor de loterias. Paulo Honório exerceu várias atividades quando criança. O que lhe dá um caráter bem mais multifacetado que o de “simples” puxador de enxada. Paulo Honório teve uma “educação” especial. Uma educação no trabalho. Em realidade, estamos diante de um desvelamento que

quer ocultar, ou de transmitir duas mensagens paralelamente, esperando que uma delas — a mais desejada — fique mais proeminente. Mas que a outra apareça, para revelar seu verdadeiro caráter.

O mais importante, no entanto, me parece, é que, seguindo minha concepção, estamos diante do cerne da estratégia da narrativa do romance. Colocar as informações principais invertidas, de tal forma que não as possamos ter conscientes durante a leitura, para que a mentira que Paulo Honório nos quer pregar passe despercebida. E, se pudermos duvidar de sua sinceridade na reconstrução de sua vida, se acreditarmos que ele está tentando passar uma imagem “interpretada” e intencional de si mesmo — maquear o cadáver nas palavras de Camus —, podemos colocar em dúvida sua mudança de atitude no final do livro, que é a teoria desse trabalho: a de que Paulo Honório está tentando passar uma mensagem por debaixo do texto que escreve. Não estaremos mais diante de confissões, mas de uma montagem de um perfil. E quem monta um perfil, está lutando para vender sua imagem. Quer se salvar.

Por hora, portanto, basta sabermos que Paulo Honório não nos fala no capítulo 3, o capítulo que para a maioria das críticas estabelece a imagem de Paulo Honório, que ele era vendedor de doces, mas apenas no capítulo 36, dizendo que já nos havia informado desse fato, o que não é verdadeiro. Apenas como lembrete: Madalena morre no dia do aniversário de casamento (ou no dia seguinte), e isso nos é ocultado, as três tentativas de escrita do livro durante a Revolução de 30 nos é ocultada no capítulo 34 (oculta tanto que tenta escrever o livro, quanto que se trata da Revolução de 30), que o ano em que esfaqueia João Fagundes é o ano em que Madalena nasce etc.

Minha teoria é, portanto, a de que Paulo Honório, por circunstâncias quaisquer, teve uma educação especial: a de vendedor. E parece ter se saído bem nessa função. E também, levando em conta esse diálogo, temos que ele principiou vendendo doces e não com o empréstimo de Pereira. Desta forma ele mesmo assume que já “era o que se tornou” antes do empréstimo de Pereira. E podemos associar, usando as palavras de Paulo Honório, que antes do empréstimo de Pereira, ao sair da prisão, que ele só pensava em ganhar dinheiro, o que poderia nos permitir interpretar que fora ele quem procurara Pereira para pedir o empréstimo. Ele começa a deixar de ser um atropelado pela sociedade e passa a ser um agente de seu destino.

O interessante neste momento é que a forma narrativa de Paulo Honório nos faz crer que o empréstimo “aconteceu”. Mas empréstimos não acontecem, são necessários pedidos, ofertas e, acima de tudo, **garantia**. E tudo isso passa ao largo: quais as garantias que o ex-presidiário Paulo Honório deu ao poderoso Pereira? Paulo Honório pode querer nos fazer crer que as coisas acontecem, que ele é o *self-made-man* que sobe na vida por esforço próprio. Mas Graciliano não acredita nisso, e ao longo do livro nos dá a verdadeira forma de ascensão econômica: associar-se a uma estrutura política. Maçonaria, máfia, igreja, seitas, clubes, partidos, aparelhos etc.

Mas o fato de ele pesar 89 quilos nos remete também ao seu tamanho. Paulo Honório afirma em várias passagens que ele é muito grande, tem mãos enormes etc. Oras, se Paulo Honório tiver, digamos mais de 1,80 m de altura, ele seria um homem que se destacaria pelo tamanho (*os mais taludos estudarão*). Por exemplo, Lampião, que viveu no mesmo tempo de Paulo Honório, era dado como homem grande, ou alto, com os seus 1 e 72 m. de altura. Homens grandes, dentro de uma fazenda, eram normalmente cooptados para serviços especiais, como feitor ou capataz. Ou quem sabe ser jagunço ou até líder dos jagunços da fazenda. Em que pese se poder pensar que Salustiano Padilha fosse um homem esclarecido — por ter enviado seu filho para estudar, e por oposição a Mendonça —, acredito ser pouco provável que sua fazenda não possuísse homens armados: os jagunços. E se Paulo Honório era um homem grande e brigão, provavelmente ele estaria entre eles. E mais, se Paulo Honório era comerciante (vendedor de doces) era provavelmente mais “esperto” que os outros. Um comerciante tem de lidar com dinheiro, com público, com pechincha etc, tendo uma visão de mundo muito diferente da de um mero “puxador de enxada”. Ele sabe o que é lucro.

Chegamos ao momento do esfaqueamento. Acredito ser este o momento crucial da obra, nem tanto pelo ocorrido, mas pela estratégia de Paulo Honório ao narrar esses acontecimentos; o momento em que podemos reconstruir a imagem de Paulo Honório que perpassa nas informações dispersas no romance, para que possamos lê-lo, não segundo a vontade de Paulo Honório, mas daquilo que ele procura ocultar ou daquilo que ele nos quer convencer. Os fatos de sua vida até aqui narrados (contando apenas os capítulos 1, 2 e 3, sem termos a informação do capítulo 36) nos trazem uma certa comiseração pelo narrador.

Criança abandonada, criada por estranhos na maior miséria e ignorância, tendo que puxar enxada para se sustentar e sustentar seus pais adotivos.

Para afirmar que Paulo Honório entrou na estrutura política ao se tornar jagunço tenho de demonstrar uma série de coisas e **tomar** a sentinela que acabou em furdunço, com o beliscão em Germana e o esfaqueamento de João Fagundes, não apenas como um ato de desordem qualquer, mas como uma luta de coronéis, ou relativo a essa estrutura. O que me leva a pensar dessa forma não é a narrativa dos fatos em si, mas as consequências destes fatos.

Sentinela¹⁰ é algo militar (e já vimos que no capítulo 36 Paulo Honório toma sentinela como algo militar). Pensando assim, o esfaqueamento de João Fagundes não seria apenas uma atitude de ciúmes, mas uma espécie de “batizado de gangue”. Uma ação que mostra que ele será fiel a uma estrutura. Assim minha proposta se resumiria da seguinte forma: por se destacar na fazenda tanto pela inteligência como pelo porte físico, Paulo Honório se torna um cabra armado ou jagunço. E aos 18 anos toma parte num furdunço, que tomo como um batizado de gangue.

Não digo que a relação entre coronéis passe pelo controle via crime, mas para se ser digno de estar “dentro” da estrutura de “um” coronel, este coronel deveria ter vários mecanismos de manter a ordem e fidelidade.

Se se transformou em jagunço Paulo Honório acaba não só por se tornar um criminoso, mas entra no mais baixo patamar da estrutura do mandonismo. Em confronto com outros fazendeiros da região (Mendonça?), ele participa da fatídica sentinela. Nela esfaqueia João Fagundes, após abrecar a Germana, segundo seu relato, por ciúmes da sarará danada de assanhada.

Esse é um dos segredos do livro. O que foi realmente esta sentinela? Por causa destas atitudes Paulo Honório foi condenado a 3 anos 9 meses e 15 dias de prisão. E João Fagundes, que era ladrão de cavalo, sobreviveu, mas que fim levou? Sabemos pelo romance que há coronéis que começaram como ladrões de galinha. Germana se prostitui (pelo menos acreditando em Paulo Honório), mas não se falará mais dela quando ele voltar a Viçosa. O trecho é por demais enigmático e não sei exatamente o que ele pode querer significar.

¹⁰ Sentinela pode ser também um velório, mas não cremos que possa ser um velório. A não ser que Graciliano Ramos esteja se referindo ao fato de Lampião — e outros cangaceiros — muitas vezes entrarem em cidades que queriam atacar, misturados com procissões e velórios.

No entanto, apontarei algumas propostas de interpretação que podem ilustrar não só a forma de compor de Graciliano, como também manter o vínculo da narrativa com a factualidade histórica, além de deixar sempre presente minha forma de leitura.

Carlos Alberto dos Santos Abel ao discorrer sobre a opinião de Graciliano sobre os militares, opinião que segundo sua descrição é bastante negativa, anota:

Provavelmente, esses homens comportavam-se assim por vingança. Tinham, nos duros tempos de paisanos, sofrido repelões e desaforos, dormido na cadeia sem motivo, agüentando nos calos reiúnas, zinco nos lombos. Vestindo o uniforme, eram insolentes e agressivos, apagavam as humilhações antigas afligindo outros infelizes. Bebiam cachaça, malandravam, torvos, importantes, vagarosos, e o desmazelo — cinto frouxo, quepe de banda, topete ameaçador — dava-lhes consideração. Arredios, oblíquos, promoviam sambas e furdunços em casa de palha, onde as violências passavam despercebidas e ninguém se queixava. (Abel. 1999 : p. 28)

Quem sabe Paulo Honório possa ter sido um soldado (amarelo)? Não parece ser um caminho muito acertado este, mas não devemos fechar as portas. Ou vítima do soldado João Fagundes.

As duas próximas “origens” dessa cena são de cunho literário e em parte se relacionam com a proposta feita logo acima. A primeira é simples. Em *A bagaceira* temos uma cena em que se descreve a prepotência da polícia, ao transformar uma festa (também sentinela no romance) em pancadaria. Lúcio se dirige a um forró. Acaba adormecendo e quando acorda:

Lúcio despertou, ouvindo um vozear estranho. Um formidável clamor que uivava dentro da noite. Acertou de passar a escolta para a feira de Lagoa do Remígio.

O delegado parou, à escuta:

— É gente como os trinta.

Dagoberto estava desavindo com o chefe local. E a polícia adversa despicava-se em seus moradores. Os correligionários do poder mantinham redutos de impunidade inviolável; mas os opositores tinham seus domínios expostos às represálias policiais. (*A bagaceira*. p. 36)

Alguns comentários do narrador, no entanto ecoam em *São Bernardo*.

E entrou (*Lúcio*) na onda polvorosa. E testemunhava os idílios brejeiros, cuja amostra mais doce era uma injúria: — “Feia!...” “Essa safada!...” Ou, num derrame lírico: — “Bichinha...” E, quando passava da palavra ao gesto, era beliscão, uma pisadura, um puxavão de orelha, uma dentada... (*A bagaceira*. p. 33)

Ou

Mas, ali não se brigava por mulher: o amor não valia uma facada. O ciúme mal passava de ameaças: (*A bagaceira*. p. 36)

Seria o furdunço + facada de Graciliano uma resposta “realista” a José Américo no “idealista” “o amor não valia uma facada”? José Américo gostava de Getúlio. E Graciliano não tinha esse escritor em grande conta. O que também corroboraria que *São Bernardo* é, além de tudo o mais, um conglomerado de comentários de livros-chave da literatura brasileira.

E finalmente José Américo de Almeida nos faz um comentário final, bem próprio para o coronelismo, além daquele acima citado sobre Dagoberto na oposição e a polícia:

Para eles o governo era, apenas, essa noção de violência: o espaldeiramento, a prisão ilegal, o despique partidário... Não o conheciam por nenhuma manifestação tutelar. (*A bagaceira*. p. 38)

Se a sentinela foi uma ação militar — uma escolta, como em *A bagaceira* ou um furdunço organizado por um soldado — teremos que Salustiano Padilha estava na situação e Paulo Honório estaria como praça, *gente de quem*. Ou como em *A bagaceira*, a polícia atacou um furdunço dos empregados de Salustiano — Salustiano na oposição —, e nesse momento Paulo Honório esfaqueou João Fagundes, que estaria na situação. O que explicaria a condenação, pois um “simples” esfaquear de cabra bem protegido não acabaria em condenação tão rigorosa.

Outra ligação de cunho literário se basearia no fato de Graciliano Ramos ser um moderno. Mas muito crítico do modernismo. E como grande escritor que foi, ele sabia que uma das características deste movimento é a paródia. A paródia é um afastamento do passado literário, mas é também a manutenção de uma ponte, um elo com o passado literário. E uma reinterpretação desse passado. Já aventei aqui a possibilidade de Graciliano ter discutido com Machado a questão de Pedro e Paulo, aventei também a possibilidade de *Madame Pommeroy* ter sido lido por Graciliano, Balzac, *A bagaceira* etc. Um outro livro parece estar aqui citado: *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antonio de Almeida.

A forma como o herói de *Memórias* nasceu lembra os fatos entre Germana e Paulo Honório. Com a diferença que no idealismo de *Memórias* o fato é dado como piada, em *São Bernardo*, diante da falta de piadismo de Graciliano — piadismo que, como o próprio Mario de Andrade assumiu, acabou com boa parte da contundência do modernismo paulista —, os fatos têm dimensão política e acabam em facada. E se desse beliscão na popa da bunda de Germana tenha nascido Madalena, as conotações histórico-religiosas se tornam ainda mais complexas.

Ao insistir em trazer a baila possíveis citações com o passado literário tento mostrar a modernidade de Graciliano. E de mostrar que *São Bernardo* é também uma discussão da tradição literária brasileira.

E além dessas possibilidades, outra, ligando esses fatos a Delmiro Gouveia também poderia ser trazido à tona:

Às 10 horas da manhã de hoje, nos fundos do mercado do Derby dous bravi, um dos quaes tem a alcunha de Guarda Livros, atracaram-se como duas feras. Triumphou a faca de ponta, e depois de algumas escaramuças, o tal Guarda Livros recebeu um ferimento horrível no craneo. Sabendo do facto, o Coronel Napoleão dirigiu-se immediatamente ao logar do conflicto e prendeu ambos os luctadores, entregando-os à policia. (Correia. 1995 : p. 335)

Espancamento — Informa-no que, ante-hontem, às 8 horas da noite, deu-se, no mercado do Derby, o tristissimo facto de ser esbordado por um portuguez proprietário do compartimento n. 176, um rapaz de 18 annos presumíveis. É verdade que o alludido rapaz era acusado de ter ferido levemente a um outro, mas, desde que achava-se preso, não era justo ser espancado, principalmente por um estrangeiro. Por não ser esse facto degradante o primeiro ocorrido naquelle estabelecimento, chamamos para elle a atenção da policia. (Correia. 1995 : p. 337)

O primeiro trecho se refere a um fato ocorrido a 20 de outubro de 1899. O segundo a um fato ocorrido a 3 de outubro de 1899, fatos que estariam dentro do “18 anos” e nos manteriam ligados a Delmiro e à aventada personificação e colocaria fatos rurais associados a Delmiro Gouveia em sua fase citadina. Seria interessante se conseguisse descobrir o paradeiro desses dois esfaqueadores. A quanto tempo de prisão foram condenados? Assim, Paulo Honório teria enriquecido sob a proteção de Delmiro. Historicamente, Paulo Honório é um continuador de Delmiro.

Recordando, em 1899-1900 temos o seu primeiro ato digno de referência: com 18 anos, portanto entre o São Pedro de 1899 e o de 1900, meteu-se com Germana e esfaqueou João Fagundes. Foi preso e na prisão aprendeu a ler e aritmética. Graças a isso conseguiu o seu título de eleitor. Há aqui um salto qualitativo muito grande: ele deixou de ser um trabalhador normal e passou a ser um eleitor que já podia negociar e votar. A conjuntiva *e* que liga as duas frases (Tirei o título de eleitor, *e* seu Pereira, agiota e chefe político, emprestou-me cem mil-réis a juro de cinco por cento ao mês) reforça essa interdependência entre ser eleitor *e* ser digno de confiança para um empréstimo. Além do que, se tomarmos Paulo Honório como jagunço, ou seja, como membro de uma estrutura político-coronelística, teremos que o esfaqueamento, além do já aventado batizado de gangue, seria resultado de uma luta de coronéis, sendo daí o motivo pelo qual Pereira (chefe político) se interessaria por seu destino após sua saída da cadeia.

Não nos esqueçamos que estamos ainda no sistema coronelista, em que a posse de um título de eleitor podia representar muito, sendo necessário ser *aceito* pela mesa de alistamento eleitoral. Em 1900, título de eleitor ainda era um favor, e não um direito. Ou seja, não bastava ser alfabetizado. Devia-se ser aceito pela mesa. E dificilmente se daria o título de eleitor a um ex-presidiário sem se ter certeza do que ele faria com o voto e com

sua cidadania. O que confirma estar ele fazendo parte daquela estrutura. Não nos esqueçamos da famosa pergunta, no momento da eleição: você é gente de quem?

Seria interessante também saber se o aprendizado de Paulo Honório na prisão é realmente uma alusão ao programa levado a cabo pelos mórmons em todo o mundo, nesse período, de alfabetização de presidiários, já que ele aprendeu na bíblia dos crentes, o que lhe daria, como já notamos anteriormente, mais uma ligação com os norte-americanos. Há uma referência a este fato em *Yaka*, de Pepetela, também naquela virada de século.

Preso, aprende a ler e aritmética e se torna eleitor, passando a ser digno de empréstimo, ascendendo na escala da estrutura política. Desta forma o que teríamos, é a ascensão social de Paulo Honório de menino pobre, a trabalhador de enxada, a guia de cego, a vendedor, a jagunço, a eleitor e a comerciante: em uma palavra, de “vassalo” a cidadão político/econômico. O mais importante aqui é que essa ascensão não é fruto “apenas” de seu esforço pessoal. É fruto de sua entrada e permanência numa estrutura política. Margarida, também, deveria estar politicamente articulada na fazenda de Salustiano. Assim como o preto cego.

Desta forma se pode associar a relação com Germana, o esfaqueamento, com o aprendizado, a retirada do título de eleitor e do recebimento do empréstimo num conjunto de ações políticas.

E também poderia trazer a discussão política de Graciliano não para o lado marxiano, mas schumpeteriano. Seguindo Schumpeter, Paulo Honório seria a figura clássica do empreendedor, aquele endividado que rearticula os meios de produção, não um gerente, mas um homem diferente que tem uma visão de desenvolvimento, intimamente ligado ao capital (sistema financeiro). Sabemos que Delmiro Gouveia era dado como um schumpeteriano.

Outro fato fundamental para minha visão de *São Bernardo* é a idade dos personagens. Quando Paulo Honório se casa, ele contava 45 anos e Madalena 27. Isso faz com que Madalena tenha nascido entre 1899 e 1900. O mais importante para minha argumentação é que Madalena nasceu no mesmo período em que Paulo Honório comete seu ato digno de nota. (Além de mostrar cabalmente que para se entender os fatos *aqui* narrados é preciso ler os fatos narrados *acolá* com muita atenção e tentar relacioná-los). Sabemos que Madalena é loira e que Paulo Honório se engraça com Germana. Germana

remete a uma mulher loira. Germana é sarará (Soledade, protagonista de *A bagaceira*, por ser branca, é chamada de sarará). Não sabemos dos pais de Madalena. E tampouco saberemos do paradeiro final de Germana. Só sabemos que Germana estava com doença do mundo e porta aberta quando Paulo Honório saiu da prisão, mas não há referência a Germana quando da volta de Paulo Honório a Viçosa, muitos anos depois. E, a referência de Paulo Honório a Germana no capítulo 36 (se ele estava tão arrependido e desejando viver comodamente, numa vidinha pequeno-*campesina*, por que não a procurou?), quando tenta imaginar o que teria sido de sua vida se houvesse se casado com ela, parece também insinuar que, ou Germana já morrera naquele momento da narrativa, ou que não estaria mais em Viçosa, ou não se sabia mais do paradeiro dela. Mas e se Germana estiver viva e em Viçosa? E por que Madalena foi para aqueles lados? Puro acaso?

O fato de haver a possibilidade de se colocar Paulo Honório e Madalena na mesma família reforça a minha idéia de que Graciliano toma Madalena — e Getúlio — como coronel, o que Getúlio também era, pelo menos, era integrante de um grupo oligárquico do Rio Grande do Sul: Assis Brasil. O coronelismo era, em última instância, uma grande família. O embrião do trabalhismo talvez possa ser chamado como coronelismo populista, ou, um discurso para fazer oposição, talvez com alguma intenção de industrialismo. E dar razão a Boris Fausto, de que os revolucionários de 30 só podiam, em última instância, oferecer uma reforma administrativa.

A insinuação de que Paulo Honório pode ser o pai de Madalena é bastante irresponsável, pois seguindo minhas contas, para que Madalena pudesse ser filha de Paulo Honório, ela deveria ter sido concebida em junho de 1899 e nascido em fins de janeiro de 1900 (para que ela pudesse afirmar em janeiro de 1927 ter 27 anos), portanto, de sete meses (apesar de isso trazer uma isonomia formal, pois há a insinuação de que o filho de Paulo Honório, mirrado e loiro como a mãe, nasceu de 7 meses, o que poderia ser um fato biológico, ou uma insinuação de que Madalena já estava grávida, por isso a pressa para o casório) e traria conseqüências para uma análise alegórica bastante contundentes.

Mas essa insinuação traz um outro fato: o nascimento de Madalena, por algum motivo, está historicamente (ou se se preferir, cronologicamente) relacionada ao primeiro ato digno de referência de Paulo Honório. E isto nos é omitido. Temos que interpretar o romance para chegar a essa conclusão. Outra conseqüência para essa insinuação, é a

possibilidade da dramaticidade de incesto, dentro do romance de Graciliano. E com um leve quê de romance machadiano, a partir do ponto de vista de John Gledson.

Não insinuo apenas que Madalena seja a filha carnal de Paulo Honório. Obviamente pode ser também filha de João Fagundes (seria mais factível que, por exemplo, no furdunço, Paulo Honório tenha esfaqueado João Fagundes por descobrir que Germana estava grávida do rival). Ou de outro qualquer. E de outra qualquer (apesar de achar muito provável que ela seja filha de Germana, pois Germana é, nominalmente, personagem de *Angústia*). Porém, o que tento mostrar — e isto é muito importante — é que Madalena é fruto dos acontecimentos políticos (ou do romance) de 1899-1900. Infelizmente o texto é hermético demais, e até o presente momento, não consegui compreendê-lo por inteiro.

Gostaria de repetir que durante a apresentação de Madalena, várias idades são possíveis para ela. 30, 20 e 25. Mas a idade que *Graciliano* escolhe é 27 (bem raro esse número), falada ao lado dos 45 de Paulo Honório. Seria pura coincidência? E no romance, somente os coronéis recebem idade. Com exceção de Nogueira que recebe uma idade de aproximadamente 40 anos, o que colocaria seu nascimento muito próximo de 1889 — advogado e república — as idades são exclusividade dos grandes coronéis. O que faz pensar: Graciliano via Getúlio como um coronelão, sucessor de Pinheiro Machado, Julio de Castilho, Borges de Medeiros etc.

Uma outra explicação se referiria a acontecimentos históricos, pois, seguindo minha linha de raciocínio e pensando alegoricamente, entre os anos 1899 e 1900 ocorreu uma série de levantes monarquistas contra a carestia em diversos pontos do Brasil. Talvez o furdunço se refira a esses fatos, muito pouco estudados pela nossa historiografia. Quase tudo que deles sabemos vem dos depoimentos, extremamente parciais, de Alcindo Guanabara.

Mas há mais uma possibilidade histórica para que Paulo Honório tenha cometido seu ato digno de referência em 1900. Transcrevo Chacon:

Concordamos com ela (*Maria do Carmo Campello de Souza*), ao balizar o cerne da Primeira República em torno da “política dos governadores”, posta em marcha por Campos Sales, “processo definidor da estrutura”.

(...)

O fulcro do poder ou das decisões políticas não residia, contudo, nos municípios como pode parecer à primeira vista. As facções municipais só subsistiam enquanto emanções dos desejos do poder estadual e em nome da oligarquia no Estado.

(...)

A partir daí, deputados e senadores garantiam-se a si próprios mandatos sólidos e intermináveis no Congresso e a seu partido longo domínio do poder no Estado. Iniciou-se a implantação das oligarquias estaduais, cujo

poder se fecharia às tentativas conquistadoras das oposições que surgissem. Instituíra-se a norma básica da política dos governadores que deveria proporcionar ao regime federativo o equilíbrio procurado nos anos anteriores. (Chacon. 1981 : pp. 113-114)

Esse sistema criado por Campos Sales em 1900 era tão centralizador, que provocou o seguinte comentário do Vice-Presidente de Venceslau Brás, por ocasião da morte de Pinheiro Machado:

Não há mais partidos. O partido é o Presidente da República, em torno do qual vai girar a política. (Chacon. 1981 : p. 81)

E a essas constatações soma-se o fato de que a política dos governadores tinha por base a diplomação do candidato, que, em última instância, queria dizer que o Legislativo tinha o poder de anular uma votação ou de inverter o resultado das urnas através de “reconhecimento”.

Logo se veria também o que Campos Sales e sucessores entendiam por federalismo: a “política dos governadores”, maior consagração do mandonismo local que no auge da Monarquia que não delegava o poder Moderador, antes preferindo a rotação interna do estamento. Daí em diante, mais estratificado que nunca, apesar das crescentes mudanças sociais e econômicas da industrialização e da urbanização na República, até estourar em 1930 a camisa-de-força política.

Mesmo sob a capa de autonomia mandonista local, montara-se, na Primeira República, um mecanismo de “reconhecimento”, a nível de Congresso Nacional manobrado pelo Executivo, das vitórias eleitorais estaduais (...) Quem terminava mandando mesmo era o Superchefe Presidente da República (...) mais concentrador de poder pessoal que nunca. (Chacon. 1981 : p. 61)

Uma última colocação para essa argumentação, e já apontando para mais uma opinião favorável à tese da industrialização como causa da Revolução de 30, e que também ressoa na argumentação econômica do capítulo introdutório:

O início da indústria mal dava para fornecer-lhe os primeiros eleitores proletários. Mas, em 1867, inaugurava-se a ferrovia Santos-Jundiaí e, em 1872, a Rio-São Paulo. Em 1891 já existiam suficientes ferroviários para uma greve na Central do Brasil. Em 1900, a primeira greve dos estivadores do porto do Rio de Janeiro. No mesmo ano, a dos **sapateiros**, também por aumento salarial, durante dois meses. (grifo meu) (Chacon. 1981 : pp. 113-114)

Ou seja, com esses dados vemos que aos momentos históricos anteriormente descritos (1881, 1886, 1889, 1891) para a constituição da Primeira República, soma-se este último dado: a República só conseguiu estabilidade monetária e política, quando da implantação da política dos governadores e do *funding loan*. E o encilhamento, imposto obrigatoriamente revertido para indústria, corroendo a fórmula oligarca.

E para encerrar definitivamente, gostaria de remeter o leitor deste trabalho para Hobsbawm, em seu *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*, capítulo 3, onde ele descreve a saga revolucionária dos sapateiros, como um dos grupos que mais lutou nos movimentos sindicais. Enorme ironia de Graciliano: Paulo Honório foi educado na cadeia por um socialista; aristocracia e proletariado se unindo contra a indústria em ascensão.

Como tenho repetido, só se pode entender os acontecimentos, quando olhamos atentamente os desdobramentos no decorrer do livro. Assim, penso que Pereira só se interessou por Paulo Honório quando este saiu da prisão porque Paulo Honório já pertencia à estrutura política que ele Pereira comandava, antes do esfaqueamento. Pereira já sabia quem era Paulo Honório (mesmo que via Salustiano) depois (ou antes) da sentinela. E principalmente, porque Paulo Honório já havia demonstrado valor e *credibilidade*. Ou seja, não devemos ler essas passagens como sendo algo do tipo “apesar de ser um ex-presidiário que Paulo Honório recebeu o empréstimo”, mas exatamente *por ser um ex-presidiário* é que ele recebeu o empréstimo e *retirou* seu título de eleitor.

Vejo aqui o embrião de uma das conclusões deste trabalho: o poder econômico e o poder político — e assim o direito político — são indissociáveis. Isso impede uma análise naturalista da acumulação primitiva do capital por parte de Paulo Honório, como se pode fazer em *O Mulato*, de Aluizio Azevedo. Paulo Honório, para poder enriquecer, teve que entrar numa estrutura política. Ao aceitar fazer parte da “sentinela”, ele teve seu batismo de fogo, cometeu um crime para entrar na “gangue”. Isso de certa forma tiraria a inocência dos fatos atropelando o personagem: Paulo Honório, se é vítima da estrutura social em que vivia, também é sujeito dessa estrutura. Visto assim, Paulo Honório começa sua caminhada rumo ao coronelismo quando decide fazer parte da sentinela (ou antes, quando aceitou ser jagunço, ou quando virou vendedor de doce — segundo ele mesmo afirma para Madalena — ou quando virou guia de cego, talvez, como ele também insinua), entrando numa estrutura criminosa, e daí passando a ser confiável. Aprende a ler, torna-se cidadão-dependente, politicamente estruturado. Recebe o empréstimo. Vai para o comércio. Ou cangaço.

Interpreto ser a vida de cigano uma vida de cangaço por diversos motivos. O principal motivo (e decisivo) é o fato de Paulo Honório andar armado, com Casimiro Lopes, e poder extorquir pessoas.

Outros são argumentos. Segundo vejo aí um anagrama disfarçado: cangaço/cigano. Mas esse é apenas um pequeno indício.

Outro, para mim bem mais contundente, é a presença de vários nomes que ligam a obra literária à história do cangaço. Creio que Graciliano se baseou, para configurar Paulo Honório um cangaceiro, numa figura diferente do cangaço (da mesma forma como se

baseou em Delmiro Gouveia): o Sinhô Pereira, um nome muito importante de cangaceiro independente, mas não muito estimado como cangaceiro. Sua vida pode ser muito útil para minhas necessidades.

Vou discorrer longamente sobre este personagem histórico, para que nomes e indícios possam ser visualizados.

Sinhô Pereira geralmente não figura nas descrições dos grandes cangaceiros, talvez pelo relativo curto espaço de tempo no qual atuou — pouco mais de 5 anos — ou pelas suas atitudes, que não o caracterizariam claramente como um cangaceiro independente, e principalmente, por não ser esse bandido do tipo Antonio Silvino, Lampião e outros. Sua importância maior — no que concerne à História — está no fato de ter sido o chefe de Lampião, que herdou o seu grupo, quando resolveu abandonar o cangaço. Ele estaria relacionado ao tal cangaço social, explicado na introdução desse trabalho.

Após formar seu bando em 1916; Sinhô Pereira efetua, em 1918, o maior feito ligado ao seu nome, a luta do Tronco, em Goiás. Em 1922 se retira do cangaço e passa o resto dos seus dias no norte de Minas, tranquilamente, como proprietário de terras. Teria sido o episódio do Dr. Sampaio (narrado no capítulo 4) tirado do episódio do Tronco em Goiás? Exemplificando assim o tipo de negociação efetuada por Paulo Honório?

Partindo de uma analogia com a forma como narra a morte de Mendonça, e sabendo que ele é um narrador em primeira pessoa (podendo assim distorcer, ocultar ou esquecer dados que talvez sejam importantes), se pode afirmar, se bem que não categoricamente, que ele extorquiu o dinheiro do Sampaio. Em realidade esse é o segundo grande passo da ascensão de Paulo Honório: a formação de sua fortuna. Existem duas coincidências que reforçam essa suspeita. Primeiro por ser esse episódio, aparentemente, muito próximo de sua decisão de voltar a Viçosa, mas principalmente por ser o valor do negócio (36 contos) muito parecido com o valor de São Bernardo. Atrás de toda fortuna há um crime.¹¹

Mas para mim há ainda outros fatos importantes referentes a Sinhô Pereira. As lutas entre Pereiras e Carvalhos, na Paraíba, remontam aos anos 1830. Não sei se por causa de seus desdobramentos ou por si mesma, as lutas entre Carvalhos e Pereiras são as mais

¹¹ Paulo Honório recebe 36 contos de Sampaio e paga 42 pela fazenda. Com mais oito da casa perfaz 44 contos, o que devia ser a fortuna de Paulo Honório. Se tomarmos ainda que parte do pagamento da fazenda correspondia a juros devidos por Padilha, o preço da propriedade é quase idêntico ao recebido por Paulo Honório de Sampaio.

citadas: qualquer estudo do cangaço passa por essas lutas, contemporâneas à fundação da Guarda Nacional. Não sei se a família Pereira de Pernambuco é parente dos Pereiras da Paraíba, mas o **nome** Pereira é indissociável — em vários pontos do país — à formação do assim chamado cangaço independente.

No entanto, os atritos que levaram Sebastião Pereira, o terrível Sinhô Pereira, para o cangaço se deram apenas no início do século passado. Um volante, com homens dos Carvalhos, foi a São Francisco tentar desarmar Né Dadu. Como não o encontraram torturaram o seu irmão caçula, Sebastião Pereira. Nessa volante se encontrava um tal de Zé da Umburana, que foi encontrado morto alguns dias depois.

Quase um ano após esses acontecimentos foi morto Né Dadu, por um tipo chamado Zé Rodrigues, também alcunhado por “Zé Grande” ou “Palmeira” e tudo indica que a mando dos Carvalhos. Após reunir um grupo de cangaceiros com ajuda do Major José Inácio de Souza, Sebastião Pereira, agora já Sinhô Pereira, começou sua vingança. Recebeu a informação de um **cigano** que o assassino de seu irmão se encontrava em **Viçosa**, Alagoas, para onde se dirigiu e matou Zé Rodrigues. Homiziou-se com **Delmiro Gouveia** e matou também Luis de França, assassino de seu tio, Padre Pereira. Antes de matá-lo, no entanto, conseguiram dele a informação de que fora **João Nogueira** o mandante da execução desse tio.

O que podemos ver por esse relato é que um dos mais famosos e importantes cangaceiros, Sinhô Pereira, nos traz o conhecimento de Delmiro Gouveia e João Nogueira, Viçosa etc. Nomes citados em *São Bernardo*. E de um cigano, dedo-duro. E Graciliano era muito interessado, como vimos, na história do cangaço.

Cito o exemplo do Sinhô Pereira também por ser um exemplo de cangaceiro regenerado. (Não nos esqueçamos das opiniões de Graciliano sobre o cangaço expostas na introdução). Assim como ele, vários cangaceiros deixaram o cangaço, não sem contar com a proteção ou decisão de algum poderoso e passaram do banditismo a uma vida absolutamente normal, e muitas delas honradas e dignas. Vários cangaceiros receberam emprego do governo, e houve cangaceiros que trabalharam em escolas de primeiro grau, como professores. Esse seria também o caso de Paulo Honório.

Começamos a ver que não há somente o “anagrama” cigano/cangaço, a forma de atuar, mas também uma série de nomes extremamente coincidente nos remete ao cangaço:

Pereira, amigo de Delmiro Gouveia, João Nogueira. E se juntarmos a essas informações o narrado por Teresa Mesquitela, temos a mais impressionante das coincidências de nomes — e por incrível que pareça nunca levantado pela crítica: Casimiro Honório, uma mistura de Paulo Honório com Casimiro Lopes.

O cangaço de hoje, infinitamente distante do coronel, não conta com ele, nenhuma razão tem mesmo para nele confiar. O cangaço no Nordeste apresenta-se sob dois aspectos, ou antes, podemos lá observar dois cangaços: um de origem social, outro, mais sério criado por condições econômicas. Determinaram estas duas razões o aparecimento de homens como **Casimiro Honório**, Jesuíno Brilhante, os Moraes e Antonio Silvino. Alguns deles realizaram sozinhos as suas façanhas, outros recrutaram mais elementos e foram buscá-los à classe mais pobre. (Mesquitela. 1984 : p. 18).

Casimiro Lopes como vimos, foi, na pena de Graciliano, exemplo de cangaceiro ético ou social.

E temos que Lampião, sucessor de Sinhô Pereira, afirma ter trabalhado para Delmiro Gouveia antes de sua entrada no cangaço. Podemos ver o quanto todos esses fatos estão entrelaçados. Creio que seria muita coincidência que todos esses nomes fossem apenas casualmente idênticos.

E com Casimiro Lopes temos o primeiro exemplo da forma de apresentação dos personagens, que será bastante discutida neste trabalho: como os dois se conheceram? Aqui Paulo Honório/Graciliano Ramos se utiliza(m) pela primeira vez de um artifício narrativo que trouxe, creio, enormes prejuízos aos leitores de *São Bernardo*. Casimiro Lopes é citado nos dois primeiros capítulos, o que parece nos dar a tranquilidade necessária para ler seu nome no capítulo 3 sem nos perguntarmos de onde vem, como conheceu Paulo Honório, que tipo de relação mantinha com ele. O episódio do dr. Sampaio mostra que Paulo Honório já é capaz de armar um grupo de capangas, seja para se defender, seja para saquear. Ele não é mais um simples comerciante: uma das bases do poder do cangaceiro está armada: o poder de fogo, o poder das armas, o braço armado. Esta forma “despreocupada” de narrar de Paulo Honório nos faz perder este fato: Paulo Honório andava armado pelo sertão na Primeira República, e quem andava armado ou era jagunço ou era cangaceiro. Se não fosse da polícia é claro. E, se se uniu a Casimiro, é porque sempre esteve disposto a lutar com armas de fogo.

Adiantando, sempre tomando minha cronologia da obra como correta, Paulo Honório terá saído da prisão em 1903 ou 1904. E terá retornado a Viçosa provavelmente em 1918. O que colocaria sua vida de cigano quase que totalmente coincidente com a vida de cangaço de Antonio Silvino. Ou seja, o sertão dos negócios de armas engatilhadas que

ele nos descreve é, em realidade, o sertão do cangaço, o sertão do coronel, o sertão do início do banditismo e do fim do cangaço social. Aliás, o cangaço social se retira para sua pacata vida no campo e deixa o violento cangaço econômico muito bem armado e relacionado. O sertão do cangaceiro que deixou de ser justiceiro e passou a ser simplesmente bandido:

Afastando-se pouco a pouco das lutas políticas e das vinganças familiares, Antonio Silvino delineava, com suas ações, um outro tipo de cangaceiro, cujos inimigos eram as autoridades locais e a polícia. Caracterizava-se, assim, como um “fora-da-lei” no sentido estrito do termo. (Mesquitela. 1984 : p. 85)

Colocando a idéia schumpeteriana do empreendedor que estabelece nova relação para os meios de produção, Paulo Honório (assim como Antonio Silvino) seriam esses empreendedores: o banditismo é uma nova forma de organizar o comércio no sertão, no momento em que as relações de mando estavam congeladas: o cangaço. Assim como as drogas nas nossas cidades são uma readequação de nossas relações comerciais e eleitorais.

Mas, importante para mim, é que o cangaço de Lampião não é o fato mais importante no que concerne à estrutura político-econômica do Nordeste deste período. Farei mais adiante uma pequena resenha sobre o cangaço, mas vou desde já colocar uma análise que me parece muito adequada a Paulo Honório.

Cristina Matta Machado, por exemplo, descrevendo as táticas de luta dos cangaceiros, expõe antes as formas sociais do Nordeste. Numa espécie de *dégradé* vai desde o passador de gado, boiadeiro, vaqueiro, jagunço (que se transforma em pistoleiro, sendo a diferença mais comportamental do que de ação), coronel até o cangaceiro. Apesar de seu livro ter como tese principal a defesa do cangaceiro, sendo ele basicamente uma revolta contra a opressão dos coronéis, “no momento em que os homens da Guarda Nacional alcançaram o auge da prepotência, no século XIX” (Machado. 1978 : p. 45-6), não pode, no entanto, deixar de mostrar, mesmo sem afirmá-lo claramente, que o cangaço, apesar de se poder interpretá-lo como uma reação ao mandonismo, está intimamente ligado a esse sistema, que sem a proteção de alguns coronéis e sem a simpatia de algumas lideranças políticas, como por exemplo Padre Cícero, esse fenômeno teria tido repercussões muito menores.

O mais importante que esse trabalho nos pode proporcionar, no entanto, é como eram fluidas essas fronteiras, entre legalidade, mandonismo e banditismo e como são subjetivas várias das análises que dele se faz.

Em suas descrições sobre esses elementos típicos da sociedade do Nordeste, sociedade que ela afirma ter no **comércio do gado** (o episódio do Dr. Sampaio é por causa de uma boiada) o seu sustentáculo, nos apresenta os passadores, aqueles que levavam o gado da fazenda para os centros consumidores e nos traz uma informação importante. Ataques e saques contra esses grupos parecem ser uma constante.

Nem sempre eram bandidos que assaltavam os passadores. Muitos fazendeiros organizavam quadrilhas e obrigavam os passadores a lhes pagar o direito de tráfego por terras que nem eram deles. (Machado. 1978 : p. 17-18)

É assim que vejo Paulo Honório. Da mesma forma que ao não mencionar a palavra “coronel”, Graciliano nos possibilita um estudo muito mais amplo do coronelismo através do seu exemplo, aqui o mesmo acontece: muito mais importante do que Lampião, é o fato de que qualquer coronel poderoso poderia agir como cangaceiro: Floro Bartolomeu, por exemplo.

Esses indícios me fazem crer que Paulo Honório foi o braço armado da estrutura Salustiano Padilha/Pereira.

A partir de agora, a entrada em cena dos personagens, estrutura política e compra de São Bernardo serão apresentados entrelaçados, num mesmo movimento. Em uma palavra, que Paulo Honório *sempre* fez parte de uma estrutura política. Esse argumento é basilar: é através dele que intento comprovar que Paulo Honório oculta, *deliberadamente*, sua participação numa estrutura política, que não há sinceridade em sua biografia.

Para descrever minha interpretação tenho que dar uma grande volta pelo romance. Os capítulos 8 e 9 são o ponto de partida para essa argumentação. Neles a forma de narrar de Graciliano/Paulo Honório que mais confundem os leitores de *São Bernardo*. Tudo parece uma longa narrativa, mas, mais uma vez, o que temos é apenas um curto período de tempo. Dois dias.

O capítulo 9, um dos mais longos do romance, narra, em realidade, apenas o dia seguinte à visita do governador. E nele sabemos de Madalena, de Margarida, da volta de Padilha a São Bernardo, da escola, dos resultados da eleição, da queda do Pereira, do erro eleitoral do padre Silvestre, e das desavenças com Pereira via Costa Brito, e da forma intrigante de seu Ribeiro. Peço que todas essas informações sejam lidas como um momento de processo: e mais uma vez o motor do processo que acumula acontecimentos é uma eleição, da qual, pelo visto, mais uma vez, Paulo Honório, e seu grupo, saem vencedores. Paulo Honório parece afirmar que importantes mudanças só ocorrem em

momentos eleitorais. O que importa nesse momento para mim é que é nesse capítulo 9, associado a algumas informações do capítulo 8, que se fica sabendo de uma grande estrutura política.

Nogueira aparece no primeiro capítulo como co-autor do livro de Paulo Honório. Quando do vencimento da primeira letra do empréstimo, Paulo Honório vai visitar Padilha na fazenda e o encontra jogando gamão com João Nogueira. Aqui uma desconcertante indiferença do narrador em relação à presença do advogado, que o ajudará na extorsão da fazenda, **pois essa é a primeira vez que João Nogueira aparece na trama**, pensando na cronologia do romance. Narra como se já o conhecesse desde muito. Depois, ainda mais surpreendentemente, e comprovando que ele não nos o apresentou naquele momento da cobrança da letra pois já o conhecia — ou já deveríamos conhecer —, será invocado por Paulo Honório para tocar fogo na binga: o amigo de Padilha, que jogava gamão com ele, agora estava ao lado do ex-empregado e presidiário, novo rico, para tomar-lhe a fazenda. Some da narrativa. Reaparece no capítulo 8, para ajudá-lo contra os vizinhos e como intermediário entre Paulo Honório e Padilha para a fundação da escola. O mesmo Nogueira que podia ter posto fogo na binga, de fome canina, agora ajuda Padilha a retornar à fazenda, como mestre-escola. E no capítulo 9 se fica sabendo que ele também faz parte da estrutura partidária de Pereira. Paulo Honório pergunta a Nogueira sobre a real situação das eleições e esse responde:

-O governador estava razoável e propôs um acordo metendo o padre no conselho. O Pereira jogou no padre e levou taboca. (SB. p. 55)

Com essa resposta Paulo Honório percebe que Pereira desgraçou e resolve liquidar negócios antigos com Pereira, que sabemos serem dívidas, porém que não sabemos nem quando nem por qual motivo foram contraídas. Nogueira concorda e incentiva a decisão de Paulo Honório:

— Perfeitamente. Passe a procuração. *O senhor vai prestar ao partido um grande serviço.* Aperte o Pereira, seu Paulo Honório. (grifo meu) (SB. p. 55)

Nogueira trabalha para um partido, que é também o de Pereira e o de Paulo Honório, o que explicaria as possíveis contradições de suas atitudes, anteriormente descritas quando da compra de São Bernardo.

Bacharel, em quase todas as passagens expõe teorias positivistas ou tecnocráticas. Quer um estado dirigido por elites, através de leis elaboradas por especialistas, sem a corrupção e a desordem da democracia e dos políticos. Lembra muito o discurso de Juarez

Távora. Padilha chega a afirmar que o que ele quer é o Fascismo e há alguém, sem indicação de fala, que quer o fascismo, no capítulo 9, que parece ser Nogueira. Quando estoura a revolução mostra certa simpatia. Vê a possibilidade de se acertar um acordo entre vencedores e vencidos. Era contra as eleições, apoiava de certa forma a oligarquia, porém querendo reformas. A escola é uma prova disso. Essa descrição se assemelha muitíssimo aos tenentes, principalmente aos tenentes que tentaram um acordo com as oligarquias para evitar a constituinte. Ateísta, se distanciava de padre Silvestre.

Gondim, assim como Nogueira, aparece no primeiro capítulo já como conhecido antigo de Paulo Honório. Cronologicamente, contudo, sua primeira entrada em cena se dá de supetão, repetindo aqui a forma já empregada com Nogueira e Casimiro Lopes, ao se saber que é amigo de Padilha, pois juntos, utilizando o empréstimo que este conseguiu junto a Paulo Honório para incrementar a agricultura em São Bernardo, fundaram o Grêmio Recreativo.

Padilha recebeu os vinte contos (menos o que me devia e os juros), comprou uma tipografia e fundou o Correio de Viçosa, folha política, noticiosa, independente, que teve apenas quatro números e foi substituída pelo Grêmio Literário e Recreativo. Azevedo Gondim elaborou os estatutos, e na primeira sessão de assembléia Geral Padilha foi aclamado sócio benemérito e presidente honorário perpétuo. (SB. p. 19-20)

Nenhum comentário de Paulo Honório, nenhuma surpresa, nenhuma apresentação de Gondim nesse momento e nem mesmo nenhum medo de que ele perdesse o dinheiro que emprestou. Gondim faz sua segunda aparição (cronologicamente falando) quando da necessidade de Paulo Honório de defender-se de seus vizinhos pelas obras que empreendia em Viçosa. Gondim escreve uma apologia de Paulo Honório no *Cruzeiro*, jornal que dirigia.

Azevedo Gondim compôs sobre ela dois artigos, chamou-me patriota, citou Ford e Delmiro Gouveia. (SB. p. 40)

Outra vez não se sabe que tipo de relação se desenvolveu entre eles para que Paulo Honório o tivesse em tão alta conta. E por que Gondim entraria como sócio num jornal com Padilha, se já havia *O Cruzeiro*? Ou seria o *O Cruzeiro* o resultado da tipografia comprada por Padilha, agora subsidiada, evitando o independente da folha de Padilha? Que fim levou a tipografia, onde trabalha Arquimedes? Depois já estamos no capítulo 9. Nesse momento se vem a saber que Gondim faz parte do mesmo partido de Paulo Honório e Pereira, que por fidelidade havia apoiado a campanha de Padre Silvestre à prefeitura.

-Ora essa! atalhei. Você não sustentou a candidatura do vigário no jornal, Gondim?

- Sustentei. Sustentei por dever de *solidariedade política*. Mas particularmente discordei. O Nogueira está aí para atestar. E quanto a dizer que era disparate, era. (o grifo é meu) (SB. p. 54)

E é nesse mesmo capítulo 9 que vem comunicar a Paulo Honório que, com a ajuda do padre Silvestre, havia localizado Margarida. Um homem da imprensa sabe onde se encontra Margarida, os resquícios da oligarquia açucareira, assim como outro jornalista aliado de Pereira, empregava Ribeiro, os resquícios da aristocracia algodoeira. Duas diferentes Guardas Nacionais. Gondim simplesmente entra na vida de Paulo Honório via Padilha? Ou via estrutura política? E parecem remar para o mesmo lado dentro de um partido. Até mesmo após a derrocada de Paulo Honório. Será o mais fiel de todos os correligionários de então.

Essa forma de ver o desenvolvimento dos fatos poderia levantar a suspeita de que Gondim, em realidade, desviou Padilha de sua trajetória, levando-o a gastar o dinheiro recebido numa aventura literária sem sentido, ajudando Paulo Honório.

Gondim é jornalista. Parece porta-voz da classe oligárquica tradicional e sua democracia vazia. “Gostava do voto como de um filho”. Defende São Paulo. Luta pela permanência do *status quo*. Suas posições conciliatórias lembram muito as dos liberais.

Silvestre está na mesma situação. Aparece no primeiro capítulo, desaparece, e depois reaparece como álibi de Paulo Honório no assassinato de Mendonça.

Na hora do crime eu estava na cidade, conversando com o vigário a respeito da Igreja que pretendia levantar em S. Bernardo. (SB. p. 34)

A promessa de construir a igreja mostra uma aliança entre os dois. Como é o candidato de Pereira para a prefeitura, podemos concluir que faz parte dessa estrutura. Assim padre Silvestre passa a ser um representante do pensamento eclesiástico da década de 20, com seu profundo envolvimento na política.

Meu objetivo não é o de desenvolver uma teoria geral sobre a Igreja, vou relatar apenas os fatos gerais tentando mostrar como são congruentes com o narrado no romance.

O estabelecimento do Estado laico foi uma das mais profundas inovações que a proclamação da República trouxe consigo. No entanto, a separação já estava em marcha há algum tempo, desde o final da guerra do Paraguai, com a crescente influência de idéias positivistas, da maçonaria e protestantes, inseridas no bojo das transformações impostas pelo liberalismo, passando pela chamada “Questão Religiosa”. Para estes a “Igreja é uma instituição “anticientífica” e por isso irracional, contrária ao “progresso” e à “modernização”” . (HGCB. 1973 : p. 277)

A separação da Igreja do Estado não causou, no entanto, nenhuma atitude de rebeldia por parte da Igreja, pois, como justifica José Oscar Beozzo, “se a divisa liberal <Igreja livre no Estado livre> fê-la perder praticamente todos os seus privilégios, por outro lado livrou-a da contínua intervenção do Estado e abriu caminho para sua reforma interna.” (HGCB. 1973 : p. 280)

O primeiro passo da reforma interna da Igreja, se deu, não sem conflitos, através da importação de ordens religiosas européias, o que acarretou a sua romanização, mas que propiciaram uma maior capacidade da Igreja para contrapor-se às ideologias rivais, pois esses grupos traziam posturas mais intelectuais e racionais.

A liberdade para a sua reforma interna poderia propiciar à Igreja uma atuação mais eficaz junto ao povo, como desejava o Padre Julio Maria, mas, o que ocorreu foi justamente o contrário: a Igreja volta-se para os poderosos. “O que ela busca é a sua aceitação dos detentores da nova ordem” (HGCB. 1973 : p. 281). Exemplo disso é a posição tomada pelo clero nas revoltas camponesas em Canudos, Contestado, Juazeiro e Caldeirão, claramente a favor do governo e contra atitudes ditas “fanáticas” dos revoltosos, inclusive suspendendo padres que não se submetessem à nova ordem.

Mas se a cisão não causou uma atitude de rebeldia da Igreja, não impediu que esta denunciasse o novo estado de coisas, dizendo ser uma heresia que um povo tão profundamente católico fosse governado por um Estado laico. Este tipo de ataque começa justamente em 1916, através de D. Leme com suas cartas pastorais.

A Igreja começará a trabalhar então para a retomada de sua posição constitucional. Essa posição tem como objetivo principal, a retomada do estudo religioso nas escolas públicas.

Consumada a separação entre Igreja e o Estado, a Igreja não cessará de denunciar o divórcio entre o Estado leigo, para não dizer laicista, e a nação católica, em sua grande maioria. O ensino principalmente era visto como uma grande violência imposta à consciência católica. Seu caráter leigo conflitava com a fé da maioria dos alunos e com a fé professada pela nação. (HGCB. 1973 : p. 281)

e

A estratégia principal da Igreja na época republicana não visa diretamente ao povo e sim às elites. É estabelecendo uma rede importante de colégios em todo o país que a Igreja conta cristianizar as elites, para que estas por sua vez <cristianizem> o povo, o Estado, a Legislação. (HGCB. 1973 : p. 280)

Nem as reformas constitucionais, nem as reformas clericais trouxeram grande mudança para o dia-a-dia da grande maioria dos brasileiros. A questão escolar, nas palavras do autor, adquiriu “um caráter mais retórico do que real.” (HGCB. 1973 : p. 281) Isso

porque a postura elitista da Igreja não a levou a criar escolas populares, o que a manteve na posição de antes em vastas áreas do país, deixando vastas camadas populacionais que não tinham escola, sem escolas e sem o apoio direto de nenhuma instituição, sendo que o governo, ao mesmo tempo, não impediu a Igreja de montar uma rede escolar de ensino médio para as elites.

Resumindo, a Igreja entre 1890 e 1920 é uma força que por um lado foi derrubada de seu estatuto constitucional, mas que nem por isso deixou de ser leal ao Estado que a afastara do poder, unindo-se inclusive a ele, mas que por outro lado, dentro da normalidade legal e democrática, se opôs a ele para reaver seu poder, principalmente através da educação.

Essa situação perdurará até a década de vinte, quando, o fim da guerra e a crise do Estado liberal levam ao enfraquecimento da crença no progresso e na modernidade: “há uma crise de legitimidade do Estado oligárquico liberal e a Igreja oferece-se para socorrê-lo, em troca da mudança de seu estatuto na sociedade e nas suas relações com o poder.” (HGCB. 1973 : p. 283)

Uma de suas meta era a reconversão aos preceitos católicos dos intelectuais que haviam bandeado para o lado positivista.

Dom Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, e Jackson de Oliveira serão os grandes expoentes da “reação” católica. Em 22 Jackson funda a Revista *A Ordem* do Centro Dom Vital e através dela tenta atrair os intelectuais descontentes ou indecisos.

Paulo Honório promete levantar em S. Bernardo, para o futuro, se “os negócios corressem bem”(SB. p. 34), uma nova igreja. Ele afirma que “pretendia levantar” como se ele tivesse tido a idéia e como se fosse uma decisão tomada exclusivamente por sua vontade. Porém em lugares diferentes do livro nos são sempre dadas informações contraditórias. Tanto que no capítulo 2, ao arrolar os seus objetivos e feitos na vida, Paulo Honório coloca a igreja como algo secundário e com um adendo:

-Há também a capela, que fiz por insinuações do padre Silvestre. (SB. p. 11)

Ou seja, o alibi não parece tão inocente assim. A cena parece referir da necessidade de aliança entre Igreja e Estado liberal, o que é um fato histórico.

O autor inicia o seu terceiro ponto “A Igreja e a Revolução de Outubro” da seguinte maneira:

Não é uniforme a reação, tanto mais que a Igreja do período republicano, sem instrumentos de coordenação, não tem uma feição nacional, nem uma oposição comum perante as situações e acontecimentos. (*HGCB*. 1973 : p. 283)

É assim que em São Paulo, já em 1922, quando do governo de Washington Luis e já candidato a presidência, houve uma aproximação entre Igreja e o futuro presidente brasileiro, e há o fracasso político de 1926, quando a igreja tentou voltar a impor o ensino religioso obrigatório nas escolas — derrocada de Pereira/Silvestre? —, as mudanças constitucionais de Minas Gerais, com Antonio Carlos (este sim prometerá devolver o ensino religioso obrigatório nas escolas em 1930) e a entrada em cena do Arcebispo gaúcho Dom João Becker.

Sem relacionar-se Padre Silvestre com esta instituição, esse personagem se torna uma figura contraditória. Sua atividade política parece ser periférica, mas bem verificado, se vê que nunca abandona o círculo íntimo dos poderosos.

Como dissemos, sua primeira participação no livro é singular: aparece como todos os outros personagens de supetão, sendo então álibi para Paulo Honório no caso do assassinato de Mendonça e assumindo com este um compromisso: Paulo Honório construiria em sua fazenda uma igreja. Esse tipo de relação entre igreja e oligarquia é exatamente a descrita por Beozzo para a região de São Paulo:

Na área da grande imigração para São Paulo não se repete esta aliança da Igreja. Ela volta a lançar mão, para seu acesso aos colonos das fazendas de café, da mediação do fazendeiro, que é quem constrói a capela, organiza as festas e manda buscar o padre. O grande proprietário continua apropriando-se da religião e sendo o elo de ligação obrigatório entre a Igreja e a massa rural. (*HGCB*. 1973 : p. 284)

Antes de irmos em frente com a análise, é importante notar que uma nova força começa a assolar os altares: o comunismo ateu. Se os positivistas já haviam sido uma ameaça ao aparelho eclesiástico, destituindo-o de seus privilégios constitucionais, mas sem grandes repercussões no seio de vastas camadas da população, o socialismo, e depois o comunismo, começou a atuar exatamente aí onde a Igreja sempre reinou sozinha: no povo, mais especificamente no proletariado.

Se a Igreja se colocou ao lado dos paulistas em São Paulo, o que não é de se estranhar, no Rio Grande do Sul a situação é bem clara: a igreja, na figura de Dom Becker se alia decididamente aos revoltosos e sempre reiterando que a revolução tem caráter eminentemente político, em nada se relacionando com o comunismo. Duas passagens do texto nos mostram claramente essa posição:

(...) Diante da propaganda do Governo central que apresentava a revolução como comunista e desordeira (...) (*HGCB*. 1973 : p. 284)

A carta faz um apelo às Forças Armadas, às classes conservadoras, cuja existência está ameaçada, aos poderes públicos, aos fazendeiros, aos intelectuais, à imprensa para que defendam contra “a onda vermelha que no seu advento os pretende destruir.” (HGCB. 1973 : p. 284)

Paulo Honório usa de um artifício interessante. Ao perguntar porque o Padre Silvestre não foi eleito para prefeito, João Nogueira explica:

— Padre Silvestre é revolucionário, explicou Nogueira. Pretende salvar o país por processos violentos. (SB . p. 55)

A proximidade dessa frase com a frase sobre Padilha, de que ele pregava o extermínio dos burgueses, nos leva, freqüentemente, a associar esses dois personagens. A fuga dos dois para as fileiras dos revolucionários de bandeiras encarnadas reforça essa idéia e traz a impressão de que padre Silvestre teria idéias de esquerda.

Na discussão política em São Bernardo, por ocasião do segundo aniversário de casamento de Paulo Honório, porém, suas idéias ficam claras. “Padre Silvestre é desorientado. Com uma freguesia trabalhosa, anda no mundo da lua. Danadamente liberal.” (SB. p. 126)

Paulo Honório tece outros comentários sobre o vigário. Que só lia os jornais da oposição, que deve ser a *Gazeta* do Costa Brito. Como sabemos, Costa Brito fala muito mal exatamente de Paulo Honório e padre Silvestre é amigo de Paulo Honório e até elogia seus empreendimentos. Mas mais importante é que se revela um ferrenho anticomunista: o comunismo é uma doutrina exótica, é a miséria, a fome, a desorganização da sociedade, seria uma nação sem Deus, onde os padres seriam fuzilados, a corrupção, a dissolução da família e finalmente que a religião é um freio.

Bem notado, Gondim, Nogueira, Padilha não gostam de Silvestre.

Talvez fosse uma solução rastrear as suas atitudes a partir da forma como Paulo Honório o trata: ora ele é o padre Silvestre — figura religiosa, ora é o vigário — figura política.

Costa Brito é outro que entra em cena de maneira violenta. Sabe-se de Costa Brito pela primeira vez no capítulo 1 que já está morto, que é um jornalista, o redator-chefe de um jornal chamado *Gazeta*. Possivelmente representa João Pessoa.

Estive uma semana bastante animado, em conferências com os principais colaboradores, e já via os volumes expostos, um milho vendendo graças aos elogios que, agora com a morte do Costa Brito, eu meteria na esfomeada *Gazeta*, mediante lambujem. (SB. p. 7)

Desaparece, reaparece no capítulo 7 como patrão de seu Ribeiro. Como Paulo Honório conheceu tão bem Costa Brito para ir ao seu jornal, comprar reportagens e roubar-lhe empregados, que continuarão fiéis a ele por muito tempo? Visto dessa forma, Costa Brito era o patrão dos resquícios da oligarquia algodoeira. Associando as duas idéias, temos aí o poder da imprensa, e será, ao lado de Azevedo Gondim, um dos defensores de Paulo Honório na luta contra a estagnação de Viçosa. Depois de sofrer um atentado volta a fazer matéria paga no jornal do Costa Brito. Os problemas com Costa Brito são contemporâneos aos do Pereira: a partir daí Paulo Honório nos dá a entender que está sendo chantageado pelo jornalista. Quando as exigências se tornam demasiadas, dá-lhe uma surra. Nas páginas 62 e 63 Paulo Honório nos dá a versão oficial: Costa Brito fugira para a oposição.

Ao ser espancado por Paulo Honório, Costa Brito tenta defender-se dizendo que as notícias que o imputavam assassino estavam na sessão livre eram matéria paga. A presença de Paulo Honório, pouco após a morte de Mendonça e a sua briga com Costa Brito logo após a sua briga com Pereira me faz pensar que Costa Brito e Pereira faziam parte de um grupo que desmoronava e fugia para a oposição (padre Silvestre), tentando, através de chantagem e vendeta política, atacar aqueles que os derrubavam.

Agora uma pergunta: poderia ter sido Madalena a autora do tal artigo na sessão paga? Ela estava em Viçosa há algum tempo e já se relacionava com todos, e, principalmente, parece que se esforçava por entrar na fazenda de Paulo Honório. E mais, por que Paulo Honório culpa Padilha pelo suposto rompimento do segredo, já que Madalena poderia muito bem ter lido, pelo tempo em que Paulo Honório procurava uma esposa, a notícia no jornal do Brito. Isso tudo faria de Costa Brito um representante da imprensa que bandeou para a oposição, e que deu suporte ao golpe de 30.

Porém Costa Brito está ligado mais intimamente a Pereira (talvez pela situação geográfica dos dois). Essa afirmação não se pode provar, apenas inferir, porém com muita segurança. Costa Brito elogia os atos de Paulo Honório, mas ao contrário de Gondim, elogia também o chefe político local, que aparentemente é Pereira.

Se mantivermos as suspeitas de que seu Ribeiro é o seu Sampaio, expropriado por Paulo Honório, que foi primeiramente protegido por um membro do partido (Costa Brito) e depois empregado do seu expropriador, Paulo Honório (sempre Pereira no comando), teríamos com seu Ribeiro o mesmo movimento executado com as Mendonças: primeiro

mata o pai, depois ocupa parte da fazenda, depois protege as filhas. Schumpeter em ação. E não haveria ganho, somente transferência do dinheiro de Pereira, que estava com Sampaio-Ribeiro, para Paulo Honório.

Finalmente Padilha.

Padilha, que sempre recebe um tratamento depreciativo por parte do narrador, após a venda da fazenda e a fundação do Grêmio, desaparece por anos da narrativa e volta no capítulo 8, quando da visita do governador. Por que Padilha estaria na fazenda por ocasião desta visita?

Por causa da exigência do governador de se construir uma escola, é convidado por Paulo Honório, *no dia seguinte*, a organizar a escola (capítulo 9). Está presente enquanto os amigos falam sobre a situação eleitoral. Participa inclusive, tecendo comentários sobre Pereira (ainda não o havia perdoado por não lhe haver emprestado o dinheiro necessário para os seus sonhos agrários, o que também comprova que o Pereira, chefe político do capítulo 9, é o mesmo do capítulo 4, e que ele participou efetivamente da transação de São Bernardo) e sobre o padre Silvestre. Mais que isso, se fica sabendo que tem opiniões políticas, opiniões de “esquerda”:

- Padres! exclamou Luís Padilha com desprezo.

Era ateu e transformista. Depois que eu o havia desembaraçado da fazenda, manifestava idéias sanguinárias e pregava, cochichando, o extermínio dos burgueses.

- Canalha!

E roeu as unhas com furor. (SB. p. 54)

Ou seja, não era, de maneira nenhuma, um homem desinteressado pela política, nem estava de todo afastado desse grupo de amigos, que giravam em torno de um partido político. Portanto, os laços que o uniam a esses homens antes da venda da fazenda deviam ser maiores que a de pura amizade ou de relações de trabalho: entre Padilha, Nogueira, Gondim e Pereira e talvez até padre Silvestre havia um vínculo político que não se rompeu com a troca de comando da fazenda. E se pensarmos que ele e padre Silvestre aderiram à Revolução, os laços dos dois ficam ainda mais fortes. A insistência de serem sempre os mesmos personagens me dá total convicção de que eles sejam tipo. Será que nem na capital nem em Viçosa nem em lugar algum haveria uma outra pessoa para ser mestre-escola em São Bernardo? Tinha que ser Padilha?

Aqui uma ilação. Tenho sérias dúvidas de que Graciliano sequer simpatizasse com os comunistas antes da prisão, em 1936. Creio que a figura de Prestes o impressionou

muito. O anticapitalismo acaba dando uma falsa impressão de comunismo. Defendo que Graciliano, e isso é apenas uma convicção pessoal, nunca foi realmente comunista ou socialista. Certo que ele não era, e nem intentava sê-lo antes de 35, e é a descrição *alegórica* que ele faz do comunismo que me dá essa certeza: o comunismo em *São Bernardo* é Padilha, um pulha, um maltratado pelo poder. E não nos esqueçamos, Graciliano foi contra a reforma agrária.

Mas é Padilha quem tem a tese comunista por excelência: o fim da propriedade. Só ele ataca o direito à propriedade. Padilha lutará, e conseguirá seus cabras.

—Um roubo. É o que tem sido demonstrado categoricamente pelos filósofos e vem nos livros. Vejam: mais de uma légua de terra, casas, mata, açude, gado, tudo de um homem. Não está certo.

(...) Qual dono! gritou Padilha. O que há é que morremos trabalhando para enriquecer os outros. (*SB*, pp. 60-1)

Vemos aí embutida na frase um teoria da história de longuíssima duração. Padilha nos é traçado por Paulo Honório da maneira a mais vil possível. Mas quero lembrar que o relato de Paulo Honório sobre Padilha é o relato do vencedor sobre o vencido. Podemos, decifrar nas entrelinhas do dito por Paulo Honório uma outra possibilidade de interpretação que em minha opinião estaria mais próxima da verdade.

Padilha — que como tento demonstrar, é um aristocrata com laivos socialistas — resolve, segundo Paulo Honório, cultivar as terras de São Bernardo, por influência dele Paulo Honório.

Acredito que isso não seja verdade. Padilha estava jogando quando Paulo Honório retornou a Viçosa. Podemos crer que simplesmente jogasse, mas poderia ser que estivesse jogando o pôquer político, já que provavelmente jogava com seus correligionários de partido. Que estivesse tentando, como o pai dele, mudar a situação em que se encontrava. E quanto ao bêbado, poderíamos interpretar como uma embriaguez idealista.

Digo isso, pois, para mim, Padilha é a paródia de um dos mais famosos personagens da nossa literatura: Policarpo Quaresma, do livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. Como vimos, Paulo Honório transformou São Bernardo num moderno centro de produção e exploração. E provavelmente visando a permanência do poder político existente e ligado ao capital internacional para exportação. A fórmula do café. Padilha estava tramando uma opção nacional: plantar mandioca e construir uma fábrica de farinha, ou seja, suprir as necessidades locais. Talvez nosso olhar progressista nos impeça de ver que exista aí uma luta entre estrutura internacional do capital e uma estrutura nacional.

Outro dado interessante é que Paulo Honório recrimina Padilha por ser promíscuo com os seus trabalhadores: a frase é de um racismo sem tamanho:

À noite, enquanto a negrada sambava, num forrobodó empestado, levantando poeira na sala, e a música de zabumba e pífanos tocava o hino nacional, Padilha andava com um lote de caboclas fazendo voltas de tacho de canjica, no pátio que os muãmbes invadiam. Tirei-o desse interessante divertimento. (SB. p. 16)

Além do racismo, o nacionalismo: o hino nacional dançado e cantado pelo proprietário e os filhos da fazenda. Seria Padilha, nas intenções, o porta-voz de Graciliano no livro, sendo Graciliano simpatizante das idéias de esquerda, como querem muitos comentadores?

Estamos diante de uma cena bem mais humana do que a da fazenda árida que Paulo Honório criou. Onde a “negrada” e as “caboclas” entravam na casa grande, dançavam, com o espírito nacionalista (hino nacional). Padilha era um socialista? O que quer que esta palavra queira dizer, deixar a “negrada” entrar na casa grande devia ser uma heresia na época. E ainda hoje.

Apenas para corroborar essa idéia lemos em Lorençato:

De 3(?)contos tomados em empréstimo (*por Paulo Honório*) faz fortuna, enquanto Padilha se diverte. É um folgazão, dedicado apenas ao binômio lazer-prazer. Inconseqüente e sonhador, o antigo dono de São Bernardo acelera a depreciação do latifúndio. Tanto que, em sua primeira aparição no filme, está bêbado e samba com a “negrada” da fazenda. A associação de Padilha com o ócio, a preguiça confirma-se a seguir com um plano dele junto a um riacho, onde se banha despreocupadamente com alguns moleques. (Lorençato. 1994 : p. 50-51)

O que me leva a crer que Padilha estava tramando uma mudança radical nos modos de produção e de que Paulo Honório foi chamado a intervir e de lhe dar um ar macunaímico. Ainda: na compra de São Bernardo temos uma das mais enigmáticas frases do livro, e talvez a mais importante para a compreensão do livro como alegoria histórica:

—Tudo rico seu Paulo. Vai ser uma desgraceira. (SB. p. 17)

Quem são os ricos que estão em vias de se confrontar: parece que o confronto entre burgueses e aristocratas estava mesmo a caminho.

Também separei a palavra “negrada” pois há uma passagem em Carlos Alberto dos Santos Abel que nos remete a esse trecho da obra. Abel narra as experiências de Graciliano no Carnaval, junto com a esposa Maria Augusta.

Tem horror ao carnaval: “Marchei para a Galeria Cruzeiro, mas a travessia foi lenta pra causa dos cordões carnavalescos. Horríveis, horríveis”. E repentinamente, aparece um comentário que não nos deixa outra opção senão a de o pensar preconceituoso: “Num carro, gente miúda e escura, provavelmente a negrada faminta do morro, ria e dizia para baixo: “Guarde o seu sorriso””. Pensou “numa porção de besteiras, e quando dei por mim estava quase gritando: horrível, horrível”. (Abel. p. 114)

Dadas as contradições dos fatos e depoimentos, Abel tenta explicar a aversão de Graciliano pelo carnaval de várias formas, não voltando ao suposto preconceito. Mas o

preconceito contra os pederastas parece não ter explicação. E narra uma passagem em que Graciliano quase duela para defender um negro. E nessa mesma passagem acaba por atacar o modernismo:

Ledo Ivo testemunha que Graciliano tinha aversão aos vanguardistas e aos modernistas, considerando-os homossexuais, estes “seres perversos e repelentes”. (Abel. p. 115)

Para quem achar que a esquerdização dos donos do poder pode parecer um delírio — em que pese já haver demonstrado que Eça descreve um caso desses — mostro o que escreve Demétrio Toledo, em dissertação já citada, sobre a FIESP:

“segundo alguns, estava ocorrendo uma “opção à esquerda” no campo empresarial, da qual seriam indícios a “peenebização” das entidades a aproximação de Piva dos industriais do IEDI”. (Toledo. 2005 : p. 116)

Qualquer processo democratizador dentro da FIESP, no caso uma maior participação das pequenas e médias empresas, representada pela PNBE, é dado como esquerdização. Isto porque Emerson Kapaz, representante desse grupo, era eleitor de Lula.

Na fazenda existem marrecos de Pequim. Estranhamente eles reaparecem no capítulo 36:

O jardim, a horta, o pomar — abandonados; os marrecos de Pequim — mortos; o algodão, a mamona — secando. (SB. p. 181)

Um dos fatos mais remarcáveis do final da década de 30 foi a revolução chinesa. Nesta, os comunistas se associaram aos liberais de Chian Kai-Shec. Entre 1926 e 1929 foram mortos, assassinatos que ficaram conhecidos como os massacres de Cantão ou Xangai. Esses massacres se deram basicamente pela estratégia dos Kuomintangs (comunistas) de se associar aos burgueses, proposta tentada aqui e executada repetidas vezes por Prestes, acabando sempre em massacres: Vladimir Herzog. Seria Padilha uma referência a este tipo de associação?

Havia um jornal famoso na década de 20: o *La correspondance internationale*. Sabemos que Madalena lia os telegramas estrangeiros. O perigo comunista era, em minha opinião, muito mais externo que interno, mas real. E Getúlio sabia disso.

Finalmente, para encerrar esse argumento do comunismo, temos que o Partido Comunista, fundado em 1922, é fruto da “fusão” de vários grupos:

Em 1922 surgiria o Partido Comunista do Brasil, depois chamado de Partido Comunista Brasileiro, por fusão de alguns anarquistas com os prômarxistas União Operária 1º de Maio, fundada em 1917; Liga Comunista, Centro Comunista e União Maximalista (1918); Círculo de Estudos Marxistas (1919); Grupo Zumbi (1920) e Grupo Comunista (1921). (Chacon. 1981 : p. 92)

Paulo Sérgio Pinheiro nos dá alguns indícios que podem elucidar melhor esses fatos:

Antes da fundação do Partido Comunista do Brasil, alguns autores fazem referência a associações que poderiam ser consideradas como grupos comunistas precursores. Em Maceió, capital do Estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil, se constituíram associações de tendência socialista revolucionária e anticlerical, em 1917, a Sociedade dos Irreverentes e em 1918, a Congregação Libertadora da Terra e do Homem. (Pinheiro. 1977 : pp. 109-110)

E linhas a frente completa:

Sabe-se, entretanto, que a Sociedade dos Irreverentes compreendia operários, empregados e intelectuais. Essas associações não deveriam escapar aos traços gerais que caracterizavam as associações anarquistas. A maior parte era constituída de centros culturais: recebiam publicações socialistas estrangeiras e algumas vezes foram responsáveis pela publicação dos primeiros textos sobre a Revolução de Outubro, como por exemplo um texto sobre a “Revolução russa e a imprensa.” (Pinheiro. 1977 : p. 110)

Tudo isso me parece uma ótima descrição para o que Paulo Honório encontrou na fazenda São Bernardo quando de sua volta a Viçosa.

Padilha passa por idiota por haver fundado um jornal. Podemos ver que ao longo do romance folhas voam sopradas pelo Nordeste. Se associarmos essas folhas a panfletos (revolucionários, e/ou dos sindicatos e partidos de esquerda), podemos ver que havia uma massa de alfabetizados não eleitores que começava a reclamar seus direitos. E mais, como vimos, os jornais e sua função de formação de opinião pública estavam cada vez mais presentes: mais que uma burrice, Padilha tentou um grande golpe político, tentando assumir, via jornal, o controle da opinião pública, onde ele podia escrever seus contoziños revolucionários, assim chamados por Paulo Honório.

Além disso, os socialistas também tentaram empreender uma reforma no ensino, em 1926. (método la Ruche, talvez por isso Madalena não tenha gostado do método de Padilha).

O que vislumbro, portanto, nesses dois capítulos (8 e 9) é uma importantíssima mudança no comando do partido. Havia uma estrutura no capítulo 8:

nessa estrutura, Pereira ainda era o manda-chuva. Paulo Honório ainda estava subordinado politicamente a Pereira.

Mas com a derrota de Pereira, Paulo Honório assume o comando. Seguindo minha leitura, a partir do capítulo 9 uma nova estrutura se configura:

A partir do capítulo 9 Paulo Honório passa a ser o chefe, mas terá de enfrentar a oposição de Pereira, Costa Brito e um certo distanciamento do padre Silvestre, além do socialismo de Padilha dentro da fazenda. Procura novas alianças, decide se casar.

Espero ter demonstrado que, por ocasião da visita do governador, Paulo Honório e vários personagens pertenciam a um mesmo partido político sob a tutela de Pereira. Aquele do empréstimo após a prisão, aquele que recusou empréstimo a Padilha. A pergunta que fica é: desde quando eles todos pertenciam a esse misterioso partido? A resposta que dou é: desde sempre. Quero dizer com isso que desde que entram em cena no livro, já pertenciam ao partido. Ou mais provavelmente, desde antes de sua entrada em cena já pertenciam ao partido.

Vou agora estudar a compra de São Bernardo por Paulo Honório para tentar reforçar as afirmações acima colocadas.

Paulo Honório retorna a Viçosa com dois objetivos excludentes entre si: um para se fixar na cidade, onde possuía uma casa. O outro, mais importante, para realizar seu sonho de menino: comprar São Bernardo.

Seja como for, como o dito, encontrou o então proprietário, Luis Padilha, filho de seu ex-patrão, bebendo e jogando com amigos. Paulo Honório afirma:

Está claro que o jogo é uma profissão, embora censurável, mas homem que bebe jogando não tem juízo. (SB. p. 16)

Aproxima-se de Padilha, endivida-o, incuti-lhe a idéia de cultivar São Bernardo e acaba por tomar-lhe a fazenda. Porém, durante as negociações, algumas frases soltas, quase perdidas, levantam suspeitas. Antes de pedir empréstimo a Paulo Honório, Padilha recorre a Pereira.

Cheio de amargura, abalada a decisão dos primeiros dias, confessou-me que tinha tentado contrair um empréstimo com Pereira.

-Cavalo! Fiz uma exposição minuciosa, demonstrei cabalmente que o negócio é magnífico. Não acreditou, disse que estava no pau de arara. E eu calculei que talvez o negócio lhe interessasse. Quer desembolsar aí uns vinte contos?. (SB. p. 19)

Paulo Honório recusa, inicialmente, a proposta, chamando justamente o testemunho de Pereira.

-Bobagem! São Bernardo não vale o que um periquito rói. O Pereira tem razão. Seu pai esbagaçou a propriedade. (SB. p.19)

Essas passagens mostram que, direta ou indiretamente, Pereira estava envolvido nas negociações, ou seja, um e outro mantinham relações com Pereira, que sabemos é o chefe político e como demonstrei acima, ainda será chefe político no capítulo 8 e 9. E sabemos que até lá Paulo Honório mantinha negócios com Pereira. Será que em algum momento da narrativa Paulo Honório deixou de estar ligado a Pereira? O que proponho aqui é que, deliberadamente, Pereira recusa trabalhar/financiar (com) Padilha: é Pereira quem articula para que Paulo Honório compre a fazenda.

O processo de compra também me interessa aqui. Como já mostrei, quem lê o romance não se espanta com a aparição de Casimiro Lopes, e tampouco se espanta com a de Nogueira no capítulo 4, quando da compra de São Bernardo, sendo evocado por Paulo Honório, como capaz de tocar fogo na binga. O mesmo que jogava gamão com Padilha, dias antes. E se o advogado pode ter parte com o cangaço, a ameaça de Paulo Honório fica ainda mais plausível, mesmo sendo ele um advogado. (Ou talvez por ser ele um advogado?) Antes, parece que sempre que o advogado é chamado a intervir criminosamente, é chamado de Nogueira. Quando deve ser só advogado — agir criminosamente dentro da lei — é João

Nogueira. Não nos esqueçamos que um dos argumentos de Paulo Honório para convencer Padilha a vender a fazenda (além de o ameaçar com as mãos) foi o de contar sua vida no sertão. Casimiro, Paulo Honório, *João Nogueira* todos assassinos.

Quantos e quais seriam esses amigos que bebiam com Padilha não se saberá explicitamente. Porém, se pode deduzir, com muita segurança, que entre eles estão Gondim e João Nogueira, já que com Nogueira jogava gamão. Essa suposição é importante, pois através dela todo o caráter da narrativa da aquisição de São Bernardo assume uma nova dimensão. Padilha vinha sendo embriagado e roubado *dentro da estrutura política*.

Durante as negociações com Padilha para a compra de São Bernardo que, seguindo essa linha de raciocínio é um novo degrau, um degrau qualitativo na sua ascensão — a de se tornar proprietário de terras — após ser jagunço, cangaceiro etc — e passar a controlar um certo número de eleitores, outra vez podemos ver que a violência não passa ao léu: cheguei a ameaçá-lo com as mãos / mando o Nogueira tocar fogo na binga / ameaça com Mendonça / ameaça com a justiça / *relata o tipo de transações que fez no sertão*. A cada ameaça de Paulo Honório, Padilha recua no preço. Mas a ameaça mais interessante é a de invocar o nome de Nogueira, como uma pessoa capaz de destruir-lhe a fazenda.

Para quê? São Bernardo é uma pinóia. Falo como amigo. Sim senhor, como amigo. Não tenciono ver um camarada com a corda no pescoço. Esses bacharéis têm fome canina, e se eu mandar o Nogueira tocar fogo na binga, você fica de saco nas costas. Despesa muita, Padilha. Faça preço. (SB. p. 24)

Isso comprova que, se Paulo Honório não mantinha relações com Nogueira durante o seu tempo de sertão, estabeleceu e estreitou relações com o bacharel muito rapidamente depois de sua volta a Viçosa. Entre a visita do jogo de gamão e a visita da compra da fazenda, para ser mais exato. E que este, de amigo de Padilha, passou para o lado de Paulo Honório. Sem nunca ter rompido definitivamente com Padilha e permanecendo ainda por pelo menos sete anos sob o jugo de Pereira.

O que se vê nessa forma de descrever o livro é: por algum motivo Pereira começou a enfrentar dificuldades (o comunismo de Padilha, ou as atitudes comunistas dele?, ou a recusa de Padilha de industrializar a fazenda?) e Paulo Honório voltou a Viçosa. Seja por necessidade de Pereira, seja por pressão de Paulo Honório, Pereira ajudou Paulo Honório a tomar a fazenda de Padilha, ao recusar-lhe o empréstimo. Na ação de comprar a fazenda, Paulo Honório recebeu a ajuda de João Nogueira, enquanto Gondim se aliou, inicialmente a Padilha, ou teve um trabalho diversionista.

Mas por que ameaçar Padilha com o advogado, e não pedir a Casimiro Lopes que o faça? É isso que me faz crer que Nogueira realmente faz parte do esquema de Pereira: ameaçando Padilha com um homem de Pereira — no caso Nogueira — Paulo Honório mostra suas cartas, ou melhor, mostra que Pereira está com ele. E assim a recusa de empréstimo de Pereira ao pedido de Padilha, toma a conotação de forçar Padilha a cair nas garras de Paulo Honório, podendo assim confirmar a suspeita: quem está realmente por trás das negociações de São Bernardo é Pereira. Mais que uma “simples” compra de fazenda, temos a troca de comando político.

Existe mais um fato que me chama a atenção. Todos nós brasileiros temos pleno conhecimento do poder dos coronéis. E Luis Padilha era um filho de coronel. Mas filho de coronel a que ponto decaído? Pois bem, segundo a descrição de Paulo Honório faz de si mesmo, ele fora um trabalhador alugado. E fora, por essa razão, ironizado pelo Mendonça. *Mesmo após ter se tornado proprietário de São Bernardo.* Mas o fato para o qual quero chamar a atenção é que Luis Padilha, *antes* mesmo de Paulo Honório haver finalizado o negócio da compra de São Bernardo, já o tratava de **seu Paulo**. Mesmo tendo se tornado um homem rico (e mesmo assim nem tão rico, pois mal tinha dinheiro para comprar uma fazenda), será que ele mereceria esse tratamento de um fazendeiro, mesmo quebrado? E sendo ele um ex-empregado daquele fazendeiro? Será que um comerciante, ex-trabalhador alugado, ex-presidiário, poderia receber tal deferimento do filho de seu antigo patrão? De onde viria o respeito de Padilha? A única resposta que creio aceitável é que Paulo Honório era muito mais do que dizia ser: ou melhor, ele representava muito mais do que **nos** quer fazer ver.

Após essa longa descrição, digo que vejo aqui quatro momentos distintos no que concerne à estrutura política. Um anterior à compra de São Bernardo, um posterior à compra até a morte de Mendonça; da morte de Mendonça até a visita do governador, e por último um posterior a essa visita (queda de Pereira).

Antes da compra de São Bernardo por Paulo Honório teríamos uma estrutura partidária que se organizaria mais ou menos assim:

Pereira
(Costa Brito) (Silvestre) Padilha x Mendonça
 Gondim João Nogueira
(Ribeiro)
 Paulo Honório
 Casimiro Lopes

Não se pode afirmar categoricamente que seu Ribeiro já trabalhasse para Costa Brito. Isso somente pode ser insinuado, assim como se Padre Silvestre já pertencia ao grupo de Pereira, o que é muito provável, pois uma estrutura de poder sem representante religioso é difícil de se imaginar. Paulo Honório aparece aqui, num primeiro momento, como comerciante no sertão, ou, como proponho, cangaço.

Por algum motivo Paulo Honório voltou a Viçosa. Viçosa vivia um momento de crise. Mendonça e Luís Padilha se enfrentavam (e mantinham suas fazendas improdutivas) e Pereira recusa ajuda a Padilha dizendo-se em dificuldades econômicas.

Paulo Honório é o encarregado de tentar salvar a situação. Tudo leva a crer que Padilha tem claro conhecimento da dimensão do problema, e parece intuir as medidas que serão adotadas, e que Paulo Honório veio ali para lhe tomar a fazenda. É essa noção clara de Padilha da gravidade da situação que pode dar algum significado à frase acima transcrita, que só faz sentido se pensarmos assim: Padilha sabia que um enfrentamento estava a caminho, e que Paulo Honório estava ali para participar desse enfrentamento:

Tudo rico, seu Paulo. Vai ser uma desgraceira. (SB. p. 17)

Quase que como dizendo: cuidado. Em meio a essas conspirações, podemos vislumbrar três situações: a inicial de Padilha, que parece muito com a de Mendonça, ou seja, deixar tudo como está, sem grandes modificações econômicas; a segunda postura de Padilha, de mudança econômica, ou seja, algo voltado para as necessidades nacionais e não para a agro-exportação — plantar mandioca; e finalmente a terceira, que será a vencedora, a proposta de modernização da agricultura para sua exportação.

O segundo momento, após a compra de São Bernardo, Paulo Honório não traz grandes mudanças para a estrutura. Paulo Honório assume a posição de Padilha. Tudo leva

a crer que em nenhuma outra posição do organograma acima mostrado é alterado, o que confirmaria que a omissão de Pereira é algo acertado entre eles:

Entre a compra de São Bernardo e a morte de Mendonça não muda muita coisa na estrutura, em relação ao tempo de Padilha. Apenas a aparição de mais funcionários na fazenda, como mestre Caetano, que não sabemos se foi empregado por Paulo Honório ou se já trabalhava lá no tempo de Padilha. As únicas modificações reais são a presença de Casimiro Lopes — um braço armado — na fazenda, o que não parecia haver na época de Padilha (ou melhor, o braço armado, Paulo Honório, se voltou contra ele), e o novo posicionamento de Padilha, ainda ligado a Gondim pelo jornal e a João Nogueira (pois é este que será o intermediário entre Padilha e Paulo Honório), mas não se sabe em que medida, e qual a sua função dele nessa estrutura. É bom lembrar que essas operações não afetaram tanto assim as relações de Padilha com esse grupo, pois, cinco anos depois, quando da visita do governador à fazenda, Padilha lá estará e “bebendo”, como se fosse da casa e ainda amigo de Gondim e João Nogueira. E não nos esqueçamos que também se relacionará, muito ambigualmente, com Madalena, antes de Paulo Honório saber da existência dela.

O terceiro momento acontece com a morte de Mendonça. Essa morte traz mudanças muito mais profundas nessa estrutura que a compra de São Bernardo por Paulo Honório trouxe.

A compra de São Bernardo, no entanto, não foi suficiente para fazer de Paulo Honório um chefe político. A estrutura política que girava em torno de São Bernardo estava

muito pressionada por outro fazendeiro, Mendonça. Para superar esse problema Paulo Honório se aproxima de padre Silvestre, prometendo-lhe uma igreja, e elimina Mendonça.

Podemos ver que é somente após a morte de Mendonça que haverá uma modificação significativa da estrutura de poder nas mãos de Paulo Honório.

A compra da fazenda não lhe permite atingir os créditos e a influência política que necessitava para seus planos. O que vemos, em realidade, é que não é após a compra de São Bernardo por Paulo Honório que ele se torna um coronel importante. Mas sim após a morte de Mendonça. Somente após essa morte é que passa a haver uma enorme concentração de poder na fazenda: igreja, direito, imprensa, tudo parece estar, se não sediado em São Bernardo, pelo menos fortemente a ela ligados.

A visita do governador no capítulo 8 nos permite também colocar os Gamas e o Fidélis na sua área de influência, pois além de terem ido até a sua fazenda, Paulo Honório havia ocupado parte da fazenda deles. As Mendonças estavam sob proteção. O dr. Magalhães parece ser um aliado, e também está na fazenda por ocasião da visita. Porém não se pode estabelecer o grau de vinculação com o grupo ou partido. Parece manter a distância que sua posição exige e que seu poder lhe permite. O domínio sobre Padilha parece ser indireto, via Gondim e João Nogueira.

O quarto momento das negociações de São Bernardo é a derrocada de Pereira. Nos cinco anos que se sucederam à morte de Mendonça, Paulo Honório empreende grandes realizações na região. Recebe a visita do governador e é quando se descobre que Pereira havia desgraçado politicamente. Então Paulo Honório assume o comando isolado da região. Parece ser esse o famoso momento em que Paulo Honório afirma tê-lo deixado de tanga.

Mas Pereira retornará, cobrando dívidas que Paulo Honório afirma ter quitado pelo tempo da visita do governador. O que essa mudança poderia significar na História do Brasil? A que rompimento com uma espécie de sistema financeiro estaria se referindo Graciliano, que segundo minha cronologia seria em 1926? Nessa manobra consegue que Gondim lhe traga de volta Margarida em troca de aparelhos para seu jornal, *O Cruzeiro*. Consegue também que Padilha volte para a fazenda, para a execução da escola. Em seu círculo portanto está quase toda a estrutura de Pereira: Silvestre, Gondim, Padilha, João Nogueira, seu Ribeiro e mais Margarida. Ainda se sabe que Magalhães lhe é muito

próximo. Paulo Honório atingiu o mais alto ponto de sua carreira política. (organograma p. 167)

Portanto, a ascensão econômica está não só acompanhada de um crescimento de influência política, mas, o crescimento de influência política é fator determinante do crescimento econômico.

Isso mostra outra mudança significativa desse capítulo. Até aqui Paulo Honório sempre falara de melhorias econômicas: descaroçador, serraria, estrada etc. A partir de agora fala de melhorias que deveriam ser sociais, mas são em realidade, políticas: igreja e escola. Não é mais o que se produz, mas o que se controla que traz dinheiro. Schumpeter. Graciliano era um assíduo leitor de economia política. E o veremos, nos capítulos 15 e 16, conquistando Madalena via importância do Grêmio de Gondim, da biblioteca, do hospital...Madalena sempre foi política.

Pensando em termos de coronelismo, essa descrição nos leva a crer que a estrutura coronelista de Viçosa reflete a segunda estrutura descrita por Jean Blondel. Paulo Honório é, primeiramente, um coronel, entre outros coronéis, submisso a um chefe político, Pereira, pois esse quase sempre será tratado como o chefe.

Prova disso é a sua promessa a Mendonça, quando das eleições que se iam realizar em Viçosa, ao se despedir:

-Pois até logo, exclamei de chofre. A eleição domingo, hem? Entendido. Mato um (la dizer um boi). Moderei-me: todo mundo sabia que eu tinha meia dúzia de eleitores.) um carneiro. Um carneiro é bastante, não. Está direito. Até domingo. (SB. p. 31)

Mas lentamente vai subindo na hierarquia da pirâmide, até atingir o topo. E busca novas alianças na região. Decide casar-se. O quinto momento da estrutura de São Bernardo será o de Paulo Honório casado com Madalena.

Espero ter comprovado que a forma de Paulo Honório apresentar os personagens é, não um fato banal, mas uma estratégia para evitar que saibamos que eles são membros de um mesmo partido, e que *sempre* foram correligionários, o que lhe tiraria o argumento de ter sido embrutecido sem saber.

Espero ter conseguido mostrar também que temos dois caminhos: primeiro, que Paulo Honório recebeu o empréstimo de Pereira e saiu pelo sertão negociando por conta própria e depois voltou a Viçosa, e como um destes homens que sobem na vida única e exclusivamente pelo próprio esforço, e com o beneplácito do chefe político local, sem nada em troca, comprou São Bernardo, seu sonho de infância, segundo nos diz. Não nos

esqueçamos: comprar São Bernardo é mais que comprar uma fazenda, é comprar uma estrutura de poder. E ninguém compra o poder sem luta ou sem consentimento.

Ou, como tento defender, Paulo Honório entrou, pelo tempo da sentinela (ou antes, como jagunço), numa estrutura política, sendo sua vida de cigano uma atividade econômica dependente dessa estrutura. E sua volta a Viçosa e conseqüente compra de São Bernardo são fruto desta participação. Obviamente não há nenhum fato concreto no romance que seja definitivo para uma escolha entre as duas possibilidades.

Outro fato aqui importante é que os acontecimentos da malfadada sentinela só podem ser totalmente vislumbrados no capítulo 9, segundo a minha interpretação: a de que Paulo Honório é parte de uma estrutura política, o partido. Ou seja, a estratégia de dissimulação de Paulo Honório é muito difícil de ser detectada. Mas podemos afirmar que, tecnicamente, Paulo Honório entrou para o partido quando tirou o título de eleitor.

E mais: estabeleci uma importância formal extra para os capítulos 1 e 2. O de impedir que entendamos o desenrolar cronológico da trama e, principalmente, impedir que percebamos as verdadeiras relações políticas dos personagens.

Mesmo sendo redundante, devo insistir neste ponto. Usando sempre João Nogueira como exemplo, se quisermos saber de onde Paulo Honório o conhece, só existem duas respostas. A primeira absolutamente normal e lógica: ele o conheceu quando de seu retorno a Viçosa. A segunda, bem mais difícil de ser aceita e baseada em *interpretação*, proporia que ele o conheceu via Pereira e Salustiano Padilha, quando retornava a Viçosa, *para prestar contas de sua vida de cigano*. Ou seja, Paulo Honório, segundo o que quero demonstrar, conheceu João Nogueira via Pereira, pois, ambos estavam trabalhando na mesma estrutura política, no mesmo Partido, *desde sempre*.

Para a primeira resposta ficam várias perguntas intrigantes: por que Paulo Honório não nos diz como ele o conheceu? E mais, o violento Paulo Honório do episódio da sentinela/Germana/João Fagundes, que se torna o violento comerciante das armas engatilhadas e do seqüestro de Sampaio volta a Viçosa começa a se relacionar com um advogado violento como Nogueira, que pode, por **ordem sua**, tocar fogo na binga, por puro acaso? E principalmente, por que Pereira, judeu, agiota e chefe político iria se interessar por um presidiário? Como Pereira, chefe político, conheceu Paulo Honório e ainda por cima lhe ofereceu/deu um empréstimo? Essa resposta tem ainda um complicador: Padilha parece

saber muito bem quem é Nogueira, pois compreende o recado, aceitando que o Nogueira pode muito bem sim tocar fogo na binga. Mas tocar fogo na binga é uma ação criminoso, o que demandaria uma relação muito estreita, que talvez necessitasse de mais tempo de contato que o transcorrido depois da volta de Paulo Honório a Viçosa, que creio não ultrapassar 6 meses. E mais, que poderes tem esse advogado para que Padilha, que também estudou direito, e que, bem ou mal, é um coronel, nem sequer esboce uma reação? Apenas para reforçar essa idéia, Paulo Honório, ao retornar a Viçosa podia até ser remediado — tinha dinheiro para comprar uma fazenda, o que não é nada de muito extraordinário — mas estava longe de ser uma pessoa poderosa, pela fortuna que tinha: a única maneira de o vermos como uma pessoa poderosa o suficiente para ameaçar um fazendeiro — seu ex-patrão —, é vê-lo como representante de um grupo poderoso.

Ainda para ilustrar esse ponto, no capítulo 9 Paulo Honório, ao romper com Pereira, resolve quitar seus negócios com o chefe político, que parece serem dívidas. Seriam as dívidas referentes aos cem mil-réis iniciais? E se Paulo Honório tinha dívidas com Pereira até o capítulo 9, por que Pereira aceitou que ele comprasse a fazenda, quando o próprio Paulo Honório confessa que estava roubando a si mesmo, ou seja, se descapitalizando? Será que os 36 contos extorquidos ao Sampaio (Ribeiro) não seriam uma espécie de empréstimo, visto esse capital como em realidade pertencente à Pereira? E se até Mendonça se acha no direito de reclamar do ato de Paulo Honório, dizendo que ele andou mal em comprar a fazenda. E Paulo Honório, estranhamente?, só comprou a fazenda depois de assuntar a vida, saúde e idade de Mendonça.

Paulo Honório/Graciliano conseguem evitar que nos questionemos sobre como João Nogueira e Paulo Honório se conheceram, pois o advogado nos é apresentado nos capítulos 1 e 2. Porém ali ele já o conhecia de longa data, podendo omitir que ele Paulo Honório fazia parte de uma estrutura política, e que todos os seus atos foram em nome dessa estrutura, que sua vida de cigano era em realidade, uma vida ligada a uma estrutura política.

E além de não dizer de onde conhece os personagens, ou “não achar importante dizê-lo”, ou pior, “não achar conveniente dizê-lo”, também não diz quando, ele Paulo Honório, entrou para o partido. Fato este de suma importância. Por que Paulo Honório não nos diz quando ele teria entrado no partido? Será que ele não pensa ser importante narrar

que “então em tal época entrei no partido do Pereira, chefe político e fui subindo nessa estrutura”?

A estratégia narrativa de Paulo Honório, ao ocultar a forma de conhecimento de todos esses personagens, era de ocultar a sua verdadeira vida política, a de que ele sempre esteve ligado a São Bernardo, sempre foi um funcionário dessa fazenda, mesmo no sertão. Ele era um cangaceiro dependente, desses que atuam em obediência a um coronel, como o defini mais acima.

Podemos agora voltar à vida de cangaço.

Sabemos que cangaço e coronelismo andam de mãos dadas na Primeira República. E coincidentemente o cangaço acaba justamente com a ditadura Vargas. Mesmo que ainda tenha sobrevivido alguns anos, a partir de 1933-4 Lampião e outros famosos cangaceiros quase não puderam se movimentar, passando a maior parte do tempo encurralados — ou acoitados — em fazendas de coronéis que os protegiam (especialmente no Sergipe, protegidos pelo governador daquele Estado). E foram, um a um, saqueados, traídos, mortos, decapitados. E não houve quem os sucedesse. Em 1940, dez anos após a Revolução de Vargas, mas apenas três anos após o Estado Novo, o cangaço estava acabado. Com o Estado Novo uma forma secular de mandonismo parece ter sido liquidada. Novas formas de cangaço foram criadas: ladrões de carga, quadrilhas urbanas, Polícia Federal etc. Mas o que comprova seu fim, quero deixar claro, não é o fato de os cangaceiros terem sido mortos. Mas sim o fato de não terem tido sucessores. A estrutura que permitia o cangaço havia acabado.

Parece então que somente o fim do poder político dos coronéis corresponde ao colapso do cangaço: as anistias, as mudanças do sistema municipal, recomposição da polícia, campanhas de desarmamento, nada conseguiu deter o cangaço. Todas essas atitudes lembram muito as tentativas atuais de combater a criminalidade urbana do nosso querido século XXI, e todas sem resultados. Será que a questão da criminalidade urbana — e por tabela do narcotráfico — passa por uma reforma eleitoral, ou pela reforma do financiamento de campanhas eleitorais?

Como veremos, cangaço, assim como coronel, são termos que despertam sentimentos díspares: há quem os defenda veementemente e quem os acuse de todos os crimes possíveis. Mas para mim importante aqui também é uma constatação já aventada

anteriormente: em que pese se ter certeza de que toda a trama de *São Bernardo* se passa na Primeira República, a palavra cangaço, assim como o já visto para a palavra coronel, simplesmente não aparece.

E cangaço foi um fato social que despertou muito a atenção de Graciliano, como vimos na introdução. Mais uma vez um termo de fundamental importância para a sociedade nordestina (e brasileira) fica ausente de uma obra marcadamente social. Este recurso de Graciliano de “ocultar com artifícios o que deve ser evidente” reforça a minha convicção de que o olhar para a obra do mestre alagoano deve ser sempre o interpretativo, no sentido de buscar o social/histórico por trás dos artifícios, por trás do discurso dos poderosos e do discurso dos detentores dos meios de formação de opinião.

Tomando que sua narrativa seja, não uma confissão, mas uma tentativa de soerguimento, nada mais natural que Paulo Honório, narrador de inteligência prática, em tempos de revolução antioligárquica, ocultasse com artifícios, que ele, o narrador daquela história, era um coronel. E como sabemos, ele, como coronel, possuía um grupo armado (representado no livro por Casimiro Lopes e confirmado pelo grupo de cabras armados que ele mandou para combater a revolução, assim como Horácio Mattos, que mandou mais de mil homens armados para combater a Revolução de 30. Vários outros coronéis também o fizeram).

E nesse período da história brasileira, houve um grande movimento para desarmar os fazendeiros e por tabela os cangaceiros. Ou seja, nada mais natural que, vendo seu poder armado em perigo, também ocultasse não somente suas relações com o cangaço, como também suas origens de cangaceiro. Principalmente, ocultar esses fatos para aqueles a quem ia pedir apoio para a revolução em planejamento.

Há quem os considere justiceiros — seja lá o que isso queira dizer, para homens que ferravam mulheres após estuprá-las em público, por qual motivo que fosse, ou por qual justificativa que pudessem dar para tal ato — há quem os considere apenas bandidos. Por um lado, autores que procuram ver nos cangaceiros homens que se revoltam contra a opressão dos coronéis, que são pessoas injustiçadas procurando recuperar honra e liberdade. Chegam até a afirmar que esses homens lutam por igualdade social e justiça para todos. Uma espécie de Robin Hood do sertão.

Frederico Bezerra, um dos autores que mais se dedicou ao tema, tratado de forma parecida com que Cristina Matta Machado o trata, pisa firmemente a vereda de que Lampião era um justiceiro. Na contra-capla do terceiro volume de *Lampião, seu tempo seu reinado* lemos:

Todo estudo sério, com isenção de ânimo e sem interesse em causa, leva necessariamente à conclusão de ter sido Lampião, através de sua destemidez inteligente, fenômeno social e símbolo máximo da reação aguerrida em prol da libertação do regime coronelista escravocrata vigente. (*na contra capa dos três volumes*)

Cristina Matta Machado explicita que,

no momento em que os homens da Guarda Nacional alcançaram o auge da prepotência, o século XIX, como coronéis, surgiram também os sertanejos revoltados, que, não suportando as injustiças, romperam o clã do coronel e fizeram justiça pelas próprias mãos. Foi no sangue da vingança que nasceu o cangaceiro. (Machado. 1978 : p. 21)

Esses dois autores, apesar de tentarem defender Lampião e outros cangaceiros, não podem, apesar de todo seu esforço, negar que as relações entre estes homens e o coronelismo, a quem deveriam combater, eram muito estreitas. Uma biografia menos imparcial de Padre Cícero também mostra a que tipo de gente Lampião se aliou ou submeteu.

Voltaremos a esse problema logo mais, mas outro comentador, Alfredo Rodrigues, que não se detém em repetir que Lampião não passava de salteador e estuprador, mas que demonstra muita simpatia pelos assim chamados “fanáticos” — da mesma forma que Rui Facó o faz — parece mostrar que o problema está em não se distinguir claramente quem foi quem: se para ele o *cangaceiro* Lampião foi um assassino frio e calculista, o *cangaceiro* Jesuíno Brilhante parece ser um dos primeiros homens a agir como numa liga camponesa e que o *cangaceiro* sinhô Pereira seria apenas um cangaceiro de honra. Ou seja, a palavra cangaceiro abarcaria muitos tipos de ações, o que impossibilitaria uma visão correta desse fenômeno.

Com essas considerações sobre o cangaço, quero mostrar que não devemos ficar presos ao estereótipo do cangaceiro tipo Lampião. Assim como não devemos ficar presos ao estereótipo do coronel tipo Zeca Diabo etc. E que não há cangaço sem coronel. E não há comércio no sertão da Primeira República sem se olhar para esses dois fenômenos. Especialmente o comércio de gado, ao qual Paulo Honório esteve ligado.

Vimos que lendo o livro alegoricamente, a descrição dos fatos narrados vai se tornando um remoer sem fim da nossa história. E a vida de cigano não será diferente. Parto da seguinte tese. Se Paulo Honório se integrou na estrutura política e econômica dominante

da época, essa estrutura só poderia ser a do coronelismo. Examinada essa estrutura, temos que com a proclamação da República um fato extremamente importante ocorreu. O revezamento no poder de liberais e conservadores, marca registrada da Monarquia, acabou. Com o sistema eleitoral baseado no voto de cabresto e controle total dos mecanismos eleitorais pelos chefes locais, ficou impossível à oposição retomar o poder, como nos tempos da Monarquia. Os conservadores estavam no poder, e os liberais se viram no ostracismo. Se tomarmos Salustiano Padilha como um liberal, tendo como referência sua decisão de mandar seu filho estudar e talvez até a oportunidade dada a Paulo Honório, teríamos que Salustiano estava na oposição e que provavelmente se confrontava com coronéis do tipo conservador, como Mendonça, na situação. A solução encontrada pelos poderosos que perderam contato com o poder político estatal devido à nova estrutura foi o cangaço. Ou melhor, criar grupos armados para se defender da polícia que trabalhava para seus inimigos, como nos foi narrado no trecho transcrito de *A bagaceira*.

A falta de precisão de como os autores, que estudam o tema, utilizam esse termo, ou melhor, a falta de um critério para nomear os fatos, traz grandes dificuldades. Isso parece acontecer por ser o fenômeno do cangaço um fato relativamente recente — característico da Primeira República — e, tendo sido primeiramente estetizado, tanto por Glauber Rocha, como pelos cantadores de cordel.

Só foi realmente estudado através da lupa acadêmica um pouco mais tarde, após sua aparição na arte e depois de ter sido entranhado no imaginário popular como uma espécie de atividade de Robin Hood. Se não se tiver cuidado, pode-se entrar em um verdadeiro emaranhado de informações contraditórias, nem sempre livre de preconceitos sulistas, em que sertanejo, jagunço, cangaceiro, passador e outras designações, não passam de sinônimos. E sendo o cangaço parte integrante do poder político, não perder de vista os interesses daquele que escreve sobre o assunto.

Outro problema é a personalização do cangaço em alguns cangaceiros ilustres: porém, seria importante saber exatamente quantos cangaceiros agiam no Nordeste em determinado período de tempo, onde, fazendo que alianças: ou seja, seria importante se fazer um mapeamento do cangaço, como hoje em dia se tenta fazer com o narcotráfico. Aliás, a forma como se tratam ambos os fenômenos é muito semelhante.

Não encontrei até agora em nenhum texto uma diferenciação que me parecesse definitiva. Utilizarei então as definições propostas por Maria Isaura Pereira de Queiroz. Segundo a estudiosa, há duas denominações básicas (construídas em três etapas diferentes): cangaceiro dependente e cangaceiro independente, este o cangaceiro tipo Lampião. O cangaceiro dependente parece ser equivalente à denominação de jagunço (mas não no sentido que Rosa dá, pois o seu jagunço mais parece o cangaceiro): cabra armado diretamente ligado a um coronel, ligado a uma fazenda. Tem por missão defender a fazenda e seus produtos, assim como atacar inimigos e coagir o eleitorado, ou seja, uma espécie de Guarda Nacional republicana. Além de roubos localizados. Esporadicamente, e dependendo da situação, jagunços se tornavam cangaceiros, ou serviam em algum grupo de cangaceiros. Ou eram lotados em grupos de jagunços de outros coronéis. Algo como uma polícia particular. Ou como as tropas do jogo do bicho ou tráfico de drogas, máfia etc.

O cangaço independente, que parece ser o que ligamos sempre a Lampião, parece ser apenas um tipo característico, e nem tão importante assim, estruturalmente falando, de cangaço da Primeira República: seguindo Maria Isaura, esse tipo de cangaço foi uma resposta das oligarquias que ficaram na oposição e assim lançaram mão de grupos armados para se defenderem das arbitrariedades dos oligarcas que estavam e permaneciam no poder.

Através dos documentos analisados foi possível descobrir três tipos sucessivos de cangaceiros: primeiramente, o indivíduo arrolado por um fazendeiro ou criador para defender suas propriedades das ameaças ou dos assaltos perpetrados pelos índios; esta fase se prolonga até 1844 mais ou menos. Na segunda fase, o cangaceiro faz parte do bando de um fazendeiro, - de quem é amigo, parente, afilhado, compadre, - empenhado em agredir a outro fazendeiro, seu inimigo; um grande fazendeiro ou um grande chefe político local chefia o cangaço. A terceira fase, a do cangaceiro-bandido em luta com a polícia, começa com Antonio Silvino por volta de 1906, prolonga-se com Lampião a partir de 1922, terminando com a morte de Corisco, o Diabo Louro, em 1939. As três fases se interpenetram e coexistem, malgrado a nítida sucessão. E o que é mais, terminada a terceira fase em 1939, a segunda fase que com ela conviveu (pois lutas de família de Sinhô Pereira, em Pernambuco; do Bacharel Sta Cruz, na Paraíba; de Chico Pereira, também na Paraíba, se desenrolam já no tempo de Lampião), não desaparece, mas persiste ainda e dura até os nossos dias. Esta segunda fase, repetimos, é a das lutas entre bandos carregados por um chefe político local, que visa arruinar o poder de um chefe político rival.. (*HGCB*. p. 501)

Se tivesse que optar, diria desde já que Paulo Honório foi esse segundo tipo de cangaceiro: o cangaceiro ligado a uma fazenda, tentando arruinar os inimigos de seu patrão.

O que existe, portanto, são dois tipos de cangaceiros. O dependente — este abarcaria as duas primeiras definições de Maria Isaura — e o independente, sendo aí também as fronteiras bastante tênues. Grande parte dos homens que Sinhô Pereira arregimentou, no início de suas navegações (em tempos de internet, navegação como termo de cangaço é altamente elucidativo), lhe foi dada por um coronel. Conforme Lampião se

instalava em um determinado lugar, assumia o comando de homens, que estavam também ligados diretamente, ou em relação dependente, a um coronel local. Creio também que se deveria colocar em dúvida, ou pelo menos deixar bem claro, a palavra independência, pois, o que se vê, é uma grande liberdade de ação, mas por outro lado, a necessidade de uma grande cadeia de coronéis para apoiá-lo. Numa época em que as polícias estaduais nordestinas não podiam cruzar suas fronteiras para perseguir salteadores, não deixa de ter seu valor uma força — de oposição, que não podia controlar a polícia. — que o pudesse fazer.

Mas parece certo que o cangaço independente tem muito a ver com a necessidade das oligarquias de oposição se defenderem dos oligarcas que estavam no poder. E também de defender seus protegidos. Talvez daí a crença de que cangaceiros seriam justiceiros dos pobres: ao defenderem os eleitores dos oligarcas que estavam na oposição, atacavam os coronéis que estavam no governo, dando assim a falsa impressão de serem homens lutando pela liberdade contra a opressão governamental. Mas estavam em realidade apenas cumprindo um dos atos das guerras entre os poderosos. Desta segunda hipótese deriva a idéia de que eles eram, em realidade, apenas bandidos.

E mostra de que forma comércio e cangaço estavam de mãos dadas. Transcrevemos uma fala de Antonio Silvino sobre Lampião.

Lampião é prisspe, diz Antonio Silvino a Leonardo Motta, com uma ponta de inveja. “Veiu depois de mim. Os tempos são outros. A arma estão mais aperfeiçoada. Não falta quem lhe dê tudo. Caixeiro viajante não é besta pra se esquecer de levar presente de bala pra ele”. Esta fala do cangaceiro preso exprime a mudança que houve na região, e o progresso que caminha. O Sertão não é mais apenas o deserto dividido em feudos familiares diversos; o Sertão é povoado, seus caminhos são percorridos por comerciantes e caixeiros viajantes, as armas novas chegaram até ele e substituíram os velhos trabucos e as velhas espingardas. (*HGCB*. p. 499)

Lampião, segundo Maria Isaura, não era só cangaceiro, mas também intermediário de armas para seus subordinados. É acusado de explorá-los, vendendo munições com ganhos de 100%. Maria Isaura defende Lampião dessa acusação afirmando ser ele próprio Lampião “explorado pelos coiteiros e caixeiros-viajantes, que após alguns bons negócios, fugiam do Sertão e iam na maior parte das vezes para São Paulo”. Por trás da miséria nordestina parece que há sempre a instituição São Paulo.

Voltando, parece-me que existem duas formas de abordagem desse fenômeno. Por um lado autores que procuram ver nos cangaceiros homens que se revoltam contra a opressão dos coronéis, que são pessoas injustiçadas procurando recuperar honra e

liberdade. Chegam até a afirmar que esses homens lutam por igualdade social e justiça para todos.

Júlio José Chiavenato vai combater essas idéias através de muitos indícios e algumas provas. Através de uma genealogia do cangaço nos exemplifica como em diferentes épocas diferentes formas de banditismo com diferentes nomes foram usados pelos poderosos para controlar a terra e a mão-de-obra necessária para trabalhá-las. Nomes curiosos e estéticos ou arrepiantes nos são trazidos: bundões, cacheados, vira-saias, capitães-de-estrada ou assalto, capitão-de-mato, capitão-de-campo, curimba/dungas, clavinoteiro, jagunço, peito largo, bugreiro, segurança, órgãos de segurança. O autor vai se empenhar em provar que o cangaço nada mais é que uma forma entre tantas outras de banditismo utilizado pelos poderosos, de uma força repressiva paramilitar ou particular.

Esse livro é recheado de descrições das ações de Lampião. Não são necessários grandes comentários para se concluir que se Lampião buscava justiça, encontrou formas no mínimo discutíveis para levar seus ideais a cabo. Mas mais importante é a ênfase que o autor dá às relações de Lampião com a classe dominadora, a quem teoricamente, por motivos pessoais e de revolta social deveria combater. O autor afirma categoricamente que sem a conivência dos coronéis o cangaço seria impossível. O que inviabilizaria a tese de cangaço independente. Seria um cangaço dependente de uma rede de coronéis em verdade. Os coiteiros, fator fundamental na sobrevivência dos cangaceiros, só era possível se um coronel se tornasse cúmplice, chegando essa cumplicidade até os círculos políticos:

As ligações dos políticos com o cangaço são claras e derivam de sua origem: como os cangaceiros, eles também são “filhos” dos coronéis. Representam o latifúndio perante o Estado. Defendem a manutenção do cangaço como forma de controle social na caatinga e força militar nas disputas do poder. Os políticos sabem que podem e devem aliar-se aos cangaceiros e, unidos aos coronéis, controlar através do cangaço os currais eleitorais. (Chiavenato. 1990 : p. 45-6)

A acusação é grave, e a creio bastante plausível. Porém, apesar dos exemplos citados, como o da ligação de Lampião com o governador do Sergipe, penso que faltou uma descrição mais detalhada da forma como esse controle se realizava. No que se refere aos coiteiros, por exemplo, o autor afirma que, se ligados a grandes coronéis, não sofriam represálias da polícia, enquanto sertanejos eram massacrados, roubados, mortos. Falta também aí, em minha opinião, provas para tais afirmações. Outra acusação bastante grave é o fato de o autor afirmar que a polícia era conivente com os cangaceiros. Isso também é bastante plausível, pois é muito difícil de se acreditar que um bando de homens pudesse por

tanto tempo e com tamanho sucesso desafiar um Estado, sem que alguma conivência de seus mecanismos de repressão não seja detectável; algo como o narcotráfico, onde as fronteiras entre traficantes, polícia e políticos muitas vezes se perde por completo, ou só se encontram nessa fusão. E, se olharmos a violência e eficiência da atuação estatal contra os guerrilheiros urbanos das décadas de 60-70 ou rurais do mesmo período e atual, veremos que somente com conivência a existência desses grupos seria possível. E principalmente, o fim do cangaço com o fim da oligarquia, parece mostrar claramente que coronel e cangaceiro estavam muito unidos.

Mesmo a coluna Prestes, em relação ao cangaço, teve vida curta e muito mais atribulada, apesar de muito mais bem preparada e armada.

E sabe-se também que policiais vendiam seus armamentos e munição para Lampião, e depois diziam que as tinham gasto em combate ou perdido. Vários policiais enriqueceram com o cangaço, algo muito comum nos dias de hoje, com o narcotráfico.

O autor compara também, para comprovar a sua tese, a repressão às comunidades religiosas que sempre se formaram no Nordeste, mostrando a “eficiência” e brutalidade das forças repressivas nesses casos, além de contar com uma firme decisão política para tal; apesar de seus repetidos fracassos contra o cangaço.

O problema dessas afirmações é que elas vão de encontro com a explicação dada por Maria Isaura para o surgimento do cangaço, pois vimos, o cangaço seria uma reação contra a opressão da situação contra a oposição. Por que a polícia de situação seria conivente com o cangaço de oposição?

A primeira sugestão é simples e histórica: a linha divisória entre situação política e oposição só é claramente marcada pelos ingênuos. Não precisa ser teórico da política para saber que o diálogo entre ambos raramente se rompe.

Ou as explicações são contraditórias ou as explicações desse fenômeno adquirem caráter ainda mais complexo: é contraditório afirmar que o cangaço surgiu da necessidade das “oposições” de ter um braço armado que contrabalançasse o poder da situação com a utilização da polícia, dominada pela situação, para os seus casos e ao mesmo tempo afirmar que polícia e cangaço estavam mancomunados.

Creio que todo esse fenômeno é por demais complexo, ou melhor, a contradição parece ser onipresente em qualquer explicação deste fenômeno. Mas poderia se pensar que

a convivência da polícia podia advir de que se sabia que matar cangaceiro seria declarar guerra a coronéis poderosos que estavam na oposição. Assim não seria propriamente convivência, mas cautela. O que também nos levaria a uma conclusão bastante interessante: o cangaço nunca ameaçou, ou melhor, nunca foi uma ameaça ao poder instituído.

Outro aspecto importante aventado por Julio José é a riqueza dos cangaceiros, tentando desmistificar a fama de Robinhoods. Cinco quilos de ouro consigo mesmo é já bastante, dinheiro para comprar três fazendas, negócios com transporte de barcos e caminhões, fazendas, lojas, toda essa riqueza não poderia provir apenas de saques de povoados miseráveis. A verdadeira fonte de riqueza destes homens vinha das extorsões contra os próprios proprietários, ajuda, recompensa, resgate e comércio de armas. Em várias oportunidades Lampião se refere ao cangaço não como crime, não como meio de vida, mas sim como negócio.

Mas o mais importante nesse trabalho é que o apadrinhamento por parte de coronéis poderosos é fato irrefutável. Sem essa proteção o cangaço não teria atingido as dimensões que atingiu. E foi justamente quando esse apoio faltou, que o cangaço desapareceu.

O que se vê desse quadro é que bandido ou herói dos pobres e oprimidos, Lampião — ou qualquer outro cangaceiro — nunca ameaçou a estrutura política vigente, nunca colocou essa estrutura em xeque. Sua ação não teve outro efeito que o de causar problemas e, se foi herói, nunca criou conscientização para o problema que os levava ao cangaço. E se massacrou populações de vilarejos miseráveis, violentou e deformou mulheres, distribuiu moedas — pesadas demais para se carregar nas veredas do sertão — atacou pequenos coronéis, não se tem notícia de grandes feitos contra políticos importantes, ou grandes coronéis com grande parentela. Aliás, foi expulso de sua região natal após atacar a cidade de Souza — ato muito famoso — pelo coronel local e nunca mais retornou. Isso para mostrar que Lampião sabia com quem se meter.

Sabe-se também que Lampião tinha uma série de contatos tão secretos, que nem mesmo seus mais próximos colaboradores sabiam quem eram: creio que para se entender o cangaço, ou se descobre quem eram estes contatos e o que eles representavam, ou o cangaço vai ficar sempre nesta névoa de misticismo e dúvidas.

Mas o principal me parece, o cangaço independente não impediu ou não diminuiu, nem ameaçou o cangaço dependente, este sim, fundamental para o coronelismo e para a

coerção eleitoral. Como já dito, o cangaço dependente continuou executando suas funções de controle eleitoral, desde os currais até o governo estadual, de maneira ininterrupta. E como vimos, sobreviveu a esse cangaço independente. Ou seja, para ser cangaceiro, não era necessário obrigatoriamente entrar no grupo de Lampião. Os jagunços estão na ativa até hoje. Muitas vezes disfarçados em serviço de segurança, oficiais ou clandestinos.

Com esse talvez demasiado longo ensaio sobre o cangaço tentei mostrar que a ausência da palavra cangaço, e também da palavra coronel, tenha uma explicação: ambos, quando vistos do ponto de vista do empreendedor, extrapolam as definições originais. Ou seja, Paulo Honório, coronel schumpeteriano, deixa de ser coronel, ele é algo a mais que não está explicado na terminologia de coronel. O mesmo serve para esse jagunço que comercia estruturalmente ligado a uma fazenda. E ao não mencionar que Paulo Honório foi cangaceiro (ou qualquer coisas parecida com isso) e coronel, Graciliano Ramos evita que formemos uma visão estereotipada, e possamos não apenas ver peculiaridades no personagem e nas suas duas roupagens, mas também na reconstrução desses dois termos, tomando uma consciência mais ampla do significado deles. Peculiaridades que talvez passassem despercebidas se ele o tivesse nomeado abertamente no romance. Aqui estamos diante daquela discussão sobre a onisciência do escritor. E dentro de um processo que me parece exclusivo da arte. Presentificar sem nomear. Impor o processo interpretativo.

E, em última instância, Paulo Honório não se encaixa em nenhum dos modelos de cangaceiro acima listados. O que nos leva a um tipo pouco estudado e que para Graciliano seria estruturalmente mais importante.

Como não vou especular sobre qual seria esse cangaço visto por Graciliano, coloco a minha visão: o cangaço original (social, na terminologia de Graciliano) parece realmente ter tido essa função de corrigir injustiças e de proteção de abusos dos governistas, a partir do ponto de vista daqueles que estavam na oposição, bem dito. Mas com o tempo o assim chamado cangaço independente veio para combater o processo republicanizador, em realidade, esse cangaço, era sustentado por todos. E foi só quando a polícia saiu das mãos dos coronéis, que ela pode dar cabo do “problema”.

Vejo isso não apenas por Lampião ser fruto de sua aliança com homens da situação, como padre Cícero, Horácio Mattos, Floro Bartolomeu, entre centenas de outros, como também pela utilização por Washington Luis de cangaceiros para combater João Pessoa e

ocupar a Paraíba em 1930. Esse exército ambulante no Nordeste somente poderia existir se ele estivesse a serviço do Estado. Assim como o narcotráfico.

Talvez daí:

O cangaceiro hoje, infinitamente distante do coronel não conta com ele, nenhuma razão tem para confiar nele. (*Viventes das Alagoas*. “Dois cangaços”. p. 146)

E tão próximo do Estado. Literatura nos permitindo problematizar a história ou, instrumento de conhecimento teórico.

Capítulo 5: A Revolução de 30

Vou então colocar a cronologia que será defendida nessa parte do trabalho, especificando o período que vai da compra da fazenda até o fim do romance. Este capítulo terá a finalidade, pois, de estabelecer a proposta alegórica inicial e reconfirmar a cronologia proposta nos capítulos anteriores, mostrando ainda algumas teorias referentes à ideologia do romance.

E se o penúltimo capítulo teve por objetivo estabelecer que Paulo Honório é um coronel, fixando assim a cronologia do livro, acoplada a uma cronologia histórica do fenômeno coronelista, e o anterior tentou mostrar como se acumulou o capital de Paulo Honório, via cangaço e estrutura política, aqui tentarei comprovar que a revolução do final do romance é a Revolução de 30. Ou melhor, o final do romance narra o momento revolucionário 30-32.

1918 — volta a Viçosa — Narrado no capítulo 4.

1919 (janeiro ou março) — compra de São Bernardo — Narrado no capítulo 4.

1919/1920 — dois primeiros anos de proprietário, anos difíceis da administração da fazenda — Narrado no capítulo 5/6.

1921 (janeiro ou março) — morte de Mendonça — Narrado no capítulo 6.

1921 (janeiro ou março) — encontro com seu Ribeiro — Narrado no capítulo 7.

1926 (janeiro/março) — salto de cinco anos: visita do governador — Narrado no capítulo 8.

1926 - 1927 — Margarida, decisão de casar — Narrado nos capítulos 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16.

1927 — casamento — Narrado no capítulo 17.

1927 — brigas e nascimento do filho — Narrado nos capítulos 18, 20, 21, 22, 23.

1929 (janeiro ou março) — festa do segundo ano de casamento — início do ciúme — Narrado nos capítulos 24, 25.

1930 (janeiro ou março) — agravamento da crise matrimonial e morte de Madalena — Narrado nos capítulos 26, 27, 28, 29, 30, 31.

1930 — Revolução de 1930 — Narrado nos capítulos 31, 32, 33, 34.

1931 — crise — **Narrado no capítulo 35.**

1932 — escritura do livro (de março a julho) — **Narrado nos capítulos 1, 2, 19 e 36.**

A data do retorno a Viçosa é uma ilação absoluta. Exceto por alguma distração de minha parte, não há nenhum dado no romance que permita dizer quando Paulo Honório voltou para sua terra natal. O que manteria aberta a possibilidade aventada de *São Bernardo* ser uma “continuação” de *A bagaceira*.

Pela forma como narra a compra de São Bernardo, parece que se passam alguns meses — seguramente mais de dois — entre a volta e a compra: há um processo de endividamento de Padilha, e isso requereu um certo tempo. A impressão que fica, no entanto, é que o processo foi bastante rápido, o que corrobora a tese de que Paulo Honório não estaria sozinho na empreitada da compra. Acho pouco provável que entre a volta e a compra se passe perto de um ano.

Por outro lado não há indícios de que entre a volta e a compra de São Bernardo tenham se passado anos. Há um forte indício de que entre a volta a Viçosa e o início do endividamento transcorram dois meses. A proposta de 1918 é apenas algo que me parece de bom senso. Mais adiante, no entanto, apresentarei uma proposta, bastante discutível, no entanto, de que a data de 1918, 1919 é, literariamente, bastante aceitável. Mas, como disse anteriormente, creio que Graciliano deixou essa data tão em aberto não só para que várias possibilidades de interpretação sejam possíveis, mas também para que vários elementos possam fazer parte da análise.

Sabemos que a fazenda foi comprada num dia de inverno, com muita chuva. Sabemos também que o “inverno” nordestino é o equivalente ao verão oficial: chama-se inverno por ser o verão chuvoso e talvez “mais frio” que o tempo de estiagem, o inverno oficial. Se Paulo Honório comprou a fazenda no inverno nordestino, só poderia tê-la comprado, segundo minha ótica, em janeiro ou março de 1919.

Gostaria aqui de explicar a insistência de minha parte em datar todos os acontecimentos como sendo de janeiro ou março. Existem três motivos para isso. Primeiramente o *meu desejo de estruturar arquitetonicamente* o livro, já que toda obra de arte, incluindo aí o romance, é uma estruturação estética.

Em segundo lugar, na Primeira República, por serem as eleições presidenciais realizadas em março, as grandes decisões nacionais se davam entre janeiro e março. Sendo o livro, segundo minha visão, uma alegoria histórica, seus principais acontecimentos também ocorreriam nesse período. Como vimos no capítulo anterior (e veremos neste capítulo), grandes mudanças na vida de Paulo Honório costumavam se dar em épocas eleitorais.

O terceiro motivo para essa insistência é que os principais fatos do romance são claramente datados como sendo de janeiro ou março: o casamento, o início do trabalho de Madalena, a morte de Madalena, o reinício da escrita do livro. E, antecipando, temos que a essas datações (explícitas) existe um aspecto formal bastante interessante. Tanto no casamento (capítulo 17), quanto na morte de Madalena (capítulo 31), quanto quando da escrita do livro (capítulo 36) e também pelos tempos da visita do governador (tempo de eleição) (capítulos 8-9), tem-se a presença dos paus d'arcos. Eles se associam a esses momentos. Voltarei a esse aspecto formal várias vezes ao longo dessa argumentação, mas os paus d'arcos estarão associados à mudança de ano e marcações do tipo “um dia” darão apenas saltos de alguns meses, sem mudança de ano.

Apoiado, pois, nos motivos acima listados, tomo que a compra de São Bernardo se dá, muito provavelmente, em janeiro ou março de 1919.

Sabemos que a morte de Mendonça se deu dois anos após a compra de São Bernardo, já que o capítulo 6 começa com:

Naquele segundo ano houve dificuldades medonhas. (SB. p. 29)

Acredito que essas dificuldades, narradas nos primeiros parágrafos do capítulo 6 sejam as dificuldades de 1920. Então Paulo Honório, num certo dia, em princípios de 1921, vê vultos em sua fazenda; no dia seguinte visita Mendonça e fica-se sabendo que haverá eleição domingo. Ficamos sabendo também que estamos num inverno. O fato de a eleição ocorrer num “domingo de inverno” naquele segundo ano “cheio de dificuldades” me dá fortes indícios para supor que Mendonça morre dois anos após a compra de São Bernardo.

Aparentemente em janeiro-março de 1921 temos um processo eleitoral, que pode ser o da eleição de J.J. Seabra, que culminou com intervenção na Bahia, iniciando os conflitos internos que resultaram em anos de estado de sítio. Nesse processo morrem Mendonça e o cabra de Mendonça; aparece Costa Brito e com isso Paulo Honório conhece seu Ribeiro e, ainda, Paulo Honório se aproxima do padre Silvestre, ao prometer-lhe uma

igreja. Proponho que todos esses fatos sejam lidos como processo. (no capítulo 26, p. 143, Paulo Honório deixa bem claro que quem matou Mendonça foi Casimiro Lopes)

Não só devemos olhar o narrado como processo, mas também temos de nos lembrar de que isso é uma estrutura política: Pereira como sistema financeiro, Paulo Honório como coronel empreendedor, o poder religioso (padre Silvestre), poder da imprensa (Costa Brito), outras aristocracias (Margarida, Ribeiro, Padilha), o poder judiciário (o juiz de direito Magalhães e João Nogueira, advogado), além do setor jornalístico-cultural (com Gondim e Padilha, no Grêmio Recreativo). Basta uma consulta em Althusser para ver o que isso significa.

Remeto também à obra de Leticia Malard que faz uma apresentação parecida a essa, porém se referindo a *Caetés*. Se Graciliano fez uma tal estruturação em *Caetés* por que não poderia tê-la feito também em *São Bernardo*?

Com essa pequena introdução, quero apenas esboçar o quão complexa era a estrutura que Paulo Honório montou ou assumiu, estrutura essa que foi se formando ao longo das primeiras décadas da República: as formas de relacionamento direto da monarquia foram se transformando em formas indiretas via instituições e leis republicanas. Bem diferente da forma de comandar, tanto de Dagoberto (de *A bagaceira*), quanto de Salustiano, como de Mendonça, como do Major Ribeiro. Esse período está contido entre os capítulos 6, 7 e primeiros parágrafos do capítulo 8.

Estou consciente de que essa datação é um tanto quanto arbitrária, e que nada pode sustentar categoricamente essa descrição cronológica. Mas como o próprio Graciliano não firmou essa cronologia de maneira mais clara, estou aqui tentando apenas uma armação, mesmo que coerente, arquitetônica. Quero dizer com isso que não poderei provar que esses fatos (os de Mendonça, eleições etc.) ocorreram em janeiro/março em nenhum ponto desta dissertação. Poderia dizer que o processo eleitoral que culmina com a vitória de Paulo Honório ocorreu em dezembro — o que é historicamente sustentável. Mas que a datação dos anos não escapará muito a esta. Além do dito no capítulo anterior, reconfirmarei a proposta defendida nos próximos parágrafos de que o encontro de Paulo Honório com seu Ribeiro se deu entre 18 de setembro de 1920 e 18 de setembro de 1921, mais precisamente, entre janeiro e março de 1921, o que estaria de acordo com as articulações políticas daquela época.

O capítulo 8 narra três momentos distintos. As consequências de sua vitória eleitoral de um lado e a visita do governador do outro. Entre o fim da limpeza — morte de Mendonça durante a eleição — e a visita do governador, existe um salto de cinco anos. Lemos no capítulo 8:

Aqui existe um salto de cinco anos, e em cinco anos o mundo dá um monte de voltas. (SB. p. 39)

Como disse acima, o capítulo 8 narra o fim do processo eleitoral do qual resultou a morte de Mendonça e chega, cinco anos depois, à visita do governador. Nesta visita fica-se sabendo algumas coisas importantes: que o açude estava pronto há três anos, mas que, a prometida igreja, ainda estava nos alicerces.

Tive por esse tempo a visita do governador do Estado. Fazia três anos que o açude estava concluído (...) (SB. p. 43).

O governador pede para ver a escola e Paulo Honório diz que ela não existe. Mas ao perceber que a escola poderia lhe render lucros nos explica:

Mais tarde, enquanto dos alicerces da igreja olhávamos a paisagem, chamei de parte o advogado: (SB. p. 44).

Aqui teremos uma das formas de narrar de Graciliano/Paulo Honório que mais confundem os leitores de *São Bernardo*. Tudo parece uma longa narrativa, mas, mais uma vez, o que temos é apenas um curto período de tempo. O capítulo 9, um dos mais longos do romance, narra, em realidade, apenas o dia seguinte à visita do governador. E nele sabemos de Madalena, de Margarida, da volta de Padilha a São Bernardo, da escola, dos resultados da eleição, da queda do Pereira, do erro do padre Silvestre, e das desavenças com Pereira via Costa Brito, e da forma intriguenta de Ribeiro. Mais uma vez peço que todas essas informações sejam lidas como um momento de processo: e mais uma vez o motor do processo que acumula acontecimentos é uma eleição, da qual, pelo visto, mais uma vez, Paulo Honório e seu grupo saem vencedores. E mais uma vez que seja desde já olhada como uma descrição de uma estrutura política. Com o salto de cinco anos, Paulo Honório parece afirmar que importantes mudanças só ocorrem em momentos eleitorais, como o dito acima.

Porém outra informação nos é dada:

Estremeci! Casimiro Lopes, de binga na mão acendia um cigarro. O luar estava muito branco. Um pedaço de mata aparecia, longe, e distinguiam-se as flores amarelas dos paus d'arcos. (SB. p. 55)

Como disse acima, os paus d'arcos simbolizam, uma marca de princípio de ano. Se se tomar a frase “existe um salto de 5 anos” (que antecede a visita do governador) como sendo **existe um salto de *exatos* 5 anos**, e tendo que todos os fatos aí narrados são parte de

um processo, teremos que o governador visitou a fazenda na mesma época do ano em que aconteceram os fatos relacionados à morte de Mendonça, cinco anos mais tarde.

Uma crítica que poderia ser feita aqui. Mendonça poderia ter morrido, por exemplo, em agosto de 1921. Sendo assim, nada impediria que o governador tivesse visitado a fazenda em agosto de 1926 (mês mais, mês menos), cinco anos após aqueles acontecimentos. E realmente, nada no romance, salvo equívoco, permite dizer que essa outra proposta cronológica estaria equivocada. Especialmente porque os paus d'arcos florescem o ano todo. Quando digo que os paus d'arcos marcam o início do ano, não quero dizer com isso que é início de ano porque eles estão floridos — o que seria um erro botânico (a não ser que Graciliano chame de paus d'arcos o ipê-amarelo, o que daí sim, teríamos o florescimento obrigatório entre janeiro e março) —, mas porque Graciliano associou, por algum motivo, os paus d'arcos a algumas datas claramente como janeiro ou março. Apenas para lembrar, no romance *A bagaceira* os paus d'arcos também parecem estabelecer uma relação com o princípio do ano, e molduram a narrativa, pelo menos em sua primeira parte. No entanto, devemos sempre ter em mente que as eleições, na Primeira República, se davam sempre no princípio dos anos eleitorais. Isso não nos obriga a tomar os paus d'arcos como referência absoluta, mas para a forma como estou tratando a obra, acho melhor levar esse fato em conta. Nada nos *obriga* a pensar assim. Mas nada nos *impede* de pensar assim.

Para sustentar minha posição, no entanto, além daquele desejo arquitetônico, tenho outros dois argumentos. Para mim, como tentarei provar, é cem por cento certo que essa visita se dará em 1926. Como aconteceu um processo eleitoral próximo — ou talvez concomitante — à visita do governador, acredito que esse processo seja a eleição (que aconteceu em realidade) presidencial de 1926, elegendo Washington Luís. O outro argumento, tão frágil quanto este, diz que entre a visita do governador e o casamento, existe o capítulo 10, que narra uma conversa entre Paulo Honório e Margarida e mais os capítulos 11, 12, 13, 14, 15, 16 que narram, por assim dizer, a procura da mãe do herdeiro, e que tem início com a famosa frase do capítulo 11:

Amanheci um dia pensando em casar. (SB. p. 59).

Seriam capítulos em demasiada, com várias marcações cronológicas que denotam grande espaço de tempo, para que o casamento tenha se realizado pouco depois da visita do

governador. Além do mais, a igreja, como disse, quando da visita do governador, estava ainda em seus alicerces. E Paulo Honório se casa na igreja, o que nos obriga a pensar num grande espaço de tempo para que a igreja fosse concluída. E, para completar a argumentação, e sempre interpretando as marcações temporais deixadas por Graciliano como pistas a serem seguidas, a ausência de novos paus d'arcos nos referidos capítulos, para mim, indica que não houve virada de ano ao longo desses capítulos. Como Paulo Honório se casará em fins de janeiro e no casamento os paus d'arcos também estarão floridos, associo os paus d'arcos a um princípio de ano. Como leio o salto de cinco anos como exatos cinco anos, concluo que a morte de Mendonça etc se dá também no começo do ano e que, entre a visita do governador e o casamento transcorre um ano.

Um dos aspectos mais difundidos da estética é que a obra de arte estabelece uma linguagem própria: o que estou tentando fazer aqui é ver essas marcas próprias do romance em estudo como linguagem própria e tentando segui-las.

Desta forma, todos os fatos importantes estariam acomodados arquitetonicamente: compra da fazenda — inverno nordestino; morte do Mendonça/encontro com seu Ribeiro — cinco anos exatos antes da visita do governador; visita do governador — Margarida — escola - desejo de casar; casamento; início do ciúme; morte de Madalena; escrita do livro, todos eles associados aos paus d'arcos no princípio do ano ou inverno nordestino. O desejo arquitetônico, inferência de dados do livro e paralelo com a história me levam a essa concepção.

Antes de continuar, gostaria de dar uma explicação. Na introdução deste trabalho insinuei que Paulo Honório não seria assim tão manda-chuva da região. Digo isto, pois, o casamento com Madalena, em que pese se ter inúmeros dados que nos levam a pensar que Paulo Honório o fez por livre e espontânea vontade, também pode ser lido como algo imposto a Paulo Honório. Se conseguir mostrar que esse casamento se deu mais ou menos *contra* a vontade de Paulo Honório teremos mais um indício de que os argumentos pela mudança de Paulo Honório são equivocados.

Da mesma forma como temos vários indícios de que Paulo Honório quis se casar *por amor*, também temos vários indícios, em minha opinião mais contundentes, de que ele foi forçado a casar. Nogueira o ameaça com uma velha analfabeta na escola da cidade, no instante em que Paulo Honório, sem motivo aparente, tenta remover Madalena de Viçosa.

Por que Paulo Honório tenta afastar Madalena de Viçosa, se, como ele mesmo diz, começou a querer bem à loirinha logo que a viu em casa de Marcela?

O argumento de Nogueira, como se pode ver, mostra que já havia um processo escolar em curso *sem* o consentimento de Paulo Honório (*SB*. p. 84), e fora dos limites da fazenda e até mesmo de Viçosa, e que a escola na fazenda só foi decidida com muita pressão. No diálogo sobre a escola no capítulo 9 vê-se que todos os participantes do partido estavam envolvidos com a questão escolar. E que a ida e permanência de Madalena em Viçosa tinha o beneplácito e o apoio direto de todos os membros do partido. A escola foi imposta por todos de seu partido e só aceita por estar Paulo Honório assustado com os credores (*SB*. pp. 44-45) e, por Paulo Honório também afirmar que gente letrada na lavoura arruinaria a colheita (*SB*. p. 44), mostra sua oposição inicial à idéia. Ele só a aceita por achar que poderá se livrar de dívidas, ou melhor, se recapitalizar. E insinua assim que os desastres em São Bernardo pelo tempo de Padilha se devem a ele ser letrado.

Paulo Honório também afirma que se casou tendo apenas informações superficiais (*SB*. p. 95 e “a senhora, pelo que mostra e pelas informações que peguei, é sisuda, econômica, sabe onde tem as vendas e pode dar uma boa mãe de família”. *SB*. p. 89) — contraditório com o amor à primeira vista que ele tenta nos convencer, ainda insinua que Madalena havia sido namorada de João Nogueira (*SB*. p. 134) —, e vemos que foi Gondim quem o empurrou para o casamento ao ser inconveniente, forçando assim o pedido (*SB*. p. 90) (como Gondim ficou sabendo do pedido, senão por Madalena?). O processo escolar estava em curso e Madalena fazia parte *ativa* deste processo tanto que se dava (pois distribuía panfletos em Viçosa) — e continuou se dando — com todos do partido e não era uma inocente sendo enganada pelo casamento e nem uma isolada na cidade: ao se casar ela pode participar diretamente da gestão da fazenda. Ela saiu de professora a co-gestora de tudo que Paulo Honório possuía. E mais, pode modificar a estrutura administrativa da fazenda.

E não nos esqueçamos que Madalena foi criada — e aparentemente a defende — por d. Glória, uma figura que é descrita como representante típica da pequena burocracia, e que essa camada social foi uma das maiores opositoras ao sistema coronelista e em grande parte a base popular que sustentou a Revolução de 30.

Ainda sobre isso, no capítulo 23 temos uma frase de Paulo Honório, dita a si mesmo, que é bem sintomática:

Que diferença! Senti desejo de levantar-me e exclamar: [*se sentiu desejo e era o mandão, por que não levantou e exclamou?*]

—Vejam isto. Estão dormindo? Acordem. As casas, a igreja, a estrada, o açude, as pastagens, tudo é novo. O algodão tem quase uma légua de comprimento e meia de largura. E a mata é uma riqueza! Cada pé amarelo! Cada cedro! Olhem o descaroçador, a serraria. Pensam que isso nasceu sem mais nem menos? (SB. p. 122)

Nesse mesmo trecho também lemos:

(...) E mestre Caetano, gemendo no catre, recebia todas as semanas um dinheirão de Madalena. Sim senhor, uma panqueca. Visitas, remédios de farmácia, galinhas.

—Não há nada como ser entrevado.

Necessitava é claro, mas se eu fosse sustentar os necessitados, arrasava-me.

Além de tudo vestido de seda para Rosa, sapatos e lençóis para Margarida. Sem me consultar. Já viram descaramento assim? Um abuso, um roubo, positivamente um roubo. (SB. pp.121-2)

E no início do mesmo capítulo lemos

—Falta alguma coisa lá no rancho?

—Falta nada! Tem tudo, a sinhá manda tudo. Um despotismo de luxo: lençóis, sapatos, tanta roupa! Para que isso? Sapato no meu pé não vai. E não me cubro. Só preciso uma esteira. Uma esteira e o fogo. (SB. p. 118)

Fica claro aqui que o problema não é apenas dinheiro, já que o vestido tinha um rasgão — talvez aquele que Madalena rasgou logo na primeira semana de casada, ao visitar o algodão — o que coloca todos esses fatos muito próximos dos fatos do casamento, reforçando a idéia de gravidez antes do casamento de Madalena. “Não é pelo prejuízo, é pelo desarranjo que traz a esse povinho um vestido de seda.” (SB. p. 119). O problema é ideológico.

Mesmo para a mãe Margarida ele regateia sapato e lençol. O que acaba com o argumento de seu desejo de ver nela a mãe e principalmente de a ter trazido por agradecimento: Margarida — e o sinhá o revela cabalmente — é uma escrava na fazenda. Dar esse “despotismo de luxo” era em realidade dar consciência aos trabalhadores de seus direitos de *assalariados*, e nada a ver com socialismo.

E vemos finalmente a grande diferença: Madalena estava não apenas dando coisas, mas inflacionando o mercado, pois:

Está visto que Madalena não tinha nada com o descaroçador e a serraria, mas naquele momento não refleti nisso: misturei tudo e minha cólera aumentou. Uma cólera despropositada. Esqueci os presentes que, há alguns anos, a Rosa me comeu (pó-de-arroz, voltas de contas) e as despesas que fiz com Margarida, até automóvel ao sertão, até clichês para o jornal do Gondim. O que me pareceu foi que Madalena estava gastando à-toa. (SB. pp. 119-120)

O que irrita Paulo Honório são duas coisas: que ele já não é o único a mandar e a prestar favores: mesmo que indiretamente, Madalena, João Nogueira, Gondim, todos se intrometem em seus assuntos e ele *nada* pode fazer contra isso. E também o fato de ter que gastar em coisas não “produtivas”: educação, roupas, clichês etc. Paulo Honório não sabe

bem diferenciar o gastar para ter crédito e o gastar para produzir. Ou melhor, gasta para ter crédito e depois reclama muito. Gasta para ter voto, mas o voto está cada vez mais caro. E reclama muito. Para criar tudo o que ele criou ele teve de dividir obrigações: o coronel divide obrigações e perde seu poder absoluto. E passa a ter que pagar salário: pagar salário o irrita.

Aparentemente Paulo Honório se casou por amor, ou por querer bem à loirinha à primeira vista, apesar de se queixar, como vimos, que se casou com ela apenas com algumas informações superficiais, o que também é contraditório com o “nos tornamos íntimos”, dos capítulos 15-16, anterior ao casamento. As contradições de Paulo Honório são tantas, que não há como saber o que ele realmente pensa, sem um olhar geral sobre a obra. O que também abala a sua sinceridade.

Se tomarmos Madalena como uma força política, ela seria o da Aliança Libertadora em ascensão. Apesar de Paulo Honório não relacionar diretamente, ou no momento correto, a situação que o levou ao altar aos problemas políticos, podemos reconstituir esse momento. Paulo Honório, como sempre, tenta nos fazer crer que *decidiu* se casar por livre e espontânea vontade.

Mas bem olhado o momento em que ele “decidiu” se casar, vemos que não é bem assim que a banda toca. Não nego que com seu poder atingindo um ápice ele tenha querido um herdeiro. Esse motivo é plausível e indiscutível e natural. Se Paulo Honório fosse um indivíduo. Mas como agente histórico não é assim, já que um herdeiro é também um sucessor histórico. Mas mesmo que se pense assim, por que ficar assim tão enroscado com a mãe do herdeiro? A busca da mãe, num primeiro momento, extrapola em muito a busca de uma mãe para o rebento. A decisão de casar está diretamente relacionada com a visita do governador e os fatos que envolveram esse visita.

A visita do governador coincide ou é a causa da cisão com Pereira. Essa cisão vai acarretar a perda do apoio de Costa Brito. Paulo Honório se reforça com Margarida, presenteia Gondim com as vinhetas — substituindo de certa forma Costa Brito — funda a escola trazendo Padilha de volta para a fazenda. E busca novas alianças na região. Decide casar-se.

Tentei fantasiar uma criatura alta, sadia, com trinta anos, cabelos pretos - mas parei aí. Sou incapaz de imaginação, e as cosas boas que mencionei vinham destacadas, nunca se juntando para formar um ser completo. Lembrei-me de senhoras minhas conhecidas: d. Emília Mendonça, uma Gama, a irmã do Azevedo Gondim, d. Marcela, filha do dr. Magalhães, juiz de direito.(SB. p. 59).

Sempre pensando em coronelismo, os casamentos quase nunca se dão por amor, mas sim por interesse, pela necessidade de alianças. Um comentário sobre o herdeiro: um herdeiro traz segurança, pois assassinar o pai não resolve em absoluto os problemas que por ventura existissem: o filho continuará a obra do pai. Um homem sozinho é um alvo mais sensível, pois primeiro não será justificado, depois seus bens se espalharão. Paulo Honório procura aliança, herdeiro (sucessor) e segurança na forma de casamento. As pretendentes seriam: D. Emília Mendonça, uma Gama, a irmã de Azevedo Gondim, e d. Marcela, filha do dr. Magalhães, juiz de direito. Seria um típico casamento de estabelecimento de parentela.

A sua escolha recai em dona Marcela. D. Emília Mendonça lhe traria como vantagem as terras de Bom-Sucesso (esse nome parece mostrar a posição de Graciliano quanto ao tipo de regime que ele defendia), o que lhe aumentaria o poder territorial, e o fim de querelas fronteiriças, mas nenhuma nova vantagem política qualitativa; a Gama lhe traria influência nessas terras, e talvez contatos em Recife; a irmã do Gondim, que ele nem sabe como se chama, lhe estreitaria os laços com a imprensa (não se deve esquecer que ao mesmo tempo em que se afasta de Pereira, e talvez por isso mesmo, perde o apoio de Costa Brito e de seu periódico *Gazeta*); dona Marcela lhe daria o único engenho que ele não se atreveu a invadir, além de forte influência na justiça. Mas que ganhos materiais, Paulo Honório procura, através do casamento, um aumento *qualitativo*, e não quantitativo, na influência política. E é assim pensando que se decide ir a casa de Magalhães: o caso do Pereira e os atributos de d. Marcela, a filha da justiça que tem olhos enormes.

A questão do Pereira estava dormindo no cartório, esperando que o juiz de direito desse uma penada nos autos. João Nogueira disse-me isso uma tarde. Eu então, ligando o caso do Pereira aos predicados de d. Marcela, descí no dia seguinte à cidade, resolvido a visitar o dr. Magalhães. (SB. p. 64)

Parece não haver muita diferença entre namorar a filha do juiz e tratar dos assuntos do Pereira. E a escolha de Marcela parece ser fruto das dificuldades jurídicas que vinha enfrentando. O desejo de casar não está em absoluto separado dos seus assuntos políticos. E creio que ele casaria com Marcela se, primeiro, Marcela o quisesse, pois sabemos que ele não foi convidado para o aniversário da filha do juiz e Madalena sim e, dois, se não tivesse visto que Madalena era mais interessante politicamente que Marcela.

Essas considerações de casamento são entrecortadas por dois episódios. O primeiro ao surpreender Padilha fazendo discurso socialista na fazenda. Um pesadelo que o acompanhará por todo o romance e do caso do Costa Brito. Paulo Honório, ao se afastar de

Pereira assume o controle da estrutura, mas também adquire um inimigo poderoso. *E que sabe muito bem quem ele é*. E Pereira, via Costa Brito, o chantageia. Ou seja, credores, pressão do governador, o socialismo de Padilha, Pereira e Costa Brito obrigam Paulo Honório a procurar um novo aliado. E sem contar pressões legais que o obrigam a ir pessoalmente à casa do juiz. O caso do Costa Brito parece ser o mais grave:

Que diria ele contra mim na folha? Não sendo funcionário público, as minhas relações com o partido limitavam-se a aliciar eleitores, entregar-lhes a chapa oficial e contribuir para a música e foguetes nas recepções o governador. O veneno da *Gazeta* não me atingia. Salvo se ela bulisse com os meus negócios particulares. Nesse caso só me restava pegar um pau e quebrar as costelas do Brito. (SB. p. 63)

A frase final do capítulo 11 mostra outra vez a maestria de Graciliano de entremear fatos aparentemente diversos, num conjunto indissolúvel.

Recalquei as idéias violentas e esforcei-me por trazer de novo ao espírito as tintas es. ss de d. Marcela. Vieram. Mas afastavam-se de quando em quando - e nos intervalos apareciam Marciano, a Rosa com os meninos, Luís Padilha e Costa Brito. (SB. p. 63)

Paulo Honório fica sabendo da existência de Madalena no capítulo nove, mas já sabe da necessidade dela no capítulo 8, com o governador, e no capítulo 12, ao vê-la na casa do juiz, pode realmente não ter sabido quem era a menina loira, mas certamente o *intuiu*. E sabia, logo naquele momento, que ela já estava *dentro* de sua vida, pois, a sabia profundamente ligada ao seu partido. E num projeto de grandes dimensões: a educação, pois já sabia ser ela professora, intelectual. E não nos esqueçamos do socialismo de Padilha na fazenda, o que o faria gostar mais ainda daquela loirinha *em casa* do juiz. Sabendo que ela está muito bem relacionada com todos do *seu partido*, que é amiga de Marcela, sabe que ela, além de poder manter toda sua velha estrutura — e de substituir Marcela num certo sentido —, seria uma aliada que lhe traria uma melhora *qualitativa*: ela era a proposta de melhoria de condições no trato da questão social e mais, casando-se com ela, poderia imaginar que a colocaria sob controle: ela era um capital, ou seja, ele controlaria, via Madalena, o projeto educacional. Não nos esqueçamos, educação igual a controle eleitoral.

Paulo Honório, após ser chamado de assassino por Costa Brito resolve ir pessoalmente acertar o caso com o jornalista, que morrerá junto com Madalena. Apesar de, após as bengaladas, não ter tido nenhum problema realmente sério, enfrentou uma resistência legal ao seu ato, mesmo que simbólica, dura: é repreendido pelo secretário do interior e ainda teve alguns gastos e o escândalo nos jornais. Seu poder absoluto já tinha que enfrentar burocracia e opinião pública, especialmente na capital.

Ao voltar do caso Costa Brito uma *coincidência* o colocou no mesmo vagão que d. Glória. E com isso, ao chegar a Viçosa, é apresentado a Madalena, que diz que ele tem uma bela fazenda. Ou seja, Madalena já sabia quem era Paulo Honório. Mais uma vez Costa Brito e Madalena. As tentativas de mandar Madalena embora de Viçosa é muito estranha, mas denota que ele sabia muito bem com quem estava lidando.

No capítulo 16, a conversa em que Paulo Honório pede Madalena em casamento é um negócio. A linguagem mercantil por parte de Paulo Honório, durante o pedido de casamento, é coerente e totalmente previsível. Mas porque Madalena aceita esse casamento? Paulo Honório tenta trazê-la para a fazenda primeiro como professora. Ela recusa, quer mais. Então ele lhe oferece a aliança, o casamento. Paulo Honório rechaça todos os argumentos da recusa dela, que não se conhecem, que é pobre, que são diferentes, que não sente amor. Em nenhum momento se reconhece por parte de Madalena uma simpatia, uma admiração ou qualquer coisa do gênero. E mais surpreendentemente, assume, ela Madalena, a linguagem mercantil de Paulo Honório, ao afirmar que o negócio proposto por ele (casamento) é muito vantajoso. Reconhece não sentir amor e se decide porque “sempre desejou morar no campo”. Isso é um golpe do baú às claras.

Como Paulo Honório mesmo diz, não acreditaria se ela dissesse que se casava com ele por amor, e que não gostava das pessoas que tomam uma decisão como essa (casar) através da cegueira do amor. Pois bem, ou ele está cego, ou também não ama Madalena. Resumindo, se não ama, se Madalena não lhe traz benefícios pecuniários, se se casando com Madalena não afastará Padilha da fazenda, se não necessitava de bibelô na casa (só pelo fato de ser bonita), então por que quer casar com ela? Por que o dono do baú aceita o golpe? Madalena, com suas atitudes monetárias na fazenda, tem as iniciativas de ministro da fazenda, Madalena substitui Pereira. Ela tenta resolver a questão social que ele só conseguia resolver com bofetadas ou bengaladas ou demitindo ou deixando morrer. Madalena vai pacificar a fazenda e a vizinhança. Ela deixa de ser pessoa e passa a representar formas mais republicanas do agir político.

Mas a pressão sofrida por Paulo Honório naquele tempo de casamento vai ser claramente exposta pelo fazendeiro no capítulo 26:

Antes dela (*Madalena*), a única pessoa que, na tábua da venta, me tachou de assassino foi Costa Brito, pela seção livre da Gazeta. Justamente quando acaba de dar-lhe o troco, tinha-me encangado a Madalena. Canga infeliz! Não era melhor ter quebrado uma perna? Mais vale uma boa amigação que certo casamento. (SB. p. 140)

Ou seja, os problemas com Costa Brito, a pressão que o assolava por ter se separado de Pereira, os problemas dentro da fazenda, o jogaram para Madalena. Creio que aqui fica clara minha argumentação. Paulo Honório ao lamentar a morte da esposa lamenta a perda da estrutura política que, com suas ações, mesmo que um tanto caras e que lhe tiravam o poder absoluto, pacificou e manteve sua fazenda (o Brasil?) em funcionamento (a famosa euforia do governo Washington Luis).

Arriscaria que a ignorância de Paulo Honório sobre sua situação, apontada em minha opinião por Graciliano nessas cenas, é de ele não perceber que progresso material e tecnológico (que ele empreendeu para manter seu poder) traz mudanças estruturais. Por isso, só quando já é tarde demais é que ele reconhece que Mendonça estava certo:

-Maré vazante. Agora ganham os preguiçosos. Quem devia estar vivo era o velho Mendonça, que deixava a propriedade coberta de capoeira e o engenho de fogo morto. Trabalhar para formiga! É cruzar os braços. E cruzei os braços. (SB. p. 179)

Parece que há aqui uma lição: se se quer dominar sem sobressaltos, não racionalize a produção, ache uma fórmula para não haver progresso.

Voltando. Um dos grandes problemas dessa cronologia — e aqueles que tentarem refazê-la sentirão o mesmo problema — é que ela só pode ser realizada do fim do romance para seu início: para se saber quando Paulo Honório se encontrou com seu Ribeiro não adianta ler o romance cronologicamente, ou seja, do capítulo 3 para o capítulo 7. Assim não se chegará a conclusão alguma. É necessário retroagir, interpretando do capítulo 17 para o capítulo 7. E foi para evitar começar pelo fim, voltar ao princípio e retornar ao fim que fiz a cronologia desta forma, deixando muitas brechas para dúvidas e descrença, assim como o visto no capítulo anterior. Mas creio que, com boa vontade do leitor, a partir de agora essas dúvidas poderão ser sanadas, pois quanto mais o romance se aproxima do fim, mais a datação se torna mais precisa.

Dito isto, finalmente chegamos ao primeiro porto seguro dessa cronologia. No capítulo 17 temos que Paulo Honório se casa com Madalena em fins de janeiro.

Casou-nos o padre Silvestre, na capela de S. Bernardo, diante do altar de S. Pedro. Estávamos em fim de janeiro. Os paus d'arcos... (SB. p. 94)

Assim, recordando, em 1921 morre Mendonça etc, em 1926 — salto de cinco anos — há a visita do governador, da visita do governador até o capítulo 17 temos a idéia de casar e, em janeiro de 1927 acontece o casamento. Chegamos a isso da seguinte forma: casamento, menos um ano (visita do governador); menos cinco anos (salto de cinco anos),

encontro com o Ribeiro; menos dois anos (dois anos difíceis). Invertendo: 1919 mais 2, 1921; mais 5, 1926; mais 1, 1927. Através desse parágrafo pode-se ver o quanto é difícil, problemática e interpretativa essa parte da cronologia.

O processo de casamento dura três capítulos. Paulo Honório pede Madalena em casamento. Madalena hesita (cap.15). E nessa conversa ficamos sabendo da idade de ambos.

Diferenças? E então? Se não houvesse diferenças, nós seríamos uma pessoa só. Deve haver muitas. Com licença, vou acender o cachimbo. A senhora aprendeu várias embrulhadas na escola, eu aprendi outras quebrando a cabeça por este mundo. Tenho quarenta e cinco anos. A senhora tem uns vinte. (SB. p. 89)

Madalena diz ter 27. Uma semana depois novo encontro.

Uma semana depois, à tardinha, eu que ali estava aboletado desde o meio-dia, tomava café e conversava, bastante satisfeito... (SB. p. 90)

E dessa vez Madalena aceita o pedido e o casamento é marcado para dali a uma semana (cap.16).

—Parece que nos entendemos. Sempre desejei viver no campo, acordar cedo, cuidar de um jardim. Há lá um jardim, não? Mas porque não espera mais um pouco? Para ser franca, não sinto amor.

—Ora essa! Se a senhora dissesse que sentia isso, eu não acreditava. E não gosto de gente que se apaixona e toma resolução como esta. Vamos marcar o dia.

—Não há pressa. Talvez daqui um ano... Eu preciso preparar-me.

—Um ano? Negócio com prazo de ano não presta. Que é que falta? Um vestido branco faz-se em vinte e quatro horas. (SB. p. 93)

Madalena aceita com um lacônico “está bem” e então Paulo Honório comunica à tia de Madalena a decisão do casamento¹²:

— D. Glória, comunico-lhe que eu e sua sobrinha dentro de uma semana estaremos embirados. (SB. p. 94)

Ou seja, entre o pedido e o casamento transcorrem apenas 14 dias. Nos é informado, como já dito, que os dois se casam em fins de janeiro (cap.17). Os capítulos 15, 16 e 17 narram, portanto, todo o processo de casamento, que leva quatorze dias. (não se pode esquecer da enigmática conversa em casa do juiz Magalhães sobre a ida ao cinema há 15 dias ou duas semanas). Acredito, que um leitor menos atento a esses dados pensasse que entre o pedido e o casamento houvesse transcorrido muito mais tempo. E como se casou em fins de janeiro, todo o processo de casamento transcorre, em realidade, no mês de janeiro de 1927, quando Paulo Honório contava 45 anos. Isso é importante, pois, se não fosse para que atentássemos a essas datações, por que Graciliano as colocaria no texto *tão claramente*? Mais uma vez pergunto se Graciliano nos daria tantas informações tantas vezes repetidas superfluamente.

¹² As amigas Lisi Pimentel e Manuela Araújo, em conversa de corredor, me chamaram a atenção para o fato de que a primeira frase proferida por Madalena não só para Paulo Honório, como no romance, é: o senhor tem uma bela propriedade.

Pouco depois, narra a primeira desavença do casal por causa do salário de seu Ribeiro. (cap 18).

Joguei o guardanapo sobre os pratos, antes da sobremesa, e levantei-me. Um bate-boca oito dias depois do casamento! Mau sinal. Mas atirei a responsabilidade para d. Glória, que só tinha dito uma palavra. (SB. p. 101)

Fica claro que essa briga ocorreu ainda em janeiro. Pulamos o capítulo 19 e temos que o capítulo 20 é a continuação imediata do capítulo 18:

Lembram-se de que deixei a mesa aborrecido com d. Glória. Pois, passados minutos, Madalena me trouxe uma xícara de café e deu a entender que estava arrependida de haver provocado o incidente. (SB. p. 104)

Assim os capítulos 15, 16, 17, 18 e 20 narram o espaço de aproximadamente três semanas: do pedido ao casamento e até o oitavo dia de casamento. (aqui sim, entre o “sim” de Madalena e a primeira briga, quinze dias — uma semana mais oito dias —, portanto talvez uma segunda-feira). Graciliano faz esse espaço de tempo parecer enorme, e como já disse anteriormente e veremos com frequência, essa é uma de suas principais estratégias para distrair o leitor. Desta forma, todo o processo aqui narrado — pedido de casamento, aceitação de Madalena, casamento e briga — transcorre apenas no mês de janeiro de 1927. Lembro ainda que Paulo Honório concede a Madalena o direito de trabalhar. E ela começa a fazê-lo um mês após a briga, mais ou menos.

Vêm que estávamos brandos como duas bananas. E assim passamos um mês. Por insistência dela, dei-lhe ocupação. (SB. p. 106)

Podemos, assim, dizer que Madalena começa a trabalhar em março de 1927. Isso será muito importante para a minha proposta de análise.

Essa última informação deve ser levada em conta, pois, seguindo as informações de quase todos os críticos deste romance — e usando a terminologia empregada por Lafetá — Paulo Honório é um reificador, um homem com cabeça capitalista. Isto quer dizer, nesta análise, que há, em realidade, dois casamentos: um realizado pelo Padre Silvestre — o casamento religioso — e outro um casamento de trabalho, ou civil, ou político — quando Madalena começa a trabalhar. Esta hipótese explicaria porque Paulo Honório afirmará, ao sair da lagoa — depois da noite na igreja com Madalena, na manhã da morte de Madalena —, que fazia três anos de casamento.

Três anos de casado. Fazia exatamente um ano que tinha começado o diabo do ciúme. (SB. p.164)

O “exatamente um ano que tinha começado o diabo do ciúme” levanta a suspeita de que Madalena morreu no dia do aniversário de casamento (ou melhor, do dia do casamento para o dia seguinte. A conversa na igreja começou no dia do casamento e ela aparece morta na manhã do dia seguinte), já que o ciúme começou no dia do aniversário de dois anos de

casamento. Aceita essa possibilidade, creio que seria um ótimo argumento para se duvidar dos sentimentos de Paulo Honório por Madalena expostos nos capítulos 19 e 36. A mulher se matar no dia casamento não é agravante para a tristeza de Paulo Honório, pelo menos no seu relato. E ele não parece reparar nesse detalhe, pois em momento algum do livro alude diretamente a esse agravante. E mais, é mais um argumento contra as teorias de que é com a aparição de Madalena que se iniciam as mudanças em Paulo Honório. A violência de Paulo Honório pelo período em que a esposa morre nada tem com idéia de um homem se modificando e se humanizando ou, principalmente, sendo mais intimista.

Desta forma, além de explicar a frase do “exatamente um ano”, também explica porque ele diz dever três anos de salário a Madalena, quando d. Glória resolve abandonar a fazenda.

Declarei que devia a Madalena o ordenado de três anos. D. Glória acreditou, ou fingiu acreditar. (SB. P.171)

Se deve — ou diz dever — três anos de ordenado estamos em março. Ou seja, o que proponho — e isso será de suma importância para esta análise — é que a morte de Madalena também tem duas datas: janeiro e março. Rompimento civil e rompimento profissional. E mais, Paulo Honório simplesmente nunca pagou Madalena.

Durante o processo de casamento, ficamos sabendo que Paulo Honório está com 45 anos e Madalena 27 (SB. p. 89). Sabemos que Madalena morrerá três anos depois, assim em janeiro ou março do ano em que Madalena morre Paulo Honório estará com 48 anos.

Vou especificar melhor esses momentos, sempre tendo em vista a cronologia acima estabelecida. Assim:

Em janeiro de 1927 há o pedido, o casamento e as brigas com Madalena
(capítulos 15, 16, 17, 18, 20)

Em março Madalena começa a trabalhar (capítulo 20)

No São Pedro Paulo Honório completa 46 anos

Não é ainda aqui o momento de esmiuçar a cronologia. Sabemos que Paulo Honório ficou casado três anos. Seguindo esta afirmação temos:

Em 1928, em janeiro, aniversário de um ano de casamento. s/ narração

No São Pedro Paulo Honório completa 47 anos. s/ narração

Em 1929, em janeiro, dois anos de casamento. Início do ciúme (cap. 24)

No São Pedro, Paulo Honório completa 48 anos. s/ narração

Em 1930, em janeiro ou março, morre Madalena (cap. 31)

No São Pedro Paulo Honório completa 49 anos. s/ narração

Em outubro estoura a revolução (cap. 33-34)

Tenho de explicar muitas coisas agora. A principal delas do porquê de afirmar que a revolução estourou em outubro do ano em que Madalena morre.

O capítulo 35 começa com a frase “entrei *nesse* ano com o pé esquerdo” (SB. p. 178). Essa frase, associada ao fato de que sabemos que Paulo Honório escreve quando já faz dois anos da morte de Madalena, nos faz pensar que esse é o ano intermediário entre a morte e a escrita do livro. O *nesse* nos remete ao ano anterior ao que se escreve, pois, se fosse o mesmo ano do capítulo 36, Paulo Honório escreveria *neste*. Então “nesse ano” não é o ano em que Paulo Honório escreve o livro. Como este *entrei nesse ano com o pé esquerdo* também — creio, por uma questão de lógica — não pode se referir ao ano da morte de Madalena, já que o capítulo 35 não parece se referir a fatos anteriores à morte de Madalena e seria incongruente que primeiro morra Madalena e depois, capítulos passados a essa morte, Paulo Honório diga que entrou *naquele* mesmo ano da morte com o pé esquerdo, concluo que o capítulo 35, com sua frase introdutória, só pode se referir ao ano posterior à morte de Madalena — narrada no capítulo 31 — e anterior à escrita do livro, narrada no capítulo 36. E todos os capítulos entre o capítulo 31 — morte de Madalena — e 35 — ano intermediário —, estariam, portanto se referindo ao ano da morte de Madalena. E a Revolução eclode neste período.

Preciso aqui também chamar a atenção mais uma vez para um aspecto formal já aventado. Sendo essa lógica cronológica acima descrita aceitável, tem-se que o “um dia” da página 137 do capítulo 26, assim como o “um dia” que lemos no capítulo 33 (p. 173), tem a função de estabelecer um salto de meses na narrativa, além de dar ao que veio anteriormente narrado, o caráter de painel geral, ou causas, dos acontecimentos que virão a

seguir e que estão, por assim dizer, datados. Vemos que esses *um dia, uma tarde, uma manhã* se repetem. E sempre simbolizando um salto de dias, semanas ou meses. Ou até horas. Para exemplificar, Paulo Honório afirma nestes parágrafos do capítulo 26, ter ficado quatro meses sem pagar o ordenado do Padilha. E essa afirmação está entre o dia do aniversário de casamento e o “um dia”. E só muitos capítulos após esse “um dia” Madalena morrerá, um ano após o ciúme e três anos após o casamento.

Afirmo que são datações de saltos de meses e não de mudança de ano, pois tomo que aquilo que nos indica que um novo ano entrou na narração são os *paus d’arcos*, como tenho afirmado reiteradamente.

Antes de continuar, gostaria de tecer um pequeno comentário. No romance não há nenhuma comemoração de aniversário dos protagonistas. Em que pese se saber que Madalena está de barriga — o momento tão essencial como o do parto é totalmente esquecido —, no primeiro ano de casado, e que entre a gravidez e o nascimento está o aniversário de Paulo Honório, não houve nenhuma comemoração, pois nada nos é dito.

Podemos agora ampliar nossa cronologia:

Em fins de janeiro de 1927 Paulo Honório se casa com Madalena (capítulos 15, 16, 17, 18,20).

Em março Madalena começa a trabalhar

No São Pedro (29 de junho) Paulo Honório completa 46 anos

Em 1928, em janeiro, aniversário de um ano de casamento.

No São Pedro Paulo Honório completa 47 anos

Em 1929, em janeiro, dois anos de casamento.

No São Pedro, Paulo Honório completa 48 anos

Em 1930, em janeiro ou março, morre Madalena

No São Pedro Paulo Honório completa 49 anos

Em outubro estoura a revolução

Em 1931, Paulo Honório tenta salvar a fazenda, indo aos bancos (capítulo 35)

No São Pedro Paulo Honório completa 50 anos

Em 1932, Paulo Honório escreve o romance (capítulo 36)

No São Pedro completa 51 anos

Temos em duas passagens — no capítulo 20 e 36 — a afirmação de que faz dois anos que Madalena morreu (*SB*. pp.104 e 179). Assim a escrita do livro se dá dois anos após a morte de Madalena. Outra passagem, mais contundente, em que Paulo Honório fala da toalha de mesa — no capítulo 19 — em que afirma que a toalha que vê na mesa é mesma toalha de há 2 ou 5 anos.

A toalha reaparece, mas não sei se é esta a toalha sobre que tenho as mãos cruzadas ou a que estava aqui há cinco anos. (*SB*. p.103)

o “cinco anos” se refere ao casamento, e linhas à frente

Será a mesma (*coruja*) que piava há dois anos? (*SB*. p. 103)

remetendo ao dia da morte de Madalena; o que coloca esse momento da narrativa como sendo um momento de data muito próxima — senão idêntica — à do casamento e da morte, o que corrobora a idéia de que Madalena morreu no dia do casamento. No entanto, e infelizmente, as coisas não são muito simples.

No capítulo 36 Paulo Honório nos diz que está descascando fatos há quatro meses:

Faz dois anos que Madalena morreu, dois anos difíceis. E quando os amigos deixaram de vir discutir política, isto se tornou insuportável.

Foi aí que me surgiu a idéia esquisita de, com o auxílio de pessoas mais entendidas que eu, compor esta história. A idéia gorou, o que já declarei. Há cerca de quatro meses, porém, enquanto escrevia a certo sujeito de Minas, recusando um negócio confuso de porcos e gado zebu, ouvi um grito de *coruja* e sobressaltei-me.

Era necessário mandar no dia seguinte Marciano ao forro.

De repente voltou-me a idéia de construir o livro. Assinei a carta ao homem dos porcos e, depois de vacilar um instante, porque nem sabia como começar a tarefa, redigi um capítulo. (*SB*. p. 179-180)

o que faz supor, por se estar no último capítulo, que Paulo Honório escreveu o livro *em* quatro meses. Isto significaria que, por fazer dois anos que Madalena morreu, estaríamos em janeiro ou março de 1932 (sempre segundo minha cronologia), e que a escrita teria começado em setembro/outubro — se nos referirmos à morte de Madalena como sendo em janeiro — ou novembro/dezembro, se supusermos que a morte se deu em março. (sempre teremos em mente as duas datas de casamento e as duas datas de morte.)

Isto estaria perfeito se não houvesse uma informação conflitante, com minha hipótese, no capítulo 19. Neste capítulo, que pelo clima narrado e pelo tom da narrativa

parece ser muito próximo ao capítulo 36, mas principalmente pela afirmação de que faz dois anos que Madalena morreu, Paulo Honório afirma estar em julho.

Há um grande silêncio. Estamos em julho. O nordeste não sopra e os sapos dormem. Quanto às corujas, Marciano subiu ao forro da igreja e acabou com elas a pau. E foram tapados os buracos dos grilos. (SB. p. 104)

Mas não é só o clima e o tom que são semelhantes. A certa altura do capítulo 19, como vimos acima, Paulo Honório diz não saber se a toalha que está sob sua mão (no momento em que escreve o livro) é a atual ou a que ele usara *cinco anos antes*, ou seja, do casamento. E imediatamente depois pergunta se a coruja que piava era a mesma coruja que piava *há dois anos*. A toalha branca poderia simbolizar um aceno de paz, pelo geral da descritiva. Há ainda a afirmação do capítulo 20 em que Paulo Honório diz ter mudado muito nos últimos *dois anos*, os dois anos após a morte de Madalena. O que definitivamente nos colocaria dois anos após a morte de Madalena.

Por esses motivos coloco o capítulo 19 como muito próximo, senão absolutamente “contemporâneo” ao 36. Não próximo ao dos fatos narrados, mas de sua escrita por Paulo Honório. (É muito importante ter em vista que o livro narra um período de 50 anos — a vida de Paulo Honório — num espaço de tempo de quatro meses). O que argumento aqui, é que o capítulo 36 e 19 foram escritos no **começo** desses quatro meses e também ao **final** desses quatro meses e sempre juntos: os dois foram pensados e escritos juntos, apenas separados no texto. Um ficou como uma premonição dos fatos e outro ficou como uma conclusão dos fatos.

Mas, mais importante agora que dizer que ambos os capítulos foram escritos ao mesmo tempo, é perguntar como poderia ele estar escrevendo em março, dois anos após a morte, e ao mesmo tempo estar escrevendo há quatro meses, e estar em julho? Isso é incompatível com a cronologia.

Para facilitar o entendimento do que está em jogo aqui, creio que é mais fácil explicitar desde já essa cronologia alegoricamente. Parto do princípio de que Paulo Honório represente o poder hegemônico da Primeira República, ou seja, o coronelismo. Em 1927, as crises de governabilidade ocorridas no governo Arthur Bernardes obrigaram Washington Luís a aceitar Getúlio Vargas no poder. E com ele um populismo — que desaguará anos depois no trabalhismo — que para a oligarquia era a mesma coisa que o comunismo. O acordo foi firmado em janeiro de 1927 e Getúlio entrou para o governo em março do mesmo ano. Os dois casamentos de Paulo Honório com Madalena.

Em janeiro de 1929 Getúlio decide candidatar-se a presidente: início do ciúme. Em janeiro de 30 Getúlio se retira do governo — primeira morte de Madalena — e em março, com a eleição de Julio Prestes, está enterrada qualquer possibilidade de acordo entre coronelismo e as forças dissidentes (que desemboca, década depois, no trabalhismo) — segunda morte de Madalena: assim, se Paulo Honório é coronel, Madalena não é o socialismo, mas sim a Aliança Libertadora, (interessante que várias explicações de ela ser loira advieram de ela ser representante de uma idéia européia, o socialismo. Se ela representa o discurso populista de cunho social da Aliança Libertadora, e por tabela o fascismo, o loiro de Madalena assume uma conotação horrendamente racista.). Em março, Julio Prestes se elege e em outubro eclode a Revolução de 30. As três tentativas de escrever o livro, que duraram um mês, são as três tentativas de se deter a revolução em curso — na história real —, que durou um mês. O governo oligárquico cai. O ano de 1931 (cap. 35) é um compasso de espera.

Em março de 1932 começam as conspirações para uma contra-revolução. Em julho, estoura a Revolução Constitucionalista. Assim estabeleço:

Março de 1926

Eleições Federais.

Vitória de Washington Luis.

Visita do governador

janeiro de 1927

casamento de PH. Acordo com Getúlio

março de 1927

Getúlio entra no governo.

Madalena começa a trabalhar

outubro de 1927

Nasce o filho de Paulo Honório

novembro de 1927

Getúlio Vargas eleito Governador do RS

janeiro de 1929

início do ciúme

a 21 de janeiro

**GV se candidata a presidente da
República**

janeiro de 1930	Getúlio sai do governo
	primeira morte de Madalena
1 de março de 1930	Getúlio perde a eleição
	segunda morte de Madalena
	Rompimento da política café-com-leite
	com a Aliança Liberal
de março a	conspiração
outubro:	marchas e contramarchas de formigão
de 3 de outubro a	Revolução de 30
3 de novembro	Três tentativas falhadas em um mês de
	escrever um livro
	Três tentativas de impedir a Revolução.
começo de 1932	Articulação constitucionalista
	Carta ao homem dos porcos em Minas
	(Arthur Bernardes)
julho de 32	Estoura a revolução constitucionalista
	Paulo Honório termina o livro

O paralelo é muito grande para ser apenas coincidência. O primeiro espanto aqui é a relação entre livro e contra-revolução. Essa é uma de minhas teses. Paulo Honório reifica a literatura e a transforma em arma (contra)revolucionária: da oligarquia. A de que Madalena não é o socialismo, mas algo bem menos interessante, o trabalhismo ou se se quiser, o populismo que dará ensejo a outras formas de dominação a partir de 30. Tentarei demonstrar como essa possibilidade não só é muito plausível, como muito mais verossímil que a tese do socialismo. E transforma o romance em algo muito mais complexo.

Mas alguns problemas permanecem, como alguns dos fatos concernentes à distribuição dos capítulos acima proposta.

Foi durante a festa do segundo ano do casamento de Paulo Honório e Madalena (**capítulos 24/25**) que o herói começou a sentir ciúmes. A partir desse instante, a vida dos dois passou a ser um inferno. Essa situação, segundo os dados que o livro nos traz, repetidas vezes, dura um ano. A situação se agrava radicalmente ao ser chamado de assassino por Madalena (**capítulo 26**) e, em vez de resolver a questão com ela, culpa Padilha e o demite, dando-lhe um prazo de um mês para abandonar a fazenda. Sabemos que Madalena chamou Paulo Honório de assassino pela manhã e Paulo Honório demitiu Padilha pela tarde.

Depois da violência da manhã, sentia-me cheio de otimismo, e a brutalidade que há em mim virava-se para o mestre-escola.

Sem vergonha! Era demiti-lo. À tarde fui tratar disso. (SB. p. 145)

O **capítulo 26** narra inicialmente um tempo não rastreável. Mas já estamos no terceiro e último ano de casamento de Paulo Honório, portanto, ano sob o signo do ciúme. Até que chegamos a um “um dia” (SB. p. 137), que narra a visita do dr. Magalhães. O dia seguinte a esse “um dia” — que é a visita do juiz — acontece a briga com Madalena em que esta chama Paulo Honório de assassino. E na tarde desse dia seguinte à visita do Dr. Magalhães, Padilha é demitido.

A demissão se dá da seguinte maneira.

Levantou-se:

-Dê-me ao menos alguns dias para arrumar os troços e cavar um osso. Eu não posso sair assim com uma mão atrás, outra diante.

Ergui-me também:

-Tem um mês para retirar-se. (SB. p. 145)

Assim os **capítulos 26 e 27** narram o espaço de 24 horas. Da visita do Dr. Magalhães à demissão de Padilha na tarde seguinte àquela visita, passando pela desavença com Madalena. Madalena morre no final do capítulo 31. E é só no capítulo 33 — seis capítulos após a demissão — que parece expirar o prazo dado por Paulo Honório:

O prazo de um mês que eu tinha marcado para ele retirar-se voara. Padilha entrou, ficou. Deixá-lo. Sempre era uma companhia. (SB. P. 173)

Pode-se supor que o prazo que Padilha recebera já se havia esgotado há algum tempo. Poder-se-ia supor também que o prazo já se esgotara há muitos meses e Paulo Honório, na sua “suposta angústia”, esquecerá completamente dessa demissão. Mas com por cento certo é que o prazo não escoara *antes* da morte de Madalena. A fantástica forma de narrar de Graciliano faz passar despercebido esse fato: entre a ofensa e a morte não transcorre um mês. E os capítulos 26, 27, 28, 29 e 30 são, em realidade, a narração do último mês (talvez muito menos que um mês) de vida de Madalena. Talvez mesmo dos

últimos dias. E mais: se é Padilha quem vai falar da demissão e de sua saída da fazenda, *seguramente* que o prazo de um mês *ainda* não havia expirado, pois, se se pode supor que Paulo Honório, pela referida angústia, houvesse esquecido desse prazo e demissão, muito provavelmente Padilha não tinha certeza dessa angústia, e se apresentou na data estipulada, espontaneamente. Isso nos daria que os capítulos 26 (em parte), 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 (em parte) são a narrativa de cerca de um mês. Ou melhor, do “um dia” do capítulo 26 até o “um dia” do capítulo 33 temos mais ou menos um mês.

Seguindo a estratégia de Anselmo Pessoa Neto, gostaria de fazer algumas insinuações: se Paulo Honório escreve o romance em quatro meses, entre março e julho de 1932, por que será que o nascimento do filho, filho de sua amada Madalena, só recebe uma linha? Por que o enterro de Madalena só recebe uma linha? Enquanto as crises de ciúme recebem capítulos e mais capítulos? Por que não há uma só cena de ternura entre os dois na narrativa? Não podemos nos esquecer que forma de escrever (o jeito agreste de Paulo Honório se expressar) não se confunde com expressar sentimentos, ou narrar fatos de entendimento de amantes ou familiares.

Levando em conta essa proposta, temos que a partir da visita do dr. Magalhães, a briga em que Madalena chama Paulo Honório de assassino (**cap.26**) e que ele descarrega sua raiva em Padilha, demitindo-o (**cap.27**) é que Paulo Honório começa a querer matá-la ou destruí-la (**cap.28**), que os ciúmes recaiam também sobre Padre Silvestre e os trabalhadores (**cap.29**), que comece a sentir-se ameaçado e a dar tiros pela janela (**cap.30**), que encontre a carta no jardim, que tenha tido a conversa com Madalena na igreja e que Madalena se suicide (**cap.31**).

Visto dessa forma, os problemas iniciados um ano antes, com o ciúme, se transformaram em crise aberta apenas *poucos dias antes da morte* de Madalena e este agravamento aconteceu porque Madalena o chamou de assassino. Já sabemos das consequências para Costa Brito quando este também chamou Paulo Honório de assassino. E não podemos nos esquecer que Costa Brito também morre por esse tempo, como nos é informado no capítulo 1. Poderia ser uma referência à morte de João Pessoa?

Da mesma forma como houve uma limpa no processo eleitoral que culminou na morte de Mendonça, parece haver uma limpa de todos aqueles que o chamavam de assassino. Sempre me pergunto, por que o menino que foi fechar a igreja ficou olhando

espantado e com medo para Paulo Honório e Madalena na igreja, se, como diz Mourão, Madalena estava espiritualizada naquele momento. As janelas batiam e o fósforo se apagava na mão de Paulo Honório, queimando-o. A porta (Madalena?) gemia.

Poderia aqui fazer uma suposição de que o dr. Magalhães visitou Paulo Honório no dia do aniversário do *terceiro ano* de casado (tendo como paralelo a outra visita por ocasião do segundo aniversário de casamento). Assim no dia seguinte ao aniversário de casamento há a briga, a demissão e o prazo. Um mês após esses fatos Padilha vem pedir demissão. Entre esses fatos teríamos a morte de Madalena, e as despedidas de seu Ribeiro e d. Glória. E com isso poderíamos supor que Madalena já estava, por assim dizer, morta, ao chamá-lo de assassino. O que remeteria a um assassinato e não a um suicídio. Mais importante que a ilação do assassinato, é que, com essa descrição, os capítulos 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 narram o período de aproximadamente um mês, que suponho seja de janeiro (aniversário de casamento — saída de Vargas do governo) a Primeiro de março (vitória de Júlio Prestes). De qualquer forma, qualquer outra leitura não expandiria muito esse período.

Seja como for, o que fica evidente é que há poucos blocos narrativos no romance. Os capítulos 11, 12, 13, 14 e 15 narram os dois meses anteriores ao pedido de casamento. Temos assim doze capítulos (11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22 e 23) narrando o processo de casamento até o nascimento do filho. Mas como o nascimento do filho é um adendo a essa narrativa, temos que esses doze capítulos, basicamente, narram um espaço de 3 a 4 meses da vida de Paulo Honório. E o que se lê nesses capítulos é somente brigas e violências. Dois capítulos (24-25) narrando o aniversário de dois anos de casamento e o que se lê são ciúmes e violência, e mais oito capítulos (26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33) narrando o último mês de vida de Madalena até a demissão de Padilha e lemos apenas cenas de violência, ciúmes e morte. Associando essa análise ao que já foi dito acima, da volta a Viçosa até a morte de Madalena somente 6 episódios são narrados com atenção por Paulo Honório: 1) o processo de compra de São Bernardo (alguns meses), 2) o processo eleitoral que culminou com a morte de Mendonça (uma semana?), 3) o processo eleitoral que coincidiu com a visita do governador (dois dias), 4) o processo de casamento (3 ou 4 meses), 5) o início do ciúme (somente dois capítulos e dois dias) e 6) o agravamento da crise matrimonial e morte de Madalena (um mês). Creio que se somados, não teríamos aí muito mais que 6 meses de narrativa. Todo o resto é, como disse Lafetá, baseado em

Norman Friedman, sumários narrativos. Após esses 6 episódios só teremos mais três passagens: a Revolução dos capítulos 33 e 34, o sumário narrativo do capítulo 35, que narra o ano de 1931, e o momento da escrita, que dura 4 meses, dos capítulos 19 e 36. E outra conta surpreendente, 12 capítulos narram episódios decisivos da vida de Paulo Honório que são concomitantes com um processo eleitoral, outros doze capítulos narram a formação de uma aliança (política ou matrimonial) de fundamental importância: ou seja, dois terços dos capítulos são motivados por acontecimentos políticos.

Para Paulo Honório, tudo que restou da convivência com Madalena foi isto: brigas e o motivo das brigas sempre o mesmo: dinheiro e o controle da estrutura de poder em São Bernardo e, principalmente, a mudança de atitude no trato com os empregados, concentrados em três datas. Casamento, aniversário de casamento e morte.

Não há uma só cena de afeto, não há cena maternal ou paternal. Não há o aniversário do desejado herdeiro. Como se chama o herdeiro? Será que essa é a vida de amor que ele tenta nos fazer crer no final do livro? E apenas três momentos são citados. E são três momentos que, não só podem ser alegorizados historicamente, mas que também mostram apenas o lado público da relação de ambos.

Poder-se-ia argumentar em favor de Paulo Honório que ele não sabia amar, que seu jeito bruto o impedia de demonstrar seu amor e, principalmente, ter gestos de ternura com a esposa. Porém nada impediria que ele explicasse melhor isso, ao invés de reduzir três anos de casamento apenas a pouco mais de três meses em que só há brigas. Melhor, em que ele tenta justificar suas brutalidades:

Depois da violência da manhã, sentia-me cheio de otimismo, e a brutalidade que há em mim virava-se para o mestre-escola.

Sem vergonha! Era demiti-lo. À tarde fui tratar disso. (SB. p. 145)

A frase, escrita entre março e junho de 1932, é de um cinismo sem tamanho. E se se quiser ler frases cínicas de Paulo Honório em relação à Madalena o capítulo 27 é pródigo:

Madalena era honesta, claro. Não mostrara o papel para não dar o braço a torcer (*Paulo Honório torceu o braço dela porque ela não deu o papel*), por dignidade, claríssimo. Ciúme idiota.

Mais bem comportada que ela só num convento. Circunspecta, sem nó pelas costas. E caridosa de quebra, até com os bichinhos do mato. (SB. p. 144) [*convido a comparar essa frase às proferidas no capítulo 25 sobre as normalistas*]

Também se pode argumentar que Paulo Honório amava Madalena já que sentia ciúmes dela. Mas é meio contrastante com o fato de Paulo Honório insinuar que talvez ela tenha namorado João Nogueira e não sentir ciúmes nem dele e nem dela por isso.

Mas o ciúme pode ser motivado por problemas políticos também. Não entrarei muito detalhadamente nos aspectos psicológicos da obra, mas esta sugestão tem a intenção de frisar que todas as atitudes de Paulo Honório podem ser invertidas e vistas a partir de uma ótica política. Em Freud lemos:

Não há muito a dizer, do ponto de vista analítico, sobre o ciúme normal. É fácil perceber que essencialmente se compõe de pesar e sofrimento causado pelo pensamento de perder o objeto amado, e da ferida; ademais também de sentimentos de inimizade contra o rival bem sucedido e de maior ou menor quantidade de autocritica que procura responsabilizar por sua perda o próprio ego do sujeito. (Freud. 1976 : p.271)

Atenho-me aqui à segunda parte da explicação: sentimentos de inimizade contra o rival bem sucedido. Sempre alegorizando, se Madalena é a Aliança Liberal em ação, Paulo Honório sente ciúmes de sua propriedade (o poder político) que ela está tomando dele: é por isso que ele começa a, repetidas vezes, se achar feio, a se comparar com os outros correligionários etc. Ele está tendo sentimentos de inimizade contra o rival Getúlio, que começa a derrubá-lo de seu poder. Paulo Honório, antes da morte de Madalena só amava coisas e seu maior bem, a propriedade. Há uma fantástica descrição de ciúme por parte de Graciliano, mas o ciúme está reificado: o ciúme é por uma coisa e não pela mulher de quem ele devia sentir ciúmes, mas a mulher é o agente dos ciúmes como se ela fosse o rival e não o objeto amado.

Apenas para corroborar que o ciúme de Paulo Honório não é necessariamente o de um homem por uma mulher chamo em meu auxílio a opinião de Letícia Malard. Em que pese serem suas teses diametralmente opostas às minhas, o que ela escreve sobre o assunto pode me dar algum respaldo:

Sobrepondo-se aos que o servem, diminuí-lhes o valor, espreitando-os no receio de virem a formar uma barreira a sua sede de domínio. Madalena e Padilha são o perigo comunista, disfarçado em objetos de ciúme doentio. A suposta aliança ideológico-amorosa é não só uma ameaça ao lar, mas *principalmente à propriedade*. (Malard. 1972 : p. 19)

O problema do ciúme pode ser visto não como pessoal, mas como sentimento político. E principalmente, uma relação “amorosa” pode ser vista como uma aliança política. O “dar-se” com todos pode ser também o “entender-se politicamente” com todos. Um dos modos mais usuais dos homens de atacar uma mulher, seja por qual motivo for, é colocar em dúvida seu comportamento sexual. Ou seja, se a mulher é independente, em vez de se atacar sua independência ou de tentar reagir em relação a isso, coloca-se em dúvida seu comportamento moral.

E temos ainda a proposta de Mourão:

o que fere Paulo Honório são ciúmes e ao mesmo tempo não é; não é simples sentimento de frustração amorosa, mas uma complexidade emocional que procede da suposição de estar sendo traído ao mesmo tempo por Madalena mulher e Madalena inimiga do seu patrimônio, negação de sua verdade. (Misturei tudo ao materialismo e ao comunismo de Madalena — e comecei a sentir ciúmes). (Mourão. 1960 : p. 78-79)

Tenho agora que demonstrar mais atentamente o resto da cronologia desse período.

No capítulo 33 temos esse salto também dado pelo misterioso “um dia”. Se mantivermos a certeza de que entre a demissão de Padilha e a conversa no alpendre transcorre apenas um mês e estabelecendo um paralelo entre o *um dia* da página 173 do capítulo 33 com o *um dia* da página 137 do capítulo 26, que significariam que houve apenas um salto de meses, mas não para indicar um espaço superior a um ano, ou melhor, que ainda não houve virada de ano, pode-se, desta forma afirmar, com base nesse dado formal, que a revolução eclode no mesmo ano em que morre Madalena.

Para sabermos quando a revolução eclode temos que unir os fatos narrados nesse capítulo (33) com os narrados no capítulo 1 e 2.

Quero chamar a atenção, mais uma vez, para a forma enganadora como Paulo/Graciliano constrói(em) o romance. Se chamarmos os dois primeiros capítulos de preâmbulo da narração e o restante como corpo da narração, temos que no corpo da biografia não se toca no assunto da escrita do livro à qual Paulo Honório se propôs, a não ser no capítulo 36. Relendo o capítulo 33 e 34 nada nos indica que por esse tempo Paulo Honório estivesse triste com a morte de Madalena, mas, principalmente, *que estivesse tentando escrever suas memórias juntamente com Gondim e os amigos*. Paulo Honório bocejava (ele já bocejava bem antes da morte de Madalena, como vemos no capítulo 23, queixando-se não só de cansaço, mas principalmente de incompreensão por parte dos correligionários — acordem!), estava desanimado, parado: mas não se revela nele melancolia e, principalmente, nem uma palavra sobre o livro. Isto é muito importante: os capítulos 33 e 34 mostram o Paulo Honório das **três tentativas fracassadas** de escrever o livro narradas nos capítulos 1 e 2. Assim, da mesma forma que nos é omitido na narrativa que Madalena morre, talvez, no dia do casamento, aqui nos é omitido que Paulo Honório tentava escrever um livro de memórias **durante** a (que afirmo ser) Revolução de 30, que mais uma vez devemos lembrar, durou um mês, período no qual aconteceram três tentativas para se deter a revolta em curso.

E para reforçar, não se pode datar as tentativas da escrita do romance para muito além dos fatos revolucionários, pois sabemos que “pouco tempo depois” da eclosão da

revolução, padre Silvestre aderiu a ela. Como sabemos que Paulo Honório tentou durante um mês escrever o livro e fracassou, e que padre Silvestre fez parte dessas tentativas, concluo que essas tentativas só podem ter sido feitas muito próximo dos — ou durante — fatos revolucionários. Como a revolução eclode no capítulo 33 e no capítulo 35 já é o ano seguinte da revolução (fui eu quem encomendou a revolução?, o que também corrobora que o capítulo 35 é posterior à morte de Madalena, pois a Revolução é claramente posterior à morte), os fatos revolucionários estão contidos no capítulo 34.

Resumindo, o capítulo 34 é a narrativa dos fatos que vão de 3 de outubro a 3 de novembro de 1930, e que é nesse período que Paulo Honório, segundo ele mesmo nos afirma no capítulo 1, tenta escrever o romance com ajuda dos amigos. Por que ele não fala claramente isso?

Desta forma, os capítulos 1 e 2 narram de maneira mais específica os fatos ocorridos e narrados por alto na segunda parte do capítulo 33. Esses fatos são de fundamental importância, pois são os fatos referentes à Revolução de 30, tão importantes que não só recebem os dois capítulos iniciais, como, em realidade, o livro começa *no início dos preparativos para a Revolução de 32* (março) e narrando a vida de Paulo Honório *durante a Revolução de 30*. E mais: no corpo da narrativa, a descrição da Revolução tem mais dois capítulos: um curto, o capítulo 33, e outro, mais longo, o capítulo 34. Se compararmos a ênfase dada à Revolução em curso e à morte de Madalena (digamos a morte em si e não o processo que levou a sua morte), pode-se ver o quão díspares são esses tratamentos. E se tomarmos a morte de Madalena — rompimento final com a Aliança Libertadora — como *motivo* da Revolução de 30, então **todo** o livro é um historiografar dos acontecimentos que desembocaram no processo revolucionário 30-32.

Outro aspecto formal importante aqui a se destacar e que pode dar sustentação a essa argumentação. Quando do encontro de Paulo Honório com d. Glória no trem, que resultou em sua aproximação com a professora, Paulo Honório, por achar a situação extremamente importante, decide dividir a cena — apesar de considerar isso um erro “formal” — em dois capítulos:

Hoje isso forma para mim um todo confuso, e se tentasse uma descrição, arriscava-me a misturar os coqueiros da lagoa, que apareceram às três e quinze, com as mangueiras e os cajueiros, que vieram depois. Essa descrição, porém, só seria aqui embutida por motivos de ordem técnica. E não tenho o intuito de escrever em conformidade com as regras. Tanto que vou dividir um capítulo em dois. Realmente o que se segue podia encaixar-se no que procurei expor antes dessa digressão. Mas não tem dúvida, faço um capítulo especial por causa da Madalena. (SB. p. 78)

Creio que os capítulos 33 e 34 se encaixam na mesma situação, é o mesmo movimento: não há motivo algum para a divisão dos dois. A não ser a importância dos fatos narrados: a revolução e suas conseqüências. Quase querendo dizer que as conseqüências da revolução é que devem ser minuciosamente abordadas. E associando, formalmente, Madalena e Revolução. Se somarmos a isso o fato de o livro abrir narrando esse período da história do Brasil e do romance, concluo que o tema de *São Bernardo* é a Revolução de 30. Toda a trama acontece em função dessa revolução. Se fosse Madalena (vista apenas como a bela professora) o tema — e o amor de Paulo Honório por ela —, o livro poderia acabar com a morte dela. Mas não. O livro segue e transforma Madalena apenas em uma das causas da Revolução. Esse artifício de separar o que devia andar junto confunde muito o entendimento do livro em termos cronológicos.

Poderia resumir assim esses capítulos: os capítulos 24 e 25 e os primeiros seis parágrafos do 26 se referem ao ano de 1929 do aniversário de casamento até pouco tempo (não mais de um mês) do aniversário de terceiro ano de casamento de Madalena. Ou seja: 11 meses. O restante do capítulo 26 mais os capítulos 27, 28, 29, 30, 31, 32 e metade do 33 são a narrativa de mais ou menos um mês da vida de Paulo Honório, sendo o epicentro desse período a morte de Madalena. O capítulo 33 se estende até outubro de 1930 e o 34 completa esse momento, pois Nogueira, por exemplo, ainda não havia abandonado a fazenda. A concentração de capítulos, visto o romance desta forma, mostra que o tema não é a morte de Madalena, mas a crise que antecedeu essa morte. E que à morte de Madalena sobrevém uma nova crise, crise essa que deságua na Revolução de 30.

Falta ainda explicar o último aspecto cronológico para essa parte, a que se refere a quando o livro foi escrito por Paulo Honório.

O capítulo 36 mostra Paulo Honório dois anos após a morte da esposa. A já famosa frase “*faz dois anos que Madalena morreu, dois anos difíceis*” é bem eloqüente para essa afirmação. Neste capítulo, aliás, bastante confuso em relação à cronologia, temos que Paulo Honório afirma que está escrevendo o livro há quatro meses. Repetirei toda a argumentação.

A forma como Paulo Honório nos narra esses dados nos faz pensar que, após dois anos da morte de Madalena, ele escreve o último capítulo do livro, ou em janeiro ou março de 1932, dois anos após a morte de Madalena (*Faz dois anos que Madalena morreu*). E dá

a entender que a escrita do livro levou quatro meses (*Há cerca de quatro meses*). Poderíamos então supor que Paulo Honório recomeçou a escrever suas memórias em novembro de 31 e em março de 32, dois anos após a morte de Madalena, ele encerraria sua narrativa com o capítulo 36.

Mas mesmo que se parta do princípio de que Madalena morreu em fins de janeiro, Paulo Honório teria começado a escrever, mesmo assim, o seu livro, apenas em setembro de 1931. Dessa forma, seja qual for a data da morte de Madalena, seja ela em janeiro ou março, os fatos do livro ficariam totalmente incongruentes com sua datação. Não haveria como Paulo Honório ter escrito qualquer parte de seu livro em algum julho, seja o de 1931 como o de 1932, ou mesmo de 1930, pensando nas tentativas fracassadas. A partir desse ponto de vista, bem dito.

Afirmo categoricamente que o livro de Graciliano foi escrito com demasiado cuidado para haver tal cochilo do autor. Por isso devemos procurar uma explicação para tal fato. Vou convencionar, para facilitar a explicação, o seguinte. O capítulo 36 foi escrito, parte no princípio do processo de escritura por Paulo Honório e parte no final desse processo. Ou seja, uma parte do capítulo foi escrita em março de 1932 (faz dois anos que Madalena morreu) e parte ao final da narrativa, quatro meses após o início das memórias, ou seja, em julho de 1932. O mesmo serve para o capítulo 19. Assim, quando Paulo Honório escrever no capítulo 36 que “faz dois anos que Madalena morreu” estamos em março de 1932. Quando ele escrever que está descascando fatos “há quatro meses”, estamos em julho de 1932, como quer o capítulo 19. Pensando assim tudo o que nos é dado como datas e números estaria coerente.

Essa explicação nos traria mais um argumento contra a presumível mudança de comportamento de Paulo Honório e também contra a proposta de que Madalena é o tema da narrativa: o período de março a julho de 1932 é o período de conspiração para a Revolução que eclode em 9 de julho de 1932. Mais uma vez teríamos que o tema do livro é o momento revolucionário 30-32, e não a saudade de Madalena, e que Paulo Honório está bravamente empenhado em retomar o controle político da situação via movimento armado: e plenamente coerente com nossa história. E utilizando-se da literatura não só para narrar esse momento, para narrar a vida do combatente, mas como arma ideológica.

Disse que todos os dados *estariam* coerentes, pois há mais um dado importante, que aventei acima e o retomo agora: a idade de Paulo Honório. Paulo Honório nos afirma no capítulo 3 que nasceu lá pelo São Pedro. Essa data, sabemos, é convencionada, mas levada a cabo, como data de nascimento. E Paulo Honório afirma no capítulo 36, que está com 50 anos. Está com 50 anos quando escreve o livro, entre março e julho de 1932. Assim o livro tem de ter sido **recomeçado depois** do São Pedro de 1931 **e acabado antes** do São Pedro (29 de junho) de 1932, pois foi no ano de 1931 que Paulo Honório completou 50 anos.

Sabemos disso pelas contas que o próprio Paulo Honório nos proporciona. Retomando, no capítulo 16, quando o negócio do casamento está sendo acertado, Paulo Honório diz ter 45 anos. Sabemos que ficou casado 3 anos. Assim, quando Madalena morreu, Paulo Honório contava 48 anos. Isto em fins de janeiro de 1930. Assim no São Pedro de 1930 Paulo Honório completou 49 anos (equivalente ao capítulo 33-34). E no São Pedro de 1931, completou 50 anos (equivalente ao capítulo 35). Essa idade nos é repetida algumas vezes, o que nos faz poder ter bastante certeza dessas informações. Se estamos em julho de 1932, por que Paulo Honório afirma ter 50 anos, quando em realidade ele já contaria 51? Para confirmar a sua idade temos que no capítulo 2 ele afirma mais uma vez ter 50 anos (*SB.* p. 11). E ainda diz ter 50 anos completados no São Pedro no capítulo 3. E o repete duas vezes no 36. E mais, por serem seguidamente repetidas, parecem que devem ser tomadas a sério e investigadas.

A solução que dou para esse problema é a seguinte: Paulo Honório começa a escrever em março de 1932 e, quatro meses depois, em julho de 1932, termina o seu romance. Isto daria contornos bem claros para a cronologia. Ou seja, a primeira resposta é: Paulo Honório erra na idade.

E o que quer dizer esse erro? A resposta que dou a esse novo problema é bem polêmica, mas sem ela, toda a minha interpretação fica em xeque. É esta resposta que dará sustentação estética a toda a minha argumentação: nesta resposta acaba a estrutura histórica e vem o componente estético que dá suporte literário ao histórico que descrevi.

E talvez a mais polêmica das propostas desse trabalho. E requer algumas voltas. Sabemos que Graciliano não gostava do Modernismo Paulista. Sabemos também que os problemas entre eles perduram por muito tempo. Em 1937 Graciliano, em entrevista, ainda externava duras palavras sobre os Modernistas Paulistas.

Acompanha pelos jornais do sul os acontecimentos do país, critica os modernistas da Semana de Arte Moderna e vai se exercitando nos contos, embrião dos livros que virão. Uma outra preocupação o acompanharia para sempre: o interesse pela educação. (Vianna. 1997 : p. 15)

e

a literatura é revolucionária em essência e não pelo estilo de panfleto. (Vianna. 1997 : p. 19)

se referindo aos Modernistas. E temos que, por ocasião das comemorações dos 50 anos de Graciliano, os Modernistas de São Paulo enviaram um “telegrama”, mostrando que as feridas ainda não haviam cicatrizado. Este é o primeiro ponto.

Paulo Honório escreve uma biografia. Normalmente escrevemos (nossas) biografias do começo (do nascimento) para o fim (morte ou momento em que se escreve). Mas também, quase sempre, a biografia, antes de entrar no cronológico, faz uma abertura, abertura essa que será tomada como o ponto mais marcante da vida do biografado. E Paulo Honório não foge à regra: no caso, Paulo Honório abre sua biografia com a Revolução de 30. Sempre tomando a cronologia proposta, o capítulo 3, que narra sua infância, por exemplo, deve ter sido escrito em março de 1932. E o capítulo 35, que narra suas agruras financeiras, deve ter sido escrito em junho/julho de 1932. Nada nos faz pensar diferente disso.

No entanto, quatro capítulos fogem a essa proposta. São eles os capítulos 1, 2, 19, 36. Como os capítulos 1 e 2 são uma espécie de prefácio — como bem mostrou Rui Mourão — acredito que eles tenham sido os dois primeiros capítulos escritos por Paulo Honório, aos quais ele se refere no capítulo 1: “primeiro escrevi um capítulo” (p. 11). Essa suposição traz uma pergunta. Se realmente Paulo Honório escreveu os capítulos 1, 2, 3, 4 etc em março de 1932 e nessa ordem, por que esses primeiros capítulos não denotam nenhum tipo de sofrimento em relação à ausência de Madalena? A verve a que se referia Anselmo não teria sido recuperada ao longo da narrativa, mas simplesmente nunca perdida, já que podemos supor que durante a colaboração com Gondim sua verve estava à toda.

Anselmo Pessoa Neto demonstrou a mesma preocupação:

De fato as coisas não se confundem. Apesar de abatido moralmente, o Paulo Honório dos dois primeiros capítulos, os quais são narrados no mesmo tempo dos dois últimos (voltaremos a esse ponto), é um Paulo Honório exteriormente seguro e dono da situação: um homem que pensa e age em busca do lucro. (Pessoa. 1999 : p. 40)

Ele prometeu voltar ao assunto, mas, salvo erro meu, não voltou.

Talvez a diferença entre a minha proposição e a de Pessoa é a de que não penso que Paulo Honório esteja exteriormente seguro: Paulo Honório ainda está absolutamente seguro. E não foi a morte de Madalena a causa da (suposta) ruína de São Bernardo — São

Bernardo está longe de estar arruinada, talvez apenas lhe falte trabalhadores — e sim a Revolução que colocou a estrutura oligárquica em xeque e o boicote dos bancos é apenas reflexo da sua oposição aos fatos em curso. A crise entre 1929 e 1931 era do café (oligarquia exportadora) e não do Brasil. Além da já aventada possível grave patronal.

Sobram ainda os capítulos 19 e 36 que são justamente os capítulos que, para os críticos, mostram a mudança de comportamento de Paulo Honório. Temos visto ao longo da análise que Graciliano fará várias citações a obras nacionais (e estrangeiras), e que um dos recursos do qual ele se utilizará é a paródia. E é nesse ponto que proponho a minha teoria: os capítulos 19 e 36 são os dois capítulos escritos por Gondim no tempo da Revolução (narrada no capítulo 33-34) e que Paulo Honório diz querer utilizá-los, depois de expurgá-los (*SB*. p. 11). Com isso proponho que o capítulo 19 seria uma sátira à “Carta Pràs Icamíabas”, do *Macunaíma*. O português empolado é o português de Gondim, acanalhado: e uma sátira contra o modernismo paulista. Assim como *Caetés* foi uma tremenda ironia a Oswald de Andrade: fazer literatura sem saber história, como diz João Valério.

Mas não uma sátira direta ao conteúdo da “Carta”, e nem apenas ao seu aspecto formal — português empolado — mas principalmente à formulação estrutural proposta por Mario de Andrade. Um capítulo empolado no meio de um livro em brasileiro. E este capítulo em português empolado ou acanalhado só poderia ser escrito por Gondim. E acanalhado para Paulo Honório quer dizer também que no capítulo estava que ele amava Madalena.

Essa possibilidade explicaria a idade de Paulo Honório. Em outubro-novembro de 1930, Gondim escrevendo para/por Paulo Honório, que ainda contava 49 anos, em sua maneira “acanhada” diria: *o que estou é velho 50 anos pelo São Pedro*, tentando puxar pela idade de Paulo Honório e dar o tom arrependido e conciliador, que levou os críticos a pensar em mudança de comportamento. (e compara-se esse “o que estou é velho, cinquenta anos pelo São Pedro”, com o honoriano “Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinquenta anos pelo São Pedro”. A diferença é enorme, e foram escritos-expurgados quase que ao mesmo tempo). E, em 1932, em março, Paulo Honório mantém o “o que estou é velho 50 anos pelo São Pedro”, já que a frase se refere tanto ao futuro como ao passado: em 1930 o “o que estou é velho, 50 anos pelo São Pedro”, escrito por Gondim, se referia ao aniversário vindouro, o de junho de

1931; em março de 1932 o “o que estou é velho, 50 anos pelo São Pedro” também se refere ao aniversário de junho de 1931, porém, agora, como tempo passado.

Esses capítulos, expurgados em março e incorporados em julho, acabaram por deixar passar um “cochilo” de Paulo Honório (e não de Graciliano): ele não teria mudado a idade. Desta forma teríamos uma explicação plausível para esse “erro”, e nos daria uma cronologia “redonda”, tanto para os fatos ficcionais, como para os fatos que creio serem alegorizados no romance.

Mas é justamente o “cochilo” que abre as portas para se entender os capítulos 19 e 36 como não sendo de Paulo Honório. Se tivesse havido a correção, não teríamos nenhum caminho para essa interpretação. É única e exclusivamente pelo erro da idade que se pode chegar a isso: assim o erro é “sem querer” de Paulo Honório, mas totalmente intencional de Graciliano: esse erro remete, *obrigatoriamente*, aos capítulos de Gondim.

Espero ter demonstrado que a cronologia de *São Bernardo* vai par e passo com a cronologia histórica do Brasil e que o romance passa a ser uma alegoria desse período. E não uma alegoria puramente descritiva, um retrato, mas uma alegoria que propõe uma interpretação dos fatos. E principalmente essa forma de apresentação nos impõe um processo interpretativo da alegoria para que ela nos remeta aos fatos: ou seja, Graciliano nos propõe, ou impõe, o interpretativo como forma de ler literatura *e o mundo*, sendo que também propõe literatura (ou arte) como meio interpretativo do mundo: em suma, espírito crítico sendo o assunto do mundo e da história.

No próximo capítulo tentarei mostrar como esta estratégia discursiva foi posta em prática, entretanto, para terminar este capítulo, gostaria apenas de levantar algumas propostas teóricas sobre a Revolução de 30, baseado em quatro sociólogos exponenciais: Boris Fausto, Octávio Ianni, Paulo Sérgio Pinheiro e Francisco Weffort e o historiador Vamireh Chacon. A visão de Graciliano dos eventos revolucionários apresenta interessantes correspondências com algumas proposições centrais desses autores. Neste aspecto o capítulo 34 é uma extraordinária síntese do que acontecia em 30, para quem quiser ver nele o desenrolar da revolução.

— Uma peste! Bradava Azevedo Gondim. Foi um *bluff*. Ameaças pelo telégrafo e pelo rádio, boletins jogados por aeroplanos — todo mundo se pelava de medo. Isto é o povo mais covarde que Deus fabricou.

— Exagero, opinava o advogado. Houve bravura.

(...)

— Vamos ser justos, Gondim, intervinha eu conciliador e murcho. Essa coisa estava na massa do sangue do povo. Não valia a pena brigar.

(...)

— Só queria ver padre Silvestre vestido de tenente.

(...) e na cidade sujeitos exaltados começavam a espalhar que S. Bernardo era um ninho de reacionários. (SB. p. 175-6)

Uma das teses mais importantes sobre a Revolução de 30 é a da “participação política difusa” do povo (mais especificamente da classe operária) defendida por Weffort. O trecho de *São Bernardo* “essa coisa estava na massa do sangue do povo” discute essa teoria: se não foi o povo que fez a revolução, dela participou, apoiando, como podemos ler em vários relatos, inclusive na capital paulista.

Apenas para mostrar o complexo da situação, Octávio Ianni afirma:

Os esforços de acomodação de um novo sistema de estrutura de classes eram marcados pelas transmutações dos centros de dominação do campo para a cidade, com a *fazenda* perdendo o poder absoluto em favor de uma nova instituição urbana que cresce e que, sob muitos aspectos, políticos, arquitetônicos e culturais, simboliza uma nova fase — a *fábrica*. Se, de um lado a burguesia industrial enfrentava com sucesso a antiga aristocracia rural, de outro lado, em condições de luta originais, havia que enfrentar o proletariado muito mais próximo, adensado e ameaçador. Ainda que tivesse perdido a agressividade do começo do século, seu número avultava e não era possível impedir que, mediante o reconhecimento do voto semi-universal, se tornasse uma força política. (Pinheiro. 1977 : p. 161)

Esse trecho, transcrito por Pinheiro, recebe o seguinte comentário:

Essa tendência já estava presente na plataforma da Aliança Liberal, na qual a “questão social”, como já vimos, recebeu um tratamento novo. O governo Vargas não fará senão aprofundar essa tendência. (Pinheiro. 1977 : p. 161)

A questão que aqui se coloca é a derrubada de Paulo Honório pela fábrica sediada na cidade, além de reforçar o dito anteriormente, de que a Aliança não fez senão incorporar um certo discurso retirado da esquerda. A cidade e sua opinião pública, pois quando da revolução, tomada como sendo descrita no capítulo 34, lemos:

Na cidade havia um fuxico nojento (SB. p. 174)

Paulo Honório em sua fala diz que a crise aconteceu *fora* da fazenda, ou seja, na cidade. E mais. Apesar de criticado, ele não foi atacado militarmente, nem teve sua propriedade ameaçada pelo processo em curso. Esta é uma constatação bastante palpável no romance. Chacon fala que “o que terminaria havendo em 1930 seria um golpe militar dentro de uma revolução popular, na linha da Proclamação da República” (Chacon. 1981 : p. 108) e

O Exército permitiu a Vargas chegar à presidência em 1930 como representante da classe média (...) (Chacon. 1981 : p. 108)

Já vimos que seu Ribeiro é membro de uma aristocracia empobrecida e que essas camadas migraram para a cidade onde formaram uma classe média. Seu filho estar no exército parece muito sintomático. O exército é uma sombra para Paulo Honório, pois ele o associará repetidas vezes à sua derrocada (Padilha, os cabras, as manobras etc.) e dele

nunca falará mal. A filha de seu Ribeiro está na fábrica e d. Glória, uma burocracia, também voltou para a cidade. Toda uma estrutura de classe média, que sempre foi insatisfeita com Paulo Honório e que, em realidade, nada tem a ver com a fazenda, acaba por abandoná-lo quando da revolução: eles, ao abandonarem Paulo Honório, tacitamente apóiam-na.

Bem lido, pelo menos na minha visão, *São Bernardo* mostra que mais que qualquer outra força, quem derrubou a oligarquia foi o exército. Aliado à classe média. E isto está de acordo com todos os comentadores aqui citados.

Boris Fausto tem por escopo evitar análises dualistas do tipo revolução burguesa mais revolta da classe média. Mas admite ambos os fatos. Em realidade, o modelo exportador baseado em um só produto deixava o país vulnerável a todo tipo de crise. Assim como diz Fausto:

Quando a Aliança Liberal se estabelece, como arma de pressão aberta a todo tipo de conciliação, que programa podem oferecer as oligarquias estaduais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, a que se junta um Estado representante do abandonado Nordeste, senão essencialmente a reforma política? Que viabilidade havia para sugerir novos rumos, para além das tímidas referências à necessidade de diversificação econômica? (Fausto. 1982 : p. 96)

Por motivos não muito bem explicados, Fausto também detecta que entre os membros da oposição, entre aqueles que apoiavam a candidatura Vargas, não havia consenso em se abandonar a luta após a derrota nas urnas, e que a tomada do poder pelas armas era uma constante. Após citar vários dos atores que não queriam simplesmente abandonar o campo de luta, em que pese Borges de Medeiros ter reconhecido a derrota, Fausto complementa:

Além da existência destes quadros, a possibilidade de contar com a articulação dos “tenentes” e o apoio das classes médias eram os elementos capazes de alterar os dados de uma tranqüila sucessão. (Fausto. 1982 : p. 97)

Como vimos, em determinado momento, durante os anos de 1926-7, Paulo Honório concentrou todo o poder dentro de sua fazenda: essa centralização corroeu definitivamente a fórmula federalista da oligarquia e sua política de governadores. Sem centralismo não havia governabilidade, com centralismo não havia política de governadores. Os coronéis e sua oligarquia não conseguiam mais dar respostas à sociedade cada vez mais multifacetada e a um mundo em franco aburguesamento.

Outro aspecto fácil de se notar é a passividade de Paulo Honório durante o golpe. Ele ficou boa parte do tempo escrevendo apenas dois capítulos (tendo de enfrentar a panfletagem com aeroplanos), mandando alguns cabras para o combate (contra o exército),

mas na maior parte ficou mesmo bocejando e fazendo comentários sobre os acontecimentos:

O contraste entre a frieza dos setores agrários paulistas em outubro de 1930 e sua ampla mobilização em outro contexto dois anos depois, é neste sentido um exemplo bastante revelador. (Fausto. 1982 : p. 99)

Outro aspecto muito curioso na argumentação de Fausto, e que quem quiser pode buscar ecos no índice da obra de Barbosa Lima Sobrinho — escrita em 1931 — nos remete diretamente a Paulo Honório de imediatamente após a morte de Madalena:

A articulação revolucionária, que ganha forças entre marchas e contramarchas, após a derrota eleitoral da Aliança em março de 1930, nasce do esforço(...) (Fausto. 1982 : p. 102)

Marchas e contramarchas do capítulo 32 de *São Bernardo* e do índice da obra de Barbosa. E para quem quiser, em jornais paulistas da época.

Para corroborar minha análise, Fausto também diz que nos sete anos posteriores à revolução houve um processo de centralização, que como vimos começou já na década de 20, e que a burguesia do café foi “apeada” do poder e dele mantida a distância graças aos interventores e que exército passou a fazer parte do processo estabilizador do país. Em suma, um Estado de compromisso, centralizado e intervencionista, parece ter sido a proposta dos revolucionários: uma reforma administrativa que poderia dar respostas a problemas que a estrutura vigente (baseada em um só produto) não conseguia resolver: *diversificação*; desejada e já posta em prática pela burguesia do café.

Em *São Bernardo*, a incapacidade de Paulo Honório de se defender da nova burocracia, perdendo o delegado, perdendo o juiz, perdendo todo seu poder mostra bem isso: com a revolução ele foi destituído de suas funções de mandão, ou melhor, apeado do poder, e provavelmente o afastamento do juiz Magalhães por uma nova força estadual seguramente é o dedo do interventor. Além de destituído não tem a quem recorrer.

A Revolução de 30 não tinha, pelo menos no primeiro momento, condições de realizar mudanças econômicas: sua grande proposta foi a reforma administrativa. E parece ser isto que vemos em *São Bernardo*. A fazenda continua, mas agora uma nova administração à revelia de Paulo Honório vai sendo estruturada. Mais que uma revolução econômica, vemos uma revolução administrativa. Lentamente toda a estrutura de Paulo Honório o abandona e vai para a cidade. Esta parece ser a lição de *São Bernardo*. A revolução de 30 foi uma revolução cidadina.

Podemos elencar outras posições da literatura histórico-sociológica, como a de Paulo Sérgio Pinheiro, quando afirma ter sido esta revolução uma revolução burguesa.

No setor industrial propriamente dito, os grupos mais ativos no interior das associações operárias eram os da indústria de tecidos, onde a presença da mão de obra feminina era maior, e portanto, a exploração mais intensa e da indústria metalúrgica e mecânica. Os militantes operários compreendem principalmente os operários qualificados, os técnicos nessas indústrias; os tipógrafos, os alfaiates, os barbeiros, os sapateiros [mais uma vez na berlinda], os pintores, os pedreiros, que graças a suas atividades independentes eram menos atingidos pela repressão policial. (Pinheiro. 1977 : p. 112)

A ameaça que Padilha representava parece justamente revelar isto: havia algo novo, — até Margarida participando! — uma nova forma de organização dos trabalhadores que fugia — mais do que ao controle — à *compreensão* de Paulo Honório. Como o dito acima, havia toda uma gama de trabalhadores que não se reportava ao sistema e que nem podia ser reprimida pelo coronelismo. Um novo Estado, com nova administração (e discurso) se fazia necessário. Mas principalmente: uma nova força coercitiva precisava entrar em cena, com novas leis de trabalho e eleitorais para as novas relações de trabalho.

Capítulo 6: Estilo dos capítulos 19 e 36

A tese do trabalho é basicamente a discussão do ser Paulo Honório um burguês ou um coronel e do tempo em que a narrativa transcorre. Ao afirmar que Paulo Honório é um coronel e que o momento da escrita é o momento revolucionário 30-32, a questão da polêmica mudança de comportamento de Paulo Honório toma novos contornos. Com essa caracterização do personagem, tomo a obra como um duplo: por um lado, a atitude de Paulo Honório, ao escrever a biografia é a de tentar se recuperar politicamente ante os fatos que se desenvolvem a sua volta (denunciando o discurso político do poder); e da parte de Graciliano fica um fantástico estudo da estrutura política da Primeira República.

Por um problema lógico, creio ser essa possibilidade, a de uma mudança por conta da morte de Madalena, muito remota. Visto essa situação como a da experiência, talvez enquanto indivíduo, seria essa transformação aceitável. Mas Paulo Honório não é um indivíduo, fato que espero ter conseguido demonstrar até aqui, e sim um representante de classe; e, enquanto representante de classe, não pode mudar seu comportamento assim de uma hora para outra. Pelo menos isso não seria verossímil. A única possibilidade para tal comportamento, ou mudança de comportamento, com alguma base real, seria que uma determinada força política, se encontrando em dificuldades, mudar seu *discurso*, não como mudança real, mas como forma demagógica para atingir seus objetivos. Ou para, em negociando, manter seu poder. Ou ainda a aventada por Rogério Correia: Paulo Honório — e sua atitude — seria uma utopia.

Uma das teses desse trabalho é a discussão se Paulo Honório, de uma forma ou de outra, mudou o seu comportamento após a morte de Madalena. A resposta é sim. Mas se a pergunta for se ele mudou a sua índole, a resposta aqui proposta é não. Ou seja, Paulo Honório mudou de comportamento ao final do livro, não porque sua esposa — Madalena — morreu (ou como demonstramos através da crítica, por ter se humanizado após a perda da esposa), mas sim por causa da Revolução que lhe extirpou o poder absoluto, o poder de coronel e porque perdeu o apoio político que Madalena — vista também aqui como força política — lhe proporcionou durante os três anos de casado. A mudança de comportamento foi dada pela mudança de sua posição política. Sua mudança de comportamento seria assim por mim explicada, como fruto de sua nova situação social, ou, sua impotência política: ele

foi destituído. O que seria coerente com os fatos históricos: o sistema oligárquico (os coronéis) foi derrotado em 30-32. Ou, se se quiser ver sua tristeza por conta do suicídio de Madalena, tem-se que pensar que ele está triste porque perdeu o apoio da Aliança Libertadora e com ela, de toda uma gama de forças políticas.

E talvez, vendo Paulo Honório presa de um amor pequeno burguês, não fosse grande literatura. Dizer que uma estrutura psíquica como a de Paulo Honório se reabilitaria, via literatura, seria realmente muita utopia.

Farei um relato de comentadores que apontam para essa mudança de Paulo Honório, baseados na suposição de que a mudança é fruto do abalo sofrido pela morte da mulher. E discutirei esses comentários a partir da já apontada dúvida sobre a autoria dos capítulos 19 e 36: se são de Gondim ou de Paulo Honório.

Isto porque a prova desta mudança normalmente advém de exemplos extraídos dos capítulos 19 e 36. Minha tese é a de que os capítulos 19 e 36 são de autoria de Gondim, no momento revolucionário de 1930 — as três tentativas —, e expurgados por Paulo Honório em 1932, quando da retomada da escrita do romance, conforme apregoado pelo coronel no final do capítulo 2.

Em que pese alguns comentadores, todos baseados na afirmação de Mourão, de que a partir da entrada em cena de Madalena, no capítulo 14, a narrativa se torna por assim dizer mais interiorizada, não vejo em nenhum deles a confirmação de tal afirmação. E como contra-prova para esta proposta de interiorização da narrativa remeto à leitura da cena completa em que Paulo Honório espanca Marciano diante da esposa, e pouco se importa com os melindres dela. Não creio haver ali nenhuma interiorização, nem aprofundamento psíquico. O fato aconteceu antes da morte da normalista, mas a narrativa do fato se deu 2 anos após o falecimento da esposa. Ou seja, nem a presença de Madalena, nem sua morte, alteraram a forma de narrar e agir de Paulo Honório.

Quero dizer que além do escrito acima — que Paulo Honório promete usar os capítulos de Gondim, dos problemas que acho ilógicos na assim propalada mudança (quando lida a obra sob o viés histórico), na questão temporal do livro etc — neste capítulo tentarei demonstrar que os capítulos 19 e 36 são estilisticamente incompatíveis com Paulo Honório.

Digo isto, pois vejo, entre outras qualidades da forma de escrever do fazendeiro, que estudarei ao longo desse capítulo, um que parece indiscutível: o de sempre associar seus pensamentos a ganhos materiais, uma espécie de pecuniário de sua fala/escrita. Ou, repetindo, o que Lucia detectou.

O modo abrupto com que o narrador se apresenta — “Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinquenta anos pelo São Pedro” — faz vê-lo como se estivesse depondo perante um juiz. A ênfase às referências numéricas denunciam a preocupação obsessiva com valores quantificáveis, de acordo com uma visão reificada do mundo. A objetividade com que conduz o relato chegava a ser brutal, como quando narra a morte de Madalena. Nenhuma digressão, só o essencial, nada mais. (Vianna. 1987: p. 97)

Gostaria de dar um destaque especial a essa comentadora, no início de minha argumentação. No seu *Roteiro de leitura*, quase todas as teses apresentadas pela autora, que parecem sintetizar a idéia corrente da mudança de atitude de Paulo Honório por causa de seu amor por Madalena, são contrárias às por mim defendidas, apesar de sua definição do estilo de Paulo Honório ser idêntica à minha definição. Por isso creio importante destacar a posição desta autora para que fique bem clara a minha discordância em relação à maioria dos autores que escreveram sobre esses dois capítulos fundamentais da obra de Graciliano.

Em minha concepção, talvez errônea, Lucia Helena parece dar a Paulo Honório uma capacidade especial. A de ser um ente absolutamente seguro de si quando narra o seu tempo de solteiro, mas que, a partir do momento em que narra o tempo em que esteve com Madalena, se torna um homem inseguro. Isso num espaço de 4 meses, o tempo em que suas memórias são escritas. O trecho abaixo transcrito é muito importante para mim, pois mostra a mudança de Paulo Honório por problemas estilísticos:

Madalena é responsável pela mudança no **ritmo** narrativo. Desde que ela aparece, o texto passa a acolher interrogações e evocações do narrador, intensificando-se a presença do monólogo interior, por meio do qual vêm à tona os sentimentos mais íntimos provocados pela rememoração da experiência vivida. (grifo meu). (Vianna. 1987 : p. 98)

Idéia essa também defendida, por incrível que pareça, por Anselmo Pessoa:

O ritmo agora vai *rallentando*, um Paulo Honório cruel e, paradoxalmente, mais humano, se faz mais próximo e cativa o leitor pela sua paixão extrema. (Pessoa. 1999: p. 56)

A cena das pernas e peitos tem um ritmo diferente? Estou tentando demonstrar que o maior argumento da mudança de Paulo Honório vem por mudança do seu estilo de escrever. Uma das teses reiteradamente defendidas por Lucia Helena é a de que devemos ter sempre em mente que há dois tempos narrativos:

No entanto, essa aparente simplicidade convive de modo perfeito com a complexidade infundida ao relato pelo fato de o narrador ser o próprio protagonista dos acontecimentos, condição sobre a qual precisamos sempre insistir. No momento em que está escrevendo, ele se encontra distanciado do que viveu anteriormente

(“Madalena está morta, a fazenda encontra-se em decadência”) e, em função disso, sua visão tornou-se mais ampla. (Vianna. 1987 : p. 80)

e na página seguinte acrescenta:

Na primeira parte, a narração se faz de modo acelerado, ritmo adequado à determinação com que a personagem parte para alcançar seu objetivo de tornar-se proprietário da fazenda. Depois, já casado, o duelo de forças com a mulher cria um ritmo equilibrado, próximo da realidade que vivemos, para afinal tornar-se mais lento e reflexivo, quando o mundo subjetivo de Paulo Honório predomina sobre a objetividade dos fatos. Ao tempo em que isso ocorre, entre os capítulos 19 e 36, a ação se paralisa. O monólogo interior passa a dominar o texto e aquele que tudo controlava começa a dar mostras de perder o domínio sobre o tempo: (Vianna. 1987 : p. 81-82)

Ou seja, o Paulo Honório de dois anos após a morte de Madalena é capaz de desenvolver três formas distintas de narrar, independentemente do seu estado de espírito no momento da narrativa. O Paulo Honório de dois anos após a morte de Madalena, arrasado por esta morte, em

São Bernardo faz interagir, como num jogo, dois modos de focalizar a narrativa. De um lado o modo próprio, auto-suficiente e pragmático do fazendeiro; de outro, o modo de narrar do Paulo Honório-escritor, feito de hesitações, dúvidas e interrogações, as quais ele partilha com o leitor. A dupla focalização se explica pelos tempos diferentes em que um e outro se encontravam. O fazendeiro encara os fatos da perspectiva do presente dos acontecimentos, nos quais está completamente envolvido. Ele os está vivendo, sem a distância necessária que permita outro modo de ver. O escritor, no entanto, encontra-se num tempo posterior à ocorrência dos principais fatos dramáticos. (Vianna. 1987 : p. 58).

O que não ficou muito claro para mim é que tanto um momento quanto outro são narrados no mesmo período de tempo. E se tomarmos como corretas minhas propostas anteriores, os capítulos 19 e 36 foram escritos (em realidade expurgados) ao longo dos quatro meses da composição da biografia, o que invalidaria a tese de Lucia Helena. Aparentemente, ela segue Mourão e Mourão afirma que o livro foi escrito num espaço de mais de um ano, o que afirmo ser um erro facilmente comprovado pela leitura do romance.

Além do mais, seria possível mostrar uma série de exemplos no livro que desmentem a posição de que “após a aparição de Madalena a narrativa muda de ritmo”. Será que a cena da briga, após oito dias de casamento, tem um *ritmo* diferente do da compra de São Bernardo? E o que dizer do ritmo da briga em que Paulo Honório chama Madalena de perua, após ser chamado de assassino? É um ritmo diferente das facadas em João Fagundes? E o diálogo de Paulo Honório com d. Glória quando esta se despede? Há um ritmo mais cadenciado do diálogo dele com a mesma d. Glória no trem? E a discussão no banco, do capítulo 35? É mais intimista que o da cobrança da dívida da boiada com o Sampaio? Não nos esqueçamos: **todo** o livro foi escrito *após* a morte de Madalena.

Hélio Pólvora é um dos comentadores que também está de acordo com a teoria da redenção de Paulo Honório. Em seu livro *Graciliano, Machado, Drummond & outros* há

uma teoria sobre a linguagem literária de Graciliano que pode nos ajudar muito. Começa afirmando sobre *São Bernardo* que é “incrível que Paulo Honório, homem de poucas letras, apesar de “versado em estatística, pecuária, agricultura, escrituração mercantil, conhecimentos inúteis neste gênero”, possa relatar sozinho a crônica de sua derrocada.” (Pólvora. 1975 : p. 27). Pólvora afirma:

O plano falha e o memorialista decide empregar seus próprios recursos. Dessa forma, Graciliano justifica a mudança de tom e de linguagem em relação ao romance de estréia. A linguagem se enriquece de regionalismos, de expressões coloquiais, de palavras e ditos próprios do falar nordestino. (Pólvora. 1975 : p. 27)

Importante é que Pólvora define o linguajar de Paulo Honório como rica em “regionalismo, expressões coloquiais, de palavras e ditos próprios do falar nordestino”. E, como quase todos os críticos, busca os exemplos das mudanças em Paulo Honório no capítulo 19. É assim que consegue comprovar sua teoria de que Paulo Honório se tornou um outro homem:

Já antes, em capítulo intermediário, ele batia no peito, confessando-se: (Pólvora. 1975 : p. 28)
seguida de citação do capítulo 19.

Mais à frente afirma sobre este mesmo capítulo 19:

O capítulo 19 de *São Bernardo* antecipa o desenlace. É um admirável intemezzo poemático, a grande prosa que se lê de pele arrepiada. (Pólvora. 1975 : p. 30)

Talvez tenha sido o exagero da teoria memorialista que tenta desenvolver, em que tudo que acontece nos textos de Graciliano é Graciliano, afirmando, por exemplo, que “o romancista depõe sempre, mesmo quando inventa” (Pólvora. 1975 : p. 28) , que tenha feito lhe passar despercebido que, se já é difícil acreditar que Paulo Honório “aprendeu a escrever bem e a montar um romance com artes de fina carpintaria” (Pólvora. 1975 : p. 27), é mais difícil ainda acreditar que tenha escrito um “intermezzo poemático”. (Pólvora. 1975 : p. 30)

Mas o que creio mais importante para esta interpretação é o fato de Pólvora ter percebido que o capítulo 19 nos traz não somente uma mudança de tom, mas também uma mudança de linguagem: do linguajar cheio de regionalismo para um intermezzo poemático.

Lorençato também vê diferenças estilísticas no livro.

Nesses momentos, o protagonista trágico deixa de arrastar o leitor à ação, uma vez que perde o domínio sobre a história (capítulos 1, 2, 19, 36). O caráter compacto da narrativa se esgarça porque Paulo Honório está perdido. Inclui ainda características da literatura fantástica ao colocar o fazendeiro conversando com a esposa morta. (capítulo 19). (Lorençato. 1994 : p. 88)

Letícia Malard segue a mesma trilha. Também partindo de uma tentativa de visão global da obra de Graciliano, a de um herói quadridimensional, colocando muito da pessoa

de Graciliano na sua crítica, conclui, da mesma forma que vários outros críticos, que Paulo Honório se retrata através do romance:

Ambas se interpõem, e cada passo na conquista do material corresponde a um tropeço moral; o fazendeiro só o percebe, amargamente, aos cinquenta anos, quando não é mais possível recomeçar, nem recuperar o perdido — a esposa suicida. Eis algumas ilustrações dessa autocrítica: (Malard. 1976 : p. 19)

E assim como Hélio Pólvora, Rui Mourão e tantos outros, não deixa de marcar as peculiaridades do capítulo 19. Não só no aspecto temático e estrutural, mas também no aspecto formal:

Paulo Honório recusa o estilo camoniano de João Nogueira, a ausência de oralidade na redação de Gondim, o escapismo político do padre Silvestre e a terminologia técnica que ele próprio poderia deixar escapar para as páginas do livro. Dispensa então os companheiros de trabalho e decide elaborar a narração sozinho, buscando clareza, simplicidade, vocabulário comum e reprodução da língua oral. (Malard. 1976 : p. 44)

A descrição do linguajar de Paulo Honório e da forma como estrutura seu livro encontram apenas um momento destoante, na maneira de ver da articulista, exatamente o capítulo 19:

Poderíamos chamá-lo de romance de desejo da propriedade, que se constrói à medida que se que se destrói, num jogo dialético de forças evolutivas. Sua estrutura ganha consistência pela predominância da ordem direta na frase, pelos períodos curtos, quer no discurso direto quer no indireto, pela pontuação emocional substituindo a comunicação fabular das personagens, pela linearidade da narrativa num tempo rigorosamente **cronológico ao qual escapa apenas o capítulo 19**. Este marco divisor do enredo, situado exatamente em seu centro, quando Honório suspende a autobiografia e se projeta inteiro no momento atual, mergulhando num mundo de sensações provocadas pela saudade de Madalena. (grifo meu) (Malard. 1976 : p. 44-45)

Não sabemos se a professora Letícia aceitaria essa inferência. Mas estaria ela de acordo com o fato de que o regionalismo, por ela mesmo descrito, desaparece em algumas frases do capítulo 19?

Não é possível diferenciar os aspectos da linguagem do romance que estão inseridos num contexto regional alagoano específico, com seus torneios dialetais, dos criados pelo autor, em sua individualidade estilística. Aí a língua oral é estilizada após a depuração das incorreções e se metamorfoseia em língua especial na comunicação do narrador; quando, revelando sua personalidade deformada, se expressa por meios ambíguos ou simbólicos, em que as palavras-chave são animais: (Malard. 1976 : p. 50)

Após esse parágrafo, Letícia elenca uma série de frases onde há bichos em suas palavras-chave. Essas palavras desaparecem no capítulo 19.

Um exemplo mais específico é dado por Sebastião Expedito Ignácio em seu artigo “O valor das frases ativas na obra de Graciliano Ramos”. Depois de arrolar uma série de frases em que se nota a forma empreendedora e “ativa” de Paulo Honório faz um pequeno parêntese.

É de notar-se que somente a partir da morte da mulher as suas ações se despojam daquele caráter positivo, e ele passa a agir um tanto maquinalmente, retomando a idéia de escrever o seu livro. (Ignácio. 1989 : p. 39)

Esse pequeno texto é seguido de exemplo extraído do capítulo 36 e que ressoa, como vimos nas constatações de Lafetá.

Augusto Willensem no artigo “O bicho em Graciliano, acerca da presença dos animais na obra romanesca de Graciliano Ramos” apresenta dados estatísticos que também dão ao capítulo 19 um status especial:

Já citei um curto trecho do capítulo 19, como exemplo do fundo sonoro, relacionado com a noção do tempo. O quanto esta relação é justificada, prova-o o facto de os três bichos que formam o fundo sonoro em *S. Bernardo* figurarem quase exclusivamente nos episódios “rememorativos”: Os capítulo 1, 2, 19, 36. A coruja (total 11 vezes), aparece 2 vezes nos capítulos iniciais, três vezes no capítulo 19, uma vez no capítulo final. O grilo (total 6, contando com a cigarra) aparece 1 vez nos capítulos iniciais, 4 vezes no capítulo 19, 1 vez no capítulo 36. O sapo (total 5) aparece 4 vezes no capítulo 19. (Willensem. 1973 : p. 185)

Essa observação é-me muito importante. Mas além dessa mudança de vocabulário o autor se dá conta de outro aspecto desse capítulo:

É nesse capítulo 19, que forma como que o eixo do livro, que a relação entre o fundo sonoro e a idéia do tempo encontra sua expressão mais acabada. O constante oscilar dos verbos, entre tempo presente, pretérito imperfeito e perfeito, faz com que mal possamos distinguir o que é realidade e o que é fantasia. (Willensem. 1973 : p. 186)

O autor, infelizmente, também envereda pelo caminho biográfico de Graciliano:

Se *S. Bernardo*, em virtude do cenário, é o começo do recuo no tempo até a infância do autor...(Willensem. 1973 : p. 187)

O capítulo 19, não só pelos exemplos citados, mas por qualquer leitura da fortuna crítica de Graciliano, assume um carácter fundamental em qualquer interpretação que se faça do escritor nordestino: é nele que a maior parte dos exemplos da redenção de Paulo Honório é encontrada.

Paulo Honório alude, no entanto, à possibilidade de utilizar os dois capítulos escritos em colaboração com Gondim. Se Graciliano nos deu esta informação, ela tem que ter algum sentido. Quais são esses capítulos? O capítulo 19, através do dito acima, passa a ser um dos maiores suspeitos.

No capítulo 19 temos, pois, o tom que sempre deram aos críticos a impressão de que Paulo Honório estava se retratando e buscando novos valores para sua vida. Tenho sinceramente minhas dúvidas. Apesar de ver, neste capítulo (e no 36) uma mescla: frases melosas e frases de pura violência, provando que eles foram expurgados e não simplesmente transcritos. Será que Paulo Honório escreveria de verdade frases como algumas daquelas?

Importante é que não afirmo que um coronel, ou um matuto, não possa escrever aquilo que lemos no capítulo 19. Como bem alertou o professor Roncari, há expressões muito rebuscadas no falar popular e de uma correição incomum. O que questiono não é a possibilidade de alguém falar rebuscadamente, mas sim a de Paulo Honório, que ao longo de todo o livro expõe seu falar de uma certa maneira — pecuniária, direta etc — e, de

repente, e em apenas alguns parágrafos determinados, falar de maneira completamente diferente, sendo que as vezes repetindo a mesma frase. E mais, este linguajar culto é exclusivo para falar de Madalena, e mais, falar de Madalena morta, pois a Madalena viva tem adjetivos bastante vulgares.

Para facilitar minha argumentação e evitar parênteses explicativos muito longos, vou desde já apresentar a minha teoria: o capítulo 19 é um dos capítulos de Gondim, escritos durante a revolução descrita no capítulo 31, mas que só sabemos que foram escritos neste período quando lemos os capítulos 1 e 2, e reaproveitados por Paulo Honório, dois anos após a morte da esposa e um ano e meio após o término da revolução e expurgados ao longo dos quatro meses do “descascar de fatos”. Além desses capítulos (19 e 36) encontrei outras quatro passagens que revelam a participação do jornalista: os primeiros dois parágrafos do capítulo 20 (talvez apenas recopiados, pois são muito parecidos com as frases iniciais do 36), alguns parágrafos no capítulo 25, um parágrafo no capítulo 32, os dois últimos parágrafos do capítulo 35. Começarei a explanação pelo capítulo 19.

Porém, antes de analisar esse capítulo — e para ilustrar de forma bem clara esta teoria sobre a composição de alguns capítulos e trechos desse livro — vou mostrar uma cena do capítulo 34, onde não há dúvidas de interpretação, a técnica de Paulo Honório que deu ensejo aos equívocos que creio vislumbrar nas críticas de *São Bernardo*, ou seja, como se pode ter uma idéia da constituição desse malentendido, segundo minha concepção.

No capítulo 34, depois de haver ironizado bem a seu modo Gondim, reduzindo todo seu discurso libertário-político ao desejo de recuperar a subvenção de cento e cinquenta mil-réis para *O Cruzeiro* (SB. p. 175-6) (exemplo de minha afirmação de que o estilo de Paulo Honório sempre tem um cunho pecuniário, mesmo alguns meses após a morte da esposa e em plena depressão econômica e social mais profunda) Paulo Honório enceta a seguinte frase:

Atirava-nos palavrões encorpados que no jornal lhe serviam para tudo. S. Paulo havia de se erguer, intrépido; em S. Paulo ardia o fogo sagrado; de S. Paulo, terra de bandeirantes, saíam novas bandeiras para a conquista da liberdade postergada. (SB. p. 176)

Palavrões encorpados se refere a: intrépido, postergado etc. Para Paulo Honório são palavrões. Intrépido, ardia o fogo sagrado, liberdade postergada. O vocabulário, o ritmo, a retórica da repetição (S. Paulo, em S. Paulo, de S. Paulo), as frases entrecortadas. Essa frase tem “palavrões encorpados” e como não existe nenhuma marca de discurso, se pensa

inicialmente que é Paulo Honório quem está falando. Mas Paulo Honório, como sempre, destrói qualquer esperança:

- Você fala bem, Gondim, murmurava eu impressionado. Você havia de trepar, Gondim, se o nosso partido não tivesse virado de pernas para o ar. (SB. p. 177)

Ou seja, a frase anterior não é de Paulo Honório, mas de Gondim. Misturada às suas. E mais, temos um exemplo claro da forma de Gondim escrever: uma retórica bacharelesca, que Paulo Honório, no seu honoriano, define como acanalhada, ou palavrões encorpados. Essa é a técnica que vou tentar descrever nos parágrafos seguintes. A cena é fundamental: por exemplo. “Acordar lembranças” está mais próximo de “intrépido-postergado” ou “pegue seus picuás”?

O capítulo 19 começa assim:

Conheci que Madalena era boa em demasia, mas não conheci tudo de uma vez. Ela se revelou pouco a pouco, e nunca se revelou inteiramente. A culpa foi minha, ou antes, a culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste. (SB. p. 101)

Essa frase é claramente uma frase de cunho naturalista, com seu determinismo geográfico. Mas Paulo Honório nunca se revelou religioso e agora vem dizer que tem uma alma agreste. No capítulo 24 define assim a sua religiosidade e espiritualidade:

A verdade é que não me preocupo muito com o outro mundo. Admito Deus, pagador celeste dos meus trabalhadores, mal remunerados cá na terra, e admito o diabo, futuro carrasco do ladrão que me furtou uma vaca de raça. Tenho, portanto um pouco de religião, embora julgue que, em parte, ela é dispensável num homem. Mas mulher sem religião é horrível. (SB. p. 131)

Além do tremendo cinismo da frase — que Deus pague meus empregados, já que ele não pagou nem Madalena —, outra marca de Paulo Honório, o utilitarismo egoísta, está claramente presente. E o pecuniário também. Além do machismo. E nada que nos remeta a uma reestruturação dos valores de sua vida. Mas este não é o principal. Será que Paulo Honório, sozinho, escreveria “a culpa foi minha, ou antes, a culpa?” Onde está o discurso direto de Paulo Honório? Esse “ou antes” não condiz com sua forma de narrar e descrever os fatos e mais a repetição do sujeito “a culpa”. O “se revelou pouco a pouco, e nunca se revelou inteiramente” é um clichê literário. Mais o ritmo cadenciado, e não aquele batido de Paulo Honório. E onde estão os regionalismos, os ditos, as frases feitas, o falar nordestino, a oralidade, os animais? No capítulo 19 eles desaparecem em várias frases. Além do rebuscado jogo retórico, do “vida agreste, que meu deu uma alma agreste”. Será que Graciliano Ramos aceitaria uma naturalização do ser humano como esta, proposta nessa frase?

E, falando assim, compreendo que perco o tempo. Com efeito, se me escapa o retrato moral de minha mulher, para que serve essa narrativa? Para nada, mas sou forçado a escrever. (SB. p. 101)

Com efeito? Retrato moral da minha mulher? Se me escapa? E a pergunta retórica “para que serve essa narrativa”? E a resposta “para nada, mas sou forçado a escrever”? Apenas como comparação no capítulo 2 temos: “Então para que escreve?”. “Sei lá! O pior é que já gastei diversas folhas e ainda não principiei” (SB. p. 11). A diferença é, para mim, bastante acentuada. No capítulo 2 Paulo Honório nunca perde de vista o utilitarismo, nem o mais mesquinho como as folhas de papel. Isto soa como se Paulo Honório tivesse traduzido no capítulo 2 para o honoriano, a frase escrita dois anos antes por Gondim. E ela fica soando, com um quê de ridículo. O mesmo homem que diz não querer bancar o escritor dizendo que acorda lembranças.

O terceiro parágrafo será fundamental para minha argumentação, pois essa frase é um dístico que atravessa todo o texto. Aqui começam os sapos e os grilos e o vento: 4 vezes sapos, 4 vezes grilos e 4 vezes vento.

Quando os grilos cantam, sento-me aqui à mesa da sala de jantar, bebo café, acendo o cachimbo. Às vezes as idéias não vêm, ou vêm muito numerosas...(SB. p. 101)

Além de revelar um *spleen* em “bebo café, acendo o cachimbo, afasto o papel” um tanto *blasé* e muito duvidável por parte de Paulo Honório (para *mim* é realmente muito difícil imaginá-lo nessas atitudes decadentes, muito mais à feição de pessoas citadinas, mesmo tremendamente apaixonado), importante aqui é que se senta à mesa de jantar para escrever “quando os grilos cantam”, mas parece não conseguir escrever.

Alguns parágrafos mais adiante temos:

Lá fora os sapos arengavam, o vento gemia...(SB. p. 102)

Os sapos aqui estão em relação com o vento e os sapos arengam e o vento geme. Quando Casimiro Lopes aparece os sapos começam a gritar e o vento a sacudir as árvores. A violência continua rondando a vida de Paulo Honório, via Casimiro. E homens são bichos. Como se os sapos temessem Casimiro. Essa frase tem uma outra característica muito importante: ela se repete três vezes. No capítulo 36 temos:

Desde então procuro descascar fatos, aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, à hora em que os grilos cantam e a folhagem das laranjeiras se tinge de preto. (SB. p. 180)

Essa frase é, em parte, um arremedo da do capítulo 19. “Desde então procuro descascar fatos” = “às vezes as idéias não vêm, ou vêm muito numerosas” é por si só eloquente. A utilização do gerúndio. E se poderia dizer que “tinge de preto” seria uma linguagem de Paulo Honório? No capítulo 1 temos a mesma frase:

Aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, suspendo às vezes o trabalho moroso, olho a folhagem das laranjeiras que a noite enegrece, digo a mim mesmo que esta pena é um objeto pesado. (SB. p.10)

Por que essa insistência em dizer que fumo cachimbo e *bebe café*? Em minha opinião é uma reafirmação de sua fidelidade à estrutura da cafeicultura e Oswald de Andrade escrevia várias poesias em que o cheiro do café pairava no viaduto do chá. E também não nos esqueçamos que por esse tempo já se podia reunir volumes e mais volumes de poesias satíricas sobre os sapos de parnasianos e simbolistas.

O que estou querendo mostrar é que Graciliano é um autor moderno, e que está se valendo de uma das características mais caras ao modernismo: a paródia. A intercalação de um capítulo rebuscado, acanalhado no meio de um livro claramente moderno nos remete diretamente a *Macunaíma*.

Deixando claro: o capítulo 19 não é uma paródia do capítulo da “Carta”, mas uma paródia, uma ironia, à estrutura proposta por Mário de Andrade.

Emoções indefiníveis me agitam - inquietação terrível, *desejo doido de voltar e tagarelar novamente com Madalena*, como fazíamos todos os dias a essa hora. Saudades? Não, não é isto: é desespero, raiva, um peso enorme no coração. (SB. p. 101)

A frase grifada não tem paralelo no livro. Um homem tão positivo como Paulo Honório falando de indefinição, inquietação etc. Será que ele estava com sentimentos indefinidos e inquietações quando foi ao banco tentar reaver seu crédito? E um homem com um linguajar tão direto fazendo perguntas retóricas, bem ao gosto dos parnasianos. Apenas abrindo uma página de Olavo Bilac, ao acaso, lemos: Choras? Tremes? É tarde... Esses violentos/ gritos escuta! Em lágrimas, tristonhos,/ Fechas os olhos?... Olha ainda o horror. E é verdade que pela noite Paulo Honório e Madalena conversavam? O parágrafo seguinte nos traz a certeza de que esse capítulo é uma mentira.

Procuro recordar o que dizíamos. Impossível. As minhas palavras eram apenas palavras, reprodução imperfeita de fatos exteriores, e as dela tinham alguma coisa que não consigo exprimir./Para senti-las melhor, eu apagava as luzes, deixava que as sombras nos envolvessem até ficarmos dois vultos indistintos na escuridão. (SB. p. 102)

A separação do parágrafo é minha.

A primeira parte condiz com outros trechos do livro, se bem que com um linguajar bem distinto, pois Paulo Honório afirmava ser a diferença do modo de falar dos dois um grande problema. Pode ser. Mas a segunda metade é mentira: será que se pode imaginar o Paulo Honório de *antes* da morte de Madalena que, para sentir melhor as palavras da esposa, “apagava as luzes, deixava que a sombra nos envolvesse até ficarmos vultos indistintos na escuridão.”? Só se ele estiver se referindo à cena do dia em que o dínamo

emperrou, no capítulo 23. Paulo Honório, enquanto casado, não entendeu Madalena. Ele descobriu que ela era boa a *após* a sua morte, como *ele* mesmo afirma.

No capítulo 30 Paulo Honório escreve o mesmo parágrafo.

Sentava-me no meu lugar à mesa. No começo das nossas desavenças todas as noites aqui me sentava, arengando com Madalena. Tínhamos desperdiçado tantas palavras!

-Para que serve a gente discutir, explicar-se? Para quê?

Para quê, realmente? O que eu dizia era simples, direto, e procurava debalde em minha mulher concisão e clareza. Usar aquele vocabulário, vasto, cheio de ciladas, não me seria possível. E se ela tentava empregar a minha linguagem resumida, matuta, as expressões mais inofensivas e concretas eram para mim semelhante às cobras: faziam voltas, picavam e tinham significação venenosa. (SB. p. 154)

Interessante. No começo de nossas desavenças: com 8 dias de casado. Paulo Honório afirma (via Gondim) ter uma linguagem resumida e matuta, simples e direta. O parágrafo que vimos mais acima, a não ser que Paulo Honório tenha sofrido uma metamorfose, não tem nenhuma dessas qualidades, e assume outra: existe um quê de psicologização, atitude que não me parece existir nas falas honorianas de quase todos os capítulos. E nem ser o objetivo de Graciliano, seguindo o dito na introdução.

Paulo Honório afirma que ele e Madalena ficavam em casa conversando. Essa passagem se confirma também no capítulo 25. O capítulo começa com um dos acontecimentos mais importantes do livro. Após a festa de aniversário de casamento, Paulo Honório começa a sentir ciúme. Da mesma forma como quando Madalena o chamou de assassino se vingou primeiramente em Padilha, aqui também quem paga pelas atitudes da esposa é o Presidente do Grêmio Recreativo.

Em duas passagens Paulo Honório afirma claramente que Padilha é comunista: ao dizer-lhe que continue escrevendo contoziños sobre o proletariado e que quando o soviete chegar ele, Padilha, conseguirá uma vaga na guarda vermelha.

O parágrafo seguinte apresenta um corte radical no narrar, pelo menos aparentemente:

Na casa-grande, que Tubarão e Casimiro Lopes guardavam, a vida era uma tristeza, um aborrecimento. (SB. p. 133)

Aparentemente porque Casimiro Lopes e Tubarão não guardavam a casa só dos inimigos velhos, mas também dos novos. O comunismo havia se transformado, já naquela época, num fantasma mundial.

Clélia Jubran mostrou essa técnica de Graciliano/Paulo Honório em seu texto “A posse do discurso em *S. Bernardo*”. Comentando a passagem do diálogo entre Paulo Honório e Padre Silvestre quando da morte de Mendonça, afirma que

No plano de composição do texto, o principal recurso que revela a manipulação da narração é a mudança brusca de assunto. Há verdadeiros cortes na seqüência narrativa, cuja função é a deslocar o foco do assassinato em si para outras preocupações de Paulo Honório, indicando que ele, ocupado exclusivamente com o desenvolvimento de sua propriedade, não tem nada com a estória. (Jubran. 1983 : p. 43).

O que é remarcável nessa passagem é o fato de Paulo Honório em realidade nos dizer que quem matou Mendonça “fui eu”, ou pelo menos o mandante, mas que ninguém pode prová-lo, pois tem como álibi o Padre Silvestre; mas, deixando claro que ele é o mandante, mostra quem ele é. Ou seja, esse artifício tem a função de reforçar a mensagem que se quer ocultar.

Creio que essa técnica pode ser aplicada aqui: a quebra da narrativa é apenas um artifício para se dar o valor total da mensagem.

No caso que estamos vendo, o que Paulo Honório nos está revelando é a relação que se desenvolve entre ele e Madalena filtrada pela ameaça de Padilha. Ou melhor, Madalena e Padilha ameaçam, de maneira distinta, seu poder.

A partir de “d. Glória passava as tardes” até “Depois vinham os arrefecimentos” temos outra vez essa linguagem rebuscada: “uma aragem corria”, “a fita vermelha da estrada”, “gestos vagos”, “as sombras se adelgaçavam”, etc. Vemos o dedo de Paulo Honório em dois momentos: “tudo convidava a gente às conversas moles, aos cochilos, ao *embrutecimento*.” Esse é, para mim, um típico comentário de Paulo Honório para situações em que não se faz nada, mas em linguagem de Gondim.

O outro, mais irônico, quando fala dos olhos de Madalena: “Os olhos cresciam. Lindos olhos.” Os olhos de Madalena cresciam quando olhava a paisagem. Ou seja, olho grande é ganância: Madalena queria tudo para ela, pelo menos era a visão do coronel ao político profissional. É assim que quando Madalena morre, Paulo Honório sobe na igreja e olha “tudo, tudo seu”.

Essas passagens são incongruentes com o desenrolar da narrativa. No capítulo 24, ao perceber os coqueteios de Madalena com seus amigos o melhor que pensa dela é atêia, sem falar do monstrosidade, comunista, materialista. E é por isso que ataca Padilha. E enquanto Tubarão e Casimiro cuidam da casa-grande contra o perigo comunista, os dois se sentam e conversam. Mas é mais incongruente ainda com os parágrafos que se seguem a esse intermezzo:

A escola normal! Na opinião de Silveira, as normalistas pintam o bode, e o Silveira conhece instrução pública na ponta dos dedos, até compõe regulamentos. As moças aprendem muito na escola normal. (SB. p. 133)
e arremeda imediatamente

Não gosto de mulheres sabidas. (SB. p. 133)

Paulo Honório diz que “*não gosto*” (no presente) de mulheres sabidas. E não que “*não gostava de mulheres sabidas*”. E então começa a descascar Madalena: que se dava com todos os homens: Nogueira, Padilha, Gondim. Que descuidava da religião, que lia os telegramas estrangeiros, que era perua, intelectual, cobra, cachorra. E pior, em 1932, quando escreve o romance, dois anos após a morte da esposa intelectual afirma: “tenho visto algumas que recitam versos no teatro, fazem conferências e conduzem um marido ou coisa que o valha. Falam bonito no palco, mas intimamente, com as cortinas cerradas, dizem: — Me auxilia, meu bem.” (SB. p. 133-134). Essa é a opinião de Paulo Honório sobre mulheres inteligentes. Entre março e julho de 1932. Além de nos dizer que provavelmente ela era amante de João Nogueira.

Nos parágrafos em que Paulo Honório descreve esses momentos de “arrefecimento” não existe nenhuma frase que se compare a “Tapado, o dr. Magalhães, tapadíssimo. Escutá-lo é pior que ouvir serrar madeira” ou “requebrando-se para o Nogueira” ou “Está aqui para a questão social”, “lazeira”, “tinham sido unha com carne”, “pintar o bode”, com esses ditos, frases feitas, linguagem popular, os animais propostos por Malard. É nessas e outras expressões que se tem reconhecido o estilo que caracterizou Paulo Honório e não “a fita vermelha da estrada”, “arrepios bons”, “sorrisos constrangidos” etc. Intrépido. Postergado. Nesses cinco parágrafos empolados não cabe nenhuma das definições do estilo que se tem dado acima, para a obra de Graciliano.

Defendo então que os trechos de Gondim vêm sempre em contraponto às descrições das brigas entre ambos. Essa é a técnica: Gondim, ao tentar escrever por Paulo Honório, tentou utilizar uma linguagem, mais que rebuscada, **conciliadora**, e que, na minha interpretação, deu a Paulo Honório a sensação de que ele, via o que Gondim escrevia, estava desistindo da luta, ou seja, acanhada, pernóstica etc, ou ainda, uma explicação para a inoperância dos coronéis durante o golpe de Getúlio.

Assim, depois da briga de 8 dias de casado, vem o capítulo 19, que imputo a Gondim. Depois de pensar atrocidades de Madalena, vêm as frases de Gondim do capítulo 25, depois da morte de Madalena e de não conseguir esconder sua indiferença, vem uma frase de Gondim. Em realidade, as frases de Gondim estão aqui para contrabalançar a violência de Paulo Honório contra a esposa.

Então, em 32, Paulo Honório se utiliza desses trechos para dourar os fatos que ele narra, de pura violência. Ou seja, as frases conciliadoras de Gondim vêm logo após as narrativas de Paulo Honório sobre sua violência, como uma proposta de paz ou conciliação.

Minha interpretação é a de que Paulo Honório, enquanto classe, aceitou negociar, mas não nos termos acanalhados — submissos — de Gondim, mas nos seus, mostrando força, algum arrependimento (mostrado exatamente usando o texto de Gondim) e principalmente, não querendo ceder nada. Foi essa intransigência que derrubou os coronéis. Mas creio que eles teriam caído com ou sem intransigência. Podemos assim interpretar a frase, “Madalena era boa” como “Madalena era útil”, na resolução da questão social. Foi Vargas, e seus amigos, quem pacificou o país depois de quatro anos de estado de sítio.

Antes de voltar ao capítulo 19, gostaria de apresentar uma outra passagem. Os primeiros quatro parágrafos do capítulo 32, imediatamente posteriores à morte de Madalena, mostram que o estilo de Paulo Honório se torna um pouco mais sóbrio, mas continua com suas características principais: conciso, de ritmo veloz, sem rodeios e objetivo, com frases feitas e utilitaristas, vocabulário não literário.

Enterrou-se debaixo do mosaico da capela-mor.
Vesti-me de preto; encomendei uma lápida; (...) (SB. p.166)

Tudo de um formalismo seco. Sem melodrama. Madalena não foi sepultada ou levada ao seu descanso eterno ou coisa que o valha: enterrou-se. O quinto parágrafo nos leva outra vez a Madalena. Transcrevemo-lo:

E pensava em Madalena. Creio na verdade que a lembrança dela sempre esteve em mim. O que houve foi que, na atrapalhão dos primeiros dias, confundiu-se com uma chusma de azucrinações diferentes umas das outras. Mas quando essas azucrinações se tornaram apenas um sedimento no meu espírito, veio à superfície. Raramente conseguia agitar-me e dissolvê-la: recompunha-se logo e ficava em suspensão. E os assuntos mais atraentes me traziam enfado e bocejos. (SB. p. 166)

“O que houve foi que” mostra a oralidade da escrita de Paulo Honório. “Chusma de azucrinações” também é Paulo Honório. Mas a parte central do parágrafo está absolutamente destoante de todo o linguajar do capítulo, o abstrato dos termos “agitar-me”, “espírito”, “ficava em suspensão” parecem muito mais ecos dos “emoções indefinidas me agitam” e outros que tais do capítulo 19, que uma descrição real do estado de espírito de Paulo Honório. O problema é de estilo: com d. Glória falará neste mesmo capítulo, por exemplo, “arranje seus picuás”, além, outra vez, do pecuniário; com seu Ribeiro na hora da despedida “felizmente está aqui há anos e tem feito economia. Vai retirar uma fortuna”, também não perde nem o sentido prático, nem o estilo (Sempre dá para ir roendo) e nem

perde tempo com melodramas e tristezas inúteis. É o mesmo utilitarista pragmático de sempre. O que temos que ter em mente é que também pode ter havido uma contaminação das frases de Gondim em determinados momentos da escrita de Paulo Honório.

E reforçando a minha idéia, vemos outra vez a estratégia da mudança de assunto: em verdade se poderia analisar assim o capítulo. Madalena morre e isso não altera em nada a vida de Paulo Honório. Politicamente, a vida continua para os coronéis, Julio Prestes foi eleito. Paulo Honório volta a trabalhar com todo o entusiasmo, depois de afastado o perigo getulista. Mas descobre que trabalho sem apoio político é inútil. (essa tese é fundamental para mim: não existe resultado remarcável no esforço individual, ele só se dá dentro da estrutura política e Paulo Honório estava politicamente isolado após a morte de Madalena). Então tenta mostrar tristeza, mas tudo o que consegue é formalismo. E diz, de supetão, que pensava em Madalena e escreve, quase que se desculpando, que nunca a havia esquecido. Mas para ser mais eloquente, já que ele mesmo não o conseguiria (*faltava erudição e autenticidade a ele*), interpola a frase do Gondim, ou ecos dessas frases.

E mais uma vez reitero: Graciliano nos exige interpretação, e aqui, concordo, tem de haver também uma certa compreensão pela argumentação. Óbvio que discussão de estilo nunca vai ser totalmente positiva, sempre haverá uma dose, talvez muito grande, de subjetividade. Estamos 100% no campo da literatura.

Mas por que Paulo Honório não muda de estilo quando fala de d. Glória, de seu Ribeiro e, principalmente, do filho, dos empregados?

Voltando ao capítulo 19, além dessas imagens que estávamos vendo, vem uma ironia: em vez de falar, numa cena tão romântica como essa, na escuridão, o nome da esposa, chama por Casimiro! O que reforça o sentimento de ameaça. Pulamos um trecho dessa descrição para chegar na melhor das ironias.

A voz de Madalena continua a acariciar-me. Que diz ela? Pede-me naturalmente que mande dinheiro a mestre Caetano. Isto me irrita, mas a irritação é diferente das outras, é uma irritação antiga, que me deixa inteiramente calmo. Loucura estar uma pessoa ao mesmo tempo zangada e tranqüila. Mas estou assim. Irritado contra quem? Contra mestre Caetano. (SB. p.102)

A voz de Madalena o acaricia! Naturalmente pedindo dinheiro...! Sempre que teve que gastar dinheiro, se irritou de verdade. (remetendo aos problemas do capítulo 23) E da mesma forma, como quando Paulo Honório se vingou em Padilha por Madalena tê-lo chamado de assassino, agora se irrita com mestre Caetano quando Madalena lhe pede dinheiro. Paulo Honório é Paulo Honório na última frase do parágrafo:

Não obstante ele ter morrido, acho bom que vá trabalhar. Mandrião. (SB. p. 103)

O trabalhador tem que trabalhar, mesmo morto, senão é um mandrião! E se quiser dinheiro então se irrita de verdade. Esse é Paulo Honório. Irrita-se porque Madalena quer dar dinheiro a Caetano. Ou seja, porque Madalena quer pagar salário. Claro que está tranqüilo e que a irritação é algo antigo: os dois estão mortos! E mesmo estando os dois mortos, ainda se irrita com o assunto! E a irritação é antiga, pois foi há mais de quatro anos.

Depois temos três passagens de anacronismo temporal que creio muito difícil que se os impute a Paulo Honório: a toalha, a coruja, a cabeça de Casimiro. Reproduzo apenas a primeira imagem:

A toalha reaparece, mas não sei se é esta a toalha sobre que tenho as mãos cruzadas ou a que estava aqui há cinco anos. (SB. p. 103)

Além da complexidade psicológica dessa cena, a complexidade da frase é tão grande que é surpreendente que Paulo Honório pudesse escrever como Camões: este *sobre que* é quase ininteligível. Além do mais, toalha branca é rendição: será que Paulo Honório queria trégua ou rendição, em vista dos fatos revolucionários, sendo a frase de Gondim, escrita em 1930?

Voltando ao caso das corujas. Willensem cometeu, em minha opinião, um erro. Também contei 11 vezes corujas. Cinco estão no capítulo 30 e quatro no capítulo 31. Ainda no capítulo 31 temos “aves amaldiçoadas“, referindo-se às corujas. Essa constatação destruiria sua tese de que as corujas estão principalmente nos capítulos rememorativos. Ele tem, no entanto, razão em um aspecto. As corujas do capítulo 1, 2, 36 e duas corujas do capítulo 19 não são propriamente corujas, mas apenas o pio das corujas. A coruja do capítulo 30 é apenas a possibilidade de serem os assobios, que Paulo Honório tinha a impressão de escutar, um pio de coruja. A última coruja do capítulo 19 e todas as referências às corujas do capítulo 31 são corujas verdadeiras, no ato de serem mortas por Marciano. Essa constatação, apesar de um pouco jocosa, é muito útil.

Temos que a primeira coruja, cronologicamente, é a coruja do capítulo 30 e ela é somente um assobio. No capítulo 31 temos que Paulo Honório mata as corujas. No mesmo capítulo morre Madalena. (Homens são bichos. Madalena é coruja? E Madalena estava na igreja) Cronologicamente a próxima coruja é a do capítulo um, que pia logo após fracassado o livro com Gondim, o que invalida a tese de Cornélio Belquior de que sempre que escuta o pio da coruja Paulo Honório é compelido a escrever o livro e nos mostra que, ou nem todas as corujas foram mortas por Marciano, ou novas corujas apareceram. (o

fantasma getulista não acabou com sua derrota na eleição) Seguindo esse diagrama a próxima coruja é a coruja do capítulo 2, que parece ser a mesma coruja do capítulo 36, de quando Paulo Honório volta a escrever suas memórias. Nesse mesmo capítulo Paulo Honório fala que é necessário enviar Marciano ao forro da igreja no dia seguinte. E mesmo que a coruja o compila a escrever, o pio da coruja também o compele a matá-las. Só se pode pensar que é para matar as corujas. No capítulo 19 temos a seguinte frase:

Rumor de vento, dos sapos, dos grilos. A porta do escritório abre-se de manso, os passos de seu Ribeiro afastam-se. Uma coruja pia na torre da igreja. Terá realmente piado a coruja? Será a mesma que piava há dois anos? Talvez seja até o mesmo pio daquele tempo. (SB. p.103)

Sei que pode parecer absurdo, mas as corujas, são, de alguma forma, uma figuração de Madalena, ou melhor, da Revolução.

Aqui o problema da cronologia atinge um ponto culminante. O parágrafo afirma categoricamente que faz dois anos que ouviu o outro pio. Só pode referir-se aos pios iniciais do capítulo 30, ou seja, pouco antes da morte de Madalena. Completando o pensamento temos que esse pio é o mesmo do capítulo 36 e capítulo 2. Isso estaria de acordo com o rumor do vento da frase em questão e do nordeste que sopra do capítulo 36.

Então, se a coruja que pia do capítulo 19 é a mesma que pia no capítulo 36 e 2 e, como vimos, Paulo Honório aventa a possibilidade de enviar Marciano amanhã ao forro da igreja, isso entraria em desacordo com outro parágrafo do capítulo 19:

Há um grande silêncio. Estamos em julho. O nordeste não sopra e os sapos dormem. Quanto às corujas, Marciano subiu ao forro da igreja e acabou com elas a pau. E foram tapados os buracos dos grilos. (SB. p. 104)

Em desacordo em três pontos. Primeiro, se Madalena morreu mesmo em março, não podemos estar em julho. Se escuta o rumor do vento, não pode dizer que o nordeste não sopra. E se escuta os sapos e grilos, os sapos não podem dormir e os buracos dos grilos não podem estar tapados. Além disso, tudo leva a crer que a frase “era necessário mandar no dia seguinte Marciano ao forro da igreja” é anterior a “Quanto às corujas, Marciano subiu ao forro da igreja e acabou com elas a pau”. Essa é, em minha opinião, a prova de que os capítulos 19 e 36 foram escritos ao longo dos 4 meses.

O parágrafo começa com o mesmo tom melancólico dos outros, mas acaba com duas cenas de violência em linguagem honoriana: Marciano acabou com elas a pau. E tapou os buracos de grilo: ou seja, mandou matar umas e outros. Paulo Honório continua mandando matar, se pensarmos alegoricamente. Bichos. Alguns mudaram de espécie e

estão no exército. Quem seriam os bichos que Paulo Honório está mandando matar. Referência à guerra de cangaceiros que Luís empreendeu no nordeste após a eleição?

O primeiro parágrafo do capítulo vinte também lamenta a morte de Madalena, em um estilo meloso. Mas Paulo Honório aparece com sua voz cortante, que destoa completamente do sentido que vinha dando à narrativa desde o capítulo 19.

Conforme declarei, Madalena possuía um excelente coração. Descobri nela manifestações de ternura que me sensibilizaram. E como vocês sabem, não sou homem de sensibilidades. É certo que tenho experimentado mudanças nestes dois últimos anos. Mas isso passa. (SB. p. 104)

Madalena era terna, e isso o sensibilizava. Mas afirma imediatamente: não sou homem de sensibilidades. Mesmo que se veja isso positivamente, a última frase destrói o conteúdo do parágrafo: mas isso passa. Com tudo o que tem acontecido (revolução e intervenção nos estados, ou, com a total perda de poder), amoleci um pouco, mas isso passa, quando retomar o poder com a revolução que estou preparando. E quem são os vocês? A diferença entre o capítulo 19 e essa frase do 20 é bastante acentuada que só se imaginando duas pessoas para vê-las coerentemente.

O parágrafo seguinte também se relaciona com o tema anterior, mas já parece quase inteiramente de Paulo Honório, pois expressões como “esmola grande”, “e o que viesse era lucro” retomam a linguagem utilitarista e mercantilista de Paulo Honório. Depois volta tudo ao normal. Esses dois parágrafos têm a função de transição entre o capítulo 19 e o 20.

A primeira frase do capítulo 20 foi muito bem analisada pelo professor Rui Mourão (Mourão. 1969 : p. 92-94) Porém não explica porque Paulo Honório intercalou justamente aí esse capítulo. O capítulo 19 ressoa não só no capítulo 20, mas também no 17, pois é aí que Madalena afirma que seu Caetano está passando necessidade. E também por causa do salário de seu Ribeiro, no capítulo 18: as brigas com Madalena foram por problemas de dinheiro, a irritação de Paulo Honório no capítulo 19 é por dinheiro. Mas é principalmente uma preparação para os capítulos 21, 22 e 23 onde esses fatos serão narrados.

E mais, com esse capítulo meloso já nos dá a entender que as atitudes de Madalena ainda nos 8 primeiros dias de casamento são o germe do problema: Madalena queria começar a repassar parte da mais valia para os trabalhadores e, principalmente, começou a contestar a sua autoridade. Será que Paulo Honório estava mesmo apaixonado pela mulher que se metia em seus negócios e desviava capital para os molambos/cambembes/mandriões que trabalhavam para ele?

Se olharmos alegoricamente, somente o primeiro ano de casado é narrado. Nada do segundo ano, nada do terceiro: ou seja, em um ano como Ministro da Fazenda, Getúlio desestabilizou o coronelismo. E lançou as bases da revolução. O capítulo 19 mostra isso, para mim, categoricamente.

Madalena, como vimos no livro de Vilaça, começa a comprar votos. Aposentadoria para Caetano, vestido rasgado para Rosa, aumento de salário para seu Ribeiro, além da insinuação do salário família, muito dinheiro para educação, férias. É o projeto das regulamentações do trabalho burguês em ação, comprando votos, contra o que o coronel não podia competir, mas ironia de Graciliano, no caso de *São Bernardo*, comprando votos com o dinheiro do coronelismo, talvez uma alusão ao fato de que coronel e industrial eram “quase” o mesmo agente? O coronel apenas extorque votos. Melhores condições de trabalho, fim do espancamento dos trabalhadores. São mudanças de comportamento do mundo coronelista para um mundo burguês, e não tem nada a ver com socialismo: não há ameaça à propriedade privada, somente uma maior participação dos assalariados, um mercado de consumo. Antes de casar discutiram o hospital. E Madalena queria remédio de farmácia e não os tradicionais.

Espero ter demonstrado que frases de Paulo Honório se misturam a frases que não podem ser dele, são as frases de Gondim. Creio ter demonstrado que o capítulo 19 é um dos capítulos de Gondim, “expurgado”. E com funções muito variadas.

A morte de Madalena, como já dito, pode ter mudado sobremaneira o seu comportamento. Mas por que mudaria seu estilo? Madalena repetindo, morre no capítulo 31. À exceção do parágrafo do capítulo 32, dos dois últimos parágrafos do capítulo 35 (talvez sentindo também o fracasso no banco) e do capítulo 36, todos os outros capítulos (32, 33, 34, 35), posteriores à morte da heroína, mantêm a mesma linguagem despojada de todo o livro. A conversa entre Paulo Honório e d. Glória além de não nos fazer pensar que é um homem arrasado e que pensa em reestruturar sua vida, não nos dá nenhum sinal de que estivesse se dedicando a questões de estilo; muito menos a conversa com seu Ribeiro, sempre nesse estilo direto; a cena do Padilha é igual, uma linguagem bem pouco poética; a descrição da discussão política do capítulo 34 não é, estilisticamente, discrepante da discussão da do capítulo 23. E mesmo que se queira pensar que está arrasado e desesperado, o seu estilo é igual ao estilo dos capítulos da vida de cigano e compra de São

Bernardo. Para comprovar, o capítulo 35 que, no momento da escrita, não deve ser muito distante do 36 e temporalmente posterior à morte de Madalena, mostra a cena de Paulo Honório no banco:

- Pois se os senhores não querem transigir, acabem com isso. Ou os papéis valem ou não valem. Se valem, é passar o arame. Pílulas! Eu encomendei revolução? (SB. p. 178)

Essa passagem com o diretor do banco não nos dá mostra nem de que Paulo Honório estivesse assim tão passivo, nem que, já quase no fim da escrita do livro tivesse mudado seu estilo narrativo e de falar. E qual a importância, tentando ver o ponto de vista de Paulo Honório, que nos quer convencer de que mudou e se arrependeu de seus atos reificadores passados, a descrição de sua ida ao banco? Por que um homem com novos valores, adquiridos após a morte da esposa, iria ao banco, aos berros e ainda para financiar sua fazenda e continuar a explorar os seus trabalhadores de quem ele não gosta? E que importância tem essa ida ao banco para nos convencer de que ele ama Madalena e de que está mudando seus conceitos de vida e que resolveu se dedicar à *ocupação nova* (escritor)? Ou será que a descrição da ida ao banco tem a função de justificar a violência que ele pretende cometer: a Revolução de 32?: “me tiraram o crédito, vou à guerra para recuperá-lo”. Ou de mostrar as injustiças que o novo governo está cometendo com ele?

Isso mostra que nesses dois anos, se a morte de Madalena lhe maculou a alma, não lhe maculou o estilo nem a maneira de falar e nem de agir. Todo o livro é Paulo Honório e seu linguajar. E, sempre que o seu linguajar está em prática, não lamenta a morte de Madalena. Por que não há no livro uma frase carinhosa em relação a Madalena do tipo usada para Germana: sarará danada de assanhada. Do tipo: “loirinha porreta”.

Os dois últimos parágrafos do capítulo 35 têm a mesma função dos dois primeiros parágrafos do capítulo 20: fazer a transição entre o tom de todo o livro e dos capítulos que imputo a Gondim.

O capítulo 36 é cheio de expressões pessimistas do simbolismo *mal du siècle* e *blasé* e tantos outros cacoetes literários hiperbolizados. Reescrevo os parágrafos iniciais.

Faz dois anos que Madalena morreu, dois anos difíceis. E quando os amigos deixaram de vir discutir política, isto se tornou insuportável. (SB. p. 179)

Estilisticamente essa frase é neutra. Nem é literária, nem possui as características inconfundíveis de Paulo Honório, porém o “quando os amigos deixaram de vir discutir política” me leva a crer que a frase só pode ser dele.

Foi aí que me surgiu a idéia esquisita de, com o auxílio de pessoas mais entendidas que eu, compor esta história. A idéia gorou, o que já declarei. Há cerca de quatro meses, porém, enquanto escrevia a certo sujeito de Minas, recusando um negócio confuso de porcos e gado zebu, ouvi um grito de coruja e sobressaltei-me.

Era necessário mandar no dia seguinte Marciano ao forro.

De repente voltou-me a idéia de construir o livro. Assinei a carta ao homem dos porcos e, depois de vacilar um instante, porque nem sabia como começar a tarefa, redigi um capítulo. (SB. p. 180)

Esses parágrafos são tipicamente de Paulo Honório. “Foi aí”, “idéia esquisita”, “a idéia gorou, o que já declarei” etc. mostram um linguajar despojado, direto e pouco literário e nos mostram ainda um Paulo Honório ativo, se correspondendo comercialmente e que não parece de maneira alguma desesperado ou melancólico. E ainda afirma duas vezes a sua inabilidade para escrever o que quer. O “certo sujeito” e “assinei a carta ao homem dos porcos” parece uma prova cabal dessa inabilidade.

Às vezes entro pela noite, passo tempo sem fim acordando lembranças. Outras vezes não me ajeito com esta ocupação nova. (SB. p.180)

Estamos na mesma página do romance. Tempo sem fim? “Acordando lembrança” é altamente rebuscado e comparado ao “foi aí” fica realmente difícil de achar que uma mesma pessoa escreveu isso com apenas poucas linhas de distância. Será que Paulo Honório conseguiria acordar lembranças? Por que ele não nos fala no capítulo 3 que vai acordar lembranças de sua infância? A “ocupação nova” deve se referir a ser escritor, ou pelo menos ao ato de escrever. No capítulo 2 temos:

As pessoas que me lerem terão, pois, a bondade de traduzir isto em linguagem literária, se quiserem. Se não quiserem, pouco se perde. Não pretendo bancar o escritor. É tarde para mudar de profissão. (SB. p. 11)

e

Saindo daí, minha ignorância é completa. E não vou, está claro, aos cinquenta anos, munir-me de noções que não obtive na mocidade. (SB. p.11)

Grande mudança: em quatro meses desistiu de não ser escritor e agora quer ter uma ocupação nova: aprendeu rápido a escrever como Camões.

Uma pequena ilação. Abel escreve no seu aqui várias vezes citado livro, que Graciliano descreve assim sua situação entre *Caetés* e *São Bernardo*:

Nesses oito anos deram-se graves desarranjos na minha vida: mudanças, viagens, doenças, ocupações novas, uma trapalhada medonha. (Abel. 1999 : p. 255)

Sabemos que Graciliano traduziu seu romance para o nordestino. “Ocupação nova” não me parece o linguajar natural de um fazendeiro, e principalmente para aquele que não quer escrever invertido como Camões.

Não somente a contradição das idéias está exposta aqui. É questão de estilo. A inversão “ocupação nova” trai um linguajar rebuscado, que revele talvez um resquício da ajuda de Nogueira, as frases de trás para diante.

João Nogueira queria o romance em língua de Camões, com períodos formados de trás para diante. Calculem. (SB. p. 7)

“Calculem”, “pouco se perde” etc., sempre o pecuniário. E o sentido geral das frases é diametralmente oposto: no embrulhado quer dar a entender que descobriu uma nova ocupação, a de escrever. No outro, em linguagem quase grosseira, que não quer bancar o escritor, pois é muito tarde para mudar de profissão.

Anteontem e ontem, por exemplo, foram dias perdidos. Tentei debalde canalizar para termo razoável esta prosa que se derrama como a chuva da serra, e o que me apareceu foi um grande desgosto. Desgosto e a vaga compreensão de muitas coisas que sinto. (SB. p. 180)

Aqui é cem por cento Gondim: tentei debalde, canalizar a termo razoável esta prosa, que se derrama como chuva da serra, a repetição retórica de “desgosto”. E o “vaga compreensão” dos seus sentimentos se repetem. O mesmo homem que grita com o gerente do banco, em casa, no escuro, não sabe o que sente. A frase é, ou quer ser, literária. E quanto ao estilo, não condiz com o de Paulo Honório.

Em minha opinião, por mais que Paulo Honório tenha se “humanizado”, continua beirando o ridículo colocar em sua boca, ou melhor, em sua pena, a frase,

Hoje não canto nem rio. (SB. p. 183)

Não me lembro de uma só risada de Paulo Honório, nem de haver cantado. E se cantava na infância, não nos pode dizer, pois o que nos diz sobre sua infância não é compatível com um garoto brincalhão, pois o que ele quer passar é a imagem de uma criança infeliz, explorada, o que realmente deve ter sido. E será que ria e cantava quando puxava enxada, na cadeia, na vida de cigano, nos tempos de Mendonça, nos trabalhos dos cinco anos, nos tempos de casado com Madalena? Quando foi esse tempo em que ele ria e cantava? Talvez quando vendesse cocada.

O tom geral desse capítulo, bem visto, é duplo e destoante. Por um lado nos quer fazer crer que hoje tem um desapego total aos bens materiais. Pergunta sempre “para quê?” se reconstruiria a fazenda, para quê?, repovoar o curral. Mas por outro lado deixa em aberto que a possibilidade ainda existe e é viável, se se o quer. Ou se vencerem a revolução que se avizinha. Além do mais, apesar de falar com compaixão dos empregados e de enumerar os seus sofrimentos e de lamentar a ausência de Madalena para *ajudá-los*, deixa em duas ou três passagens bem claro que não pertence a essa gente, que se vê superior a ela e que não os vai ajudar. Não fala, por exemplo, se partirmos do ponto de vista de que a fazenda está falida: o dia em que as coisas melhorarem, vou melhorar as condições de vida dos meus trabalhadores. Não, como vimos, se for ajudar todo mundo, ele se arrasar.

Se se notar bem, as passagens ditas positivas tem o estilo requintado do capítulo 19. Um longo trecho Paulo Honório se deixa levar, ou deixa estar, esse tom. Mas de repente crê que é hora de intervir:

A molecureba de mestre Caetano arrasta-se por aí, lambuzada, faminta. A Rosa com a barriga quebrada de tanto parir, trabalha em casa, trabalha no campo, trabalha na cama. O marido é cada vez mais molambo. E os moradores que me restam são uns cambembes como ele.

Para ser franco, declaro que esses infelizes não me inspiram simpatia. Lastimo a situação em que se acham, reconheço que contribuí para isso, mas não vou além. Estamos tão separados! A princípio estávamos juntos, mas esta desgraçada profissão nos distanciou. (SB. p. 187)

Como diria Anselmo Pessoa: Paulo Honório, humanizado, parou de dormir com a Rosa? Será que Paulo Honório tentaria reconhecer alguns dos possíveis filhos dessas escapadas? Um ser humanizado seguramente o faria. E estamos no último capítulo do livro. Seria agora ou nunca. E por que ele não pode continuar a obra de sua amada Madalena? Por que, ao acordar lembranças de Madalena, simplesmente não se levanta e realiza as bondades propostas pela esposa morta?

Voltando à cronologia temos então: Madalena morre, como o dito anteriormente, em março, em outubro estoura a revolução e Paulo Honório escreve dois capítulos com Gondim. Abandona a empreitada e depois de 2 anos da morte da esposa, volta ao livro e escreve o primeiro capítulo. Depois escreve o segundo e readapta os capítulos de Gondim. Passa 4 meses escrevendo suas memórias e termina a escrita em julho. Ou seja, recomeçou a escrever em março, dois anos após a morte de Madalena e termina o livro em julho, quatro meses depois. Enxerta informações desses quatro meses nos capítulos de Gondim, mas se esquece de alterar os 2 anos para dois anos e quatro meses e de mudar a idade.

Os dois capítulos de Gondim estão colocados estrategicamente. O capítulo 19 vem após as discussões com Madalena, em que Paulo Honório já a via como uma ameaça para a sua autoridade na fazenda e para preparar o leitor para os capítulos seguintes. O segundo, capítulo 36, no final, para que a impressão de redenção seja a última. Vejo nas frases periféricas desses capítulos, mais a frase solta no capítulo 32 e a passagem do 25, além da distância entre o capítulo 19 e 36 uma estratégia de Graciliano para evitar que o extremo condensamento de “versos gondinianos” chamasse por demais a atenção para esse fato.

E é justamente essa mudança de estilo que procurei determinar para justificar o contrário da fortuna crítica: não há um segundo Paulo Honório.

Sendo minha teoria correta, não existe redenção em Paulo Honório. Ou pelo menos, os dois capítulos que destoam não seriam prova disso. Em quatro meses Paulo Honório

escreveu 34 capítulos do livro e expurga dois: se a cronologia estiver correta, esses atos são contemporâneos. E mesmo que estivesse redimido, por que a diferença de estilo? E por que a redenção passa por uma linguagem bacharelesca, empolada, acanalhada etc? Por que ele não pode se arrepender dizendo isto de um modo natural, como sua linguagem de todo o livro? Até mesmo afirmar que o romance se torna mais interiorizado, após a entrada de Madalena na trama, poderia ser congruente, apesar de não vislumbrar esse movimento. Mas por que mudar o estilo e usar um linguajar absolutamente diferente em duas situações idênticas e no mesmo momento?

O que há não são dois Paulos, mas dois narradores. Se Paulo Honório tivesse deixado os capítulos de Gondim intactos, se poderia até dizer que não conseguiria se exprimir assim e por isso deixou estar. Mas os adendos que faz destroem essa possibilidade. Além do mais, quando ele fala de Madalena, apesar de reconhecer nela o seu valor intelectual e capacidade lingüística, além de sua utilidade no enfrentamento da “questão social” — não sem um certo desdém — ela é comunista, materialista, perua, cobrinha, entre outros nomes. A diferença me parece enorme.

Paulo Honório interrompeu a colaboração com Gondim justamente por achar que a coisa estava acanalhada, pernóstica e idiota. E isolada o são realmente. E principalmente, porque “ninguém” fala assim: retrato moral, ocupação nova...*como ele mesmo diz*.

O capítulo 19, no entanto, interrompe a linearidade narrativa, criando um intervalo que antecipa a visão final do livro.

Paulo Honório, sozinho e abandonado por todos, entrega-se às lembranças, momento máximo em que a realidade presente se mistura à evocação viva do passado, num todo comovente que Antonio Candido nomeia como um dos mais belos trechos da narrativa moderna no Brasil. (Vianna. 1983 : p.52)

Atingindo seus objetivos: enganar o leitor de sua mudança. Paulo Honório maqueia-se com esses períodos. E aprende o que é a literatura dos poderosos:

(...) Francamente não entendi. Encontrei diversas palavras desconhecidas, outras conhecidas de vista, e a disposição delas, terrivelmente atrapalhadas, muito me dificultava a compreensão. Talvez aquilo fosse bem feito, pois minha mulher sabia gramática por baixo da água e era fecunda em riscos e entrelinhas, mas estavam riscados períodos certos, e em vão tentei justificar as emendas.

-Ocultar com artificios o que deve ser evidente. (SB. p.156-7)

Gostaria de expor uma última tentativa de comprovação de que Paulo Honório não mudou. Sempre tomando minhas interpretações da cronologia (e as outras) como corretas, temos que as três tentativas de escrever com Gondim e os amigos foram feitas entre outubro e novembro de 1930 e que o livro acabou sendo escrito entre março e julho de 1932. Em que pese ser essa mudança dada como externa à vontade de Paulo Honório temos

que destacar que ela é muito emblemática. Vimos anteriormente que ao enfrentar problemas, quando de suas mudanças nas formas de produção da região, Paulo Honório recorreu à imprensa, via Gondim. E Gondim citou Delmiro Gouveia e Ford para defendê-lo. (quando enfrentou resistência pagou escritos na imprensa, quando foi atacado pediu para que escrevessem um livro, quando decidiu atacar, escreveu ele mesmo um livro). Espero que a citação de Delmiro Gouveia por parte de Gondim esteja bastante bem justificada ao longo de meu trabalho. Mas e a de Ford?

Fazendo um paralelo entre confecção do livro e o fordismo, temos que inicialmente, e quando a Revolução de 30 estava em curso, Paulo Honório propõe a divisão do trabalho e a especialização, ou o que justamente foi proposto por Ford; fordismo que já vinha sendo executado há algum tempo. Era isso que o diferenciava dos outros coronéis, além da exploração industrial da fazenda: a divisão do trabalho. Várias pessoas parecem fazer parte das questões decisórias, que tentei mostrar na estrutura política que ele comandava, mas que o irritava. Ele no comando, mas como Ford propõe, atribuindo funções.

Mas isso é apenas aparência. O coronel é por excelência um centralizador. E em 1932, Paulo Honório escreve o livro sozinho. Graciliano aponta para uma tentativa de golpe interno do coronelismo? A eleição de Julio Prestes, rompendo o acordo com Minas, pode apontar para esta situação.

O que quero argumentar aqui é que Paulo Honório se recusa a dividir, de maneira real, o poder. E em minha opinião, essa é a verdadeira face de Paulo Honório e a diferença em relação a Madalena: ela sabia dividir (ou pelo menos fingia bem, *dividir para governar*) o poder com Paulo Honório e os outros. Assim, o Paulo Honório coronel centralizador, disfarçado numa divisão do trabalho de aparência, se revela justamente no momento da escrita: ele tudo pode, ele escreve e conta A HISTÓRIA sozinho. E ele diz apenas o que ele quer que seja dito, do jeito que ele acha que deve ser dito. Só declara aquilo que pode e deseja declarar.

Através desse último argumento tentei deixar claro o quanto às idéias econômicas em voga na época estão aqui discutidas e que a base do pensamento de Graciliano é econômico, e não psicológico: Graciliano era de uma modernidade impressionante e aconselhava Ricardo Ramos a ler economia política e não psicologia para ser um bom escritor.

Conclusão

Espero que tenha ficado pelo menos bem proposto que o romance é (ou pode ser lido como) uma alegoria da história da Primeira República e seus coronéis, que ele nos mostra o discurso do poderoso via meios artísticos, que literatura pode ser uma forma de conhecimento cognitivo, que estrutura política e empreendimento andam juntos, que o pensamento de Graciliano é fortemente centrado na economia, que há uma discussão com o passado alegórico, que Gondim escreveu os capítulos do arrependimento etc.

Mas essas são apenas minhas interpretações. A história não se deixa concluir. Portanto, ao invés de concluir vou deixar duas novas questões em aberto.

Se lermos o capítulo 2 com atenção veremos:

E o pequeno que ali está chorando necessita que o encaminhe e lhe ensine as regras de bem viver.

— Então para que escreve?

— Sei lá! (SB. p. 11)

Quem é esse misterioso interlocutor de Paulo Honório, a quem ele repetidas vezes declara? Quem faz aquela pergunta? (se a pergunta fosse “para que se escreve” poderíamos pensar que é retórica de Paulo Honório, mas o “para que (você) escreve” nos remete a um terceiro).

A outra é: está claro que o romance se chama *São Bernardo*, pois o assunto é, em realidade, a propriedade e não Madalena. Se fosse Madalena o romance se chamaria *Madalena*. Mas por que a propriedade se chama São Bernardo? Graciliano já podia saber, em seu tempo, que há fortes suspeitas de que Madalena foi esposa de Cristo e que foi também a primeira apóstola, tendo escrito também um Evangelho, e que disputou o poder nos princípios da Igreja Católica a Pedro e a Paulo. Sabemos que Graciliano não gostava de Jesus Cristo pelas cartas que podemos ler dele. Paulo Honório seria o cristo da história?

Será que a fazenda se chama São Bernardo como referência ao santo da oratória. E por que tantas conotações religiosas num romance tão econômico?

E se se quiser dar um cunho psicológico, também se pode ver que Paulo Honório apaga o pai (preto cego) da narrativa e traz a mãe para explorá-la na fazenda. Assim soma-se às várias referências à psicologia ao longo da obra a uma atitude crítica de Graciliano à psicologia e de sua utilização “direta” na literatura.

E apenas para não perder a verve: será que encontraremos nas prateleiras de história uma manual de Primeira República tão completo e complexo como *São Bernardo*?

Bibliografia

Bibliografia ativa

- Ramos, Graciliano. *Angústia*. Editora Record. Martins. RJ.SP. 1979.
- _____. *Caetés*. Editora Record. Martins. RJ.SP. 1976.
- _____. *Linhas tortas*. Coleção Graciliano Ramos. Editora Record. Rio de Janeiro, São Paulo. 1994.
- _____. *São Bernardo*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. RJ. 1977.
- _____. *Viventes das Alagoas*. Coleção Graciliano Ramos. Editora Record. Rio de Janeiro, São Paulo. 1994.

Bibliografia passiva

- Abel, Carlos Alberto dos Santos. *Graciliano Ramos: cidadão e artista*. Editora UnB. Brasília. DF. 1999.
- Abdala Júnior, Benjamin. *A escrita neo-realista: análise sócio-estilística dos romances de Carlos de Oliveira e Graciliano Ramos*. Editora Ática. São Paulo. SP. 1981.
- _____. *Representação e participação: a dinâmica do concreto nos romances de Carlos de Oliveira e Graciliano Ramos*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP. 1977.
- _____. *Ideologia e linguagem nos romances de Graciliano Ramos*. Editora Ática. São Paulo. SP. 1987.
- Bastos, Hermenegildo. *Memórias do cárcere. Literatura e testemunho*. Editora UnB. Brasília. DF. 1998.
- Brayner, Sonia. *Graciliano Ramos. Coletânea*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. RJ. 1978.
- Bulhões, Marcelo Magalhães. *Literatura em campo minado: a metalinguagem em Graciliano Ramos e a tradição literária brasileira*. Editora Annablume. Fapesp. 1999.
- Bumirgh, Nádia R.M.C. *São Bernardo de Graciliano Ramos: proposta para uma edição crítica*. Tese de mestrado apresentada à FFLCH-USP. 1998.

- Carvalho, Lúcia Helena. *A ponta do novelo*. Editora Ática. São Paulo. SP. 1983.
- Castro, Dácio Antônio de. *Roteiro de leitura: Vidas Secas de Graciliano Ramos*. Editora Ática. São Paulo. SP. 1997.
- Coelho, Nelly Novaes. *Tempo, solidão e morte*. Editora do Conselho Estadual de Cultura. Comissão de Literatura. São Paulo. SP. 1964.
- Corrêa Junior, Angelo Caio Mendes. *Graciliano Ramos e o Partido Comunista Brasileiro*. Tese de mestrado apresentada à FFLCH-USP. 2000.
- Coutinho, Carlos Nelson. “Graciliano Ramos”. In *Literatura e Humanismo*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. RJ. 1967.
- Dessau, Albert. “Epochenwende und literarische Schöpfung. Bemerkung zu Graciliano Ramos’ Roman *São Bernardo*”. In *Beiträge zur Romanischen Philologie* XVII, Heft 1. Berlin. Alemanha. 1978.
- Feldmann, Helmut. *Graciliano Ramos. Reflexos de sua personalidade na obra*. Imprensa Universitária do Ceará. Fortaleza. CE. 1967.
- Felinto, Marilene. *Graciliano Ramos*. Editora Brasiliense. São Paulo. SP. 1983.
- Garbuglio, José Carlos. In *Graciliano Ramos: antologias e estudos*. Editora Ática. São Paulo. SP. 1987.
- Ignácio, Sebastião Expedito. “O valor das frases ativas na obra de Graciliano Ramos”. In Alfa n. 33. São Paulo. SP. 1989.
- Jubran, Clélia. “A posse do discurso em *São Bernardo*”, in “Revista de Letras” 23:39-47. São Paulo. SP. 1983.
- Gimenez, Erwin Torralbo. *Graciliano Ramos — O mundo coberto de penas*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH. 2005
- Lafetá, João Luiz. *Graciliano*. Resenha da Obra: Garbuglio, J C; Bosi, a; Faccioli, V a, Orgs. *Graciliano Ramos*. Editora Ática. São Paulo. SP. 1987.
- _____. *Narrativa e busca*. In Garbuglio, J C; Bosi, A; Faccioli, V A, Orgs. *Graciliano Ramos*. Editora Ática. São Paulo. SP. 1987.
- _____. *Posfácio de São Bernardo*. 36ª edição. Editora Record. Rio de Janeiro. RJ. 1980.
- Lima, Yêdda Dias. *Catalogo de manuscritos do arquivo Graciliano Ramos*. EDUSP. São Paulo. SP. 1992.

- Lins, Osman. in *Graciliano Ramos. Coletânea*. Organizada por Sonia Brayner. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. RJ. 1978.
- Lorençato, Arnaldo. *Paulo Honório/Madalena: um contrato de alto risco: análise da adaptação do romance São Bernardo para o cinema*. Tese de doutorado apresentada à ECA-USP. 1995.
- Malard, Letícia. *Ideologia e realidade em Graciliano Ramos*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte. MG. 1976.
- Marinho, Maria Celia Novaes. *Imagem da linguagem na obra de Graciliano Ramos*. Tese de mestrado apresentada à UNICAMP. 1995.
- Miranda, Wander Melo. *Contra corrente: a questão autobiográfica em Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP. 1987.
- Mourão, Rui. *Estruturas, ensaio sobre o romance de Graciliano Ramos*. Edições Tendência. Belo Horizonte. MG. 1969.
- _____. *Notas Sociológicas Sobre o Cangaço*. In “Ciência e Cultura”. Vol. 27. n. 5. SBPC. São Paulo. SP. 1975.
- Pereira, Rogério Silva. *O intelectual no romance de Graciliano Ramos*. Tese de Doutorado apresentada à PUC-Belo Horizonte. MG. 2004.
- Pessoa Neto, Anselmo. *Paisagens do neo-realismo em Graciliano Ramos e Carlos de Oliveira*. Tese de Doutorado apresentada à FFLCH-USP. 1999.
- Pinto, Rolando Morel. *Graciliano Ramos. Autor e ator*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP. 1960.
- Pólvora, Hélio. *Graciliano, Machado, Drummond & outros*. Editora Francisco Alves. Rio de Janeiro. RJ. 1975.
- Puccinelli, Lamberto. *Graciliano Ramos: relações entre ficção e realidade*. Edições Quiron. São Paulo. SP. 1975.
- Rabecchi, Ana Lúcia Gomes da Silva. *Casa-figuração do espaço/tempo em "Ilustre Casa de Ramires" e "São Bernardo"*. Tese de mestrado apresentada à FFLCH-USP. 2002.
- Reis, Zenir Campos. “Sinal de menos”. In “Teresa. Revista de literatura brasileira”. N. 2. Editora 34. São Paulo. SP. 2001.
- Rodrigues, A. M. *São Bernardo Graciliano Ramos*. Editora Anglo. São Paulo. SP. 1987.

- Rodrigues, Marco Antonio. *Não só, mas também*. Tese de mestrado apresentada à FFLCH-USP. 2004.
- Rojas, Yenny Marlene Molina. *O realismo crítico de Graciliano Ramos: uma leitura de Insônia*. Tese de mestrado apresentada à FFLCH-USP. 1997.
- Silva, Deonísio da. *Um novo modo de narrar*. Livraria Cultura Editora. São Paulo. SP. 1979.
- Verdi, Eunaldo. *Graciliano Ramos e a crítica literária*. Editora da UFSC. Florianópolis. SC. 1989.
- Vianna, Lucia Helena. *Roteiro de leitura*. São Bernardo. *Graciliano Ramos*. Editora Ática. São Paulo. SP. 1997.
- Weber, João Hernesto. *São Bernardo e os Dilemas da Tradição*. In Cadernos Porto & Vírgula. Secretaria Municipal da Cultura. Porto Alegre. RS. 1993.
- Willensem, Augusto. “O Bicho em Graciliano”. In Ocidente. Vol. 84. São Paulo. SP. 1973.
- Zimber, Karola Maria Augusta. *O Brasil de S. Bernardo de Graciliano Ramos em tradução alemã*. Tese de mestrado apresentada à FFLCH-USP. 2004.

Bibliografia geral

- Almeida, José Américo de. *A bagaceira*. Editora Bibliex. Rio de Janeiro. RJ. 1988.
- Camargo, Luis Gonçalves Bueno. *Uma história do romance brasileiro de 30*. Tese de doutorado apresentada à UNICAMP-SP. 2003.
- Carvalho, Luciano Ribeiro de. *Reflexos da revolução russa no romance brasileiro dos anos trinta*. Tese de mestrado apresentada à FFLCH-USP. USP. 2000.
- Chacon, Vamireh. *História dos partidos Brasileiros*. Editora UnB. Brasília. DF. 1981.
- Chiavenato, Júlio José. *Cangaço, a força do coronel*. Editora Brasiliense. São Paulo. SP. 1990.
- Chiacchio, Carlos. *Cronologia de Rui*. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro. RJ. 1949.
- Corrêa Junior, Angelo Caio Mendes. *Graciliano Ramos e o Partido Comunista Brasileiro*. Tese de mestrado apresentada à FFLCH-USP. 2000.
- Correia, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão. O projeto urbano de Delmiro Gouveia*. Tese de doutorado apresentada à FAU-USP. SP. 1995.

- Decca, Edgar Salvadori de. 1930. *O silêncio dos vencidos. Memória, história e revolução*. Editora Brasiliense. São Paulo. SP. 1994.
- Fabris, M. *Função social da arte*. In Revista do IEB, n. 38. São Paulo. SP. 1995.
- Fávero, Afonso Henrique. *Aspectos de memorialismo brasileiro*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP. 1999.
- Fausto, Boris. *A Revolução de 1930. História e historiografia*. Brasiliense. São Paulo. SP. 1969.
- Forfaz, Mari Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. RJ. 1977.
- Franco, Virgílio A. de M. *Outubro, 1930*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. RJ. 1980.
- Freud, Sigmund. “Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo.” Ed. Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro. RJ. 1976.
- Gledson, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. Companhia das Letras. São Paulo. SP 1991.
- _____. *Machado de Assis. Ficção e história*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. RJ. 2003.
- _____. *Grandes Personagens da Nossa História*. Vol. 4. Editora Abril. São Paulo. SP. 1970.
- Gonzalez, Horácio. *A Comuna de Paris. Os assaltantes do céu*. Coleção Tudo é História, vol. 24. Editora Brasiliense. São Paulo. SP. 1981.
- Guinsburg, Jacó. *Motivos*. Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura. São Paulo. SP. 1964.
- Hobsbawm, Eric. *The age of Capital: 1848-1875*. Vintage Books. New York. NY.
- _____. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Editora Paz e Terra. São Paulo. SP. 2005.
- Ianni, Octávio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. RJ. 1963.
- _____. *O colapso do populismo no Brasil*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. RJ. 1968.
- Jameson, Frederic. *O Inconsciente Político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Editora Ática. São Paulo. SP. 1992.

- _____. *As marcas do visível*. Editora Graal. Rio de Janeiro. RJ. 1995.
- Janotti, Maria de Lourdes. *O coronelismo*. Coleção *Tudo é História*. Editora Brasiliense. São Paulo. SP. 1981.
- Kuntz, Rolf. *Francois Quesnay: economia*. Organizador: Rolf Kuntz. Coordenador: Florestan Fernandes. N. 44. Editora Ática. São Paulo. SP. 1984.
- Laínez, Fernando Martínez. *Escritores e espiões. A vida secreta dos grandes nomes da literatura mundial*. Relumbre Dumará. Rio de Janeiro. RJ. 2005.
- Leal, Vitor Nunes. *Coronelismo, voto e enxada*. Editora Alfa-Omega. São Paulo. SP. 1978.
- Lima Sobrinho, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro. 1930*. Editora Alfa-Omega. São Paulo. SP. 1975.
- Lourenço, Manoel Bergström F. *A pedagogia de Rui Barbosa*. Edições Melhoramentos. São Paulo. SP. 1954.
- Macedo, Netan. *Sinhô Pereira. O comandante de Lampião*. INL. Brasília. DF. 1980.
- Maciel, Frederico Bezerra. *Lampião, seu tempo, seu reinado*. Editora Vozes. Petrópolis. RJ. 1986.
- Matta Machado, Cristina. *As táticas de guerra dos cangaceiros*. Editora Brasiliense. São Paulo. SP. 1978.
- Mesquitela, Teresa. *Cangaceiros, beatos e coronéis (ou Zecas Diabos, Padres Cíceros e Odóricos)*. Revista História n.70. Gráfica Europam Limitada-Mem Martins. Lisboa. Portugal. 1984.
- Pinheiro, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. RJ. 1977.
- Queirós, Eça. *A cidade e as serras*. Editora Brasiliense. São Paulo. SP. 1981.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica, in História Geral da Civilização Brasileira. Organização Sérgio Milliet. Editora Bertrand. São Paulo. SP. 1997.
- Rodrigues, Alfredo. *O cangaço na obra de José Lins do Rego*. Tese de livre-docência apresentada à FFLCH-USP. 1985.
- Tácito, Hilário. (José Maria Toledo Malta). *Madame Pommery*. Fundação Rui Barbosa. Rio de Janeiro. RJ. 1986.

- Toledo, Demétrio Gaspari Cirne de. *Redes empresariais e ação coletiva. FIESP e CIESP, 1992-2004*. Tese de mestrado apresentada à FFLCH-USP. 2005.
- Vesentini, Carlos Alberto. *A teia do fato. Uma proposta de estudo sobre Memória Histórica*. Editora Haucitec.USP. São Paulo. SP. 1997.
- Vilaça, Marcos Vinícios e Cavalcanti de Albuquerque, Roberto. *Coronel, Coronéis. Apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. RJ. 2003.
- Weffort, Francisco. *Classes populares e política*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP. 1968.